

TECNOLOGIA SOCIAL, ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

PEDRO CLAUDIO CUNCA BOCAYUVA
ANA PAULA DE MOURA VARANDA
(ORGANIZADORES)



IPPUR
Instituto de Pesquisa
e Planejamento Urbano e Regional



LASTRO
LABORATÓRIO DE CONJUNTURA SOCIAL,
TECNOLOGIA E TERRITÓRIO

A presente publicação permite sistematizar o estado da arte dos processos de incubação de empreendimentos e redes de economia solidária. Os artigos aqui apresentados focalizam as tecnologias de gestão, processo e produto como dimensões que se articulam às tecnologias sociais de organização do trabalho associado.

A tecnologia social rompe com o modelo convencional e dominante, ao incluir a centralidade dos atores sociais do campo popular na qualidade de sujeitos produtivos. Os aparatos, dispositivos, políticas, técnicas e os processos de aprendizagem são vistos a partir de diferentes recortes de experimentação por parte dos grupos, associações e cooperativas populares. As iniciativas objetivam a montagem e a reaplicação de redes de empreendimentos e incubadoras, com destaque para a construção de incubadoras públicas. No livro, podemos observar a questão das ações de incubação no âmbito das políticas de economia solidária, e do seu potencial de mudança qualitativa na orientação da política de ciência e tecnologia, através do reforço ao enfoque abrangente da tecnologia social.

TECNOLOGIA SOCIAL, ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

PEDRO CLAUDIO CUNCA BOCAYUVA
ANA PAULA DE MOURA VARANDA
(ORGANIZADORES)

1ª edição
Rio de Janeiro, Brasil, 2009



Tecnologia Social, Economia Solidária e Políticas Públicas

© 2009, FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional)

Rua das Palmeiras, 90 - Botafogo
CEP 22270-070 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 2536-7350 | Fax: (21) 2536-7379 | www.fase.org.br

EDIÇÃO

FASE/Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
LASTRO (Laboratório da Conjuntura Social: Tecnologia e Território)/
IPPUR (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional)/UFRJ

AUTORES

Pedro Claudio Cunca Bocayuva (organizador)
Ana Paula de Moura Varanda (organizadora)
Adebaro Alves dos Reis, Ana Clara Torres Ribeiro, Armando Lírio de Souza, Antonieta do Lago Vieira, Catia Antonia da Silva, Cláudio Elias Marques, Dulce Helena Cazzuni, Edie Martins, Gabriel Kraychete, Geraldo Pereira Teixeira, Helbeth Oliva, Karine Oliveira, Lara Matos, Laudemir Zart, Ludmila Meira, Maria José de Souza Barbosa, Maria Paula Patrone Regules, Maurício Sardá de Faria, Roberto Marinho Alves da Silva, Sandra Faé Praxedes Silva, Sandra Regina Nishimura, Simone Rage Pereira, Sonia Maria P. Nascimento e Tatiana Reis

REVISÃO

Liliane Costa Reis

CAPA

Arte sobre foto de CGTextures

PROJETO GRÁFICO

Mais Programação Visual
www.maisprogramacao.com.br

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

T253t

Tecnologia social, economia solidária e políticas públicas / Pedro Claudio Cunca Bocayuva, Ana Paula de Moura Varanda (organizadores). - 1.ed. - Rio de Janeiro : FASE : IPPUR, UFRJ, 2009.

ii.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-86471-44-5

1. Economia social. 2. Brasil - Política social. 3. Cooperativas. 4. Cooperativismo. 5. Tecnologia e civilização. I. Bocayuva, Pedro Claudio Cunca. II. Varanda, Ana Paula de Moura. III. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. IV. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional

09-2220. CDD: 334
CDU: 334.73

12.05.09 14.05.09

012586

Índice

Apresentação – Tecnologia e transição paradigmática	5
---	---

PARTE I

Incubadoras, tecnologia social e políticas públicas de economia solidária	11
1. O centro público e as incubadoras de empreendimentos econômicos solidários no âmbito do Programa Bahia Solidária	13
2. Tecnologia social e incubadoras públicas: a experiência do Programa Osasco Solidária	41
3. Tecnologias sociais e economia solidária: diretrizes, desafios e perspectivas para políticas públicas	71
4. Economia solidária, tecnologias sociais e políticas públicas	92

PARTE II

Tecnologia social, organização do trabalho e dinâmicas territoriais	111
1. MetrÓpole, trabalho e contextos da vida coletiva: algumas reflexões sobre a dimensão espacial da tecnologia social e da economia solidária	113
2. Processo de trabalho, territÓrios e sustentabilidade dos empreendimentos da economia solidária	129
3. Espaço e trabalho autogestionário nas periferias das grandes cidades	143

PARTE III

Incubadoras e estruturação de redes e segmentos produtivos.....	167
1. Reorientar os valores econômicos para construir uma nova sociedade, mais justa e solidária.....	169
2. RICS/Emrede – A construção de uma rede de economia solidária	187
3. Construindo rede de comercialização com os catadores de materiais recicláveis de Manaus	211

PARTE IV

Incubadoras de empreendimentos solidários, tecnologia social e replicação	231
1. Estado, comunidade de pesquisa e atores sociais: a construção da agenda de políticas públicas e os modelos cognitivos para a ciência e a tecnologia	233
2. Incubadoras universitárias: inovação social e desenvolvimento	260
3. Incubação de empreendimentos solidários: elementos para uma abordagem teórico-metodológica da tecnologia de organização do trabalho associado na perspectiva da construção de políticas públicas para a economia solidária.....	288

APRESENTAÇÃO

Tecnologia e transição paradigmática

Pedro Claudio Cunha Bocayuva*
Ana Paula de Moura Varanda**

A publicação deste livro complementa as atividades do *Projeto de Acompanhamento da Rede de Tecnologia Social*, desenvolvido pela FASE Nacional no período de dezembro de 2006 a abril de 2009, através de um Convênio com a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos). O Convênio teve por objetivo a realização de ações de acompanhamento e avaliação de um conjunto de projetos que envolvem a reaplicação da metodologia de incubação de empreendimentos solidários, apoiados através de um Edital articulado no âmbito da Rede de Tecnologia Social.

Além desta coletânea de artigos, o Projeto de Acompanhamento da Rede de Tecnologia Social também produziu o livro *Tecnologia Social, Autogestão e Economia Solidária*, o DVD *Conversas sobre Tecnologia Social e Economia Solidária* e o site www.incubadoras-ts.org.br.

A Rede de Tecnologia Social abrange cerca de 600 instituições, distribuídas em vários estados do país, e que atuam segundo o marco teórico-conceitual da Tecnologia Social, compreendido como o desenvolvimento de produtos, técnicas e metodologias replicáveis a partir de diferentes formas de interação com as comunidades e que representem soluções para a diminuição das desigualdades sociais.

A construção da Rede de Tecnologia Social (RTS) no Brasil pretende ser um marco para a reformulação e complexificação da política nacional de Ciência e Tecnologia (C&T). A Rede articula um conjunto de iniciativas e tem como perspectiva atuar sob um enfoque crítico da tecnologia, buscando formar um bloco social e técnico capaz de apoiar uma nova forma de pensar a dinâmica social e produtiva.

* Coordenador do *Projeto de Acompanhamento e Avaliação da RTS* (Convênio FASE/FINEP), professor do Instituto de Relações Internacionais da PUC/RJ e pesquisador do Laboratório da Conjuntura Social: Tecnologia e Território (LASTRO)/IPPUR-UFRJ.

** Coordenadora Técnica do *Projeto de Acompanhamento e Avaliação da RTS* (Convênio FASE/FINEP) e pesquisadora do Laboratório da Conjuntura Social: Tecnologia e Território (LASTRO)/IPPUR-UFRJ.

Desta forma, o termo tecnologia social tem sido utilizado por pesquisadores, movimentos sociais, gestores públicos e diversas organizações no intuito de demarcar um campo de iniciativas que atuam segundo uma vertente crítica às visões de neutralidade e de determinismo tecnológico que comumente influenciam os modelos de ciência e tecnologia hegemônicos nas instituições de ensino e pesquisa.

A presente publicação permite sistematizar o estado da arte dos processos de incubação de empreendimentos e redes de economia solidária. Os artigos aqui apresentados focalizam as tecnologias de gestão, processo e produto como dimensões que se articulam às tecnologias sociais de organização do trabalho associado.

A tecnologia social rompe com o modelo convencional e dominante, ao incluir a centralidade dos atores sociais do campo popular na qualidade de sujeitos produtivos. Os aparatos, dispositivos, políticas, técnicas e os processos de aprendizagem são vistos a partir de diferentes recortes de experimentação por parte dos grupos, associações e cooperativas populares. As iniciativas objetivam a montagem e a reaplicação de redes de empreendimentos e incubadoras, com destaque para a construção de incubadoras públicas. No livro, podemos observar a questão das ações de incubação no âmbito das políticas de economia solidária, e do seu potencial de mudança qualitativa na orientação da política de ciência e tecnologia, através do reforço ao enfoque abrangente da tecnologia social.

Temos, ao longo desse livro, a possibilidade de indicar uma multiplicidade de aspectos concretos e reflexões que sistematizam experiências em curso no campo da construção da economia popular e solidária, que são reforçadas e/ou desencadeadas pela Chamada Pública MCT/FINEP/MDS/Caixa “Incubação de Empreendimentos Solidários” – 01/2005. Podemos apontar três dimensões da noção de tecnologia social enfatizadas ao longo dos diferentes artigos do livro:

1. A tecnologia social como campo de experimentação e aprendizagem, que unifica as ações estratégicas de superação de desigualdades; processo que representa uma aposta na transição de paradigma em matéria de política científica e tecnológica aplicada ao contexto de crise do trabalho assalariado.
2. A tecnologia social como conjunto de dispositivos e conhecimentos aplicados ao processo de organização de associações e cooperativas populares, com primado nas formas autogestionárias.

3. A tecnologia social como forma de fortalecimento de políticas públicas adequadas ao contexto de crise e transição no modo de produção, dentro de diversas configurações sociais, institucionais, de identidade e de lugar.

A publicação encontra-se dividida em quatro partes: incubadoras, tecnologia social e políticas públicas; tecnologia social, organização do trabalho e dinâmicas territoriais; incubadoras e estruturação de redes e segmentos produtivos; e incubadoras de empreendimentos solidários, tecnologia social e reaplicação. Esta organização reflete os principais eixos de atuação dos projetos apoiados através do Edital avaliado pela pesquisa executada pela FASE.

As reflexões, estruturadas nos quatro eixos apresentados acima, estão historicamente relacionadas ao ciclo de ações da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no que diz respeito ao papel operacional e analítico dado pela base do cadastro ou sistema que se constitui *no Atlas da Economia Solidária*.

No seu conjunto, este livro também está ancorado no reconhecimento, por parte da RTS, de que a incubação de cooperativas populares/empreendimentos e redes de economia solidária é uma tecnologia social de mobilização produtiva.

O Mapeamento Nacional dos Empreendimentos de Economia Solidária é o resultado de uma mobilização que identificou, na base social e organizacional real do tecido da economia popular, as especificidades dessas organizações. As análises aqui apresentadas se servem e dialogam com o perfil dos segmentos sociais cadastrados no banco de dados do mapeamento. Os enfoques estratégicos dos projetos e análises sobre a incubação são orientados pelos perfis ali estabelecidos, procurando desenvolver e transmitir saberes, conhecimentos e aplicações concretas na organização dos grupos populares, voltados para uma outra via em termos de relações de produção.

Os segmentos sociais envolvidos nas experiências de incubação possuem meios precários para a sustentabilidade de suas organizações produtivas, mas são fortes em suas experiências de luta pela sobrevivência. As assessorias e formações dirigidas aos circuitos e redes de economia solidária partem das conexões estabelecidas nas atividades produtivas informais e nas unidades domésticas dos grupos de produtores e produtoras. A emergência do trabalho associado, organizado em empreendimentos solidários, fortalece as opções, as práticas de resistência social e política (no terreno produtivo) desenvolvidas por uma parte do povo trabalhador que, assim, é chamada a

protagonizar a transição para um outro modo de produção. Os riscos dessa convocação e tentativa de construção de saídas de inclusão produtiva são evidentes. Os problemas de escala, complexidade, recursos e ambiente institucional são elencados ao longo dos artigos, mas é no debate sobre a gestão pública, o marco jurídico, os fundos e as políticas que observamos um salto na reflexão sobre a incubação, iniciada com a implantação do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (Proninc da SENAES/MTE).

Os avanços na experimentação das metodologias de incubação e nas políticas de economia solidária abrem um capítulo novo na história do cooperativismo popular. O enfoque na autogestão e na autonomia das classes populares, os compromissos ético-políticos com as dimensões de aprendizagem e a práxis de uma cidadania plena fundada nos direitos já começam a se traduzir em ações estratégicas, que já afetam contextos locais e modificam instituições e mentalidades. Existe uma coerência e refinamento crescente nos modos de articulação entre as incubadoras e os setores populares com os quais se compromete. Existe um impacto significativo em diversas áreas da Universidade e na construção de conhecimentos, e no aprimoramento das técnicas aplicadas para a formação no âmbito do trabalho associado e da mobilização cooperativa dos grupos sociais nos territórios.

Há uma narrativa que une a trama dos vários significados que o processo real de emergência de ações integradas constituintes de circuitos de cooperação real no âmbito das redes sociais, com um salto significativo no diálogo implicado com setores da academia, as reflexões sobre as regiões norte e centro-oeste.

No âmbito das formas de controle e participação social, são apresentadas as reflexões sobre a história das políticas de inclusão e mobilização social, reconhecendo e reaplicando acúmulos, com um salto de qualidade que poderá ser útil para a solução de desafios como os que são apontados para o espaço urbano metropolitano do Rio de Janeiro.

Percorrendo uma vastidão de espaços de segregação, se aproximando de grupos que desenvolvem atividades em circuitos quase sempre subordinados e marginais em relação aos circuitos dominantes, os sujeitos sociais que nascem do movimento e do campo delimitado pela economia popular já começam a se apresentar no terreno das grandes políticas.

Como veremos, as reflexões sobre a construção dos Centros e Incubadoras Públicas representam iniciativas onde a política pública de economia solidária experimenta avanços, traduzindo de forma consistente as orien-

tações que nascem dos fóruns e encontros do movimento de economia solidária. Nos artigos, podemos ver como a gestão pública e a gestão de organizações articulam-se aos temas da superação das desigualdades por meio das tecnologias sociais, onde projeto, processo e produto são colocados diante do protagonismo estratégico e da ênfase numa perspectiva emancipatória por parte das classes populares. Mas todo o cuidado é pouco nessas construções que procuram não descuidar do detalhe na descrição da trajetória de montagem de novos ambientes, sistemas e organizações. As novas práticas derivadas da ampliação da noção de incubação alimentada pela força da noção de tecnologia social abrem um leque de possibilidades, o que torna esse livro um instrumento de consulta onde podemos encontrar um vasto painel de soluções e recomendações.

Uma das formas de ler esse livro é tendo em vista o fato de que ele permite vislumbrar, imaginar e mesmo absorver o caráter vivo do experimentalismo de ações socioespaciais, de políticas e programas inovadores que permitem afirmar que a economia solidária pode ganhar mais consistência como referência estratégica de organização de saídas de geração de trabalho e renda para as classes populares, com outros efeitos em matéria de afirmação de direitos e organização dos grupos de produção de bens e serviços nas periferias e favelas.

Já podemos afirmar, com base nos vários levantamentos que realizamos e sustentados pelas observações e sistematizações realizadas, que:

1. A economia popular e solidária se reforça na conexão entre os saberes e as redes sociais nos circuitos populares, pelas dinâmicas de organização e resistência socioespacial, pelas forças de impulso horizontal derivadas da potência da conexão entre vizinhos e da articulação entre atores e movimentos na luta por reconhecimento e direitos.
2. A identificação de trajetórias e movimentos de incubação de redes sociais, cuja força subjetiva se relaciona com as lutas das mulheres, como no sul do Pará. A força da luta dos catadores e seu reconhecimento fazem com que sejam a expressão de uma inversão necessária que vai dos direitos para o trabalho, da cidadania para a política, colocando em questão os limites do assistencial e as fronteiras da divisão entre economia, meio-ambiente e direito à cidade.
3. As redes sociais e os movimentos sociais se combinam como forças de organização produtiva enfrentando a dupla adversidade do

capitalismo financeiro e do capitalismo selvagem e sociocriminal. Precarização e marginalização são afetadas pelas forças de criminalização e controle que acompanham a disputa sobre o corpo produtivo das grandes multidões nas cidades.

4. Nas cidades, os desafios da geração de trabalho e renda são de escala e complexidade crescente, implicando uma visão de ação orientada pela economia solidária que leva em conta a capacidade de ação direta, a partir do estudo do cotidiano das classes populares. Sendo assim, é do potencial de autonomia e emancipação que pode brotar uma dinâmica favorável a um novo modo de produção associado, a partir dos circuitos e modos de reprodução social das periferias. Por isso, a experiência em curso, aqui registrada, mostra que os desafios para organizar um projeto de desenvolvimento nacional precisam levar em conta os distintos recortes e saberes locais, que modifiquem e forcem uma inversão nos padrões de políticas ativas de desenvolvimento econômico e de ciência e tecnologia.
5. Para uma estratégia de mudança com base numa plataforma de economia solidária, é preciso romper com o enfoque economicista que caracteriza as políticas tradicionais e o modelo cognitivo dominante nas instituições de ensino e pesquisa. As duas rupturas são operação diferenciada e ação paralela necessária para articular uma plataforma capaz de pressionar por um novo rumo no desenvolvimento. Um desenvolvimento com base em objetivos e meios adequados para responder ao processo de emergência do ator popular na redefinição dos rumos políticos da economia e do trabalho. Nas reflexões críticas realizadas ao longo dos artigos desse livro, aparecem as várias tradições do pensamento social e político brasileiro, em particular os atores identificam as contribuições de Paulo Freire, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Paul Singer e muitos outros resgates para repensar o projeto de desenvolvimento sob a ótica popular.

O alcance de conjunto dos materiais aqui contidos serve para um avanço significativo em inúmeras direções constituintes da transição paradigmática com base na mobilização do potencial de cooperação produtiva das classes populares nos distintos contextos e lugares.

PARTE I

Incubadoras, tecnologia social e políticas públicas de economia solidária

1 O Centro Público e as Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários no âmbito do Programa Bahia Solidária

Tatiana Reis, Edie Martins, Ludmila Meira, Helbeth Oliva, Karine Oliveira e Lara Matos*

Introdução

Este artigo tem por finalidade apresentar a experiência de uma política pública de economia solidária, desenvolvida no âmbito do Governo do Estado da Bahia. Inicia-se o texto abordando elementos contextuais relativos à temática da economia solidária e, em seguida, passa-se a abordar a criação de espaços institucionais no âmbito do governo federal e do governo estadual da Bahia, resultando na criação da Superintendência de Economia Solidária, vinculada à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE). Depois é apresentada a política estadual de economia solidária – o Programa Bahia Solidária – e duas de suas ações: o Centro Público de Economia Solidária e o Projeto Estadual de Incubadoras de Empreendimentos de Economia Solidária. Nas considerações finais, o texto problematiza os desafios e perspectivas da política pública estadual de economia solidária na Bahia.

A partir da década de 1980, há uma expansão acelerada do movimento associativo e comunitário em todo o mundo, que toma diversas conformações, a depender do contexto histórico, social e cultural em que se situa.

* Membros da equipe técnica da SESOL (Superintendência de Economia Solidária) ligada ao Governo do Estado da Bahia.

O (re)surgimento¹ da economia solidária está relacionado a aspectos econômicos, políticos e sociais. Do ponto de vista econômico, vincula-se a fatores como a crise do emprego e a acentuação e exclusão econômico-produtiva. Do ponto de vista político, relaciona-se com a crise do Estado de Bem-Estar, decorrente da situação de falência de diversos Estados nacionais e do modelo neoliberal implementado por muitos governos, no qual o Estado deixa de se preocupar com políticas sociais e com o pleno emprego. A falta de esperanças de que sejam implementadas políticas que amenizem tal situação contribui para o aumento de uma tendência à solidariedade. Ao lado disto, cresce a importância das organizações da sociedade civil acompanhando o surgimento de uma solidariedade civil que, apesar de não inédita historicamente, apresenta um papel fundamental neste contexto.

Em contraposição ao modelo de desenvolvimento econômico que tem intensificado a ampliação estrutural do desemprego na economia brasileira e ao modelo neoliberal implantados por muitos governos, algumas iniciativas governamentais têm adotado ações estratégicas que convergem para o fortalecimento da economia solidária. Em 2003, em iniciativa inédita em âmbito mundial, foi criada pelo então Ministro do Trabalho e Emprego, Sr. Jaques Wagner, a Secretaria Nacional de Economia Solidária, com o intuito de apoiar essas ações. E para a função de Secretário, assume o Professor Dr. Paul Singer, uma grande referência em economia solidária no Brasil e fundador da ITCP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares) da USP (Universidade de São Paulo).²

-
- 1 As noções de Economia Social e Economia Solidária, segundo França Filho (2002), vêm de uma tradição histórica em comum, que se relaciona com o movimento associativista operário da primeira metade do século XIX na Europa, que representava uma forma de resistência da população e que deu origem a inúmeras iniciativas solidárias influenciadas pela idéia da ajuda mútua, da cooperação e da associação. Estas ações, com o tempo, foram reconhecidas pelo Estado, gerando um arcabouço jurídico que, como resultado, separou o movimento associativista original em organizações cooperativas, mutualistas e associativas. Isto é consolidado no tempo e cada grupo passa a se isolar devido a seu estatuto (lei) específico. Ao perder a dimensão política, as iniciativas antes consideradas como economia solidária, passam a ser consideradas economia social. O retorno da dimensão política na ação da economia social faz retornar a Economia Solidária.
 - 2 ITCPs são entidades pertencentes às universidades, formadas por equipes multidisciplinares compostas por professores, alunos de graduação e de pós-graduação, funcionários, com formação em diferentes áreas, dedicados à “[...] organização da população mais pobre em cooperativas de produção ou de trabalho, às quais dão pleno apoio administrativo, jurídico-legal, ideológico na formação política, entre outros” (SINGER, 2003, p. 25).

No âmbito estadual, de forma igualmente inovadora, foi criada a Superintendência de Economia Solidária (SESOL), vinculada à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE). Sua criação parte de uma manifestação encaminhada através de uma carta do Fórum Baiano de Economia Solidária ao então Governador eleito Jaques Wagner, que reivindicava a criação de uma esfera institucionalizada no Estado para assumir a responsabilidade de implementar uma política estadual de apoio e fomento à economia solidária na Bahia. Surge, então, a SESOL, tendo como foco destacado em seu planejamento: *“potencializar a economia solidária como estratégia de desenvolvimento, geração de trabalho e renda e inclusão social”*.

A conjugação de uma série de fatores sinérgicos contribuiu e contribui para que a SETRE/SESOL tenha sido gerada no contexto em que se instala na Bahia, em 2007, um Governo Estadual com nítido perfil democrático e popular, que aposta na Economia Solidária e nos movimentos sociais, em geral. No estado da Bahia, portanto, a economia solidária é apresentada como uma das bases de desenvolvimento.

“[...] A Economia Solidária é vista como estratégica para as políticas de trabalho e renda porque permite o desenvolvimento sustentável com emancipação humana e distribuição de renda”.³

Guardando uma estreita correlação com a estratégia adotada pelo Governo Federal, a SESOL foi instalada no ambiente da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia, cujo secretário, Professor Dr. Nilton Vasconcelos, tem uma rica história de vinculação, estudos e militância no movimento de economia solidária, sendo um dos fundadores da Associação de Fomento à Economia Solidária – o BANSOL – e da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, do Centro Federal de Educação Tecnológica – o ITCP/CEFET-BA.

Esta história, e toda força que ela traduz, foi decisiva para o surgimento da Superintendência de Economia Solidária, a SESOL, que representa um marco institucional da economia solidária na Bahia (Lei 10.549/2006).

3 Mensagem apresentada pelo Excelentíssimo Senhor Governador, Jaques Wagner, à Assembléia Legislativa do Estado, na abertura da 1ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura, em 15 de fevereiro de 2007.

“Elemento central nessa estratégia é a política estadual de Economia Solidária. Em consonância com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) do Governo Lula e, seguindo exemplo de outros estados da Federação, o Governo da Bahia buscará nos próximos anos, realizar sua Política Pública de Economia Solidária, consolidando um marco legal para atender a milhares de iniciativas espalhadas pelos seus territórios. A Economia Solidária, que vem se constituindo em uma alternativa estratégica de desenvolvimento sustentável, está fortemente presente no estado”.⁴

A criação da SESOL representa mais uma frente de luta pela economia solidária, que tem por princípio a construção democrática das suas estratégias e ações. Essa forma de organização coletiva, a economia solidária, por seu caráter eminentemente popular, está na contramão da cultura instituída há décadas no poder público e de todo o arcabouço estrutural e legal que se mostram, muitas vezes, inadequados para entender e atender às camadas mais pobres da sociedade. Equipado de amplo e eficiente arsenal para operar e reproduzir o modo de produção capitalista, a inadequação da legislação nos impõe barreiras de variadas ordens e nos desafia a galgar conquistas que permitam, por exemplo, adquirir produtos e serviços dos empreendimentos solidários através das compras governamentais.

Apesar de ser um campo relativamente recente, algumas dificuldades recorrentes dos empreendimentos solidários têm sido levantadas, especialmente quanto à questão da sustentabilidade, que, no âmbito dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) se coloca de forma distinta das organizações empresariais. Ao colocar o lucro como interesse essencial, as empresas direcionam seus esforços, sua lógica de ação e seus processos de gestão em busca basicamente de objetivos instrumentais e pragmáticos de maximização do retorno sobre o investimento, mesmo que à custa da eliminação de postos de trabalho, da exploração e discriminação do trabalho feminino, da eliminação das iniciativas concorrentes ou de preocupações éticas com relação ao meio ambiente e à saúde de seus trabalhadores e das comunidades que vivem em seus espaços de atuação. No entanto, os

4 Idem.

Empreendimentos da Economia Solidária (EES), por não terem como finalidade única o alcance de resultados financeiros (também relevantes), incorporaram outras variáveis e objetivos no âmbito de sua atuação, inclusive aqueles desconsiderados pelas empresas, estabelecendo um fator de considerável ampliação da complexidade em termos de sua sustentabilidade – que passa a ser não somente econômica, como também social, política e de operacionalização de processos e técnicas de gestão que sejam convergentes com seus princípios de atuação. A sustentabilidade, no âmbito dos empreendimentos solidários, portanto, relaciona-se com aspectos econômicos, políticos, sociais e de gestão democrática do empreendimento coletivo.

Ainda que os empreendimentos econômicos solidários apresentem um grande potencial emancipador, alguns problemas presentes no cotidiano de muitos grupos, tais como capital de giro, acesso ao crédito, comercialização, tecnologia, insuficiente capacitação técnica e gerencial e formação sociopolítica, insuficiência de entidades de apoio, falta de padrões gerenciais adequados, incipiente atuação em rede dificultam a sua sobrevivência. No mapeamento realizado pela SENAES (2006), por exemplo, foi identificado que 61% dos EES afirmam ter dificuldades de comercialização, 49% ter problemas com relação ao acesso ao crédito e 27% não ter qualquer apoio ou assessoria.

A jornada frente a estes desafios não é solitária na Bahia e no Brasil. Oficialmente, já são nada menos que 1.611 empreendimentos mapeados, na Bahia, em apenas 55% dos municípios, o que significa, cerca de 120 mil trabalhadores e trabalhadoras. Certamente são mais. Tanto os caminhos trilhados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária quanto a sabedoria da sociedade civil organizada, através do Fórum Baiano de Economia Solidária e os demais espaços de construção coletiva, apontam para algumas estratégias.

Nesse contexto, a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, por meio da Superintendência de Economia Solidária, definiu como uma de suas prioridades para o exercício do Plano Plurianual de Ação Estadual, a elaboração democrática de uma política pública que contemplasse as reivindicações históricas desse movimento, na perspectiva de geração de trabalho e renda. Neste sentido, destaca-se também o compromisso assumido pelo Governador através da assinatura de uma agenda do trabalho decente.

A Economia Solidária, portanto, é uma das prioridades do Governo do Estado da Bahia e suas ações são desenvolvidas e realizadas pela SETRE/ SESOL, em parceria com outras instituições do Estado – seja na esfera federal, estadual ou municipal – e com a sociedade civil organizada, através de entidades de assessoria e fomento e de empreendimentos coletivos, além de Fóruns Nacionais e Estaduais. Pode-se constatar tal prioridade no Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, onde está inscrito o Programa Bahia Solidária com as suas diversas ações de formação e fomento a empreendimentos econômicos solidários.

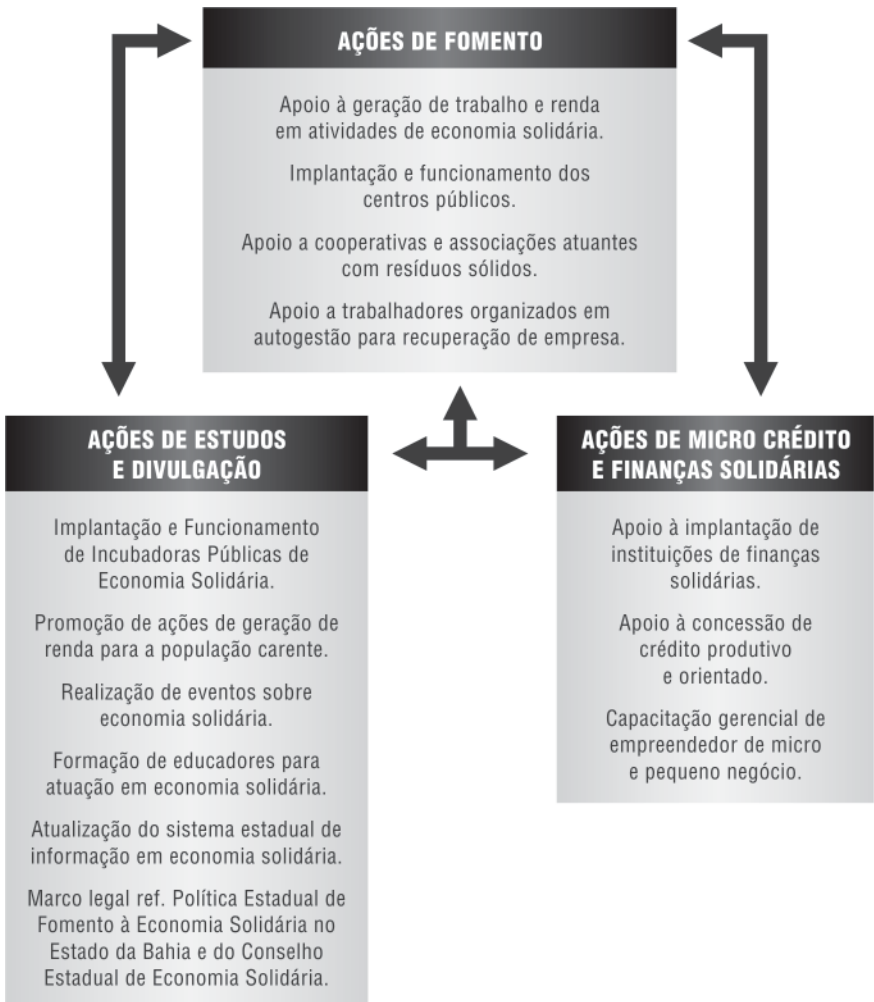
As linhas e diretrizes gerais do Programa Bahia Solidária, com destaque para duas de suas ações – os Centros Públicos de Economia Solidária e o Projeto de Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários – são apresentados a seguir.

1. O Programa Bahia Solidária

A Superintendência de Economia Solidária, em consonância com a sua missão de construir e implementar as políticas públicas de Economia Solidária na Bahia, criou o “*Programa Bahia Solidária: Mais Trabalho e Renda*”, com o objetivo de promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho, renda, inclusão social, e promoção do desenvolvimento justo e solidário. Os recursos destinados ao programa no exercício do PPA estão na ordem de R\$ 157,6 milhões, um valor expressivo levando em conta o que vem sendo direcionado a políticas de apoio e fomento à economia solidária, seja no âmbito nacional, estadual ou municipal. Vale ressaltar que a SESOL, no ano de 2007 (quando da sua criação), contava com um baixo orçamento⁵, da ordem de R\$ 167 mil, fato que dificultou a execução das atividades propostas para aquele ano. Nesse sentido, 2007 foi um ano pré-operacional e de estruturação da Superintendência, e funcionou para a contratação

5 No ano de 2007, vigorava o PPA 2004-2007, no qual não estavam previstos recursos para fomento e apoio à economia solidária.

dos técnicos, planejamento das ações para o PPA 2008-2011, articulação de parcerias, captação de recursos e realização de ações diretas com a equipe de trabalho, como por exemplo, a realização de oficinas de sensibilização em economia solidária e elaboração de projetos e o apoio a eventos de economia solidária, como a Feira Baiana de Economia Solidária.



O Programa prevê ações de fomento, formação, divulgação e crédito produtivo aos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária da Bahia, promovendo ações e instrumentos para a organização e sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários. Ao lado disto, também vêm sendo realizados trabalhos no sentido da implementação de um Marco Jurídico específico para a economia solidária, através da elaboração do Projeto de Lei que cria a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado da Bahia e o Conselho Estadual de Economia Solidária.

A operacionalização do Bahia Solidária é feita através das três coordenações que compõe a SESOL – a Coordenação de Fomento (COFES), a Coordenação de Formação e Divulgação (COFD) e a Coordenação de Microcrédito e Finança Solidária (COMFIS). A equipe técnica da nova estrutura conta com 55 servidores públicos, entre integrantes do quadro efetivo e temporários, com formação em diferentes áreas do conhecimento, como administração, economia, pedagogia, contabilidade, direito, agronomia, serviço social, entre outros, e também profissionais de nível médio, que atuam como agentes de microcrédito e de desenvolvimento.

As ações da Coordenação de Fomento estão relacionadas ao investimento e assistência técnica a empreendimentos solidários e à articulação setorial destes empreendimentos em redes de produção e comercialização, agregando valor aos produtos e escoando esta produção, incluindo no escopo de ação a Implementação de Centros Públicos de Economia Solidária.

No âmbito da Coordenação de Formação e Divulgação, estão as ações relativas à formação dos trabalhadores, gestores públicos e entidades de apoio e fomento, incluindo o Projeto de Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários, bem como a divulgação da economia solidária e o mapeamento de empreendimentos econômicos solidários. Também no escopo de atuação desta coordenação está o trabalho de apoio à construção do marco legal para a economia solidária baiana.

A terceira coordenação, de Microcrédito e Finanças Solidárias, está dando continuidade ao Programa de Microcrédito do Governo do Estado da Bahia, CrediBahia, operacionalizado pela SETRE em parceria com o SEBRAE e as Prefeituras Municipais, com recursos com origem no

Desenbahia (Agência de Fomento do Estado da Bahia), com o objetivo de promover acesso ao crédito de forma ágil e desburocratizada aos empreendedores de pequenas unidades produtivas com juros abaixo do mercado, estimulando assim a geração de ocupação e renda. Ao lado disto, a COMFIS tem trabalhado no desenvolvimento de linhas específicas de Finanças Solidárias voltadas aos empreendimentos baianos.

Dentre as diversas ações do Programa Bahia Solidária, apresentaremos, no âmbito deste artigo, os Centros Públicos de Economia Solidária e o Projeto Estadual de Incubadoras de Empreendimentos de Economia Solidária. Ressalte-se que, apesar de apresentadas de forma separada, tais ações apresentam diversos elementos intercalados e articulados em sua operacionalização.

2. Os Centros Públicos de Economia Solidária

2.1. Antecedentes

Para se pensar numa política pública de implantação de Centros Públicos de Economia Solidária, partiu-se de algumas premissas: 1) a economia popular e solidária pode efetivamente gerar trabalho, renda e desenvolvimento. 2) as políticas públicas possuem papel fundamental no apoio ao desenvolvimento dos grupos produtivos.

Somadas a essas premissas, há um cenário composto por alguns elementos que, mais uma vez orientam as ações: a) necessidade de um equipamento público para atender aos trabalhadores que optam pelas formas coletivas e populares de produção; b) a constituição de um empreendimento popular não é precedida por estudos ou consultorias. A crise do trabalho formal força seu surgimento de maneira precária; c) os centros atendem diretamente às principais demandas dos empreendimentos, contribuindo assim para o alcance da sua sustentabilidade. Não há uma relação de tutela, mas de orientação e qualificação técnica.

A partir da realidade acima exposta, começou-se a entender o papel e onde se inserem os Centros Públicos de EcoSol. Há no Brasil cerca de 20 iniciativas de centros públicos de economia solidária funcionando ou em

fase de implementação. De forma geral, os centros são espaços multifuncionais que oferecem aos empreendimentos coletivos e solidários: consultoria pública, com cursos de capacitação, orientação jurídica, administrativa e contábil-financeira; espaço de comercialização e divulgação dos produtos dos empreendimentos; espaço para eventos, como reuniões dos fóruns e redes locais; atividades culturais e de fortalecimento da identidade, dentre outros serviços. Além de oferecerem estes serviços, é objetivo dos Centros Públicos transformar a economia solidária em uma alternativa autônoma e decente de trabalho, além de promover o desenvolvimento enviesado numa lógica mais justa e solidária.

O projeto de criação de Centros Públicos de Economia Solidária (CESOL) é uma proposta que visa atender a uma das principais demandas do Fórum Baiano de Economia Solidária ao Governador Jaques Wagner. Seu conteúdo é baseado em diretrizes da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), através do seu Termo de Referência, e na proposta feita a partir do Fórum Baiano de Economia Solidária para a Prefeitura de Salvador.

O Governo da Bahia aposta no grande potencial destes espaços no tocante ao enfrentamento das mais variadas dificuldades de sustentabilidade nos empreendimentos, como o primeiro passo para a criação de uma rede de centros integrados às outras ações de uma Política Estadual de Economia Solidária, criando condições estruturais e subsidiando as iniciativas da sociedade civil organizada. Ao todo, serão nove Centros Públicos até 2011 (conforme previsto no PPA), sendo um Centro Estadual localizado em Salvador e oito Centros territoriais.

2.2. Metodologia

2.2.1. Processo de construção e consolidação da proposta do CESOL enquanto política pública

A construção de uma política pública capaz de fortalecer a EcoSol na Bahia e colocá-la na agenda permanente do Estado ainda está em processo de consolidação. Os Centros Públicos de Economia Solidária são meios eficazes para o alcance deste objetivo e, para tanto, foi necessário, a

partir da realidade do Estado, propor mudanças substanciais ao projeto de implantação dos CESOL apresentado pela SENAES. Para a SESOL, dois grandes pontos poderiam pôr em risco a sustentabilidade dos equipamentos: a gestão e a abrangência.

A primeira modificação ficou no campo da gestão. Compreendeu-se que apenas seria possível garantir a permanência dos serviços oferecidos pelos CESOL se a sua gerência estivesse ligada à administração direta do Estado. Justifica-se esse entendimento pelo fato de através da administração direta se tornar possível a contratação permanente do quadro operacional, além de garantir recursos dentro do orçamento do Estado para a manutenção do equipamento. Como forma de avaliação da proposta, foram realizadas visitas a outras experiências que demonstraram maior capacidade de atuação quando vinculadas à administração pública, nesse caso municipal.

O segundo ponto abordado foi a abrangência da proposta dos Centros. Para o Estado, a mobilização dos recursos financeiros previstos no Programa Bahia Solidária, dentro do PPA 2008-2011, destinados à instalação de Centros Públicos, não poderia ser direcionado unicamente ao atendimento em âmbito municipal. Tais recursos deveriam estar disponíveis a ações que pudessem, a princípio, atender todo Estado. A partir daí, iniciou-se o processo de construção de uma nova metodologia que pudesse dar conta dessa investida, que veio a gerar o projeto de construção do primeiro Centro Público de Economia Solidária – Estadual (CESOL), experiência pioneira no Brasil que será apresentado neste artigo. Os centros públicos territoriais vieram para complementar as ações do CESOL estadual e terão como abrangência o território de identidade⁶, em atendimento à política estadual de territorialização⁷.

6 Entende-se como território de identidade, o espaço onde há o reconhecimento coletivo (Pessoas, Organizações e Instituições) de uma trama de significados e sentidos próprios de um tecido social específico, que foram sendo adquiridos historicamente por mediação entre natureza e sociedade, como condição de habitante de um lugar, numa unidade espacial condicionada por recursos particulares a identidade se expressa em diferentes dimensões: sociocultural; geo-ambiental; político-institucional; econômica (SDT/MDA).

7 A política de territorialização é uma proposta que se iniciou com o Ministério de Desenvolvimento Agrário, adotada como estratégia de desenvolvimento no Estado da Bahia.

2.2.2. A construção coletiva das propostas de cada CESOL

A implantação de cada Centro envolve ampla participação dos atores territoriais, como as prefeituras, os empreendimentos de assessoria e fomento, universidades, sindicatos, escolas e órgãos públicos das três esferas do governo.

Há uma dupla preocupação durante este processo: 1) que a construção se dê de maneira coletiva e democrática, atentando para as especificidades da dinâmica de cada município/território; e 2) que haja empoderamento por parte dos atores locais com aquele equipamento público, de modo a se evitar um distanciamento e desconhecimento daquela estrutura, e fazer com que o Centro seja, de fato, um espaço à disposição da Economia Solidária.

Nesse sentido, a SESOL, além de ter como princípio o contínuo diálogo com a sociedade, aprende com experiências que já ocorreram no passado no Estado da Bahia, num momento em que as políticas eram construídas de cima para baixo, tornando a sociedade avessa àquele equipamento público.

2.2.3. Serviços do CESOL

Os Centros disponibilizarão espaço físico e serviços variados para o desenvolvimento e promoção da economia solidária na Bahia.

Podemos destacar os serviços e atividades desenvolvidas pelo CESOL a partir de seis tópicos fundamentais:

1. Comercialização – em espaços de “lojas solidárias”, os empreendimentos experimentarão as técnicas comerciais numa perspectiva do comércio justo e solidário e desenvolverão alternativas sustentáveis de estruturação do comércio. Tais lojas farão parte de um sistema estadual de comercialização integrado à agricultura familiar e aos sistemas de compras públicas.
2. Consultoria – uma equipe multidisciplinar⁸ de profissionais atua como instrutores/auxiliadores dos EES na gestão, legalização/formalização,

⁸ O quadro de técnicos do CESOL conta com profissionais das áreas de administração, contabilidade, direito, assistência social, design, turismo e pedagogia.

desenvolvimento de produtos, criação de identidade visual. Há, ainda, a figura do agente de desenvolvimento, que identifica as demandas através de um diagnóstico do empreendimento. Os serviços de consultoria se diferenciam da incubação, por se tratar de atividade que não tem uma dinâmica contínua de acompanhamento, quase diário, que o processo de incubação pressupõe.

3. Incubação – a incubadora tem por objetivo a incubação de redes de produção, comercialização e consumo incorporando os empreendimentos econômicos solidários, bem como o acompanhamento e monitoramento das diversas incubadoras fomentadas e apoiadas pelo programa Bahia Solidária.
4. Tecnologia – através de uma parceria com a Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), utilizando a metodologia dos Centros Digitais de Cidadania (CDC), os Centros promoverão o uso e a formação em tecnologias livres, além de formação no uso de softwares de gestão, controle, estoque, numa perspectiva de inclusão sociodigital.
5. Crédito – uma das maiores dificuldades⁹ dos EES é o acesso ao crédito. Com o objetivo de minimizar este entrave, o CESOL oferece microcrédito através do Programa de Microcrédito do Estado da Bahia, CrediBahia.
6. Articulação – uma das preocupações da SETRE/SESOL é não fazer sobreposição de ações com outros órgãos do Estado, sendo então, a transversalidade das ações uma busca incessante. Nesse sentido, cabe ao CESOL fazer a articulação com outros entes do Estado¹⁰ que realizam ações complementares às do Centro Público, promovendo a EcoSol como uma alternativa concreta de desenvolvimento, através de uma ação integrada. Na prática, é possível, por exemplo, contatar outro órgão para que este disponibilize um Engenheiro Agrônomo.

9 Conforme dados do SIES.

10 Podemos citar como exemplo de instituições: a Superintendência de Agricultura Familiar (SUAF), a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR).



O que podemos perceber, conforme sugere a figura, é que há uma interarticulação e uma complementação entre os serviços oferecidos pelo CESOL. Para ilustrar, um empreendimento que acessar o crédito pode contar com o serviço do administrador (consultoria) para melhor organizar a produção do grupo. Desta forma, os Centros Públicos buscam atuar e entender os EES na sua amplitude.

2.2.2 Gestão do CESOL

Os Centros Públicos de Economia Solidária deverão¹¹ ser geridos, conforme sugere o Termo de Referência da SENAES, por duas estruturas de gestão: uma de caráter consultivo e fiscalizador (Comissão Geral de Gestão) e outra de caráter executivo e administrativo (Coordenação Executiva).

A Comissão Geral de Gestão – CGG deve estabelecer seu regimento interno, definir o papel dos seus membros e, se for o caso, constituir outras

11 O CESOL Estadual funciona de maneira provisória até a conclusão das obras do prédio definitivo. Apesar disso, a CGG ainda não foi formada.

instâncias subordinadas a ele. Os atores envolvidos na construção e implantação da proposta de cada CESOL indicarão e definirão como se dará a composição e o funcionamento de cada Comissão. Na Comissão Geral (CGG) haverá forte participação dos movimentos sociais, em especial o de Economia Solidária, por meio do seu Fórum Baiano.

As atribuições da Coordenação Executiva deverão convergir para: controle e avaliação das atividades “fins” e atividades “meio” do Centro junto às entidades conveniadas, controle de gastos e uso dos recursos, executar as deliberações do CGG, prestar contas ao CGG mensalmente, dentre outras a serem regulamentadas.

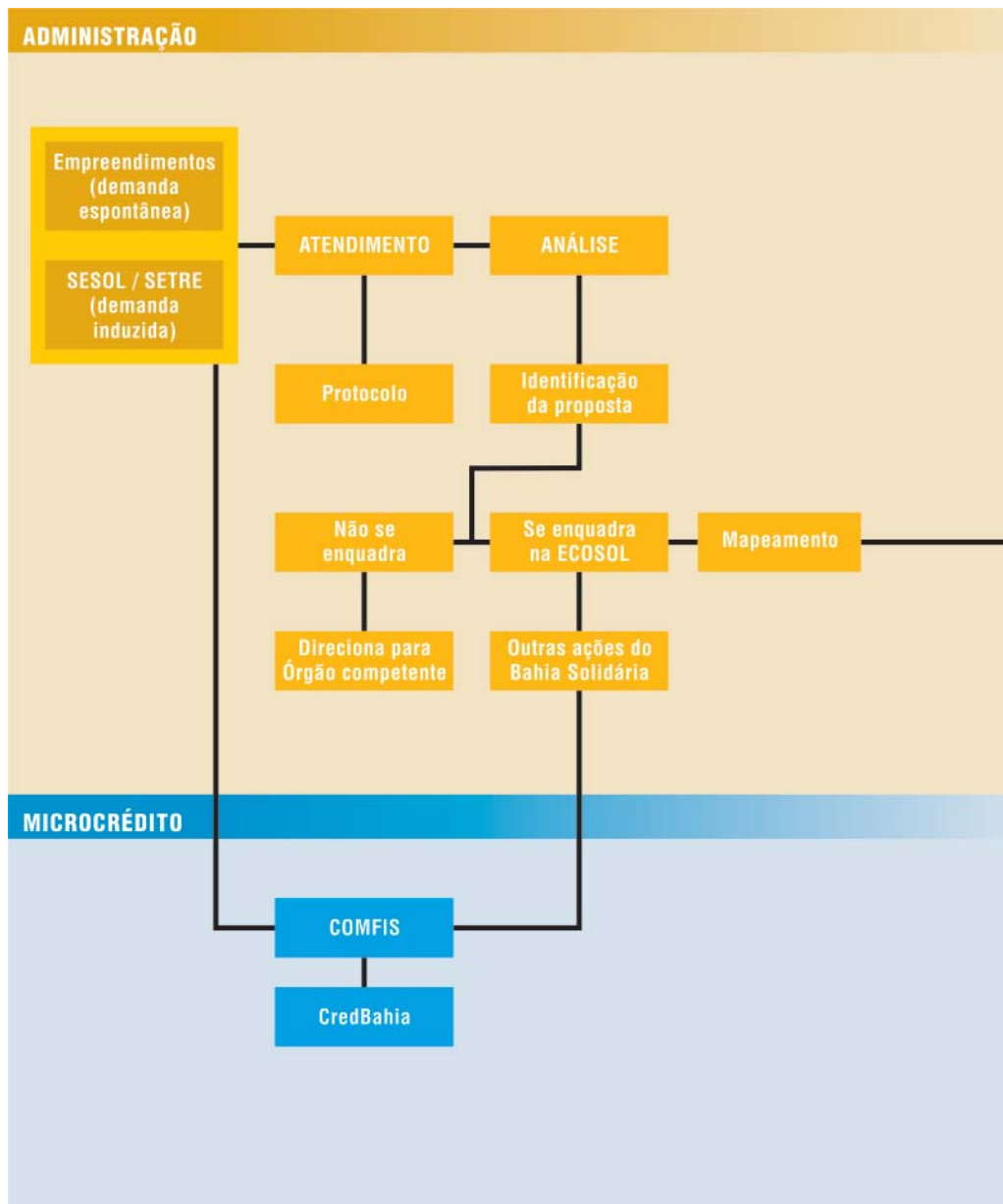
2.3. Perspectivas

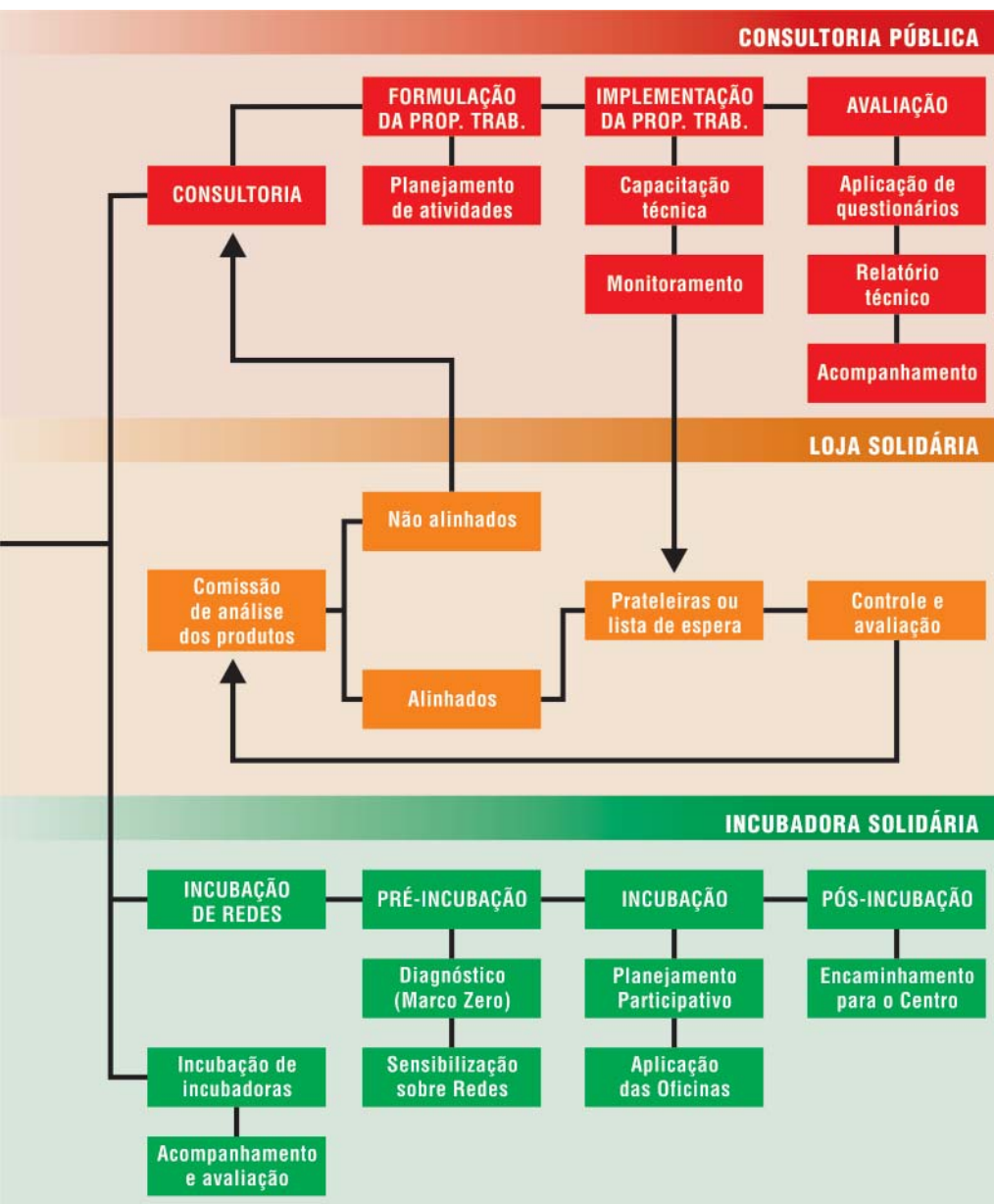
Nos primeiros meses de atuação do CESOL, foram realizados 52 atendimentos, entre oficinas, consultorias e diagnósticos organizacionais. Foram atendidas, direta e indiretamente, cerca de 1.500 pessoas, em vários municípios do Estado da Bahia, além da própria capital. Tais atendimentos foram categorizados em demanda espontânea (aquela em que o empreendimento procura o CESOL) e demanda induzida (quando o CESOL oferece e divulga oficinas, cursos de formação, nas diversas áreas de atuação do Centro).

O que já se pôde perceber durante este período de funcionamento do CESOL é que o Centro tem sido requisitado a dar suporte a outras ações da própria SETRE, assim como a outros órgãos do Estado, tais como a Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional (CAR), através do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR), através da sua política de tratamento de resíduos sólidos.

Um aspecto fundamental dos Centros é sua capacidade de articular-se com outros atores, já que possui participação decisiva de grupos organizados que desenvolvem um conjunto de atividades e interfaces com o setor público e outros setores, de forma geral. Tais características tornam os Centros Públicos de Economia Solidária (CESOL) uma estrutura pública capaz de dialogar com diversas políticas de geração de trabalho e renda, tendo como viés fundamental a temática da Economia Solidária.

Fluxograma do funcionamento do CESOL





3. O Projeto Estadual de Incubadoras de Empreendimentos de Economia Solidária

3.1. Antecedentes

A idéia de formular um projeto estadual de apoio à incubação de empreendimentos econômicos solidários parte da constatação, apontada por diversos autores da área, de que, para o alcance da sustentabilidade em iniciativas da economia solidária, é fundamental uma ação convergente e complementar de múltiplos atores e iniciativas do campo político, econômico e tecnológico, tais como universidades, órgãos governamentais e organizações da sociedade civil (Kraychete, 2000; Singer, 2002b; Coraggio, 2003; 2004 apud REIS, 2005). Diversos estudos e relatos têm apontado como relevante para a sustentabilidade de EES a disponibilidade de serviços de incubação e/ou assessoria de Entidades de Apoio e Fomento – EAFs.

Neste sentido, o Projeto estadual de incubadoras de empreendimentos de economia solidária visa estimular a economia solidária como estratégia de desenvolvimento territorial, por meio da criação e fortalecimento de incubadoras que atuem na mobilização e formação/qualificação dos trabalhadores/as sob o eixo da economia popular e solidária e desenvolver metodologias de incubação que tenham efetividade, principalmente, na promoção dos aspectos econômicos, políticos e sociais de sustentabilidade dos EES no estado.

A proposta de um projeto estadual de incubadoras vem ao encontro da necessidade de apoio a esses empreendimentos em expansão no Brasil e no estado da Bahia, que aliada a outras iniciativas em análise e implantação – como o Centro Público de Economia Solidária, o estímulo à agricultura familiar, a rede de formação de formadores –, pretende expandir e fortalecer um sistema local de apoio à Economia Solidária.

No âmbito do Projeto, compreende-se a Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários como um processo educativo que visa à transformação de um grupo em um empreendimento sustentável, gerando trabalho e renda. Este processo, fundamentado em uma metodologia de

trabalho que toma por referência a educação popular e valoriza a cooperação e a autogestão, busca oferecer e construir conjuntamente ferramentas para que os empreendimentos se tornem sustentáveis nos aspectos econômicos, sociais, políticos e de gestão.

As atividades formativas do processo de incubação representam um processo de construção conjunta das competências individuais e coletivas em que, ao lado do conteúdo programático regular, representam um “aprender fazendo”, propiciando vivências concretas de gestão do empreendimento econômico solidário em suas diversas faces, tendo em vista a consolidação e emancipação dos empreendimentos autogestionários.

A ação do incubador pode reduzir substancialmente os problemas com formação técnica, gerencial e sociopolítica, acesso ao crédito, tecnologias e métodos de gestão, dentre outros. Por outro lado, tal atividade, se não for executada de forma adequada, pode interferir negativamente na autonomia e na sustentabilidade das iniciativas de economia solidária, tanto no surgimento como na sua perenidade. É importante, portanto, a análise em torno das tecnologias sociais que têm sido utilizadas nos processos de incubação, bem como os resultados alcançados pelos empreendimentos em relação, principalmente, aos aspectos de autogestão, cooperação e coesão social, além das questões tradicionais como eficiência econômica, dentre outras.

A incubadora é uma das ações do Programa Bahia Solidária, que, em sua estratégia de implementação, tem primado pela articulação entre as diversas entidades públicas e da sociedade civil, para que os projetos tenham eficiência, eficácia e efetividade.

A concepção inicial do projeto vai ao encontro de uma nova estratégia de incubação que começou a ser disponibilizada aos empreendimentos: as Incubadoras Públicas desenvolvidas por meio de Prefeituras Municipais. Este formato, de Incubadora Pública, já está sendo praticado em municípios de outros estados da Federação, como Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo.

Considerando o caráter pioneiro e inovador da proposta no âmbito de uma política pública estadual, optou-se pela formação do que se convencionou chamar de Comitê Propositivo para a construção democrática

do projeto, contando com representações da SESOL/SETRE, Rede de ITCPs, Fundação Banco do Brasil, Rede UNITRABALHO, Fórum Metropolitano de Cooperativas. Tal comitê se reuniu a convite da SETRE/SESOL por diversas vezes para discutir elementos conceituais, metodológicos e operacionais do Projeto.

Diante deste novo cenário, a equipe técnica realizou pesquisas, participou de seminários (a exemplo do Seminário Tecnologia Social, Incubação de Empreendimentos Solidários e Políticas Públicas realizado pela FASE) e realizou visitas técnicas para conhecer sobre políticas públicas de economia solidária, concretizadas através de Incubadoras e Centros Públicos, tendo em vista o seu caráter inovador e pioneiro em âmbito estadual.

Destaca-se, neste ponto, a realização de visitas técnicas de campo, em dezembro de 2007, com o objetivo de conhecer duas experiências que vêm se tornando referência nacional em termos de Política Pública de Economia Solidária – Osasco (SP) e Londrina (PR). Em Osasco, estão em funcionamento duas estruturas públicas de apoio e fomento à economia solidária: o Centro Público de Economia Solidária e a Incubadora Pública de Economia Solidária, ações estas desenvolvidas no âmbito da Secretária de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão. Já em Londrina, o destaque em termos de apoio e fomento aos empreendimentos solidários é o Centro Público de Economia Solidária, um projeto que envolve diversas secretarias municipais. Uma outra iniciativa pesquisada foi a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), que implantou incubadoras públicas em três municípios da região metropolitana de Recife (Recife, Olinda e Paulista).

Foi feito também o levantamento de políticas públicas correlatas e articulação com outras secretarias estaduais da Bahia, tais como a Secretaria da Agricultura (SEAGRI), Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) e Secretaria de Indústria e Comércio (SICM). Paralelamente, a equipe também buscou realizar o levantamento de municípios onde existissem máquinas e equipamentos já adquiridos pelo estado, que poderiam ser reativados através do Programa.

Os estudos e pesquisas realizados, bem como as discussões do Comitê Propositivo, aliados à experiência prática da equipe técnica, convergiram

para a construção do Projeto. Em seguida, a SETRE/SESOL passou a trabalhar nas estratégias de implementação do ponto de vista formal/institucional. Neste momento, foi necessária a realização de alguns ajustes na proposta inicial, tendo em vista direcionamentos estratégicos da SETRE e os limites do ponto de vista jurídico. A partir de então, ficou definida a classificação e apoio às incubadoras em quatro modalidades para o ano de 2008: Incubadoras Universitárias, Temáticas, Territoriais e a Incubadora Central do Estado da Bahia. Destas, três serão operacionalizadas através de seleção pública (edital) por entidades da sociedade civil e universidades e uma através de execução direta pelo Estado. Seria implantada também uma modalidade de Incubadora Pública, em articulação com as prefeituras, a exemplo do que foi feito em Osasco e Londrina; no entanto, tendo em vista o fato de 2008 ser um ano de eleição municipal – o que dificulta a articulação e o conveniamento – optou-se por não incluir estes entes como executores possíveis neste ano, mas apenas a partir de 2009.

Ressalte-se que, tendo em vista as demandas apontadas de investimento direto nos empreendimentos econômicos solidários, o Projeto incorpora, além dos investimentos necessários à implantação e funcionamento das incubadoras, investimentos nos grupos econômicos solidários. Este é um diferencial, por exemplo, com relação ao PRONINC, que foca sua ação no apoio exclusivo às incubadoras universitárias.

Apresentamos, abaixo, as modalidades de incubadora do Projeto Estadual de Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários: Incubadoras Universitárias, Temáticas, Territoriais e Central.

Modalidade A – Incubadora Universitária de EES

É uma organização pertencente à Instituição de Ensino Superior e Pesquisa ou Centros Tecnológicos, públicos ou privados, formada por equipes multidisciplinares, compostas por professores, funcionários, alunos de graduação e de pós-graduação que valoriza a interação do meio acadêmico com a comunidade, em atividades de economia solidária e que visam efetivas soluções de transformação social.

Modalidade B – Incubadora Temática de EES

As incubadoras temáticas representam um tipo de incubadora dedicada à incubação de empreendimentos de economia solidária que atuem em um segmento produtivo específico, fomentando a sua articulação em cadeias produtivas locais ou redes de produção, de comercialização e de consumo.

A proposta das incubadoras temáticas surgiu a partir de um trabalho realizado em parceria da SETRE/SESOL com duas instituições do Estado durante o ano de 2007 – a Bahia Pesca, empresa vinculada à Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia (Seagri) e o Instituto de Artesanato Visconde de Mauá, autarquia vinculada à SETRE. Nesta atuação conjunta, a SESOL atuava nos aspectos relativos à economia solidária e as outras instituições operavam a área técnica, *expertise* das referidas instituições. Com o Bahia Pesca, foi feita uma parceria para formação em economia solidária para pescadores e marisqueiras baianos. A avaliação das oficinas de formação em economia solidária, a despeito de uma carga horária limitada (aproximadamente 20 para cada comunidade, totalizando 14 comunidades atendidas), demonstrou um efeito positivo no público, que manifestou o interesse na continuidade do trabalho, assumindo um contorno de incubação. A definição dos locais onde serão instaladas estas incubadoras no ano de 2008 leva em conta considerações do Bahia Pesca e da sociedade civil, a exemplo da Rede MangueMar e das comunidades locais, priorizando as Reservas Extrativistas (Resex). Já com relação ao Instituto Mauá, foram realizadas em 2007 ações com a Comunidade quilombola de Dandá e com os grupos de Fundo de Pasto de Oliveira dos Brejinhos, Canudos, Jaguarari e Senhor do Bonfim, atendendo a demandas dessas comunidades, voltadas para a formação em economia solidária. Diante da necessidade de continuidade, serão operacionalizadas incubadoras temáticas no segmento artesanato.

Modalidade C – Incubadora Territorial de EES

Estas incubadoras terão como foco a incubação de empreendimentos econômicos solidários de um determinado Território de Identidade, que visa aproximar a vocação e estratégia territorial com o objetivo de desenvolver a cadeia produtiva característica da região beneficiária e estimular a formação de redes.

Estas incubadoras poderão estar articuladas ou não aos Centros Públicos de Economia Solidária a serem instalados em Salvador e nos municípios de Vitória da Conquista (Território de Vitória da Conquista) e de Feira de Santana (Território Portal do Sertão). Outros municípios que têm especial atenção são os de: Santo Antonio de Jesus, por conta da problemática dos fogos de artifícios; e o de Senhor do Bonfim, que constitui uma grande referência em economia solidária na Bahia. Ressalte-se que, apesar do destaque destes Territórios, as propostas virão da sociedade civil organizada, e poderão contemplar outros Territórios de Identidade da Bahia.

Modalidade D – Incubadora Central do Estado da Bahia

Esta incubadora situa-se no Centro Público Estadual de Economia Solidária (CESOL), no município de Salvador, mas assume uma abrangência de atuação em todo o estado da Bahia. A operacionalização desta incubadora é feita de forma direta pelo estado e, para tanto, foi contratada uma equipe formada por profissionais de contabilidade, administração, serviço social, pedagogia e de agentes de desenvolvimento de nível médio. Esta incubadora assume prioritariamente dois focos de atuação: a implantação, acompanhamento e monitoramento das ações das incubadoras instaladas, sejam elas universitárias, temáticas ou territoriais; e a incubação de redes solidárias.

A atuação da equipe, dentro do primeiro foco de atuação, incluirá a mobilização, formação das equipes locais de incubação, acompanhamento e monitoramento das atividades e dos indicadores de incubação, avaliação dos resultados, sistematização e disseminação. Já com relação ao segundo foco, a Incubadora Central terá uma função de fomentar e incubar a constituição e funcionamento de redes, mas a gestão será de responsabilidade daqueles que fazem parte de cada rede, tendo em vista características como descentralização, gestão participativa, coordenação e regionalização que visam assegurar a autodeterminação e a autogestão de cada organização e da rede como um todo. A articulação de redes representa uma estratégia de integração entre empreendimentos econômicos solidários de produção, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares em um movimento de realimentação e crescimento conjunto

sustentável (Mance, 2003).¹² O objetivo básico da rede é remontar de maneira solidária as cadeias produtivas, integrando produtores de diversas etapas do processo produtivo (de matérias-primas, insumos, produtos finais, serviços, etc.), corrigindo fluxos de valores nos produtos típicos do mercado capitalista, evitando, por exemplo, a atuação dos “atravessadores”, gerando novos postos de trabalho e distribuindo renda, com a organização de novos empreendimentos para satisfazer às demandas geradas pela própria rede, agregando valor à produção e estimulando o fortalecimento de cada empreendimento e da rede como um todo.

Ressalte-se que até que seja efetuada a instalação das demais incubadoras apoiadas pelo governo do Estado da Bahia, a equipe técnica da incubadora central vem atuando também na realização de oficinas temáticas atendendo às demandas dos empreendimentos solidários baianos. Tais oficinas envolvem conteúdos, como: contabilidade, gestão, relações interpessoais, economia solidária, elaboração de projetos, entre outros. Estas ações também vêm sendo desenvolvidas pela equipe do CESOL.

3.2. Estratégia de implementação – 2008

O formato assumido pelas Incubadoras de Empreendimentos de Economia Solidária será moldado de acordo com as especificidades do *locus* de implementação. Neste sentido, diversos formatos são possíveis, tendo em conta a participação do tripé Estado, Sociedade Civil e Universidades. Portanto, para a execução desta política, poderão se candidatar: instituições públicas ou privadas de pesquisa e ensino superior, centros tecnológicos e entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, com notório conhecimento em economia solidária, desde que estejam em consonância com as diretrizes do Projeto Estadual.

Em 2008, duas parcerias foram oficializadas por meio de dois convênios, um com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB e a Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECTI) e outro com o Instituto de Artesanato Visconde de Mauá. A parceria estabelecida com a

12 MANCE, E. Economia do trabalho. In: CATTANI, Antonio David (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 35-45.

FAPESB/SECTI deve-se ao fato de que a atividade de incubação relaciona-se e implica no desenvolvimento e difusão de tecnologias sociais e a FAPESB é uma fundação que tem por missão “*viabilizar ações de ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento sustentável da Bahia*”. Ao lado disto, está a experiência da FAPESB quanto à realização de chamadas públicas através de edital. A parceria visa apoiar a geração de trabalho e renda em atividades de Economia Solidária por meio da implantação, apoio, fortalecimento e funcionamento de Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários; e fomentar ações de melhoria da infraestrutura e da gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários, o que deverá ser operacionalizado através da seleção de propostas.

O outro convênio firmado envolve a ação articulada com o Instituto de Artesanato Visconde de Mauá, instituição vinculada à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, e relaciona-se com a finalidade desse Instituto de “*executar a política de preservação, fomento, promoção e comercialização do artesanato baiano*”. Sua área de atuação envolve o fomento à produção, através da organização e fortalecimento dos núcleos de produção, associações e cooperativas, promovendo um estímulo a qualificação dos artesãos, apoio e incentivo a divulgação do artesanato baiano por meio da promoção e comercialização de produtos, sem perder de vista o resgate e a preservação das raízes culturais do artesanato¹³. Esta ação será complementada com as atividades das incubadoras, dando continuidade ao trabalho já realizado durante o ano de 2007. Serão investidos com o Instituto MAUÁ o montante de R\$ 760 mil para aplicação nas incubadoras temáticas e nos empreendimentos em processo de incubação.

Uma vez definida a estratégia, a SESOL passou a divulgar a incubadora e a previsão de lançamento dos editais. Foram realizadas apresentações em municípios de 14 Territórios de Identidade do Estado¹⁴, tendo como público universidades e organizações da sociedade civil.

13 Disponível em <http://www.maua.ba.gov.br/>.

14 Foram visitados os seguintes Territórios de Identidade: Irecê, Sertão do São Francisco, Semi-Árido, Sisal, Vitória da Conquista, Sertão Produtivo, Recôncavo, Litoral Sul, Piemonte do Paraguaçu, Bacia Rio Corrente, Portal do Sertão, Extremo Sul e Oeste Baiano

Em setembro de 2008, foi lançado pela FAPESB um edital para seleção de propostas de incubadoras universitárias, territoriais e temáticas no segmento pesca, no valor global de R\$ 4 milhões. O valor máximo por proposta submetida foi estipulado em R\$ 235 mil, com vigência de 24 meses. Os recursos destinam-se não apenas a investimento na incubadora, mas também aos empreendimentos incubáveis, o que será registrado no formulário *on-line* da proposta.¹⁵

A realização do Projeto Estadual de Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários possibilitará a transferência de conhecimento a setores historicamente excluídos economicamente, em uma escala maior do que as universidades e entidades da sociedade civil têm feito, possibilitando a redução da pobreza através da formação e inserção produtiva em empreendimentos econômicos sustentáveis.

Considerações finais

A criação da Superintendência de Economia Solidária – SESOL no âmbito da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes – SETRE, do Governo da Bahia, determina, com concretude institucional, a formulação e execução de uma política pública voltada para outro modelo de desenvolvimento, com princípios e práticas que respeitam o trabalhador, com base na produção coletiva, propriedade comum dos meios de produção, autogestão, respeito ao meio ambiente, viabilidade socioeconômica, respeito às minorias, relações democráticas, trabalho decente e livre.

O intento almejado não se revela fácil no contexto de uma sociedade capitalista hegemônica, o que significa ser imprescindível uma intensa e continuada sensibilização e formação derredor dos alicerces teórico e prático que fundamentam a transformação do atual modo de produção e distribuição de riquezas, assim como uma capacitação técnica e gerencial que sustentem o funcionamento dos grupos produtivos solidários.

A política pública desenvolvida pela SETRE/SESOL – o Programa Bahia Solidária – prevê ações de formação, divulgação, fomento e crédito

15 O edital está disponível no site da FAPESB (www.fapesb.ba.gov.br)

produtivo aos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária da Bahia, promovendo ações e instrumentos para a organização e sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários em suas diversas dimensões: social, política, econômica e de gestão.

A estratégia de ação adotada pela SETRE/SESOL tem como elementos fundamentais a construção democrática e execução articulada em parceria com outras instituições do Estado – seja na esfera federal, estadual ou municipal – e com a sociedade civil organizada, através de entidades de assessoria e fomento e de empreendimentos coletivos, além de Fóruns Nacionais e Estaduais.

Sabe-se que o todo é sempre maior que a soma das partes, pois outros elementos dinamizadores são agregados a esta operação, como a participação sociopolítica dos trabalhadores, que decidem a respeito dos seus próprios destinos, e por isso as incubadoras, centros públicos e demais ações do Bahia Solidária poderão ser a motivação e elemento catalisador de um desenvolvimento que ultrapassa as fronteiras de cada grupo produtivo, alcançando territórios e o Estado.

Os Centros Públicos e Incubadoras, em conjunto, são ações que atendem a grandes necessidades e demandas dos empreendimentos econômicos solidários, tais como: espaço de comercialização, de acesso ao crédito, de assistência técnica, de formação técnica, gerencial e sociopolítica, entre outros. No entanto, é importante frisar que os mesmos não respondem por todas as demandas da totalidade de empreendimentos de economia solidária da Bahia, mas são partes fundamentais de uma política pública estadual de caráter estruturante para o setor, permitindo maior participação da sociedade civil no processo de formulação desta política pública estadual e controle social sobre a mesma.

A Bahia avança para consolidação desse novo momento, na confiança de conferir solidez a essa outra economia e garantir o legítimo espaço para que prospere a vida digna num mundo do trabalho onde as oportunidades decentes se revelem, não apenas pelas garantias da formalidade – carteira de trabalho assinada, seguridade social etc. – mas, principalmente, pela via da lógica inclusiva e libertadora do Trabalho Solidário.

Referências bibliográficas

- FRANÇA FILHO, Genauto. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, SEI, v.12, n.1, p. 9-20, jun. 2002.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Atlas da Economia Solidária no Brasil – 2005*. Brasília: MTE, SENAES, 2006.
- MOURA, Suzana; MEIRA, Ludmila. Desafios da gestão em empreendimentos solidários. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, SEI, v.12, n.1, p. 77-85, jun. 2002.
- SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- SOUZA, Gleide; VASCONCELOS, Nilton. Desafio e Sobrevivência das Cooperativas Populares: Estudo de caso de quatro empreendimentos em Salvador. In: *Revista ETC*, n. 2. Salvador: CEFET, 2004.
- REIS, Tatiana. *A Sustentabilidade em Empreendimentos da Economia Solidária: Pluralidade e Interconexão de Dimensões*. 201f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

2 Tecnologia social e incubadoras públicas: a experiência do Programa Osasco Solidária

Dulce Helena Cazzuni, Sandra Faé Praxedes Silva e Maria Paula Patrone Regules*

Introdução

A proposta do texto é tornar pública a experiência que vem sendo construída e acumulada pelo Programa de Economia Popular e Solidária de Osasco, com destaque para a experiência de incubação, através da Incubadora Pública de Empreendimentos Populares e Solidários/IPEPS. A Incubadora iniciou suas atividades no final de 2004, compreendendo parte de uma política pública, o que reforça a responsabilidade de registro e divulgação dos conhecimentos acumulados, potencializando os significados da intervenção para além do tempo e do espaço a que estão circunscritas.

Apresentaremos um breve relato sobre a implementação da Política e do Programa de Economia Solidária, com destaque para a Incubadora Pública de Empreendimentos Populares e Solidários: sua razão de ser, seus objetivos e os significados que espera ter para os cidadãos de Osasco.

Fazendo parte da região metropolitana de São Paulo, o município de Osasco apresenta uma dinâmica econômica bastante marcada pelos movimentos da industrialização. O município experimentou um crescimento acelerado durante a década de 1950, com a instalação de indústrias têxteis e metal-mecânicas. Na década de 1960, a cidade foi palco de lutas e reivindicações, visando tanto à emancipação da cidade (em 1962) quanto à

* Gestores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão de Osasco.

promoção de melhoria das condições da vida operária (do qual o exemplo mais conhecido é a greve de 1968)¹⁶.

Como sabemos, já no final da década de 1970, o “milagre do crescimento” dava sinais de que estava chegando ao fim. A crise que se iniciava ali duraria muitos anos, durante os quais a população conviveu com altas taxas de inflação, aumento crescente das taxas de desemprego, sucessivos planos econômicos que não melhoravam em nada a situação (a não ser pelo fato de que facilitavam as contas, ao “cortar os zeros” que se somavam à nossa moeda conforme ela se desvalorizava...). A situação não era nada boa e é por essa razão que se falou muito dos anos 80 como uma década perdida, na qual o país cresceu quase nada e assistimos, um pouco tontos, as promessas de progresso serem desfeitas.

Ao longo dos anos 90 a crise pareceu estar sendo controlada: veio o Plano Real e a estabilidade da moeda; vieram as eleições, que aumentaram as esperanças de que finalmente estávamos aprendendo a jogar conforme o jogo democrático. Mas o fato é que também veio a abertura econômica e o aumento da concorrência para a indústria nacional que já vinha sofrendo desde a década de 80. Não foram poucas as empresas que faliram, fecharam, se mudaram (para outro município, estado ou país), enfim: a crise econômica ainda não estava ultrapassada e, para complicar mais a situação, as regras do jogo haviam se modificado.

Osasco não escapou das consequências destas crises. Tendo uma economia baseada principalmente no setor industrial, a cidade sofreu com os fechamentos e deslocamentos das indústrias (que partiam em busca de maiores incentivos fiscais e de trabalhadores com “menos cultura operária”, isto é, menos sindicalizados e menos organizados). Ainda, seguindo o movimento mais geral da economia da Região Metropolitana de São Paulo, a diminuição dos postos de trabalho localizados na indústria foi acompanhada de um aumento no setor de serviços.

16 A organização coletiva e a mobilização em torno de necessidades e demandas populares são características da experiência de cidadania da população de Osasco. Sobre o tema, ver: NASCIMENTO, Cláudio. Do ‘beco dos sapos’ aos Canaviais de Catende. Brasília, Secretaria Nacional de Economia Solidária/Ministério do Trabalho e Emprego, 2005 e Caderno CEBRAP 5 – Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco 1968, São Paulo, CEBRAP, (sem data).

Por um lado, essa era uma boa notícia: afinal, em algum lugar do mercado de trabalho ainda havia empregos! Mas, os trabalhadores, em especial aqueles que tinham trabalhado em empresas grandes e indústrias, sabiam na prática que se tratava de empregos de pior qualidade, com salários mais baixos e menos direitos associados.

Toda essa história fez com que, a exemplo de outras cidades, Osasco chegasse ao século XXI com diversas áreas e setores da população à margem do desenvolvimento econômico e social¹⁷.

Como não poderia deixar de ser, as consequências das transformações no mundo do trabalho para os cidadãos provocaram as políticas públicas municipais a repensar suas estratégias de enfrentamento da pobreza e da falta de trabalho. Algumas experiências começaram então a surgir, entre elas, a de fomento à Economia Solidária como estratégia de inclusão social e geração de trabalho e renda.

Alguns municípios foram pioneiros nessas políticas, como: Porto Alegre/RS, Recife/PE, Guarulhos, Santo André e São Paulo – na gestão Marta Suplicy (2000-2004). Este último desenvolveu o Programa Oportunidade Solidária, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Trabalho e Solidariedade.¹⁸

No caso de Osasco, a gestão do prefeito Emídio de Souza (2005-2008) implementou uma estratégia integrada de desenvolvimento social e econômico por meio da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão (SDTI). Esta estratégia se desenvolve a partir de três linhas diferentes de ação, que se complementam para alcançar o objetivo de ruptura com o ciclo estrutural da pobreza: 1) programas redistributivos; 2) programas emancipatórios e 3) programas de desenvolvimento.

Aos programas redistributivos cabe a tarefa de melhorar as condições imediatas de vida da população em situação de pobreza. Por isso,

17 Para uma descrição e reflexão sobre a situação da população de Osasco, ver os dados apresentados em GUERRA, Alexandre; CAZZUNI, Dulce & COELHO, Rodrigo (Orgs.) Atlas da Exclusão Social de Osasco: alternativas de desenvolvimento, trabalho e inclusão. Osasco, SDTI/PMO, 2007.

18 No livro *Outra cidade é possível – Alternativas de inclusão social em São Paulo*, organizado por Marcio Pochmann, o leitor encontra uma descrição cuidadosa da estratégia adotada em São Paulo. O livro foi publicado em São Paulo, pela Cortez Editora, em 2003.

tratam-se principalmente de ações de transferência de renda (além de seu próprio programa, o município trabalha em parceria com os governos estadual e federal).

Os programas emancipatórios, como o nome sugere, são os que buscam “alavancar” a independência e a sustentabilidade dos beneficiários de maneira a que, após receberem alguma forma de apoio (capacitação, crédito e/ou assessoria), possam gerar trabalho e renda suficiente para garantir seu sustento.

Finalmente, os programas de desenvolvimento visam organizar ações no território, como a intermediação de mão-de-obra realizada pelo Programa Osasco Inclui, por exemplo, e as ações pertinentes à gestão da informação e desenvolvimento de sistemas, à elaboração de estudos e pesquisas, bem como à implantação de Centros de Inclusão Digital através do Programa Osasco Digital.

1. O Programa Osasco Solidária

Dentre os programas emancipatórios, encontra-se o Programa Osasco Solidária¹⁹, instituído pela Lei Ordinária nº 3.978 de 27/12/2005, que estabelece princípios fundamentais e objetivos da política de fomento à economia popular e solidária do município de Osasco. Como não poderia deixar de ser, o marco legal nasce de debates e reflexões específicas do município de Osasco, mas também é fruto das discussões de políticas públicas de economia solidária aprofundadas em programas que ao longo dos últimos anos vêm sendo executados em outros municípios e estados. Merece salientar a importância da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, na construção, em nível nacional das Políticas Públicas de Economia Popular e Solidária. A Rede configura-se como uma articulação de gestores e gestoras de governos municipais e estaduais, criada para proporcionar a interlocução, interação, sistematização e proposição de políticas públicas governamentais, além de realizar projetos comuns para o fomento e o desenvolvimento da economia popular solidária.

19 O Programa Osasco Solidária foi instituído pela Lei nº 3978, de 27 de dezembro de 2005.

Assim, foram construídos os objetivos da Política de Fomento à Economia Popular e Solidária de Osasco, dentre os quais, destacamos:

“contribuir para a erradicação da pobreza e da marginalização, reduzindo as desigualdades sociais no Município de Osasco; contribuir para o acesso dos cidadãos ao trabalho e à renda, como condição essencial para a inclusão e mobilidade sociais e para a melhoria da qualidade de vida; fomentar o desenvolvimento de novos modelos sócio-produtivos coletivos e autogestionários, bem como a sua consolidação, estimulando inclusive o desenvolvimento de tecnologias adequadas a esses modelos; incentivar e apoiar a criação, o desenvolvimento, a consolidação, a sustentabilidade e a expansão de empreendimentos populares e solidários, organizados em cooperativas ou sob outras formas associativas compatíveis com os critérios fixados nesta lei; estimular a produção e o consumo de bens e serviços oferecidos pelo setor da Economia Popular e Solidária; fomentar a criação de redes de empreendimentos populares e solidários e de grupos sociais produtivos, assim como fortalecer as relações de intercâmbio e de cooperação entre os mesmos e os demais atores econômicos e sociais do território onde estão inseridos; promover a intersetorialidade e a integração de ações do Poder Público Municipal que possam contribuir para a difusão dos princípios e objetivos estabelecidos nesta lei; criar e dar efetividade a mecanismos institucionais que facilitem sua implementação”.²⁰

Para os efeitos da política pública de fomento à Economia Popular e Solidária, serão considerados empreendimentos populares e solidários aqueles organizados sob a forma de cooperativas, associações, grupos comunitários para a geração de trabalho e renda, empresas que adotem o princípio da autogestão equitativa, redes solidárias e outros grupos populares que preencham os requisitos legais necessários à formalização da pessoa jurídica e que possuam as seguintes características: serem organizações econômicas coletivas e suprafamiliares permanentes, compostas de trabalhadores urbanos ou rurais; serem os membros do empreendimento proprietários do patrimônio, caso exista; serem empreendimentos

20 Objetivos da Política e do Programa Osasco Solidária, Lei nº 3.978, de 27 de dezembro de 2005.

organizados sob a forma de autogestão, garantindo a administração coletiva e soberana de suas atividades e da destinação dos seus resultados líquidos a todos os seus membros; terem adesão livre e voluntária dos seus membros; desenvolverem cooperação com outros grupos e com empreendimentos da mesma natureza; buscarem a inserção comunitária, com a adoção de práticas democráticas e de cidadania; desenvolverem ações condizentes com a função social da empresa e a preservação do meio ambiente.

Osasco torna-se uma das cidades no País (como é o caso também do município de Santo André) a estruturar uma Incubadora Pública de Empreendimentos Econômicos Populares e Solidários – IPEPS. Sua criação, estratégias e metodologia significaram um grande avanço no campo das políticas públicas e uma das maiores conquistas do Programa implantado no município.²¹

Até então, existiam no Brasil iniciativas semelhantes ligadas às universidades e ao terceiro setor, com a função de apoiar e fomentar novos modelos visando à geração de trabalho e renda de forma coletiva. Essas experiências demonstraram a necessidade de ações concretas do ponto de vista da gestão pública, desde a construção de uma legislação específica; regulação de fundos estáveis para financiamento das políticas; mecanismos para a participação e o controle social; até a criação de espaços que possam ser referência para a população. E é exatamente este o caminho que Osasco vem trilhando.

2. A Incubadora Pública de Empreendimentos Populares e Solidários – IPEPS

A Incubadora Pública de Empreendimentos Populares e Solidários – IPEPS é uma das ações da Prefeitura Municipal de Osasco, através da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão, que integra o Programa Osasco Solidária. Sua tarefa é apoiar empreendimentos econômicos e solidários de modo que se estruturem e alcancem viabilidade econômica e associativa,

21 Caderno Construindo uma Economia Mais Justa e Solidária. Osasco, 2008.

gerando trabalho e renda, funcionando de acordo com os princípios da economia solidária (Decreto Nº 9.823, Artigo 2º).

A Incubadora Pública, criada no dia 4 de outubro de 2007 pelo Decreto Nº 9.823, constitui um espaço público destinado às ações de fomento ao processo de incubação, de apoio à organização, consolidação e sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários sediados no Município de Osasco (Artigo 2º).

Do início de 2006 até março de 2008, o Programa Osasco Solidária, através da Incubadora Pública de Empreendimentos Populares e Solidários, já sensibilizou 10.087 pessoas do município de Osasco; atendeu em processos de pré-incubação aproximadamente 3.471, e em processos de incubação, 626 pessoas. Atualmente, a Incubadora apóia e orienta 27 empreendimentos. Destes, oito já estão constituídos juridicamente (dois como cooperativas do segmento da Reciclagem – a Coopernatuz e a Coopermundi; um empreendimento na área cultural, denominado Boca de Pano; dois na área da alimentação – Meninas do Quilombo e Camafeu Dourado; dois na área de costura e confecção, a Unitrama e o C.C.O – Cooperativa de Costura de Osasco; e um na área do artesanato/rede). Os demais empreendimentos encontram-se em diferentes estágios no processo de Incubação.

Portanto, ao mesmo tempo em que existe o equipamento público – enquanto espaço de referência e de apoio aos Empreendimentos de Economia Solidária –, a ação de incubação vem sendo desenvolvida de forma descentralizada em todo o território do município de Osasco, com atividades prioritárias organizadas nas seguintes áreas: formação e incubação; apoio à capacitação técnica, tecnológica e profissional; apoio à constituição de espaços de intercâmbio e de redes solidárias de produção, consumo e comercialização, conhecimento e informação; apoio à pesquisa, inovação, desenvolvimento e transferência de tecnologias à finalidade do negócio; assessoria técnica nas áreas de gestão financeira, contábil, econômica e jurídica; apoio ao acesso de linhas de crédito e às políticas de investimento social.

Podemos dizer, portanto, que a criação da Incubadora Pública de Empreendimentos Populares e Solidários – IPEPS, como parte de uma política pública de desenvolvimento e geração de trabalho e renda, encontra seu

sentido no momento em que o mundo do trabalho, tal qual o conhecíamos, deixa de existir. É certo que ainda existem empregos, mas é ainda mais certo que existem em número insuficiente para incluir toda a população em idade de trabalhar. Então, qual alternativa resta àqueles que não encontram emprego?

A aposta da Prefeitura Municipal de Osasco é a de que espaços no mercado de produtos, bens e serviços podem ser ocupados por empreendimentos populares e empreendimentos econômicos solidários – EES. Mas as chances dessa inserção aumentam quando estes trabalhadores têm a possibilidade de acessar instrumentos como: capacitação técnica e em gestão, tecnologias e microcrédito.

A idéia de incubadora de EES é bastante nova para o público que vem sendo atendido e, por isso, numa das reuniões com os empreendimentos, um membro de um dos grupos comentou “estou muito feliz de estar aqui participando da ‘estufa!’”. Todo mundo caiu na gargalhada... Mas o fato é que talvez a *estufa* seja mesmo uma imagem mais adequada para pensarmos sobre o papel de uma Incubadora de Empreendimentos/EES.

Na Incubadora, os EES recebem apoio. Mas esse apoio não é total e irrestrito: a responsabilidade é compartilhada. A Incubadora entra com a água, a terra mais rica em adubo, a proteção contra as dificuldades de um pequeno negócio (em especial no que se refere à gestão financeira e da produção). Mas cabe à planta, isto é, ao empreendimento, a tarefa de aproveitar todo esse cuidado para se desenvolver o máximo possível.

No caso da Incubadora de Empreendimentos Populares e Solidários de Osasco, o apoio consiste tanto na *assessoria direta* aos grupos/empreendimentos econômicos solidários quanto na *qualificação* dos indivíduos que compõem esses grupos/empreendimentos, por meio de atividades de formação socioeducativas, capacitações, oficinas e cursos para a gestão do empreendimento. Além dos cursos e assessorias desenvolvidos junto aos grupos, a Incubadora também procura estimular experiências de produção e comercialização mais coletivas, possibilitando que os empreendimentos saiam da incubação com experiências concretas. Desta forma, também tenham como perspectiva estratégias coletivas de produção e comercialização, aumentando a viabilidade econômica dos EES e visando o desenvolvimento local sustentável.

Como vimos anteriormente, o objetivo da incubação é apoiar os empreendimentos econômicos solidários de modo que eles alcancem a viabilidade em duas dimensões: a associativa e a econômica.²²

Ambas as dimensões são fundamentais para a estruturação do empreendimento, já que estamos tratando aqui de iniciativas que são econômicas, mas que também devem ser autogestionárias. Não adianta colocar todas as fichas em apenas uma dessas dimensões: sem produzir e comercializar, o empreendimento não gera trabalho, nem renda e está fadado a fechar. Por outro lado, sem o trabalho de forma cooperativa no grupo (discutindo seus problemas, zelando para as relações serem de confiança e diálogo), o empreendimento pode até ter viabilidade econômica, mas não se construirá dentro dos valores e princípios propostos pela Economia Solidária e a tendência, nesses casos, é o grupo ir desaparecendo.

Todo o processo tem como referência alguns pressupostos que embasam a metodologia de incubação da IPEPS, são eles: o EES é o núcleo gerador de todas as atividades de incubação; a unidade de intervenção da incubadora é o grupo e não o indivíduo; a Incubação é um processo de educação, em que há troca, ensino e aprendizagem; o trabalho de facilitação da formação de grupos implica em possibilitar momentos rituais, que possam referenciar a experiência do grupo; grupos que têm metas definidas em conjunto visualizam com mais clareza suas conquistas e suas limitações e correm menos risco de desanimar frente aos períodos de dificuldade; o monitoramento e a avaliação são instrumentos fundamentais para a viabilidade econômica e cooperativa dos empreendimentos; o processo de incubação é fruto das responsabilidades assumidas tanto pela Incubadora quanto pelo Empreendimento.

Os grupos passam a fazer parte do processo de incubação de duas maneiras: 1) por meio do Edital de Seleção de EES²³ e 2) oriundos de pré-incubações realizadas pela IPEPS junto a outros programas.

22 Estas também são as duas dimensões que articulam as ações de incubação da ITCP-COPPE/UFRJ. Para mais detalhes, ver o documento Incubação de Cooperativas Populares – ITCP COPPE UFRJ – Rio de Janeiro, ITCP-COPPE/UFRJ, s/d

23 Até novembro de 2007, foram realizados dois editais, a partir dos quais ingressaram 34 grupos na Incubadora.

O Edital Público de Cadastro e Seleção de EES cumpre um papel importante na vinculação dos grupos ao trabalho de incubação, já que define alguns dos termos da relação com a Incubadora. Para participar do Edital o grupo precisa se organizar, cumprir alguns requisitos, estar presente em atividades... Além disso, por se tratar de uma política pública, o Edital Público confere credibilidade e transparência ao processo de escolha dos que serão atendidos conforme a capacidade da Incubadora.

Após a inscrição no Edital, os grupos participam de uma reunião junto à Incubadora. O objetivo desta reunião é esclarecer os passos do edital, explicando a razão de cada uma de suas etapas. É nesta reunião que são agendadas as entrevistas com os grupos.

As entrevistas consistem em visitas realizadas por no mínimo dois técnicos de incubação e seguem um roteiro pré-definido pela equipe, que tem como objetivo realizar um primeiro diagnóstico do grupo. Os aspectos principais que são avaliados é a existência efetiva de um grupo disposto a trabalhar de forma autogestionária e a definição da atividade econômica a ser desenvolvida. Após as entrevistas, os técnicos elaboram um parecer que subsidia o trabalho da Comissão de Seleção.

É importante dizer que os grupos que não são selecionados para a incubação não são simplesmente “despachados” de volta para casa: eles podem ser encaminhados para a pré-incubação ou para outros programas mais adequados (como o de Economia Popular ou Microcrédito, por exemplo).

A Comissão de Apoio e Seleção é composta por representantes do poder público de outros programas e secretarias e representantes da sociedade civil organizada. Esta Comissão é responsável por definir os grupos que passam diretamente à incubação.

Finalmente, depois de divulgados os resultados, ocorre uma reunião com os representantes dos empreendimentos selecionados para a exposição mais detalhada do processo de incubação e a definição de datas e próximos passos. Há uma função pedagógica também nesta reunião em relação à escolha dos representantes, que já começa a suscitar questões sobre a representatividade, a partilha de informações, a confiança etc. Questões intimamente relacionadas à autogestão.

Antes mesmo de o processo de incubação começar, os grupos e EES assinam o *Termo de Anuência e Acompanhamento*. A assinatura é um momento ritual importante para marcar o ingresso do grupo na Incubadora, além de simbolizar a co-responsabilidade do grupo nos resultados da incubação.

Apresentaremos a seguir a forma de organização da Incubadora, seus espaços de gestão e as ações que desenvolve junto ao público, para além da incubação propriamente dita.

A incubação não é a única ação desenvolvida pela Incubadora junto à população: muitas vezes, para chegarmos a ter grupos “prontos” para participar do processo de incubação, é necessário um trabalho anterior, que chamamos de pré-incubação. Além disso, há a preocupação com a divulgação da Economia Solidária e as políticas de Economia Solidária no município, e assim são realizadas palestras e atividades chamadas de sensibilização. Finalmente, como consequência dos momentos que propiciamos para o encontro dos grupos, há o apoio às estratégias coletivas desenvolvidas pelos EES em incubação, na perspectiva da constituição de redes e fóruns de economia solidária.

A figura abaixo apresenta as ações desenvolvidas pela Incubadora:



3. Metodologia de incubação

3.1. Sensibilização

A palavra-chave da ação de sensibilização é dar acesso às informações que despertem o interesse de indivíduos e grupos para a economia solidária.

A sensibilização se destina a grupos de beneficiários identificados por Programas Sociais, indivíduos que tenham sido encaminhados após atendimento no Portal do Trabalhador, turmas que estejam em atividades formativas e tenham sido identificadas como potenciais grupos a desenvolver atividades econômicas coletivas e ainda grupos que entrem em contato, ou tenham sido identificados pelo Programa como potenciais empreendimentos a serem incubados.

Trata-se de uma ação relativamente simples, mesclando apresentação de informações sobre as estratégias de inclusão da SDTI, por meio do Programa Osasco Solidária, dinâmicas sobre o mercado de trabalho e sobre economia solidária, apresentação de dados sobre a economia solidária hoje, com ênfase nas experiências brasileiras. Há também um momento final de esclarecimento de dúvidas e encaminhamentos (por exemplo, agendamento de uma nova reunião, caso haja interesse).

3.2. Pré-incubação

Por vezes, os grupos que chegam até nós, em especial por meio do Edital, não se encontram preparados para o início imediato das atividades de incubação. Isto porque, em geral, ainda não apresentam clareza suficiente sobre as implicações de assumir um empreendimento coletivo e sobre a atividade econômica a ser desenvolvida.

A principal ação da Incubadora nesses casos é trazer informações que contribuam para que o grupo se conheça melhor e exercite a autogestão. Além disso, são trabalhados elementos de viabilidade econômica.

O eixo a partir do qual as atividades são realizadas é o projeto de empreendimento (ou pré-projeto, como dizemos, a fim de diferenciar do projeto do empreendimento econômico solidário realizado na incubação).

Para a elaboração do projeto são trabalhados temas como o sonho que o grupo tem em comum, economia solidária e autogestão, viabilidade econômica, definição de produto/serviço, entre outros. A idéia, ao final do processo, é que o grupo, ao ter obtido mais informações e exercitado a elaboração de um trabalho comum (o projeto), tenha mais condições de escolher investir tempo e dinheiro na estruturação de um empreendimento econômico solidário.

A pré-incubação é realizada em tempo variável, a depender da disponibilidade do grupo para a realização dos encontros e atividades. Isto significa dizer que ao menos um encontro semanal deve estar assegurado com o grupo.

Em alguns casos, a pré-incubação pode ser realizada com turmas que se encontram em formação – sendo constituídas por beneficiários de Programas Redistributivos e/ou Programa de Capacitação Ocupacional. Os conteúdos são, então, adequados à realidade da turma. Por exemplo, se a economia popular e solidária faz parte dos conteúdos, a ênfase maior das atividades realizadas pela Incubadora será nos passos para a construção do projeto e nos elementos de viabilidade econômica e plano de negócios.

3.3. Incubação

Um dos principais desafios enfrentados pela Incubadora na construção da metodologia é garantir que a mesma permita atender às demandas que chegam (especialmente porque estamos tratando de uma Incubadora Pública); e que seja flexível o suficiente para dar conta das necessidades específicas dos empreendimentos incubados.

O caminho encontrado foi a co-responsabilização dos grupos e EES em incubação na construção dos cronogramas formativos. O instrumento pedagógico que permite esse trabalho é o Projeto do Empreendimento Econômico Solidário.

A elaboração do Projeto é a primeira atividade que os grupos realizam assim que se inicia o processo de incubação. É elaborando o projeto que os grupos irão definir seus objetivos, metas, formas de monitoramento e avaliação dos resultados. A partir dessas definições, a IPEPS tem elementos

para selecionar os módulos e atividades que contribuem para que o grupo alcance seus resultados no curto, médio e longo prazos.

Além disso, por ser um eixo de atividades bastante concreto, o momento de elaborar o projeto também possibilita que a equipe aprofunde o diagnóstico sobre o grupo, possibilitando um olhar sobre suas necessidades que não obrigatoriamente estará presente nas demandas e prioridades expressas pelo grupo.

O Projeto do EES é um material de trabalho para a equipe da Incubadora, sendo também um eixo que possibilita o trabalho multidisciplinar. Cada projeto é exposto em reuniões de equipe e o olhar conjunto gera a proposta de um cronograma formativo.

Vamos tomar um exemplo: suponhamos que um grupo define que em seis meses estará legalizado e terá aberto o primeiro ponto de comercialização próprio. Suponhamos também que a equipe perceba que, além de todo o empreendedorismo, a concentração de responsabilidades num único membro é uma característica do grupo. Diante desse quadro, é muito provável que o cronograma formativo proposto ao grupo incluísse, além dos módulos de Formalização das Relações e Plano de Negócios, o módulo de Coletivos de Trabalho e Autogestão.²⁴

É importante sublinhar que o cronograma proposto ao grupo e, após apresentação e debate, pactuado com ele, não é definitivo. O monitoramento deve ser constante, de maneira a permitir a correção de rumos.

O projeto alimenta o ciclo de monitoramento e avaliação, permitindo que a Incubadora intervenha sobre o grupo de maneira a favorecer o processo que este vem passando.

De todo modo, quando houver a avaliação ao final das etapas, fica mais fácil identificar as razões pelas quais as metas foram, ou não, alcançadas e de reconhecer o que de fato foi estruturado. Sem esse “norte” inicial, as ações de incubação correm o risco de perder o sentido, pois o grupo fica numa posição cômoda de dizer *“não avançamos porque o que vocês trouxeram para nós em termos de atividade e conteúdo não*

24 Apresentaremos os conteúdos dos módulos mais à frente.

foi adequado”. O momento de elaboração do projeto, portanto, é um momento inclusive de “combinar com o grupo” o sentido que cada atividade tem para que os objetivos de estruturação do EES, que eles próprios traçaram, sejam alcançados.

Esclarecido o Projeto do EES, passamos à exposição dos Módulos: o que são, como se desdobram em atividades etc.

Os Módulos Referenciais são compostos por temas de capacitação em gestão do EES e assessorias que atuam no sentido de implantar as ferramentas de gestão, apresentadas no curso, no dia-a-dia dos EES. Os módulos ministrados são: Empreendedorismo; Plano de Negócios e Viabilidade Econômica; Gestão Financeira e Elementos de Contabilidade; Coletivos de Trabalho, Autogestão e Economia Solidária; Formalização das Relações de Trabalho e Legalização do EES, Comercialização e Marketing e Identidade Visual.

A Incubadora disponibiliza um conjunto de informações, conhecimentos e instrumentos que reconhecemos como imprescindíveis à estruturação de um empreendimento econômico solidário. Mas a articulação entre estes módulos é dada pelas necessidades que o grupo reconhece como legítimas – é desta maneira que mesmo conhecimentos que, à primeira vista, pareceriam muito “teóricos” se tornam “práticos”, pois respondem a uma falta que o EES identifica em si mesmo.

3.4. Espaços de experimentação da produção e da comercialização

Os projetos/oficinas setoriais têm o objetivo de oferecer aos beneficiários atendidos nos processos de incubação um eixo comum que, ao mesmo tempo em que os capacita (daí a opção pelo formato das oficinas setoriais), contribui na criação de condições para viabilizar a constituição de laços de grupo que tornem imaginável a organização coletiva voltada para atividade econômica.

Acreditamos que isso modifica as condições de escolha, tornando mais provável a constituição de empreendimentos viáveis, apoiados e assessorados pelo Programa, possibilidade de articulação entre teoria e prática.

Estes projetos cumprem uma função estratégica e metodológica, contribuindo para a estruturação dos segmentos econômicos no município e alavancando atividades, por meio das ações e vivências práticas e laborais, como: processos de capacitação, integração e articulação de atividades formativas e a aprendizagem prática em equipamentos organizados como oficinas/incubadoras setoriais.

Para que isso fosse possível, foram levantados na região segmentos econômicos que oferecem algum traço de viabilidade. O mapeamento foi feito a partir do cadastramento dos beneficiários dos programas sociais, identificando os segmentos econômicos, o perfil dos trabalhadores inseridos nesses setores e o interesse em novas atividades. O cadastramento e a elaboração de estudos socioeconômicos ficaram sob a responsabilidade do Programa Osasco Digital. Inicialmente optou-se por trabalhar com as seguintes áreas: reciclagem, agricultura urbana, têxtil (costura e confecção), alimentação, artesanato, comunicação e cultura e serviços.

Importante ressaltar que para cada segmento, a estruturação do equipamento pode se diferenciar.

Do ponto de vista metodológico, apresentamos também outros objetivos para as Oficinas Setoriais (enquanto espaços de experimentação). O desafio principal desses espaços é conciliar a temporalidade e a dinâmica de processos tão diferentes, como a constituição de vínculos grupais, o conhecimento do mercado e a estruturação de um plano de negócios com os grupos. Por essa razão, a capacitação e a assessoria estão sempre de mãos dadas, e a *aprendizagem a partir da problematização da prática* tem se mostrado bastante eficaz para que os empreendimentos, ao mesmo tempo, se apropriem de conhecimentos já acumulados sobre a gestão de negócios e também reconheçam as especificidades das decisões que tomam em seu exercício de autogestão. Desta forma, os objetivos fundamentais das atividades laborais são: realizar, junto aos integrantes dos empreendimentos, capacitações específicas para identificação e aprimoramento de produtos e/ou serviços; trabalhar atividades de incubação (assessorias e cursos) a partir das vivências concretas (atividades laborais) dos empreendimentos incubados; desenvolver atividades que fomentem a organização do trabalho coletivo e o estabelecimento de vínculos de grupo;

possibilitar a geração de trabalho e renda por meio da comercialização dos produtos e/ou serviços; desenvolver atividades que fortaleçam os vínculos de grupo, possibilitando a experiência de trabalhos conjuntos, negociação de valores e constituição de espaços democráticos de gestão; dar visibilidade para os grupos, criando oportunidade para novas articulações e espaços de comercialização.

As oficinas têm construído a metodologia conforme sua especificidade. As oficinas e projetos setoriais já implantados são: 1) Oficina Setorial Confeção/Costura, para os empreendimentos envolvidos em atividades de costura e confecção; 2) Oficina Setorial de Alimentação (Pão Sol), localizada no espaço Vila Mazzei e Café Oficina, no Centro Público de Economia Popular e Solidária, para empreendimentos da área de alimentação em geral e panificação; 3) Loja Oficina, no Centro Público de Economia Popular e Solidária, para empreendimentos ligados aos segmentos de artesanato e têxtil; 4) Centrais de Triagem, para empreendimentos de coleta seletiva e reciclagem; 5) Hortas, para os empreendimentos de agricultura urbana; 6) Feira Móvel Solidária, para a comercialização de produtos hortifrutícolas e produtos beneficiados produzidos pela rede dos empreendimentos do segmento da alimentação.

As atividades laborais e de capacitação específica (experiências de produção e comercialização) têm como objetivo possibilitar um eixo concreto para a estruturação do empreendimento e a organização coletiva do trabalho. Trata-se de verdadeiros “ensaios” que, por serem orientados pelos técnicos de incubação, visam preparar os empreendimentos econômicos solidários para sua graduação ao final do processo.

As experiências são, ainda, oportunidades para trabalhar aspectos da viabilidade econômica, tais como: identificação de produtos, oficinas de aprimoramento dos produtos, gestão da produção e estratégias de comercialização.

O ensino que se faz a partir da prática é um dos princípios mais estruturante da metodologia de incubação. Isso ocorre por duas razões: a primeira, pelo reconhecimento de que não adianta falar de autogestão e economia solidária na teoria – é necessário colocar estes valores em prática e, mais do que isso, é preciso sensibilizar um olhar que o tempo

todo se pergunte se o caminho está correto; afinal, temos muito mais experiências com relações hierárquicas e autoritárias do que com relações participativas e autogestionárias.

A segunda razão é que o ensino pautado na prática é mais eficiente. A prática é um eixo comum que permite relações mais horizontais de ensino e aprendizagem. A prática, em geral, é a linguagem que os grupos e EES melhor dominam e, assim, os técnicos de incubação podem funcionar mais como assessores do que como os “donos do saber”, “salvadores da pátria”, que irão se responsabilizar pelo EES dar certo. Nada disso! É no trabalhar que os conhecimentos são trocados e produzidos, numa relação pedagógica que tanto visa aumentar os conhecimentos dos grupos no presente, quanto estimular neles um olhar de aprendizagem constante, constituindo uma verdadeira cultura de inovação.

Há um outro ganho envolvido na participação dos grupos nesses espaços de experimentação: ao entrar em contato com outros grupos e empreendimentos, que podem inclusive estar em fases diferentes do processo de incubação, os grupos aumentam seu repertório de referências para o desenvolvimento de seu trabalho. Além disso, a idéia de redes de compra ou comercialização só ganha mesmo cara e corpo quando os EES estão reunidos em torno de um projeto comum e, assim, estas experiências fomentam a criação de redes e fóruns, fortalecendo a economia solidária como estratégia eficaz de geração de trabalho e renda.

3.5. Constituição de Redes e Fóruns de Economia Solidária

Esta ação é estimulada durante o processo de incubação, já que existem diversos espaços estruturados para encontro dos EES, a saber: a Comissão de Representantes, as Oficinas Setoriais e as Reuniões por Segmento Econômico (nos espaços para experimentação da produção e comercialização).

Mas a promoção de seminários e atividades abertas no Centro Público de Economia Solidária também consiste em atividades que resultam no fortalecimento da economia solidária no município e no estímulo à constituição de redes.

3.6. Fóruns e espaços de gestão

A Comissão de Representantes dos Empreendimentos Econômicos Solidários tem como objetivo tanto uma espécie de *supervisão pedagógica* por parte da Coordenação da Incubadora, já que a avaliação das atividades de incubação entra frequentemente como um dos pontos de pauta, como o exercício da representação, que envolve temas como confiança, delegação de tarefas e poderes, comunicação, transparência e fluxo de informações do representante em relação ao grupo, reuniões de preparação etc.

A Comissão se reúne mensalmente, com a participação de todos os empreendimentos em incubação, independente da fase em que se encontrem.

Para dar conta deste desafio, a Incubadora conta com uma coordenação e uma equipe multidisciplinar.

A Coordenação é composta pela Coordenação Geral, responsável pela implantação da Incubadora Pública de Empreendimentos Econômicos e Solidários no município de Osasco e sua representação institucional. Também faz parte da Coordenação, a Gestão Administrativa da IPEPS, responsável pelas compras, licitações, acompanhamento de processos administrativos e gestão do conjunto das atividades formativas, etc. Finalmente, a Supervisão Metodológica é a responsável pelo acompanhamento das atividades realizadas pela equipe técnica, suporte metodológico aos técnicos de incubação, interface metodológica com demais programas e projetos e representa institucionalmente a IPEPS em espaços de decisão sobre aspectos metodológicos de percursos, cronogramas e itinerários formativos.

A Equipe Multidisciplinar é formada por técnicos de incubação de diferentes áreas de formação. A proposta é ter na equipe profissionais que “cubram” as diferentes dimensões envolvidas na estruturação de um EES – constituição do grupo, formação em economia solidária e auto-gestão, definição de produto/serviço, desenvolvimento de produto/serviço, viabilidade econômica, aspectos jurídicos e legais, aspectos tributários, gestão financeira, gestão de recursos humanos etc.

Essa diversidade de formações e olhares sobre a estruturação do EES é fundamental, pois é o que permite compreendê-lo de maneira complexa, sem simplificar sua estruturação como uma questão simples de dar acesso

às informações corretas – é o olhar multidisciplinar que permite à IPEPS efetivamente apoiar sua estruturação, acompanhando o caminho que decidirem trilhar.

A equipe multidisciplinar cumpre um importante papel, tanto para os grupos e EES quanto para os próprios técnicos: a metodologia de incubação procura estabelecer, a partir da maneira com que está estruturada, que a relação com o grupo se dê com a *equipe da incubadora* e não com este ou aquele técnico.

O esforço por definir que a relação se dá entre *grupo* e *equipe da incubadora* se justifica porque a personalização da incubadora em um único técnico certamente complicaria a pactuação da divisão de responsabilidades entre Incubadora e EES sobre o processo de incubação.

O técnico ficaria sobrecarregado por um olhar global sobre a estruturação do EES, e sabemos que, por mais experiência que se tenha como técnico de incubação, há limites para o que uma única pessoa pode perceber estando envolvida na relação com o grupo. Assim, a partir do projeto do EES a equipe, desde o início, tem a chance de funcionar de maneira multidisciplinar, construindo coletivamente um diagnóstico conjunto sobre os grupos e EES incubados. E cada técnico em suas atividades está respaldado por um olhar coletivo sobre o desenvolvimento daquele EES.

Em outras palavras, o “rodízio” de técnicos em suas idas aos EES funciona para que a relação com o grupo nem seja tão distante, que inviabilize o acompanhamento, nem seja tão próxima, que impossibilite que o técnico mantenha sua perspectiva de formador. E, com este “rodízio”, estimula-se que os grupos se organizem para além dos espaços de encontro com a Incubadora, pois não é preciso “esperar chegar o técnico de referência” para que as coisas aconteçam. Ao contrário, o fio vermelho do processo de incubação é construído em grande parte pelo grupo em sua relação institucionalizada com a Incubadora.

O papel do técnico de incubação, portanto, é o de facilitar as informações, problematizar situações, ajudar a implementação de instrumentos de gestão, enfim, acompanhar o desenvolvimento do grupo e a estruturação do EES. Mas sem nunca esquecer que ele é a interface da Incubadora frente ao grupo, isto é, sem deixar de ter em perspectiva que ele não

é o único responsável pelo processo daquele grupo – suas ações estão definidas e amparadas por objetivos, metas e resultados esperados construídos pela IPEPS e é essa consciência que deve tornar mais fácil o encaminhamento de questões e problemas que aparecem nos grupos, de modo a contribuir para sua estruturação, sem cair na urgência típica do público atendido.

O simples fato de reunir pessoas com diversas formações não garante a uma equipe sua multidisciplinaridade. Para que os diferentes olhares concorram na construção de diagnósticos e intervenções sobre um EES, é necessário ter alguns espaços de gestão em que essas perspectivas sejam expostas, ouvidas, debatidas.

O principal espaço para a avaliação, planejamento, troca, debate e encaminhamento das questões relativas à incubação é a reunião de equipe semanal. Participam desta reunião a equipe multidisciplinar e a Coordenação da IPEPS.

Quinzenalmente ocorrem as reuniões de formação, momentos de troca, aprofundamento e discussão sobre textos, artigos e referências que podem ter como tema a incubação, metodologia, educação popular ou mesmo temas trabalhados junto aos grupos, que merecem aprofundamento por parte da equipe (como: autogestão, viabilidade econômica etc.).

A cada quinzena (alternando com as reuniões de formação) também ocorrem as reuniões dos núcleos por segmentos econômicos. Tais reuniões têm um caráter mais estratégico. O objetivo não é tanto olhar os EES um a um e sim pensar estratégias mais coletivas, que fomentem a viabilidade econômica – o olhar aqui se dirige para o subgrupo dos EES incubados que tem atividade econômica em comum.

Os projetos, inclusive as oficinas setoriais, com o estímulo à experiência de produção e comercialização, também são pensados neste foro. Os núcleos têm representantes escolhidos pelos técnicos que os compõem e que são encarregados de representar, inclusive institucionalmente, a IPEPS frente a parceiros específicos na interface de cada projeto.

Conforme a demanda, há também reuniões semanais dos técnicos que estejam realizando atividades de pré-incubação, para debate e encaminhamento das situações vividas.

4. Controle social

A elaboração e implementação do Programa Osasco Solidária prevê um conjunto de fóruns de gestão e instrumentos de avaliação e monitoramento das atividades desenvolvidas no âmbito do Programa no município.

A gestão compartilhada objetiva garantir os resultados propostos e, também, articular os vários agentes e suas ações em torno de uma estratégia pública de enfrentamento à pobreza e à exclusão social, ampliando com isto a sustentabilidade da política pública para além do tempo de governo.

O Programa estimula os grupos a buscarem autonomia política, por meio de representação social própria, com a constituição de fóruns dos empreendedores populares e dos grupos de economia popular e solidária, para que possam articular formas de organização emancipadoras, autônomas e com capilaridade cada vez mais abrangentes.

Estão organizados os seguintes fóruns que, em níveis distintos, cumprem a função de avaliar e monitorar o controle social para o bom desempenho da política pública que vem sendo implementada:

Comissão de acompanhamento dos projetos e parcerias:

Integrada por membros da equipe base do Programa Osasco Solidária e das parcerias, com reuniões semanais para planejamento, monitoramento e avaliação, incluindo subsidiar, capacitar e supervisionar a execução das atividades, bem como o desenvolvimento da metodologia de incubação.

Comitê Gestor do Centro Público e da Incubadora Pública:

Para a implementação, controle, acompanhamento, monitoramento e avaliação dos equipamentos públicos foi criado e instituído o Comitê Gestor do Centro Público de Economia Solidária e da Incubadora Pública de Empreendimentos Populares e Solidários, Decreto nº 9.822 de 4 de outubro de 2007, constituindo-se como unidade colegiada com funções propositivas, consultivas e/ou deliberativas.

Fóruns Brasileiro, Estadual e Regional de Economia Solidária:

Outros espaços importantes de participação e de formação são os Fóruns (Regional, Estadual e Brasileiro), com reuniões, seminários e outras

iniciativas que visam promover o fortalecimento dos atores que integram a economia solidária – empreendedores solidários, gestores públicos e entidades parceiras.

Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária:

Osasco integra a Rede que é uma articulação de gestores e gestoras de políticas de economia solidária de Prefeituras e Governos Estaduais, e existe para proporcionar intercâmbio, interlocução, interação, sistematização, proposição de políticas públicas governamentais e realização de projetos comuns para o fomento e desenvolvimento da economia solidária, buscando qualificar a proposição e ações desenvolvidas a partir dos órgãos de governo para este segmento.

5. Parcerias

Desde a criação de um marco legal, com a elaboração da legislação que regulamenta a política de Economia Solidária no município (Lei nº. 3978, de 27 de dezembro de 2005) até a construção de equipamentos públicos, como a Incubadora e o Centro Público de Economia Solidária, o que se evidencia é a compreensão de que as políticas públicas precisam ser pensadas por sua pertinência social e econômica, ou seja, ter como referência as necessidades e demandas e, portanto, a legitimidade da população osasquense, garantindo a continuidade da política.

A parceria com organizações da sociedade civil é um dos aspectos que contribui não apenas para que a política chegue “na ponta”, mas também para sua efetividade e continuidade. Essa articulação se dá, especialmente, na criação de uma metodologia de intervenção reforçando a participação das “forças vivas” da sociedade, reconhecendo e valorizando a interação com as comunidades locais, seja por meio de Ongs ou diretamente, utilizando metodologias participativas, sistematizando conhecimentos oriundos das próprias comunidades.

Um importante elemento para a continuidade e efetivação da política pública de economia solidária é motivar a participação dos beneficiários nesta construção, bem como das entidades parceiras que apóiam e fomentam a economia solidária no município.

Para a realização das atividades, a incubadora conta com importantes parceiros locais e nas regiões onde os processos de incubação acontecem, buscando a articulação e espaços para formação, capacitação, reuniões e realizações de eventos.

Através do vínculo com a Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão de Osasco, o Programa Osasco Solidária estabeleceu parceria com a ITCP/COPPE/UFRJ – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Rio de Janeiro para a transferência da metodologia de incubação, a partir do SIG – Sistema Integrado de Gestão – composto por um conjunto de indicadores e um sistema de monitoramento e avaliação do processo de incubação. Sistema este que traz na sua elaboração e construção o acúmulo das discussões de um conjunto de entidades Parceiras do Programa Oportunidade Solidária de São Paulo, do Instituto de Tecnologia Social, juntamente com a ITCP/COPPE/UFRJ.

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Rio de Janeiro está transferindo sua tecnologia de monitoramento e avaliação da incubação por meio de um projeto financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP. Esta tem sido uma troca muito rica que sem dúvida ajuda a IPEPS a não ter que “reinventar a roda”.

O Instituto de Tecnologia Social (ITS), por sua vez, tem contribuído para a identificação de tecnologias sociais que melhorem a qualidade dos produtos e/ou serviços ou que colaborem com a melhoria da organização e gestão do processo produtivo.

O sistema envolve a aplicação de questionários (individuais e por grupos) a todos os beneficiários envolvidos nas atividades de incubação, alimentação de bancos de dados para a construção dos indicadores e avaliação dos indicadores por todos os envolvidos (Programa Osasco Solidária, ITS e beneficiários da política) para o aperfeiçoamento das atividades de incubação dos empreendimentos econômicos e solidários.

Com o Instituto de Tecnologia Social – ITS, a proposta é desenvolver tecnologias sociais, congregando conhecimentos para a construção de processos coletivos eficazes para o desenvolvimento. Nesta perspectiva é que as parcerias com organizações da sociedade civil buscam elaborar coletivamente o planejamento, a metodologia de implantação, o monitoramento

e avaliação, reconhecendo e valorizando a interação com as comunidades locais e sistematizando os conhecimentos produzidos por elas. Esta gestão compartilhada tem um viés de democratizar a gestão pública, contribuindo para a efetividade e a sustentabilidade desta política, para além do tempo de um governo.

O Instituto de Tecnologia Social – ITS tem aportado seus conhecimentos para a melhoria da qualidade dos produtos e serviços oferecidos pelos EES. Identifica demandas tecnológicas (de produção, gestão, organização do trabalho, *design*) e vem aperfeiçoando e desenvolvendo, em parceria com o Programa, o sistema de monitoramento e avaliação dos empreendimentos e programas de desenvolvimento local, com indicadores de tecnologia social. Tecnologias sociais são técnicas, métodos, produtos, serviços e processos desenvolvidos com o objetivo de melhorar as condições de vida das pessoas. Um aspecto determinante é a produção de conhecimento participativa e compartilhada. Valoriza-se a experiência e o saber de todos os envolvidos (tanto gestores públicos, quanto o público beneficiário e os parceiros). Desta forma, Ciência, Tecnologia e Inovação constituem-se em instrumentos necessários para alavancar o desenvolvimento e para uma inserção mais igualitária no mundo. A produção de conhecimento permeia todo o processo de Incubação que vai da identificação das demandas sociais no município, definição de prioridades (neste caso, a geração de trabalho e renda) e proposição de ações, organizadas na forma de um plano estratégico, até sua implantação, com o envolvimento de parceiros e um esforço constante para avaliar e sistematizar o trabalho realizado. Esse processo tende a se aprimorar a cada etapa, com a participação das pessoas e instituições envolvidas, que carregam a memória, os conhecimentos colhidos no percurso, a inteligência coletiva que vai se construindo e reavivam, a todo o momento, o sentido público da política (sua razão de ser). Por isso, a importância de garantir canais para que esse diálogo aconteça. O que se evidencia é a visão de que produzir conhecimento, aplicá-lo, geri-lo adequadamente e avaliar o impacto e sua distribuição na sociedade são elementos essenciais para o bem estar e a efetividade das políticas sociais.

Com objetivo de executar o *Programa Osasco Recicla: Coleta Seletiva e Reciclagem*, da Prefeitura Municipal de Osasco – sob a coordenação da

Secretaria de Desenvolvimento Trabalho e Inclusão/SDTI e da Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Osasco – foi estabelecida parceria com a Associação Civil Cidadania do Brasil/ACCB, através da implantação de diversos mecanismos técnicos, de controle de dados e gerenciais para a execução do Programa e a melhoria das condições ambientais e da saúde pública do município. No âmbito dessa parceria, também são desenvolvidas ações voltadas para a promoção da inclusão social e melhoria das condições de trabalho e saúde dos catadores informais que residem e operam no município.

O Programa prevê ainda: a diminuição dos gastos do poder público com a coleta e destinação dos resíduos, através da redução do volume de resíduos sólidos produzidos e encaminhados a aterros, através do aproveitamento de resíduos com potencial reciclável; a redução dos gastos com remediações de áreas degradadas pelo mau acondicionamento de lixo; a promoção da educação e conscientização ambiental da população, assessoria e apoio na implantação das centrais de triagem e dos processos de gestão; a identificação de oportunidades socioeconômicas com vistas a orientar a ampliação dos negócios das cooperativas (incentivando, por exemplo, ações de reciclagem/beneficiamento, comercialização); identificar instrumentos que possam ser gerados por políticas públicas, para ampliar a viabilidade e a sustentabilidade dos empreendimentos criados pela Incubadora Pública de Empreendimentos Populares e Solidários.

6. Monitoramento, avaliação e criação de indicadores

A metodologia de incubação conta com uma importante ferramenta de monitoramento e avaliação dos EES, que é o SIG – Sistema Integrado de Gestão/Indicadores, conforme citado anteriormente, implementado no município em parceria com a ITCP/COPPE/UFRJ e o Instituto de Tecnologia Social/ITS.

O sistema tem como objetivo um movimento permanente de monitoramento, avaliação e planejamento do processo de incubação. Utiliza-se de pesquisa quantitativa, permitindo uma coleta de dados mais completa.

A pesquisa é feita através da aplicação de questionários, em sua maioria, semi-estruturados. Os indicadores foram definidos de forma a avaliar o sucesso dos objetivos propostos a partir do entendimento do processo de incubação. Considerando os objetivos, são desdobrados os conceitos fundamentais, definindo o alvo da aplicação dos instrumentos de coleta de dados e o conjunto de indicadores que pode ser extraído a partir deles.

O SIG/IND permite verificar, por incubadora, os aspectos importantes da metodologia, suas regiões de ação, atividades econômicas dos empreendimentos, grupos sociais envolvidos no processo de incubação etc.; identificar as debilidades que atingem cada grupo de empreendimentos; auxiliar na definição dos rumos e decisões a serem tomadas durante todo o processo de incubação.

Os eixos de análise são: a) *Empreendimento*: são os empreendimentos econômicos solidários, os negócios; o objeto sobre o qual é desenvolvida a assessoria durante o processo de incubação. b) *Indivíduo*: são os associados, os cooperados; os protagonistas do processo, as pessoas atendidas durante o processo de incubação.

Em cada eixo encontramos um conjunto de indicadores. No eixo *Empreendimento*, temos os indicadores: *Viabilidade Econômica*, que verifica se o empreendimento tem potencial para deslanchar como negócio; *Viabilidade Cooperativa*, que avalia se o empreendimento corresponde aos princípios cooperativistas e de autogestão. No eixo *Indivíduo*, temos os indicadores: *Inclusão Econômica e Social*, que trata do desenvolvimento individual do cooperado; *Participação Política*, relacionado ao acompanhamento do protagonismo dos grupos quanto à cidadania, despertado ao longo do processo de incubação.

Cada indicador citado desdobra-se em sub-indicadores que analisam diversos aspectos da estruturação de um empreendimento econômico solidário. O indicador *Viabilidade Econômica* tem como conceito-chave as características econômicas do negócio, em aspectos como: grau de legalização e formalização, comprometimento dos sócios, estrutura de produção, garantia de direito à renda e proteção social, comercialização, melhorias tecnológicas, maior custo do empreendimento, evolução da receita. No indicador *Viabilidade Cooperativa*, o conceito-chave refere-se aos princípios do

cooperativismo, identificando os seguintes aspectos: instrumentos de gestão, gestão democrática, representatividade da direção, responsabilidade social do empreendimento, solidariedade, igualdade entre os cooperados. O indicador *Inclusão Econômica e Social* tem como conceito-chave o desenvolvimento do indivíduo, monitorando os seguintes aspectos: renda per capita, escolaridade e qualificação, documentação pessoal, aquisição de bens de consumo, auto-estima, inclusão digital, participação em atividades culturais e de lazer. Por fim, o *Indicador Participação Política* tem como conceito-chave o protagonismo do grupo, analisando os seguintes aspectos: participação em grupos/movimentos/associações (participação e grau de participação), participação em ações coletivas na comunidade, exigência de direitos (empresas e órgãos públicos), acesso a programas governamentais.

Para gerar os indicadores são necessárias algumas etapas: a primeira é a aplicação do questionário individual e do empreendimento a todos os EES incubados; a segunda consiste em checar as informações e a correção de possíveis erros no preenchimento dos questionários; a terceira compreende a digitação de todos os dados no sistema; e a quarta, a formulação dos indicadores.

Com os EES em processo de incubação em Osasco, o SIG/IND vem sendo aplicado de seis em seis meses para contribuir na avaliação.

De modo geral, podemos citar alguns dos principais avanços para assegurar a continuidade da política pública com que, em conjunto com outras ações do Programa Osasco Solidária, a implantação da IPEPS vem contribuindo:

- *Criação do Marco Legal*: a consolidação da política pública de incubação, a partir da criação do Marco Legal, representado pela política de fomento à economia solidária regulamentada no município de Osasco em 27 de dezembro de 2005, pela Lei nº 3978. A Lei regulamenta o Programa Osasco Solidária e prevê a estruturação de dois equipamentos públicos: a Incubadora Pública e o Centro Público de Economia Solidária.
- *Construção de Equipamentos Públicos de Referência em Economia Solidária*: estruturação de equipamentos públicos com infraestrutura adequada para a realização das atividades formativas, reuniões,

seminários (CPEPS e IPEPS) e das Oficinas Setoriais por Segmento Econômico para a realização das atividades laborais e de capacitação específica, usados como instrumento pedagógico no processo de incubação fomentando a experiência concreta em autogestão, negociação de valores, constituição de vínculos do grupo, produção e comercialização.

- *Desenvolvimento e sistematização da Metodologia de Incubação:* com o objetivo de sistematizar e publicizar as metodologias e a estratégia de intervenção, traduzindo as experiências em aprendizagens que podem aperfeiçoar a gestão pública, foi desenvolvida a metodologia de Incubação pela equipe multidisciplinar e realizada a sistematização do Termo de Referência de Metodologia, materiais didáticos e de apoio para os técnicos de incubação e empreendimentos incubados, reunidos em 11 cadernos.
- *Mobilização de Servidores Municipais:* por meio do Edital Público de Seleção de Servidores Efetivos lançado pelo Programa Osasco Solidária/SDTI (2005), a equipe incorporou gestores públicos, servidores municipais oriundos de diversas secretarias (PMO) que participaram de um processo de formação em economia solidária e incubação de empreendimentos econômicos solidários e que, atualmente, atuam como técnicos de incubação. A capacitação dos servidores efetivos em economia solidária, com a participação em cursos, seminários e fóruns e a incorporação na implementação da IPEPS, tem como proposta a valorização do quadro de servidores efetivos, garantir o acúmulo de experiências e que tais capacidades estejam instaladas no aparelho estatal para a viabilização da permanência e continuidade da política pública no Município.
- *Estímulo ao Controle Social* – Cabe destacar que não basta estruturar equipamentos públicos; faz-se necessário criar mecanismos e estratégias de estímulo à sua apropriação pela população na construção da política pública. É por esta razão que foi criado (Decreto nº 9.822) o Comitê Gestor, bem como outros espaços como as reuniões internas, Comissão de Representantes; reuniões por segmento econômico e encontros externos como seminários, eventos e fóruns.

Referências bibliográficas

- Caderno CEBRAP 5 – Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco 1968*, São Paulo: CEBRAP, (s/d)
- Construindo uma Economia Mais Justa e Solidária*. Osasco: 2008.
- GUERRA, Alexandre; CAZZUNI, Dulce & COELHO, Rodrigo (Orgs.) *Atlas da Exclusão Social de Osasco: alternativas de desenvolvimento, trabalho e inclusão*. Osasco, SDTI/PMO, 2007.
- NASCIMENTO, Cláudio. *Do 'beco dos sapos' aos Canaviais de Catende*. Brasília: Secretaria Nacional de Economia Solidária/Ministério do Trabalho e Emprego, 2005.
- Incubação de Cooperativas Populares – ITCP COPPE UFRJ* – Rio de Janeiro: ITCP-COPPE/UFRJ, s/d.
- POCHMANN, Marcio. *Outra cidade é possível – Alternativas de inclusão social em São Paulo*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

3 Tecnologias sociais e economia solidária: diretrizes, desafios e perspectivas para políticas públicas

Roberto Marinho Alves da Silva e Maurício Sardá de Faria*

Introdução

Nos últimos anos houve um significativo aumento no número das iniciativas socioeconômicas coletivas que visam promover a cooperação ativa entre trabalhadores ou produtores autônomos e familiares, nas áreas urbanas e rurais, para viabilizar atividades de produção, de prestação de serviços, de crédito, de comercialização e de consumo. Essas iniciativas, referenciadas no chamado campo da economia solidária, são fomentadas, em sua maioria, como alternativas ao desemprego, oportunidades de inclusão social e estratégias de dinamização de cadeias produtivas no âmbito de processos de desenvolvimento local ou territorial sustentável.

Sendo essas suas características principais, é possível afirmar que a Economia Solidária (ES) expressa um novo modo de organização da produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia a autogestão e a cooperação em empreendimentos coletivos, redes e cadeias solidárias articuladas no âmbito de segmentos econômicos. Ao considerar o ser humano na sua integralidade, como sujeito e finalidade da atividade econômica, a economia solidária desenvolve as capacidades dos trabalhadores e trabalhadoras, valoriza o associativismo comunitário, o trabalho familiar, das mulheres e de outros setores excluídos da sociedade, expressando um novo modelo de desenvolvimento sustentável e solidário.

* Membros da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego.

O mapeamento da economia solidária no Brasil identificou, até agosto de 2007, a existência de quase 22 mil Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), com cerca de um milhão e setecentos mil homens e mulheres que realizam uma extensa variedade e expressiva quantidade de produtos e serviços. Apesar da importância que vêm adquirindo, esses empreendimentos apresentam grandes fragilidades, tais como: dificuldades na comercialização, para acesso ao crédito, fomento, conhecimentos e assistência tecnológica. Essa realidade requer o fortalecimento do processo organizativo e a conquista de políticas públicas de Economia Solidária.

Entre as demandas e proposições que vêm sendo debatidas nos processos organizativos e de mobilização dos atores da Economia Solidária no Brasil, está presente a questão do acesso a conhecimentos e tecnologias para o fortalecimento dos EES. Desde a sua criação, em junho de 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) participa dos debates sobre a questão das Tecnologias Sociais na Economia Solidária, visando subsidiar as ações e projetos que são realizados no Programa Economia Solidária em Desenvolvimento.²⁵

Três questões fundamentais estão presentes nos diálogos sobre as relações entre as Tecnologias e a Economia Solidária. A primeira é o reconhecimento do papel estratégico do acesso (desenvolvimento e disseminação) a conhecimentos e tecnologias apropriadas para o fortalecimento e viabilidade dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Em seguida, há o desafio de construir novas matrizes de conhecimentos, condizentes com a realidade e especificidades da Economia Solidária nas suas várias formas e expressões, considerando seus valores e princípios autogestionários, de sustentabilidade e de solidariedade. Em terceiro lugar, está explícita a necessidade de construção de políticas públicas de ciência e tecnologia adequadas às realidades e características da Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento sustentável e solidário.

Esse artigo busca contribuir nesse debate, explicitando algumas das questões que perpassam e orientam os processos de formulação e

25 Constante no Plano Plurianual 2004 – 2007 e no atual período, PPA 2008 – 2011.

experimentação de ações que articulam estratégias de acesso a conhecimentos e tecnologias para os EES. O ponto de partida é um breve resgate das principais diretrizes e proposições que têm sido construídas ao longo da afirmação do processo de mobilização social da Economia Solidária no Brasil, tendo por base os documentos das Plenárias Nacionais de Economia Solidária (de 2002 a 2008) e da I Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em junho de 2006. Na segunda parte do texto busca-se identificar algumas das críticas formuladas às tecnologias consideradas convencionais e compreender as formas de apropriação das chamadas tecnologias alternativas. À luz desse contexto, a terceira parte do artigo apresenta um balanço das iniciativas da SENAES em parceria com outros órgãos governamentais e com organizações da sociedade civil para ampliar as políticas públicas e garantir o acesso dos Empreendimentos Econômicos Solidários às tecnologias apropriadas ao seu desenvolvimento.

1. Economia solidária e tecnologias: demandas, diretrizes e prioridades

A Economia Solidária no Brasil está avançando na sua organização política, constituindo fóruns e redes, tendo em vista a necessidade de ultrapassar a dimensão de iniciativas isoladas e fragmentadas. Essas articulações ganharam impulso no final da década de 1990 e se consolidaram com a criação do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, em 2001 e 2002, durante os Fóruns Sociais Mundiais. Em 2002, foi realizada a Primeira Plenária Nacional de Economia Solidária, com a elaboração de uma Plataforma Nacional de Economia Solidária. No ano seguinte, foi realizada a Terceira Plenária Nacional de Economia Solidária, criando o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Nesse período também foram fortalecidas redes, ligas e uniões de EES e novas organizações de abrangência nacional foram criadas, a exemplo da União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) e da União e Solidariedade de Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social (UNISOL). Todo esse processo tem resultado em acúmulos significativos de debates, intercâmbios e construção coletiva de proposições que orientam as mobilizações dos sujeitos

da Economia Solidária no Brasil (Empreendimentos Econômicos Solidários, Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento e Rede de Gestores Governamentais de Políticas Públicas de ES).

Na Plataforma da Economia Solidária²⁶, que orienta as ações do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), as questões relativas às Tecnologias Sociais (TSs) estão presentes no Eixo “Democratização do Conhecimento e Tecnologia”. Ao enfatizar a necessidade de “desenvolvimento e o acesso às tecnologias apropriadas à Economia Solidária”, a Plataforma estabelece como finalidade o aprimoramento dos sistemas produtivos, baseados nos princípios do conhecimento livre e da democratização da informação. Desta forma, os documentos das Plenárias Nacionais de Economia Solidária qualificam as tecnologias apropriadas à ES como aquelas que, *“respeitando a cultura e os saberes locais, agregando-lhes maior valor e garantindo a melhoria das condições de trabalho, de saúde e de sustentabilidade ambiental dos empreendimentos”*.²⁷ Ou seja, a TS é referenciada como importante fundamento e instrumento para a viabilidade dos empreendimentos.

Essa perspectiva foi reforçada no documento final da IV Plenária Nacional de Economia Solidária, que assumiu como bandeira de luta o financiamento público a pesquisas e tecnologias para melhoria da produção e atendimento de outras demandas dos EES:

“A tecnologia é fundamental para a sustentação da economia solidária, sobretudo porque se percebe que dela depende todo um padrão de avanço tecnológico que garante e dá sustentabilidade aos bens e serviços por ela produzidos. Então, quando se pensa a economia solidária como uma nova perspectiva de desenvolvimento, há que se pensar, também, novas formas de se fazer pesquisa e gerar tecnologia” (FBES, 2008, p.24).

26 A construção da Plataforma da Economia Solidária foi iniciada na I Plenária Nacional (em dezembro de 2002, em São Paulo), passando pelas duas plenárias seguintes (em 2003, em Porto Alegre e Brasília). As propostas foram retomadas na IV Plenária Nacional de Economia Solidária realizada em 2008, em Luziânia/GO.

27 Plataforma da Economia Solidária. Acesso em www.fbes.org.br (biblioteca, docs. e artigos).

Nessa perspectiva, as políticas públicas deveriam proporcionar os meios necessários para que as novas tecnologias se tornem acessíveis aos empreendimentos solidários, valorizando sua função social em relação à visão predominante que é dada à sua função econômica. Com essa finalidade deveriam ser criadas e ampliadas as políticas, programas e ações de financiamento público para desenvolvimento e disseminação de pesquisas e tecnologias; de democratização das tecnologias da informação (ênfase no *software* livre); de identificação, resgate e valorização do conhecimento acumulado pelas iniciativas de Economia Solidária; de criação de Centros Tecnológicos de Economia Solidária; de ampliação da participação em fóruns e espaços de gestão da política de ciência e tecnologia; de desenvolvimento de ferramentas de comércio eletrônico de produtos da economia solidária e gestão financeira dos EES; e de formação em tecnologias sociais.

Em 2006 foi realizada a I Conferência Nacional de Economia Solidária (I CONAES), mobilizando mais de 15 mil pessoas em suas etapas preparatórias (estaduais e micro-regionais) e 1200 pessoas na etapa nacional. No contexto de crítica ao atual modelo de desenvolvimento, a Conferência reconhece que o desemprego e a precarização nas relações de trabalho são consequências de *“mudanças estruturais de ordem econômica, social e tecnológica, ocorridas no mundo nas últimas décadas, [que] fragilizaram o modelo tradicional de relação capitalista de trabalho”* (I CONAES, n. 26). Ao mesmo tempo, nesse contexto de crise, a ES vem se afirmando a partir do fortalecimento de ações de cooperação com vistas *“a fortalecer os processos solidários de produção, comercialização, consumo, financiamento, intercâmbio, capacitação e desenvolvimento tecnológico”* (I CONAES, n. 31).

No documento final da Conferência, o tema das tecnologias foi contemplado. A Conferência reconhece, portanto, a ES como estratégia para construção de um novo modelo de desenvolvimento que requer *“uma matriz científica e tecnológica que esteja comprometida com o desenvolvimento sustentável e solidário”* (I CONAES, n. 2). Isso significa repensar *“o desenvolvimento econômico e tecnológico, não como fins, mas como meios de promover o desenvolvimento humano e social em todas as suas dimensões”* (I CONAES, n. 15). Enquanto uma *“política de Estado para o desenvolvimento sustentável de toda a sociedade”* (I CONAES, n. 50), a Economia

Solidária demanda ações transversais e parcerias em várias áreas de atuação, inclusive na ciência e tecnologia, com a finalidade de criar um contexto de emancipação social e sustentabilidade do desenvolvimento.

Nesta medida, um dos objetivos da política pública é “*democratizar e promover o acesso da Economia Solidária aos fundos públicos e aos instrumentos de fomento (crédito, formação, pesquisa, assistência técnica, assessoria, mecanismos de certificação, comercialização, etc.)*, aos meios de produção e às tecnologias sociais necessárias ao seu desenvolvimento” (I CONAES, n. 53). A Conferência sugere as seguintes ações para fortalecer e articular as iniciativas de pesquisa e de tecnologias sociais apropriadas à Economia Solidária (I CONAES, n. 86):

- Apoio ao desenvolvimento da pesquisa e extensão nas Universidades, Escolas Técnicas, Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, Institutos e Centros de Pesquisa para a produção e disseminação de tecnologias apropriadas à Economia Solidária;
- Ampliação do financiamento e acesso aos fundos setoriais de apoio à pesquisa para inclusão social;
- Ampliação da representação da ES nos Fóruns de Ciência e Tecnologia;
- Difusão e acesso às novas tecnologias, inclusive a equipamentos e programas de informática, priorizando o uso e desenvolvimento de *softwares* livres em sistemas de informação de Economia Solidária.

O que se percebe é que os participantes, nos espaços públicos de debate sobre a ES no Brasil, concentram suas questões e proposições em torno de três questões fundamentais: a) o acesso aos conhecimentos e tecnologias; b) os conteúdos, finalidades e tipos de tecnologias que são adequadas à Economia Solidária; e c) a construção de políticas públicas de ciência e tecnologia que considerem as necessidades e especificidades dos EES. O fato é que essas constatações e proposições não são exclusivas da Economia Solidária, pois situam-se em um contexto mais amplo de debate na sociedade sobre a questão da função ou das finalidades das ciências e das tecnologias na construção de processos civilizatórios.

2. Qual tecnologia para qual economia?

É inegável a importância da ciência e da tecnologia na busca de superação de limites ao desenvolvimento, proporcionando a expansão das capacidades criativas e criadoras necessárias à solução de problemas ou satisfação de necessidades. O acesso a conhecimentos e tecnologias é, portanto, uma condição fundamental não apenas para a economia solidária, mas para todas as formas e estratégias de organização socioeconômica. No entanto, esse acesso é desigual, ou seja, ele reproduz o próprio padrão de desigualdade socioeconômica, com os fundos públicos e as instituições de pesquisa direcionadas, em sua maioria, para atender às demandas de competitividade e de viabilidade dos setores empresariais privados.

As demais formas e modos de organização econômica, tanto a pequena produção individual ou familiar quanto as formas econômicas associativas, com raras exceções, foram historicamente marginalizadas no processo de desenvolvimento e de disseminação desses recursos e insumos que viabilizam a melhoria das condições de trabalho, o acesso e permanência nos espaços comerciais cada vez mais marcados por critérios de injustiça na concorrência econômica. O fato é que, quanto mais pobre e menos valorizado socialmente, o empreendimento tem menores chances de acesso às tecnologias e saberes necessários à sua viabilidade.

Além da desigualdade no acesso, há questionamentos sobre os próprios conteúdos e significados inerentes às chamadas tecnologias convencionais ou que foram desenvolvidas com a finalidade de manter os setores empresariais capitalistas atualizados frente às demandas e padrões da concorrência nacional e global. O modo de produção capitalista utiliza plenamente as tecnologias como instrumentos de controle do processo de trabalho, subordinando e desqualificando os trabalhadores, e estabelecendo as condições sociais e políticas para reprodução da dominação econômica.

Dessa forma, as tecnologias desenvolvidas no capitalismo buscam, sobretudo, maximizar a produtividade, reduzindo o tempo e os custos de produção, muitas vezes intensificando os processos de trabalho, da mesma forma que reduz a quantidade de postos de trabalho necessários à realização dos produtos e serviços. Com base no interesse maior das empresas privadas em permanecer competitivas no mercado e ampliar suas margens de lucro,

impõem-se sacrifícios dos bens naturais e do trabalho humano, além de, não raras vezes, ameaçar a qualidade de vida dos consumidores dos produtos e serviços. Além disso, as tecnologias convencionais consideram apenas parcelas do saber (científico e tecnológico), desconsiderando as realidades locais e específicas onde incidem.

Na contramão desse processo, a Economia Solidária surge também de uma atitude crítica frente ao modelo de desenvolvimento que produz riquezas gerando miséria, subordinando e explorando o trabalho e a natureza. Tendo por orientação valores não mercantis como a solidariedade e a democracia, incorpora as dimensões culturais, étnicas e ecológicas da sustentabilidade do desenvolvimento, no qual a produção, a distribuição e a preservação dos recursos naturais e sociais sejam dimensões de um processo de emancipação.

A Economia Solidária vem ganhando expressão e reconhecimento nas últimas décadas, articulada a outros movimentos sociais, culturais e ambientais que criticam exatamente essa apropriação e o domínio do saber científico e de suas aplicações tecnológicas para atender determinadas finalidades privadas, sobrepondo o crescimento econômico aos valores e finalidades da vida humana. Trata-se da crítica à *modernidade técnica*, em que o avanço técnico define a racionalidade econômica e subordina os objetivos sociais, ignorando os valores éticos (BUARQUE, 1994).

Essa perspectiva crítica abre a possibilidade de tratar a questão a partir da compreensão de que é possível (e necessário) desenvolver conhecimentos e soluções tecnológicas a partir de determinados objetivos e com base em valores que atendam às verdadeiras e legítimas aspirações da humanidade, e não apenas de alguns privilegiados. Um dos marcos desse debate foi a publicação do livro *“Small is beautiful: economics as if people mattered”*, escrito pelo economista alemão Schumacher (1983), publicado na década de 1970. Schumacher utilizava o termo “tecnologia intermediária”, que posteriormente foi difundido como “tecnologia apropriada”. Para esse autor, as “tecnologias intermediárias” seriam mais adequadas aos países mais pobres do que as soluções tecnológicas desenvolvidas nos países centrais do capitalismo.

Em contraposição às tecnologias convencionais, de uso intensivo de capital e poupadoras de mão-de-obra, as tecnologias apropriadas podem

ser desenvolvidas com baixo custo de capital, possuem facilidades de implantação, manutenção e disseminação, e consideram o meio natural e os modos de vida dos seus habitantes. Embora valorize as alternativas endógenas e os conhecimentos das populações tradicionais, não expressa uma postura de negação da ciência nem de conservação estática de saberes e práticas tradicionais; mas, sim, do melhoramento das técnicas locais, da adaptação dos conhecimentos e das tecnologias às condições socioeconômicas e ambientais locais.

A expressão “tecnologias alternativas” também tem sido disseminada nas últimas décadas como uma variante das “tecnologias apropriadas”, mas agregando significados políticos e culturais, ao lado da perspectiva ambiental. O caráter alternativo da tecnologia expressa a possibilidade de alteração do modelo de desenvolvimento, dotando-o de uma perspectiva ética, ao incorporar os aspectos culturais, socioeconômicos e políticos à ciência e à tecnologia.

Mais recentemente, tem sido desenvolvida uma concepção que utiliza o termo “tecnologias sociais” com a perspectiva da geração e transferência de tecnologias para atender a demandas sociais. Para a Rede de Tecnologia Social (RTS)²⁸, a *“Tecnologia Social compreende produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social”*. Dessa forma, a aplicação de critérios sociais, culturais e ambientais suplementares aos critérios técnicos e aos interesses econômicos, possibilita que uma tecnologia possa ser apropriada por determinados grupos sociais e selecionada de acordo com a adaptação ao contexto social e às capacidades culturais locais.

Percebe-se, então, a proximidade das tecnologias não-convencionais (intermediárias, apropriadas, alternativas, sociais) com as perspectivas emancipatórias da Economia Solidária. Considerando suas características específicas, os empreendimentos econômicos solidários demandam conhecimentos e tecnologias desenvolvidas ou adequadas a outras práticas de produção cooperada, de autogestão nos processos de trabalho e a outras finalidades orientadas pela eficiência da atividade econômica e pela solidariedade na partilha dos resultados. Além disso, a adequação das soluções

28 Acesso na página da Rede de Tecnologia Social: <http://www.rts.org.br/tecnologia-social> em 02/10/08.

tecnológicas não-convencionais implica na valorização dos saberes e da cultura local como base de desenvolvimento.

As tecnologias sociais relacionadas às atividades produtivas em diversos segmentos e ambientes urbanos e rurais – de reciclagem de resíduos sólidos, de produção agroecológica em pequena e larga escala, de criação e disseminação de *softwares* livres, de manejo sustentável da natureza nas atividades extrativistas, de produção de combustíveis limpos e de fontes renováveis – têm sido desenvolvidas e disseminadas com prioridade nas iniciativas de ES.

Na verdade, a TS encontra na Economia Solidária uma interessante alternativa para ampliação de seus horizontes, como insumo fundamental para a multiplicação e a viabilização de milhares de iniciativas econômicas de geração de trabalho e de melhoria da renda e das condições de vida de uma parcela da população excluída dos benefícios do progresso técnico e do crescimento econômico.

Porém, apesar dessas constatações de proximidade entre a Economia Solidária e as Tecnologias Sociais, a questão não está ainda plenamente resolvida. Resta a realidade que apresenta situações bastante diversificadas, onde as necessidades imediatas para viabilizar as atividades econômicas de EES nem sempre discriminam as fontes nem os tipos de tecnologias às quais, seja como for, acabam por ter raras oportunidades de acesso. Sendo assim, o debate assume outro rumo, no sentido da realização de processos formativos que incorporem o desenvolvimento de conhecimentos críticos, capacidades e habilidades técnicas e metodologias para adequação nos EES, onde e quando isso for possível, de tecnologias que foram concebidas a partir de outras lógicas, sem perder de vista os valores e princípios que orientam a Economia Solidária.

Considerando esses desafios e prioridades, no âmbito da Secretaria Nacional de Economia Solidária alguns passos estão sendo dados no sentido de promover a articulação de iniciativas de TS, sobretudo nas ações de incubação de EES realizadas pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, mas também em outras ações de fomento a empreendimentos e redes solidárias, na formação de agentes e na qualificação social e profissional de trabalhadores dos EES.

3. Tecnologias sociais e políticas públicas de economia solidária

Está cada vez mais clara a necessidade de políticas públicas de ciência e tecnologia coerentes com as novas concepções e orientações de um desenvolvimento sustentável e solidário. A questão não se reduz, portanto, a medidas pontuais e paliativas de garantia de acesso às tecnologias adequadas à realidade da Economia Solidária. É preciso que se formulem e executem políticas públicas permanentes que viabilizem a democratização do acesso ao desenvolvimento e disseminação de conhecimentos e tecnologias.

Algumas iniciativas recentes no Governo Federal buscam avançar nessa direção, inclusive com a criação de novos espaços institucionais no Ministério de Ciência e Tecnologia, na ampliação de Fundos Setoriais de fomento às pesquisas e de internalização da dimensão social em programas e projetos nessas áreas. Mesmo assim, basta uma simples comparação entre volumes de recursos destinados às áreas empresariais convencionais e às áreas sociais para percebermos a distância entre as demandas e as ações inovadoras. Desse modo, o desafio que se apresenta é o da inclusão da dimensão científica e tecnológica nas políticas de Economia Solidária que estão sendo construídas, bem como a internalização dos princípios e valores da Economia Solidária (sobretudo do trabalho cooperado e da autogestão) na política de ciência e tecnologia.

No caso da SENAES, entre as iniciativas em andamento, a que mais absorveu a temática é o apoio às Incubadoras de Economia Solidária no âmbito do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Proninc), realizado por um conjunto significativo de órgãos do Governo Federal.²⁹

As incubadoras (universidades públicas ou comunitárias e centros federais de educação tecnológica) representam uma possibilidade concreta

29 Participam do PRONINC, além do MTE/SENAES, o Ministério de Ciência e Tecnologia, a Financiadora de Estudos e projetos (FINEP), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério do Turismo, o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde, o Banco do Brasil, a Fundação Banco do Brasil (FBB), o Comitê de Entidades Públicas (COEP), o Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão, entre outros.

de articulação de demandas dos EES por conhecimentos e tecnologias apropriadas e a potencial “oferta” (de desenvolvimento ou de disseminação) dessas soluções por parte das instituições de ensino e pesquisa. Além disso, ao fomentar o diálogo duradouro entre as instituições de ensino superior e as comunidades nas quais estão inseridas as incubadoras, o PRONINC pode ensejar o desenvolvimento de novas tecnologias apropriadas e metodologias de enfrentamento à pobreza. Por isso, o “processo metodológico de incubação” foi reconhecido como uma tecnologia social e sua replicação tem sido incentivada pelo Proninc e pela Rede de Tecnologia Social (RTS):

“a incubação e apoio a empreendimentos solidários é uma metodologia de ensino, aprendizagem e transferência de tecnologia de gestão para a criação de empreendimentos, valorizando a autogestão e a inclusão social. Os beneficiários tornam-se sujeitos do seu próprio desenvolvimento. A incubação possibilita a transformação de potenciais em oportunidades de negócios, gerando trabalho e renda”.³⁰

Avaliações sobre o Proninc, realizadas sob a coordenação da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), enfatizam a relação política estratégica entre a Economia Solidária e os processos de inovação tecnológica em uma perspectiva mais ampla de fortalecimento de processos autogestionários e apropriação de forças produtivas pelos trabalhadores/as:

“Na concepção da metodologia de incubação de empreendimentos econômicos solidários como tecnologia social está compreendido o processo de apropriação das forças produtivas, tal como proposto por Marx e Engels. Este processo envolve, além do acesso aos meios de produção, procedimentos voltados para o desenvolvimento das capacidades individuais e coletivas para uma interferência nas formas de organização do trabalho, nas técnicas empregadas nos processos produtivos e nas relações com o saber e as instituições de ensino” (Varanda e Cunha, 2007, p. 53).

Além do Proninc, outro campo de iniciativas da SENAES relacionado às tecnologias sociais tem sido o da qualificação social e profissional, por meio

30 Pesquisa no site da RTS: <http://www.rts.org.br/tecnologias-priorizadas/empreendimentos-solidarios/>

de Projetos Especiais de Qualificação Social e Profissional (PROESQ) e do Plano Setorial de Qualificação Social e Profissional em Economia Solidária, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação (PNQ). Tais iniciativas, realizadas em parceria com a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE/MTE), visam favorecer o desenvolvimento de metodologias formativas e o acesso a conhecimentos e tecnologias na Economia Solidária, além de estarem direcionadas para a formação e fortalecimento de redes e cadeias produtivas entre os empreendimentos econômicos solidários.

Uma das referências é o PROESQ, desenvolvido em rede e coordenado pela Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão (Anteag), que incorporou a questão das tecnologias no projeto de desenvolvimento de metodologias e material didático de qualificação de trabalhadores em processos de recuperação de empresas em regime de autogestão. A Anteag propôs o desenvolvimento de uma “Metodologia Tecnológica para Empreendimentos Autogestionários” (Anteag, 2004; 2005), articulando, posteriormente o tema da tecnologia com a gestão para qualidade (dos produtos ou serviços, das relações de trabalho e da qualidade de vida dos trabalhadores/as) em empreendimentos autogestionários.

Deve-se destacar, neste mesmo campo de ação, o PROESQ de “Economia Solidária na Cadeia Produtiva do Mel”, desenvolvido pelo Grupo Colméias para o fortalecimento da Rede Abelha. Esse PROESQ buscou a formação de educadores/as e multiplicadores de tecnologias sociais apropriadas à atividade apícola sustentável. A metodologia desenvolvida e o material didático elaborado (álbuns seriados, CD’s com músicas e programas de rádio, cartilhas etc.) são referências para o Plano Setorial de Qualificação Social e Profissional da Economia Solidária (Planseq Ecosol), executado entre 2006 e 2008 e que tem o segmento da apicultura como uma de suas prioridades. Além das ações de qualificação social e profissional, a metodologia e material didático têm sido utilizados como referência nas ações formativas em Projetos de Fomento à Apicultura, com a implantação de Unidades de Beneficiamento da Produção Apícola.

No campo do conhecimento sobre a ES no Brasil, com o apoio da SENAES, foi desenvolvido e está em pleno funcionamento o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES). O Sistema pode ser também

considerado uma tecnologia que foi desenvolvida para dar visibilidade à ES e facilitar a formulação de políticas públicas de fomento adequadas à realidade dos EES. O Sistema adota um modelo de gestão participativa e metodologias consideradas inovadoras nos processos de coleta das informações, de alimentação das bases de dados e de disseminação dos resultados, sendo uma referência no Brasil e em outros países (Alemanha, Argentina etc.) para a organização de sistemas de informações da ES.

Nas ações de fomento à ES, destacam-se alguns projetos nos quais existem relações com as TS: no apoio às Redes de Produção e Comercialização; nos projetos de finanças solidárias; no apoio a Bancos Comunitários; no projeto “Brasil Local”, com a articulação entre os agentes comunitários de desenvolvimento e a rede “Casa Brasil”, que atua com inclusão digital com base em *softwares* livres; e nos projetos de apoio às empresas recuperadas em regime de autogestão. Nesses projetos, incorpora-se a dimensão do acesso e desenvolvimento de TS apropriadas à constituição de redes, para aperfeiçoamento e disseminação de formas inovadoras de acesso a finanças solidárias e para viabilidade dos empreendimentos autogestionários.

No caso das redes de produção e articulação, destaca-se o caso da Rede Justa Trama que articula um conjunto de EES da cadeia do algodão agroecológico. A própria metodologia de organização de uma rede com abrangência nacional, articulando diversos segmentos ou ramos produtivos (do cultivo do algodão orgânico, à fiação e tecelagem, confecções, serigrafia e sementes) pode ser considerada uma tecnologia social. Foi exatamente nessa direção que a SENAES e as demais entidades parceiras concentraram o apoio, viabilizando as articulações e arranjos que propiciaram a formação e funcionamento da rede solidária. A concepção da marca (Justa Trama), o desenho artístico dos produtos e os vários instrumentos de divulgação elaborados, revelam também processos e metodologias sociais que podem ser considerados como exemplos e multiplicados.

O mesmo ocorre nas ações da SENAES de apoio à implantação de Bancos Comunitários, tendo por base a metodologia desenvolvida no Banco Palmas (em Fortaleza/CE), que deve também ser reconhecida como mais uma tecnologia social no âmbito das finanças solidárias. Na articulação com a rede “Casa Brasil”, a articulação entre a ES e as TS ocorre no

âmbito do trabalho com a juventude no campo da inclusão digital, utilizando-se de plataformas tecnológicas de *softwares* livres, incluindo a democratização da formação, do desenvolvimento e do acesso (disseminação) de novas tecnologias de comunicação e informática aos EES.

Também merecem destaque as ações de apoio e assistência organizativa, jurídica e técnica nos processos de recuperação de empresas por trabalhadores em regime de autogestão, em cooperação entre a SENAES e a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão (Anteag) e a União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (Unisol Brasil). Nos processos formativos e de assessoria direta aos trabalhadores nas empresas recuperadas são construídas coletivamente as orientações estratégicas quanto ao acesso às novas tecnologias e, sobretudo, nos processos de adequação das tecnologias disponíveis (equipamentos, organização dos processos ou linhas de produção, gestão do negócio etc.) às novas diretrizes do trabalho cooperado e da autogestão do EES. Fruto das iniciativas de articulação entre esses empreendimentos, abrem-se possibilidades de intercâmbios de conhecimentos e tecnologias, fortalecendo processos de atuação em rede.

Além disso, algumas empresas recuperadas estão desenvolvendo soluções tecnológicas para áreas de interesse social. A título de exemplo, cita-se o caso de uma miniusina de produção de óleo vegetal, concebida e fabricada pela Cooperativa de Trabalhadores da Metalurgia em Canoas (CTMC – Canoas/RS), que pode fortalecer a participação da agricultura familiar no programa brasileiro de biodiesel, agregando valor ao produto beneficiado diretamente pelas organizações solidárias desses agricultores, aumentando a renda apropriada localmente e reduzindo a subordinação e a subalternidade na relação com as outras organizações empresariais na cadeia produtiva. Nesta mesma direção, situa-se o Projeto de Micro-Destilaria de Produção de Álcool Combustível, desenvolvido pela GERALCOOP/RS, através da Unisol Brasil, em parceria com a Petrobras, que busca conferir sustentabilidade às pequenas comunidades rurais e maior participação na produção nacional de álcool combustível.

A própria forma de construir essas ações e projetos expressa uma inovação metodológica no campo da políticas públicas. A SENAES vem

experimentando novas formas participativas de formulação e execução de políticas públicas. Na implantação de uma política pública de ES exige-se uma nova arquitetura na interação entre Estado, sociedade civil organizada e trabalhadores diretamente envolvidos com essa nova forma de produção:

“O êxito da SENAES exige que sua equipe crie outra tecnologia de gestão da política pública, atendendo a dois requisitos fundamentais: superação da condição das políticas verticais e fechadas em si mesmas, pela propositura de canais permanentes de comunicação com os trabalhadores, com quem se relaciona e define seu *modus operandi*; construção de ferramentas de gestão capazes de possibilitar parcerias diversas e em planos diferentes” (Singer e Kruppa, 2004, p. 93).

Finalmente, deve-se ressaltar que a SENAES incorporou no Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (PPA 2008-2011), uma nova ação de “Desenvolvimento e Disseminação de Conhecimentos e Tecnologias Sociais Apropriadas à Economia Solidária”, incluindo o incentivo ao desenvolvimento e disseminação de inovações tecnológicas sociais, que se revelem apropriadas às demandas dos empreendimentos econômicos solidários. Além disso, o Ministério de Ciência e Tecnologia propôs uma ação de “Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação para a Economia Solidária”, com a finalidade de fomentar projetos de ciência, tecnologia e inovação voltados para o fortalecimento das iniciativas de geração de trabalho e renda em atividades de Economia Solidária. Essas duas ações carecem ainda de aporte adequado de recursos para realizar suas finalidades, tendo inexpressiva participação no montante do orçamento anual de 2008 e nas previsões do Plano Plurianual até 2011.

4. Desafios e perspectivas para as tecnologias sociais e a economia solidária

Tecnologias sociais e Economia Solidária são frutos e herdeiras do mesmo processo recente de democratização da sociedade. Nesse processo, novos sujeitos sociais ocupam espaços socioculturais de formação da opinião pública, pautando a necessidade de construção de estratégias alternativas de desenvolvimento, além de apresentarem demandas e se posicionarem

como atores políticos para a formulação e execução de políticas públicas. Nos dois casos, tanto para a Economia Solidária como para a Tecnologia Social, existe atualmente o questionamento sobre a insuficiência de escala das ações (ainda experimentais) e a fragilidade institucional das conquistas realizadas até o momento (espaços de participação, programas formulados e fundos públicos acessados). A busca por políticas públicas perenes (de Estado), estruturadas e sistemáticas, é um elemento que aproxima a ES e a TS, bem como um conjunto de outras políticas inovadoras recentemente incorporadas na estrutura governamental.

De fato, no caso da TS, deve-se reconhecer que, no atual governo, foram produzidos alguns avanços em relação à incorporação das dimensões social, cultural e ambiental, para além da econômica, na formulação de políticas de ciência e tecnologia. No entanto, as iniciativas de ciência e tecnologia para a inclusão social são ainda subsidiárias e complementares nas políticas públicas. A ampliação quali e quantitativa das tecnologias sociais apropriadas à ES é limitada, sobretudo, pelas atuais diretrizes e orientações estratégicas da política científica e de tecnologia no Brasil. Os principais programas, ações e o maior volume de recursos são direcionados prioritariamente para o setor empresarial de médio e grande porte.

Assim, por exemplo, o Plano Plurianual (PPA 2008-2011) define como uma das suas estratégias a elevação da competitividade sistêmica da economia, especialmente com acesso à inovação tecnológica: “Nesse sentido, o Governo Federal vem realizando esforços contínuos para elevar a competitividade sistêmica da economia, com base nas diretrizes e medidas estabelecidas pela Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), que visam ao aumento da eficiência da estrutura produtiva, ao aumento da capacidade de inovação das empresas e à expansão das exportações brasileiras” (Brasil, 2007, p. 106). Para atender tais orientações, os fundos setoriais e as subvenções governamentais para financiamento de inovação científica e tecnológica são direcionados, em grande parte, para atender às demandas dos segmentos econômicos onde a ES não tem participação significativa.

O desafio principal é, portanto, ampliar os espaços de disputa de hegemonia na sociedade e de participação na estrutura do Estado, para influir

na formulação e execução de políticas de apoio ao desenvolvimento e disseminação de conhecimentos e tecnologias para um outro modelo de desenvolvimento. Para isso, é preciso ampliar os mecanismos e canais de acesso à subvenção para inovação científica e tecnológica direcionada aos Empreendimentos Econômicos Solidários.

Uma das alternativas, por exemplo, pode ser a ampliação do Proninc (incubação de EES), articulando e aproximando as instituições de ensino e pesquisa das demandas da ES, ampliando quantitativamente essas iniciativas solidárias que geram trabalho, complementam e melhoram a renda de milhares de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Além disso, o acesso a conhecimentos e tecnologias apropriadas pode alavancar qualitativamente esses EES incubados, com base em soluções que permitam agregar maior valor aos seus produtos e serviços, com apropriação da maior parte possível dos componentes das cadeias produtivas (produção, beneficiamento, distribuição e consumo) nos quais estão inseridos.

A SENAES e os demais órgãos governamentais que estão incorporando a Economia Solidária como estratégia de políticas ativas de trabalho e renda e de desenvolvimento enfrentam o desafio da ampliação dos recursos orçamentários para superação do “experimentalismo” e ganho de escala, tendo em vista que os empreendimentos econômicos solidários encontram hoje canais para expressarem suas demandas, exigindo a integração e internalização das tecnologias sociais nos diversos programas e ações.

Em recente Oficina promovida pela SENAES³¹ sobre o tema das tecnologias sociais, percebeu-se a necessidade de que se avance para um consenso mínimo em torno desse conceito, a fim de se evitar a “banalização” do campo das tecnologias sociais e a perda do foco na transformação social e melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras que produzem autogestionariamente os seus meios de vida. Destacamos, dos resultados da oficina, indicações para o campo das políticas públicas e os campos prioritários de ação. Na oficina, procurou-se identificar, de forma bastante ampla, os elementos principais para o desenvolvimento de

31 Oficina de Trabalho sobre Tecnologias Sociais e Economia Solidária. Brasília: SENAES/MTE, 13 de agosto de 2008. Participaram da Oficina as seguintes instituições: SENAES; CTFAT/CNES; Rede Unitalho; SOLTEC/UFRJ; CDS/UNB; GAPI-UNICAMP; FINEP; Rede de ITCP's; FASE e RTS.

uma política pública de tecnologia social para o campo da economia solidária, no sentido de articular-se ao conjunto de ações e políticas que integram o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento.

Como orientação geral para essa política, as ações no campo da tecnologia social voltadas à economia solidária devem ter como foco prioritário os empreendimentos econômicos solidários e contemplar as dimensões da gestão, da produção, da comercialização etc., e que essas tecnologias considerem como elemento fundamental a questão ambiental. Neste mesmo plano, coloca-se como fundamental o desenvolvimento de tecnologias sociais que fortaleçam a constituição de redes e cadeias produtivas entre os empreendimentos.

No âmbito do CTFAT (Comitê Temático de Formação e Assistência Técnica) do Conselho Nacional de Economia Solidária, desenha-se como possibilidade a articulação entre as ações de formação em economia solidária, assistência técnica e tecnologia social. Sendo a tecnologia social compreendida como processo de transformação social a partir da organização do processo de produção material e social, o investimento em processos de qualificação/formação dos(as) trabalhadores(as) é parte integrante da estratégia de desenvolvimento dessa nova matriz tecnológica. A intenção é consolidar um quadro conceitual de referência e os instrumentos para a identificação, registro e desenvolvimento de soluções tecnológicas para os empreendimentos, redes e cadeias solidárias de produção.

Parece-nos que é exatamente este o campo em que as instituições de ensino superior (universidades e centros tecnológicos) podem desempenhar um papel central. O apoio às ações dessas instituições deve buscar a ligação entre o conhecimento científico com os valores éticos, sociais, ambientais etc. Trata-se, como ponto de partida, de amplificar o apoio e as relações com as áreas de extensão das instituições de ensino superior, priorizando aquelas que buscam relacionar Tecnologia Social e Economia Solidária.

Como possibilidade de modelo para a política pública de Economia Solidária na área da Tecnologia Social, deve-se observar o desenho do Programa Fuerza Solidária³², da Província de Buenos Aires. Neste caso, a

32 Consulta em <http://www.fuerzasolidaria.gov.ar/>

constituição de um fundo para o fornecimento de crédito e fomento aos empreendimentos econômicos articula-se com um conjunto de políticas voltadas à formação/qualificação social e profissional, assistência técnica, formação de redes e cadeias, comercialização etc.

No campo das prioridades para a política de Tecnologia Social no campo da Economia Solidária, apontou-se como demanda efetiva o desenvolvimento de ações públicas para os EES situados nos centros urbanos, especialmente nas regiões metropolitanas. Além disso, a política de Tecnologia Social deve priorizar a construção e o fortalecimento de redes e cadeias produtivas entre os empreendimentos econômicos solidários, como efeito demonstração das possibilidades tecnológicas que se apresentam apropriadas ao desenvolvimento da autogestão.

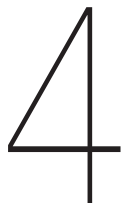
Finalmente, considera-se que o desenvolvimento e disseminação das tecnologias sociais devem adquirir caráter estratégico em algumas áreas em que a ES está sendo fomentada e apoiada. Entre esses setores, destacam-se: a coleta e reciclagem de materiais, a produção de formas alternativas de energia renovável (bioenergia, agroenergia), o desenvolvimento de *softwares* livres no âmbito da inclusão digital, a produção agroecológica de base familiar e associativa e a adequação sociotécnica nas empresas recuperadas.³³ Essas iniciativas devem ser articuladas com as ações de acesso ao crédito e às finanças solidárias, de organização da comercialização, de formação e qualificação social e profissional e de assistência técnica e organizativa.

Nesse sentido, a política pública de Economia Solidária para as tecnologias sociais deve conter uma forte vertente de reforço institucional, tanto no que diz respeito ao financiamento disponível para esse campo como também para acesso aos instrumentos existentes (fundos, editais etc.). O fundamental é ampliar o acesso dos empreendimentos econômicos solidários, sobretudo aqueles que enfrentam maiores dificuldades para viabilizar suas iniciativas sociais e econômicas, em direção a formas sustentáveis de produção dos meios de vida e emancipação social.

33 Ver, a esse respeito: NOVAES, H. T. O Fetiche da Tecnologia – a experiência das Fábricas Recuperadas. São Paulo: Expressão Popular – Fapesp, 2007; e DAGNINO, R. Autogestão, Adequação Sócio-Técnica e Economia Solidária. 2001. Disponível em <www.itcp.unicamp.br> Acesso em 10 fev. 2002.

Referências bibliográficas

- ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária. *Autogestão e Economia Solidária: uma nova metodologia*. Vol. 1. São Paulo: Anteag, 2004.
- ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária. *Autogestão e Economia Solidária: uma nova metodologia*. Vol. 2. São Paulo: Anteag, 2005.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. *Plano plurianual 2008-2011*. Brasília: Ministério do Planejamento, 2007.
- BUARQUE, Cristovam. *A Revolução nas Prioridades: da modernidade técnica à modernidade ética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- CONAES – I Conferência Nacional de Economia Solidária. Anais. Brasília: SENAES/MTE, 2006. (Anais)
- DAGNINO, R. *Autogestão, Adequação Sócio-Técnica e Economia Solidária*. 2001. Disponível em <www.itcp.unicamp.br> Acesso em 10 fev. 2002.
- FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária. *IV Plenária Nacional de Economia Solidária: outra economia construindo outros desenvolvimentos*. Brasília: FBES, 2008.
- FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária. *Plataforma da Economia Solidária*. Acesso no www.fbes.org.br.
- NOVAES, H. T. *O Fetiche da Tecnologia – a experiência das Fábricas Recuperadas*. São Paulo: Expressão Popular – Fapesp, 2007.
- Rede de Tecnologias Sociais. Empreendimentos Solidários. Acesso em <http://www.rts.org.br/tecnologias-priorizadas/empreendimentos-solidarios/>.
- SCHUMACHER, Ernst Friedrich. *O Negócio é ser pequeno: um estudo de economia que leva em conta as pessoas*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- SINGER, Paul e KRUPPA, Sônia Maria Portella. SENAES e a Economia Solidária: democracia e participação ampliando as exigências de novas tecnologias sociais. In: *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.
- VARANDA, Ana Paula de Moura e CUNHA, Pedro Cláudio Cunca Bocayuva (orgs.). *Diagnóstico e Impactos do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares*. Rio de Janeiro: FASE, 2007.



Economia solidária, tecnologias sociais e políticas públicas

*Sandra Regina Nishimura**

Introdução

O presente texto busca explicitar os acúmulos da Rede de Gestores de Políticas Públicas em Economia Solidária referente aos conceitos de Economia Solidária, de Tecnologias Sociais e de Políticas Públicas em Economia Solidária, as características que envolvem essa construção, os avanços e os desafios.

As reflexões aqui apresentadas expressam o acúmulo das discussões desencadeadas pela Rede de Gestores de Políticas Públicas em Economia Solidária, pelas organizações governamentais e não-governamentais, por estudiosos e militantes que também estão, no seu cotidiano, envolvidos com essa temática.

Num primeiro momento, discorreremos brevemente sobre a Rede de Gestores de Políticas Públicas em Economia Solidária. A constituição da Rede de Gestores parte do debate entre gestores desse campo que estiveram reunidos no Seminário Nacional sobre a Sustentabilidade da Economia Solidária no Brasil, realizado em dezembro de 2002 em São Paulo, e do Encontro Nacional de Administração Pública e Política de Economia Popular e Solidária, realizado no início de 2003, em Porto Alegre. Os gestores públicos presentes nesses espaços de discussão compreenderam a importância de se constituir um fórum que possibilitasse o intercâmbio continuado entre eles.

Dessa forma, em agosto de 2003, foi criada esta Rede de Gestores, com os objetivos de contribuir para legitimar e consolidar políticas públicas de Economia Solidária para além de iniciativas de governos; fortalecer a

* Membro da Rede de Gestores de Políticas Públicas em Economia Solidária.

interlocução entre os diferentes órgãos das três esferas de governo, comparando estratégias de integração, programas e instrumentos que possam ser multiplicados no âmbito municipal e ampliados por políticas públicas estaduais e nacionais; ampliar a articulação com outros atores da Economia Solidária; contribuir para a consolidação de políticas públicas efetivamente emancipatórias e que fortaleçam a organização social, entre outros.

Assim, diante dos objetivos acima elencados, a participação da Rede de Gestores em espaços que agreguem diferentes atores na construção da Economia Solidária como Política Pública tem sido pauta recorrente das ações desenvolvidas por esta Rede de Gestores. A realização do Seminário “*Tecnologia Social, Incubação de Empreendimentos Solidários e Políticas Públicas*” constitui-se num desses importantes momentos que congrega diferentes experiências, sujeitos e realidades territoriais.

Economia solidária e estratégias de desenvolvimento

Para abordar o aspecto conceitual da Economia Solidária, temos que fazer referência ao contexto sócio-histórico vivido em nossa sociedade. A sociedade capitalista sempre enfrentou seus momentos de crise econômica, buscando no mercado de trabalho a forma para maximizar os lucros. A forma de organização da sociedade e das relações sociais é imposta pela lógica do mercado, onde impera a competição e o individualismo. As causas do desequilíbrio macroeconômico não são avaliadas em seu cerne, adotando-se a partir desse raciocínio alternativas para o seu enfrentamento que não alcançam a sua causa. Alinha-se nessa forma de interpretação o desemprego, que na nossa história sempre esteve associado à desqualificação profissional. Assim, tem-se a equação de que a qualificação profissional resulta no emprego. O tempo já mostrou que essa forma de resolução não supera o grave problema do desemprego e da exclusão.

A exclusão social deve ser considerada no seu aspecto multidimensional, ou seja, em seus aspectos econômicos, sociais, culturais, políticos e psicológicos; e compreendida como o acúmulo de vulnerabilidades econômicas, sociais, políticas, culturais, entre outras.

Para Dupas (2001), a exclusão social refere-se à falta de acesso a bens e serviços, à falta de segurança, justiça e cidadania. O autor pontua níveis de exclusão, tais como: exclusão do mercado de trabalho (desemprego); exclusão do trabalho regular, tendo acesso ao trabalho temporário precário e parcial; exclusão do acesso à moradia digna; exclusão do acesso a bens e serviços básicos; exclusão dentro do próprio mercado de trabalho, cujas exigências dificultam o acesso a bons empregos, o que pode estar relacionado ao preconceito racial, sexual e até de nacionalidade; exclusão da possibilidade de garantir sobrevivência; exclusão do acesso à terra; exclusão à segurança física, de sobrevivência, proteção contra contingências; exclusão dos direitos humanos.

Desemprego, por exemplo, é o contrário de cidadania, não no seu aspecto formal, mas na sua realização substantiva, o que significa dizer que a questão da exclusão ou marginalização social e econômica está diretamente ligada ao tema das lutas sociais, da capacidade que certos grupos têm de se organizar e de levar adiante suas reivindicações para a conquista de benefícios. Daí as lutas sociais estarem ligadas ao tema exclusão e consolidação da cidadania (Kowarick, 1999, p. 139).

Percebe-se que o poder do “mercado” não é absoluto, faz emergir o seu contrário nas práticas de resistência, que buscam construir alternativas diferentes das instituídas, buscando outra lógica de desenvolvimento baseada na inclusão social, na garantia dos direitos e na justiça social.

Assim, a Economia Solidária é uma estratégia surgida no âmago de resistências e lutas sociais contra o desemprego e a pobreza, composta por atividades socioeconômicas cujo primado é do trabalho sobre o capital, de caráter associativo e autogestionário que tem garantido a reprodução da vida de trabalhadores e trabalhadoras, e que pode promover a inclusão social e o desenvolvimento econômico, social e cultural com maior sustentabilidade, equidade e democratização.

Trata-se, nesse sentido, da perspectiva de uma outra economia, com análise crítica ao contexto histórico vivido e com proposição transformadora, pois sua prática está alicerçada numa atividade econômica com exercício autogestionário, cooperativo e solidário que busca contemplar todas as dimensões sociais, voltada à produção de bens e serviços necessários à vida e à realização das pessoas.

A Economia Solidária coloca-se no campo de um paradigma de desenvolvimento que seja inclusivo, distributivo, democrático, acessível, socializado e sustentável. Denominamos esse desenvolvimento de Desenvolvimento Solidário.

O Desenvolvimento Solidário deve respeitar alguns aspectos, como: a garantia de acesso de todas as pessoas aos bens e serviços, o respeito ao meio ambiente, o exercício de novas relações, com foco na solidariedade.

O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento da Secretaria Nacional de Economia Solidária – Ministério do Trabalho e Emprego atribui o seguinte conceito ao Desenvolvimento Solidário.

“O desenvolvimento solidário é o desenvolvimento da comunidade como um todo, não de alguns de seus membros apenas. Por isso, ele não pode ser alcançado somente pela atração de algum investimento externo à comunidade. O investimento necessário ao desenvolvimento tem que ser feito pela e para a comunidade toda, de modo que todos possam ser donos da nova riqueza produzida e beneficiar-se dela. Não se trata, tampouco, de estimular pela competição o ‘empreendedorismo’ individual, que inevitavelmente traz consigo a divisão da comunidade em ganhadores e perdedores. Desenvolvimento solidário significa o desenvolvimento de todos seus membros conjuntamente, unidos pela ajuda mútua e pela posse coletiva de certos meios essenciais de produção ou distribuição. Conforme a preferência dos membros, muitos ou todos podem preservar a autonomia de produtores individuais ou familiares. Mas, os grandes meios de produção – silos ou armazéns, frotas de veículos, edificações e equipamentos para processamento industrial, redes de distribuição de energia etc. – têm de ser coletivos, pois se forem privados a comunidade se dividirá em classes sociais distintas e a classe proprietária explorará a não proprietária”.³⁴

Soma-se a esse conceito, o caráter multissetorial que deve permear toda a proposição do Desenvolvimento Solidário, ou seja, o foco econômico, social, cultural, educacional, político, científico e tecnológico.

34 Termo de Referência do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento/2004

Ainda no que se refere ao Desenvolvimento Solidário, há que se considerar três dimensões que a englobam:

1. Dimensão territorial

É no território que ocorrem as relações históricas, políticas, culturais, que configuram determinada identidade e que se fortalecem e desenvolvem novos vínculos. É nele que estão presentes sujeitos e protagonistas que articulados podem participar nos processos de mobilização para o envolvimento nas tomadas de decisões coletivas. Este se configura enquanto um espaço que apresenta necessidades, dificuldades, mas, sobretudo, potencialidades. Potencialidades que se expressam nas diversas experiências das pessoas, nos saberes acumulados ao longo de suas vidas, nos conhecimentos adquiridos pela convivência intergeracional e que trazem consigo toda a riqueza do contexto histórico vivido, de capacidades e habilidades que cada um e cada uma possui no que se refere ao desenvolvimento de atividades pessoais, familiares, profissionais, comunitárias e de participação política.

2. Desenvolvimento local

O desenvolvimento local trata-se de um processo endógeno, isto é, de valorização dos aspectos e realidades locais, o que significa a não replicação de uma estratégia bem sucedida externa àquele local. Isso pressupõe a mobilização num esforço que envolve diferentes sujeitos para superação das dificuldades, na realização de mudanças que visem favorecer mudanças nas condições de produção e comercialização de bens e serviços para alcançar a melhoria na qualidade de vida local.

“Desenvolvimento Local é entendido como um processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e da sociedade locais, criando oportunidades de trabalho e de renda, superando dificuldades para favorecer a melhorias das condições de vida da população local, Assim, se trata de um esforço localizado e concentrado, isto é, são lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar que se articulam com vistas a

encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de produção e comercialização de bens e serviços de forma a proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos e cidadãs, partindo da valorização e ativação das potencialidades e efetivos recursos locais” (Jesus, 2003, p. 139).

Para tanto, é necessário também ter como foco o desenvolvimento das comunidades de modo sustentável, a partir de suas potencialidades específicas, em suprir suas necessidades imediatas presentes, com a perspectiva futura do bem-estar das novas gerações.

Nessa ótica, há que se considerar os diferentes aspectos que a envolvem: o econômico, social, cultural, político e institucional, a organização físico-territorial e a gestão ambiental.

Essa forma de exercitar o desenvolvimento, que implica a mobilização e o envolvimento de lideranças, pessoas, instituições, entre outras organizações neste processo, necessita da implementação da gestão de políticas públicas com um novo paradigma da relação entre Estado e sociedade.

3. Tecnologia social

Esta terceira dimensão parte da compreensão de que o acesso às tecnologias deve ser socializado, alcançando de forma adequada os trabalhadores e trabalhadoras que se organizam coletivamente para produzir com base na autogestão. A I Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em Brasília em junho de 2006, reafirma a posição de que, para se superar as principais dificuldades e entraves existentes para a consolidação dos empreendimentos, redes e cadeias produtivas solidárias, a divulgação das atividades realizadas, a formação, assistência técnica e o desenvolvimento tecnológico são imprescindíveis.

Um dos eixos de discussão e deliberação de propostas da referida Conferência foi o de formação, assistência técnica e tecnológica. A proposição deste eixo refere-se à garantia de ações de pesquisa e extensão das universidades para os serviços de assistência técnica, produção e disseminação de tecnologias apropriadas à Economia Solidária; a difusão e a acessibilidade às novas tecnologias, inclusive o acesso a equipamentos e

programas de informática, priorizando o uso e o desenvolvimento de *softwares* livres em sistemas de informação em Economia Solidária.

Assim, o desenvolvimento de tecnologias que respondam à realidade e necessidades dessas organizações torna-se fundamental para o início de uma atividade econômica dos empreendimentos econômicos solidários, seu desenvolvimento e sua continuidade.

Partindo desse entendimento, no Brasil, constituiu-se, com diferentes organizações preocupadas e compromissadas com essa proposição, a Rede de Tecnologias Sociais – RTS, enquanto um destes espaços. A RTS tem a seguinte definição com relação às Tecnologias Sociais: *“compreendem produtos, técnicas ou metodologias, reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representam efetivas soluções de transformação social”*.

Para o desenvolvimento das metodologias e instrumentos no campo das tecnologias sociais, o contexto socioeconômico e cultural deve ser respeitado. Na produção de tecnologias sociais, vários aspectos devem ser considerados, como a participação co-responsável, democrática, compartilhada e autônoma dos sujeitos envolvidos no processo, cujo conhecimento e experiência acumulada são valorizados; caracteriza-se como um modelo flexível que depende de cada realidade, o que pressupõe um processo inovador.

Compreender a Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento solidário pressupõe concebê-la com instrumentos e ferramentas instituídas como direitos perenes dos trabalhadores e trabalhadoras, e dever de um Estado republicano e democrático. Para a Rede de Gestores, a Economia Solidária compõe uma agenda nessa perspectiva, o que significa o reconhecimento de novos sujeitos sociais e novos direitos de cidadania, o reconhecimento de novas formas de produção, reprodução e distribuição social, propiciando acesso aos bens e recursos públicos.

Segundo o Secretário Nacional de Economia Solidária, Paul Singer (2002), a participação do Estado é o vetor principal para a Economia Solidária, sem o qual esta poderia ser apenas um paliativo, para amenizar o desemprego e a exclusão social *“[...] para enfrentar a política recessiva do plano nacional e lograr uma redução significativa do desemprego a*

luta pela organização dos excluídos terá que alcançar o plano político” (Singer apud Singer: 1998, p.9).

Ao entender a importância da luta histórica dos trabalhadores para a conquista dos direitos sociais, o papel e a responsabilidade do Estado para com a igualdade de oportunidades, acesso ao trabalho e, com o desenvolvimento social, econômico e político a ser adotado, faz com que a sua intervenção na Economia Solidária seja compreendida como crucial para o seu fortalecimento.

Direcionar ou redirecionar Políticas Públicas em curso, com ações pautadas em um leque de possibilidades que se afirmem como garantia de direitos, e que apontem para a autonomia dos trabalhadores e trabalhadoras, é fundamental.

O investimento do Poder Público nessa área constitui-se um dever do Estado e direito do cidadão para que lhe sejam oportunizados meios para o efetivo acesso ao direito ao trabalho. Alinhar esse dever com a Economia Solidária demonstra um salto de qualidade, na medida em que se propõe a desenvolvê-la como estratégia e política de desenvolvimento oportunizando trabalho e renda por meio de uma nova constituição do trabalho, na produção, comercialização, consumo e financiamento.

Nesse sentido, criar mecanismos que permitam atender às necessidades do investimento em Economia Solidária é um desafio que está posto para os governos, seja na esfera municipal, estadual ou federal que estão se propondo a implementá-la no âmbito da política pública. Para Singer (2001), trata-se de uma forma de enfrentamento ao desemprego.

“Será preciso eleger governos municipais, estaduais e federal que dêem prioridade ao combate ao desemprego através do apoio concreto a todas as formas de economia solidária. Mas antes será necessário reforçar e multiplicar as iniciativas surgidas no seio da sociedade civil, para que a proposta de economia solidária ganhe visibilidade e possa atrair apoio das forças que se opõem à exclusão social” (Singer, 2001, p. 135).

A implantação da Secretaria Nacional de Economia Solidária e o movimento crescente nas esferas estaduais e locais, embora recentes, são fortes indicativos da amplitude que a Economia Solidária vem adquirindo,

o que pode impulsioná-la para que, nesse cenário, tenha maior interlocução e ganhe espaço e força de uma proposição que atenda à realidade dos empreendimentos solidários.

O eixo temático III da I Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em junho de 2003, abordou as prioridades e estratégias de atuação para as políticas e programas de Economia Solidária, assim como os mecanismos de participação e controle social.

Nesse contexto, estão elencados a educação contextualizada, o acesso à infraestrutura para a produção, canais justos e solidários de comercialização e distribuição da produção e consumo, acesso e organização dos serviços de crédito, reconhecimento jurídico de suas organizações e atividades desenvolvidas, divulgação, formação, assistência técnica e desenvolvimento tecnológico relacionados à comercialização, marco jurídico apropriado, crédito e finanças solidárias, formação, assistência técnica e tecnológica, comunicação e divulgação, saúde do trabalhador e da trabalhadora, sustentabilidade ambiental e instituição de mecanismos de participação e controle social.

No documento das Diretrizes e Estratégias para a Construção e o Desenvolvimento das Políticas Públicas de Economia Solidária, uma política pública de fomento à Economia Solidária dever cumprir os seguintes objetivos: contribuir para a concretização dos preceitos constitucionais que garantam aos cidadãos e cidadãs o direito a uma vida digna; contribuir para a promoção e a ampliação das oportunidades, e a melhoria das condições de trabalho e renda; contribuir para a erradicação da pobreza, a inclusão social e a equidade de gênero e etnia; reconhecer e fomentar as diferentes formas organizativas da Economia Solidária; contribuir para a promoção do desenvolvimento e da sustentabilidade socioeconômica e ambiental; contribuir para dar visibilidade à legitimidade da Economia Solidária, ampliando-a; criar mecanismos legais que viabilizem o acesso dos sujeitos da Economia Solidária aos instrumentos de fomento; promover a integração e a intersetorialidade das várias políticas públicas que possam fomentar a Economia Solidária nos e entre os entes federados do Estado; e fortalecer e estimular a organização e a participação social e política dos trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária.

Para a construção da Economia Solidária, enquanto política pública, quatro características são imprescindíveis serem observadas na sua formatação:

1. Articulações intragovernamentais

A Economia Solidária não se restringe à questão econômica, mas inclui questões como: a sociabilização nos territórios, a participação política, organização associativa, o meio ambiente etc.

“Isto porque, conceitualmente, em economia solidária a economia, entendida como as atividades associadas ao trabalho, torna-se um meio para a realização de outros objetivos não econômicos: como objetivos sociais, através da melhoria das condições de sociabilidade entre as pessoas bem como o fortalecimento dos seus vínculos no território; ou objetivos políticos, através da consideração desses espaços de organização sócio-produtivos como também espaços públicos em que as pessoas discutem seus problemas comuns ligados às condições de vida no bairro, por exemplo, encaminhando soluções até sob forma de iniciativas econômicas visando resolver problemas públicos concretos. Além disso, trata-se de iniciativas políticas também no sentido em que tais empreendimentos são pensados como formas associativas, incitando uma dinâmica portanto de ação pública que se combina àquelas ações mais sócio-produtivas. Além de social e político, as iniciativas de economia solidária podem também mobilizar uma dimensão cultural e ambiental forte ao investir em iniciativas que contribuem para o resgate e afirmação de identidades culturais territoriais e preservação do meio ambiente” (França Filho, 2005, p. 31).

A política pública de Economia Solidária demanda ações transversais que articulem instrumentos das várias áreas de políticas públicas, como o desenvolvimento econômico, trabalho, educação, saúde, habitação, assistência social, tecnologia, meio ambiente etc.

Isso significa compreender como a Economia Solidária estará presente no cotidiano das ações de planejamento, execução e avaliação dessas diferentes áreas.

Nos incentivos ao desenvolvimento econômico, como estão pautados os incentivos para as iniciativas de Economia Solidária? Como está presente nos temas transversais da educação a questão da Economia Solidária? Como os processos licitatórios respeitam os trâmites legais, mas estão comprometidos com processos que oportunizem a participação dos empreendimentos econômicos solidários? Como a saúde do trabalhador da Economia Solidária tem sido alvo de atenção? Como os investimentos na área de inclusão produtiva na política pública de assistência social estão canalizados para a Economia Solidária? Qual é o acesso a tecnologias disponibilizado para os trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária? Tais preocupações apontam para a necessidade da concentração de esforços multi e interdisciplinares e intersetoriais na Economia Solidária.

Somam-se às articulações num mesmo nível de governo, as integrações entre os entes federados; a definição de co-responsabilidades com a distribuição de responsabilidades para identificar, elaborar e fomentar a política pública de Economia Solidária.

2. Articulações com as organizações da sociedade civil

No contexto histórico do surgimento da Economia Solidária, não se pode deixar de fazer referência a sua estreita relação com o movimento social. Numa realidade marcada por fortes tensões decorrentes da situação de miséria e desemprego, aliado à falta de perspectivas e à insegurança, os trabalhadores estabelecem formas de defesa que lhes possibilitem recuperar o trabalho, o salário e a dignidade.

Portanto, a criação de alternativas de superação dessa condição imposta faz com que as organizações da sociedade civil constituam-se em importantes canais para o fortalecimento da Economia Solidária no campo da política pública.

“Se as parcerias intra-governamentais se apresentam hoje muito mais como uma vocação de tais políticas, as articulações com entidades da sociedade civil, por outro lado, representam uma condição mesmo para efetividade de tais políticas. É como se devêssemos afirmar que tais políticas não se constroem ou podem ser implementadas prescindindo de um tal nível de articulação. As razões

devem-se à própria novidade do tema, relacionado ao fato dele representar uma emanção direta da sociedade civil e dos meios populares” (França Filho, 2005, p. 32).

São as organizações da sociedade civil as entidades de apoio e fomento e de organização dos trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária, que acumularam conhecimento e experiência, e que vivenciam os limites e se propõem a enfrentar os desafios, em interação com o poder público na implementação da Política Pública de Economia Solidária.

Em um território, há diferentes segmentos que podem dar força e visibilidade à Economia Solidária, ligados a organizações comunitárias, religiosas, prestadoras de serviços, entre outras.

3. Política propositiva de processos de organização e desenvolvimento

Considerando o público-alvo desta política pública, cujos processos organizativos locais estão fragilizados em decorrência de todo contexto histórico vivenciado – o que resulta na dispersão, desmobilização, subalternidade, entre outros -, esta política tem o intuito de estimular o processo de auto-organização coletiva para a busca da construção de processos mais sustentáveis de desenvolvimento.

“Reside precisamente neste aspecto a visão estratégica da passagem de uma condição de simples reprodução das condições básicas de vida, para uma possibilidade de reprodução ampliada das condições de vida, ou seja, que permita transformações institucionais nas condições mais gerais de vida de pessoas num território. Esta é também a visão estratégica da passagem de um estado de subsistência das iniciativas empreendidas para um estado de sustentabilidade, refletindo o salto estratégico necessário que induzem tais políticas de uma condição de economia popular apenas, para uma condição de economia popular e solidária. Um salto que pode ser ilustrado ainda através da ênfase no deslocamento das noções de assistência e compensação para aquela de emancipação. É por esta razão que as políticas públicas efetivas de economia solidária vão atribuir grande ênfase às dimensões não econômicas, como os aspectos de organização política e social dos grupos nos seus territórios” (França Filho, 2005, p. 34).

4. Política de estratégia coletiva

Os trabalhadores e trabalhadoras, sujeitos dessa política pública, não são indivíduos isolados, mas coletivos.

O objetivo das políticas públicas de Economia Solidária é dar suporte às iniciativas coletivas que promovam a constituição de circuitos sócio-produtivos mais amplos, que se articulem no espaço de um território específico, com o fortalecimento das redes sociais e políticas.

“Trata-se de buscar operar novas institucionalidades ou marcos regulatórios territoriais, re-significando o sentido das práticas econômicas que vão operar em relação estreita com a própria vida social, política e cultural nos seus respectivos territórios. O econômico passa a fazer sentido apenas em relação às outras esferas na vida local, mas também como modo de articulação associativa entre produtores e consumidores locais a fim de evitar processos de exclusão” (França Filho, 2005, p. 34/35).

O acúmulo das experiências de políticas públicas em Economia Solidária permite elencarmos um rol de construções e, ao mesmo tempo, desafios desta política:

- Gestão da Política Pública – tem ocorrido e deve ocorrer de forma a privilegiar a participação e o controle social dos sujeitos sociais e políticos, o que deve acontecer na formulação, no desenvolvimento e na avaliação das políticas, visando ao aperfeiçoamento constante e à legislação social destas.
- Criação de legislações locais de fomento à Política Pública de Economia Solidária.
- Apoio ao fortalecimento de cadeias produtivas do campo da Economia Solidária.
- Instituição de instrumentos que garantam o investimento social.
- A articulação com diferentes atores e atrizes em diversos espaços que possam fortalecer a Economia Solidária enquanto política pública (direito dos trabalhadores e trabalhadoras e dever do Estado).
- O incentivo às tecnologias sociais, enquanto inovações em determinadas políticas setoriais, a exemplo da Educação, com metodologia que aproxima os trabalhadores e trabalhadoras da escrita e da leitura, e

facilite a apropriação dos instrumentos básicos de gestão; nos processos de incubagem, de autogestão, de formação continuada etc.

- Estabelecimento de parcerias que visem contribuir com o fortalecimento da Economia Solidária.
- Constituição e formação de equipes próprias do quadro do funcionalismo público para atuar nesta área.
- Desenvolvimento de equipamentos públicos, como as incubadoras públicas, Centros Públicos, Centros de Comércio, como forma de apoio, acompanhamento e contribuição ao processo de sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários.
- Apoio à constituição e fortalecimento das redes de produção, comercialização e consumo.
- Espacialização da Economia Solidária, por meio da implantação de espaços específicos da Economia Solidária, a exemplo dos Centros Públicos de Economia Solidária.
- Propiciar visibilidade à Economia Solidária.
- Constituição de um marco legal apropriado.
- Avançar no estabelecimento de investimento financeiro adequado à realidade dos empreendimentos econômicos solidários.
- Garantia e permanência de investimentos dos fundos públicos para a Economia Solidária.
- Instituição de mecanismos viáveis que garantam o processo do comércio justo e solidário.

A instituição de estratégias de fortalecimento da Economia Solidária traz a afirmação da necessidade de avanços na definição de marco legal para a Economia Solidária nas três esferas de governo, enfatizando a criação de linhas de crédito específicas e a criação de canais de acesso dos empreendimentos de Economia Solidária às compras públicas.

As linhas de crédito, específicas para os empreendimentos já constituídos e em operação, têm acontecido através da criação de Bancos do Povo Municipais, entidades que apresentam um perfil associacionista, com a participação de Prefeituras, Universidades, Sindicatos (em geral de

trabalhadores), cuja missão é de fornecer créditos baratos para micro e pequenos empreendedores, com linha de crédito especial para empreendimentos associativos.

O crédito oficial, como já foi analisado anteriormente, não responde à realidade dos empreendimentos. É ainda tema de debates a questão do financiamento para a Economia Solidária, a exemplo da I Plenária Nacional de Economia Solidária, realizada em São Paulo, nos dias 9 e 10 de dezembro de 2002, da proposição do Programa da SENAES – Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, das Políticas de Finanças Solidárias debatidas na I Conferência Nacional de Economia Solidária e na Rede de Gestores em Políticas Públicas de Economia Solidária.

Constitui alvo desse debate o investimento social para aqueles grupos mais vulnerabilizados que não possuem condições de acessar o crédito, mesmo que fosse facilitado, pois este implica recurso financeiro que “vai e volta”. O investimento social é aquele que não se caracteriza como empréstimo, mas oportuniza o acesso a um recurso financeiro para gerar trabalho e renda, considerado como um direito, ou seja, propicia um direito à emancipação, direito esse que sempre foi negado à população que se encontra mais fragilizada socialmente.

Um outro exemplo, que pode ser destacado no rol dos desafios, é a necessidade de respaldo legal, que impede que empreendimentos solidários consigam se consolidar e se expandir.

“São vários os limites detectados para os empreendimentos, donde a importância da integração de outros níveis de governo. Entre esses limites estão a legislação federal e as definições das políticas macroeconômicas” (Schwengber, 2003, p. 120).

Para a autora, esses limites compreendem as discussões da previdência em que estão somente contemplados os empregados ou os trabalhadores informais; a política tributária não prevê tratamentos diferenciados de tributos e investimentos para os empreendimentos solidários.

A definição de marcos legais específicos, que possibilitem aos empreendimentos econômicos solidários fornecer bens e serviços ao Estado, é uma necessidade. Uma das ações inseridas nessa estratégia implica na alteração da Lei 8666, a Lei das licitações.

Um primeiro avanço foi conseguido através da Lei Federal 11.445/2007 que possibilita ao Poder Público “*contratar coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta de lixo, efetuadas por associações ou cooperativas (...) reconhecidas pelo Poder Público (...)*”. Trata-se, sem dúvida alguma, de importante instrumento de inclusão social e de política de desenvolvimento na área de serviços e produção relacionada ao meio ambiente.

Um segundo avanço foi conseguido através da Lei Federal 11.448/2007 que introduz as sociedades cooperativas na Lei Geral das Pequenas e Microempresas, instrumento legal que cria facilidades na disputa da Lei 8666. Além disso, legislações no âmbito municipal e estadual têm sido criadas como forma de garantir aporte de recursos, institucionalidade, instrumentos e ferramentas de suporte aos empreendimentos econômicos solidários.

Sabemos que a proteção social aos trabalhadores foi resultado de um processo de contradições e conflitos entre patrões, trabalhadores e Estado. As conquistas advindas desse momento histórico para os trabalhadores apresentaram fragilidades e foram facilmente perdidas. A garantia de mecanismos de proteção social ao trabalhador deve ser pensada à luz da crise da sociedade salarial.

“Se admitirmos que a liberdade de expressão é tão necessária quanto a liberdade econômica, se admitirmos também que a liberdade de expressão não se resume ao exercício de uma democracia representativa, mas supõe exercer uma democracia participativa, capaz de contribuir para o desenvolvimento da deliberação, da formulação e da expressão das necessidades, concluiremos que a responsabilidade de corrigir essas desigualdades, de modo a possibilitar que o público tenha voz, é dos Estados. Provavelmente, a importância do Estado jamais foi tão essencial, mas um Estado sob outras formas. O futuro da Economia Solidária depende precisamente de seu reconhecimento pelos Estados e pelas organizações internacionais. Cabe aos atores da economia solidária perseguir suas ações, suas reivindicações assim como seus esforços de unidade, mas é atribuição das autoridades públicas apoiar sem demora esses esforços, sem delas esperar resultados concretos, o que supõe reconhecer que as próprias autoridades têm necessidade dessa força de contestação para serem, ao mesmo tempo, mais justas e mais eficazes” (Guérin, 2003, p.85).

Para Singer (2004), é papel do Estado, como representante democrático da sociedade, dispor de instrumentos como os impostos sobre a renda, a propriedade e a transferência do tesouro público aos pobres, para estabelecer limites à desigualdade econômica; e interferir nos mercados para impedir o domínio por parte de algumas empresas. “*O Estado solidário tem por missão tributar os ganhadores e subvencionar os perdedores para que a desigualdade entre eles não se perpetue (...)*” (Singer, 2004, p. 12).

A Economia Solidária, em seu processo histórico, enquanto um movimento de resistência, de oposição ao instituído, de proposições concretas, alternativas ao sistema excludente, traz a perspectiva de um desenvolvimento incluyente e a articulação entre o exercício da organização política e de uma nova forma de trabalho.

Dessa forma, o que está em jogo também é a possibilidade de o Estado ser capaz de estabelecer proposições diferenciadas da perspectiva neoliberal, capaz de assumir a tecnologia social como estratégia de desenvolvimento e a Economia Solidária no campo não só da política de desenvolvimento econômico, na medida em que vislumbra nova égide de produção e consumo de bens para a sociedade, mas também capaz de assumi-la no âmbito das Políticas Públicas.

Referências bibliográficas

- ARRUDA, Marcos. A Cultura da Socioeconomia Solidária. In: *Socioeconomia Solidária: Construindo a Democracia Econômica*. Rio de Janeiro: PACS, agosto, 2000.
- _____. Socioeconomia Solidária. In: CATTANI, Antonio David (org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Veraz Editores, 2003.
- _____. Trabalho Emancipado. In: CATTANI, Antonio David (org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Veraz Editores, 2003.
- BAVA, Silvio Caccia. Tecnologia Social e Desenvolvimento Local. In: *Tecnologia Social – Uma estratégia para o Desenvolvimento*. Fundação Banco do Brasil. Rio de Janeiro. 2004.
- BERTUCCI, Ademair. *Caso de Polícia e Filantropia ou de Direito e Desenvolvimento?* Novembro de 2003 (mimeo).
- CATTANI, Antonio David (org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Veraz Editores, 2003.
- COCCO, Giuseppe. Trabalho e Cidadania: *Produção e Direitos na Era da Globalização*. São Paulo: Cortez Editora, 2ª edição, 2001.

- CORAGGIO, José Luis. Economia do Trabalho. In: CATTANI, Antonio David (org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Veraz Editores, 2003.
- CORTIZO, Maria Del Carmen e OLIVEIRA, Adriana Lucinda. A Economia solidária como espaço de politização. In: *Serviço Social e Sociedade* nº 80. São Paulo: Cortez Editora, novembro/2004.
- DUPAS, Gilberto. *Economia Global e Exclusão Social: Pobreza, Emprego, Estado e o Futuro do Capitalismo*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 3ª edição, 2001.
- FRANÇA FILHO, Genauto. In: *Pesquisa Nacional sobre Políticas Públicas de Economia Solidária*. Mimeo. Ministério do Trabalho e Emprego – Secretaria Nacional de Economia Solidária e IPEA, 2005.
- FRETELL, Alfonso Cotera e ROCA, Humberto Ortiz. Comércio Justo. In: CATTANI, Antonio David (org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Veraz Editores, 2003.
- GAIGER, Luiz Inácio. As organizações do Terceiro Setor e a economia popular solidária. In: *CIÊNCIAS SOCIAIS UNISINOS/Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos*. São Leopoldo, Rio Grande do Sul: UNISINOS, V. 37, nº 159, 2001.
- GRZYBOWSKI, Cândido. Globalização e Desigualdades Sociais. In *PROPOSTA: Revista Trimestral de Debate da FASE*, Ano 30, nº 93/94, junho/dezembro de 2002.
- GUERIN, Isabelle. Sociologia econômica e relações de gênero. In: EMÍLIO, Marli, TEIXEIRA, Marilene, NOBRE, Miriam, GODINHO, Tatau (orgs.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas*. São Paulo: Prefeitura Municipal – Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.
- GUIMARÃES, Gonçalo e SCHWENGBER, Ângela (orgs.). *Diretrizes para Políticas Públicas de Economia Solidária: A contribuição dos gestores públicos*. Rio de Janeiro: ITCP/COPPE/UFRJ, 2004.
- JESUS, Paulo de. Desenvolvimento Local. In CATTANI, Antonio David (org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Veraz Editores, 2003.
- KOWARICK, Lúcio. O conceito de exclusão social. In: VÉRAS, Maura Pardini Bicudo (ed.). *Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam*. São Paulo: EDUC, 1999.
- LEBOUTTE, Paulo. *Economia Popular Solidária e Políticas Públicas – A Experiência Pioneira do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2000.
- LISBOA, Armando de Melo. A socioeconomia solidária diante da grande transformação. In: *CIÊNCIAS SOCIAIS UNISINOS/Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos*. São Leopoldo, Rio Grande do Sul: UNISINOS, V. 37, nº 159, 2001.
- MELO NETO, Joaquim João e MAGALHÃES, Sandra. *Bairros Pobres Ricas Soluções Banco Palmas ponto a ponto*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003.
- MELO, Alberto. A ação local dos cidadãos como forma de resistência à nova onda de colonização global: o caso da Associação Local no Sul de Portugal. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- NASCIMENTO, Cláudio. Hegemonia e Cidades. In: *Economia Solidária, políticas públicas e desenvolvimento solidário*. Mimeo. ENAP, Ministério do Planejamento, Secretaria de Economia Solidária, Ministério do Trabalho e Emprego.

- NISHIMURA, Sandra Regina. Grupos de geração de trabalho e renda na construção da economia solidária em Londrina – Paraná. Tese de Mestrado. UEL. Londrina. 2005.
- OLIVEIRA, Francisco. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: *Os sentidos da Democracia*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.
- PEDRINI, Dalila Maria. Bruscor: uma experiência que aponta caminhos. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (orgs.). *A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Editora Contexto, 2000.
- PLANO DE AÇÃO – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2003.
- RAZETO, Luis. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, Moacir; GUITIÉRREZ, Francisco (orgs.). *Educação Comunitária e Economia Popular*. São Paulo: Cortez Editora, 3ª edição, 2001.
- SCHMIDT, Derli e PERIUS, Vergílio. Cooperativismo e cooperativa. In: CATTANI, Antonio David (org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Veraz Editores, 2003.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SINGER, PAUL. *Economia Política do Trabalho: elementos para uma análise histórico-estrutural do emprego e da força de trabalho no desenvolvimento capitalista*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2ª edição, 1979.
- _____. Trabalho Informal: origens e evolução. In: JAKOBSEN, Kjeld, MARTINS, Renato e DOMBROWSKI, Osmir (orgs.). *Mapa do Trabalho Informal. Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001.
- _____. *Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Editora Contexto, 4ª edição, 2001.
- _____. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1ª edição, 2002.
- _____. *Desenvolvimento Capitalista e Desenvolvimento Solidário*. Estudos Avançados, 2004.
- _____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (orgs.). *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Editora Contexto, 2000.
- _____. Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David (org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Veraz Editores, 2003.
- TAUILE, José Ricardo e RODRIGUES, Huberlan. Economia Solidária e Autogestão: A Criação e Recriação de Trabalho e Renda. In: *Mercado de Trabalho Conjuntura e Análise*, nº 24, Ministério do Trabalho e Emprego, IPEA, agosto 2004.
- WAUTIEZ, Françoise, SOARES, Cláudia Lúcia Bisaggio e LISBOA, Armando de Melo. Indicadores da economia solidária. In CATTANI, Antonio David (org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Veraz Editores, 2003.

PARTE II

Tecnologia social, organização do trabalho e dinâmicas territoriais

1 **Metrópole, trabalho e contextos da vida coletiva: algumas reflexões sobre a dimensão espacial da tecnologia social e da economia solidária**

Catia Antonia da Silva*
Ana Clara Torres Ribeiro**

Introdução

A metrópole pode ser compreendida através de suas relações espaciais e dos contextos de sociabilidade que constroem a vida coletiva. A compreensão das relações espaciais inclui a conurbação entre cidades, derivada do fato de que a expansão metropolitana relaciona-se diretamente com o processo de modernização capitalista calcado na relação de interdependência entre lugares. Neste sentido, a metrópole é formada por um município-núcleo e municípios periféricos que experimentam uma vida de relações cotidianas determinada quer seja pela lógica econômica, quer seja pela lógica societária. No que concerne a vida coletiva, a metrópole é a demonstração de que a quantidade altera a densidade das relações sociais. Por ser resultado da reprodução social ampliada, a metrópole é território da diversidade e de múltiplos usos e conflitos relacionados à contradição entre inovações tecnológicas e pobreza urbana. Esta contradição remete diretamente à problemática do trabalho. Na metrópole, a diversidade das ocupações manifesta-se de forma mais intensa, as mutações nos

* Docente Adjunto FFP/UERJ – Coordenadora do Grupo: Urbano, Territórios e Mudanças Contemporâneas. Pesquisadora FAPERJ.

** Docente Adjunto IPPUR/UFRJ – Coordenadora do Laboratório da conjuntura social: tecnologia e território (LASTRO) – Pesquisadora CNPq e FAPERJ.

postos de trabalho são mais perceptíveis e a ampliação da crise social e econômica é mais sentida, como evidencia o crescimento do desemprego e do trabalho informal.

O presente artigo tem como intenção refletir, brevemente, a dimensão do território metropolitano, aqui compreendido como uma totalidade complexa definida por relações de poder, por agentes com diferentes interesses, projetos compartilhados e projetos em disputa. Refletir o trabalho e as políticas relacionadas à economia solidária em espaços metropolitanos constitui-se num real desafio, já que a densidade da vida coletiva cria e desestabiliza relações sociais e, também, projetos coletivos. Existe, assim, a tendência ao consumo, no dia-a-dia, de anseios, desejos e sonhos de bem estar, trazendo o risco de que projetos se tornem experiências efêmeras ou, apenas, fugidios modismos. Face a esta tendência, o reconhecimento do confronto entre racionalidades – dominantes e dominadas, formais e informais – surge como um caminho para a compreensão das possibilidades (e limites) da expansão e consolidação da tecnologia social e do programa de economia solidária.

1. MetrÓpole, meio técnico-científico e trabalho

As metrópoles concentram o meio técnico-científico informacional devido aos patamares de modernização historicamente engendrados pela industrialização e pela urbanização do território e da sociedade. O meio técnico-científico informacional, importante conceito de Milton Santos, refere-se à transformação do espaço geográfico decorrente da globalização da economia e da expansão social e territorial das redes técnicas e do saber científico. A ciência e a tecnologia, neste sentido, são frutos e sustentáculos das novas escalas de realização do lucro e do aumento da produtividade, envolvendo capital e Estado na configuração de novos sistemas de ações e sistemas técnicos, através da criação de objetos, valores culturais e necessidades sociais nos (e dos) lugares (Santos, 1994, 1996).

A constituição desse meio ocorre a partir dos vetores e da intensidade da modernização econômica e tecnológica. Trata-se da difusão espacial da inovação implementada pelo Estado, por agentes econômicos e atores

sociais, em articulação com a produção, a circulação e o consumo de mercadorias e informação (conhecimento, saber instrumental e técnico). As características mais atuais desse meio correspondem ao modelo mundial de desenvolvimento econômico. Entretanto, é inegável que, na configuração deste meio, também interferem particularidades importantes da realidade brasileira, que incluem a experiência histórica e a visão de mundo de agentes posicionados em diferentes espaços de poder e arenas políticas.

Com esta orientação analítica, consideramos a metrópole como epicentro de mudanças culturais e técnicas. Nela, a concentração de amplos sistemas de objetos técnicos cria, como propôs Milton Santos (1996), uma tecnosfera – a materialidade historicamente construída – e uma psicofera – sistema de ações orientadas por valores, idéias, projetos e ideologias característicos da última modernidade. A associação entre estes sistemas transparece na diversificação de atividades secundárias e terciárias e, ainda, na (des)qualificação do trabalho formal e informal. Neste sentido, a escala metropolitana pode ser compreendida como uma construção instável e tensa, diferencialmente atualizada pela seletividade social que acompanha cada impulso modernizador da materialidade e da sociabilidade (Silva, 1994, 2002; Silva e Ribeiro, 1997).

Em nossas pesquisas (Silva e Ribeiro, 1997), procuramos não limitar a reflexão da metrópole à sua dimensão material. Assim, buscamos reconhecer a metrópole como *locus* de contradições entre riqueza e pobreza; como o cenário mais visível da crise econômica; como território da luta por oportunidades de integração social e como local definido por fluxos internacionais criados pela articulação entre diferentes escalas da economia. Entretanto, este é também o lugar do homem lento (Santos, 1994), ou seja, do portador de outras racionalidades, que (re)cria conhecimento como estratégia de sobrevivência. Neste âmbito, a vida metropolitana é configurada por contextos de sociabilidade e práticas complexas de sobrevivência, que incluem a aceitação de mudanças e a “viração” frente à crise e a inovação (Silva, 2008; Simmel, 1987; Wacquant, 2001).

Nos anos 90, a observação da escala metropolitana possibilita reconhecer dois fenômenos articulados: o primeiro refere-se à reestruturação produtiva e à desindustrialização. De fato, a partir desta década, pode ser

observada a tendência ao deslocamento da indústria para outros pontos da rede urbana, longe dos antigos limites metropolitanos (Santos, 1993). O segundo consiste no impacto territorial da crise econômica vivenciada pelo país. Nas últimas décadas, cresce o número de desempregados, principalmente nos espaços metropolitanos, fazendo com que as regiões metropolitanas tradicionais apareçam frequentemente, na mídia, como o espaço da manifestação mais aguda da questão social (Silva, 1999).

A nossa intenção ao valorizar a escala metropolitana é, na verdade, compreender a problemática enfrentada pelo trabalhador, entendendo que esta escala concentra, simultaneamente, a crise do mundo do trabalho (Antunes, 1997), a reorganização da economia (Giannotti, 1984; Lipietz, 1986; Silva, 1999) e investimentos em políticas públicas de trabalho, emprego e renda. Concretamente, o espaço metropolitano condensa mutações no mundo do trabalho – novos objetos, linguagens e formas de administração da produção, da distribuição e do consumo – que requerem alterações na qualificação profissional, que somam mudanças em procedimentos técnicos e mudanças na subjetividade do trabalhador condicionadas pela variável articulação entre sistemas técnicos e sistemas de ações (Santos, 1996).

Essa articulação permite reconhecer a metrópole como totalidade em movimento que altera o sentido da qualificação do trabalho e do saber profissional. Esta totalidade incorpora o ambiente do trabalho formal e o setor informal da economia urbana em sistemas técnicos que alteram o espaço, transformando-o cada vez mais em meio técnico-científico informacional, conforme ensina Santos (1994). Este meio impõe novas práticas sociais e o reajuste de velhas práticas, consolidando formas de agir expressivas da modernização da cultura e do ambiente construído. Traz, em acréscimo, novas exigências até mesmo para o trabalho informal. Nesta direção, cabe lembrar que esse meio multiplica os objetos e seus resíduos, modificando a composição e a natureza do trabalho informal (catadores, ambulantes, trabalhadores em serviços de transporte e armazenagem). Trata-se de uma transformação profunda nas relações entre sociedade e espaço, fundamentada na precária costura entre diferentes patamares da modernização brasileira e nas formas como segmentos sociais excluídos relacionam-se com a materialidade e a sociabilidade urbanas.

2. Metrópole e tecnologia social

A metrópole, nesse sentido, estimula a leitura da empiriciza o de rela oes sociais e da moderniza o do trabalho e do espaço (Santos, 1993, 1994, 1996; Simmel, 1987; Ribeiro, 2006). Acreditamos que este espaço, enquanto categoria da existência, condensa a acelera o do tempo social, apresentando alta capacidade de expressão da modernidade, por meio de sua arquitetura, dos fluxos de mercadorias, de dinheiro, pessoas e idéias. Na metrópole, a estrutura o do espaço e a organiza o social permitem a reprodu o das hierarquias sociais e, também, a inven o de formas de apropria o da materialidade pelos excluídos, ainda que precárias e com graves riscos de vida (Ribeiro, 1996; Silva, 2002; Silva e Ribeiro, 1997; Santos, 1993, 1996; Wacquant, 2001).

Neste recorte escalar, privilegiaremos a metrópole do Rio de Janeiro. Tal recorte baseia-se no pressuposto de que a vida metropolitana abriga intenc es, projetos e estratégias de agentes econômicos, do Estado, de organiza es da sociedade civil e de grupos excluídos da moderniza o, que criam estratégias de apropria o de recursos concentrados na metrópole. Por esta razão, pensamos que a reflexão da tecnologia social deva incorporar a dinâmica da vida coletiva, o que, no contexto metropolitano, pressupõe o reconhecimento da complexidade gerada pela difusão do meio técnico-científico informacional, pela acelera o do ritmo da vida coletiva e pela crise social. Nestas circunstâncias, acreditamos que a tecnologia social possa ser compreendida como um conjunto de possibilidades técnicas novas, expressivas de saberes orientados por comportamentos, a es e práticas que procuram transformar o ambiente e o sentido do trabalho, tornando-o mais igualitário, justo e solidário.

Porém, vale enfatizar, neste momento, a necessidade de diálogo entre a inova o técnica no ambiente do trabalho formal – que constitui o reinado de orienta es econômicas voltadas   qualifica o profissional, envolvendo o uso de equipamentos públicos e privados na organiza o da nova divisão social e territorial do trabalho – e o ambiente do trabalho informal – definido por rela es de trabalho marcadas pela precariedade, por tempos lentos, pelo não reconhecimento de vínculos trabalhistas e pelo uso de técnicas tradicionais. A tecnologia social como inova o requer, assim

pensamos, um esforço de articulação entre o saber do trabalhador informal, que inclui a sua leitura do espaço urbano, e o saber técnico inovador – em geral, de difusão muito restrita – que é indispensável à melhoria das suas condições de vida.

Sobre o saber dos grupos sociais que vivem da “viração” cotidiana, Zaoual (2006) aponta para a necessidade de novos recortes analíticos que valorizem lugares e falas na projeção do futuro possível. Diz o autor:

“(…) Na abordagem dos sítios, o “espaço pensado” deve corresponder ao espaço em que os homens acreditam e vivem. Essa exigência pressupõe, por si só, o abandono do recorte tradicional das ciências sociais e uma orientação conceitual muito mais flexível e voltada para os imaginários de situação. Esta é uma maneira de repensar os lugares em sua especificidade, levando em conta os sistemas de representações dos atores”. (Zaoual, 2006, p. 31).

Para o autor, o sítio não é simplesmente o espaço de ferrovias ou da internet, isto é, um espaço determinado pelo mundo dos objetos. É, sim, uma entidade que é material-imaterial, constituída por um conjunto de crenças, valores, mitos e experiências passadas, conscientes ou inconscientes.

E mais,

“(…) Ao lado desse aspecto feito de mitos e ritos, o sítio possui também uma caixa conceitual que contém seus conhecimentos empíricos e/ ou teóricos, de fato, um saber social acumulado durante sua trajetória. Enfim, os atores em dada situação operam com uma caixa de ferramentas que contém saber-fazer, técnicas e modelos de ação próprios ao contexto”. (Idem, p. 32).

A orientação teórico-analítica de Zauoal contribui para a nossa compreensão da necessidade de reconhecimento e valorização do saber de grupos sociais locais na escala metropolitana. A composição e a afirmação do sítio acontecem na escala local, mas não de forma isolada. O sítio reúne relações históricas e atuais a aprendizados que ocorrem entre grupos, instituições e experiências das escalas regional, nacional e internacional.

São muitos os exemplos dessas experiências. Silva (2008) apresenta, nesta direção, a experiência dos catadores de materiais recicláveis de

Gramacho (município de Duque de Caxias, Região Metropolitana do Rio de Janeiro) que, ao reconhecerem suas carências relativas ao conhecimento de direitos, passaram a lutar junto com catadores de outras cidades e metrópoles, criando o Movimento Nacional dos Catadores, que hoje participa da construção de políticas públicas voltadas para esta categoria ocupacional.

3. MetrÓpole do Rio de Janeiro, trabalhadores informais e economia solidária

Nesta seção, procuraremos, com base em informação referida à metrópole do Rio de Janeiro, refletir sobre empreendimentos vinculados ao Programa Nacional de Economia Solidária, identificando sua incidência por município, as características desses empreendimentos, o seu local de funcionamento, o tipo de atividade e as formas de organização.

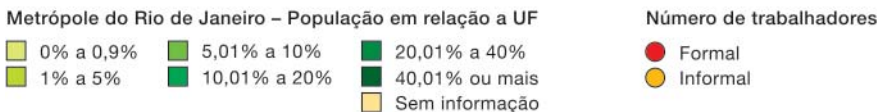
A leitura dos mapas apresentados a seguir visa contribuir na compreensão da importância do território para pesquisas dedicadas à economia solidária e à tecnologia social.

Como o Mapa 1 permite observar, é elevada a presença de trabalhadores informais em todos os municípios metropolitanos. Mesmo na cidade do Rio de Janeiro, que concentra a população da região metropolitana e as atividades econômicas que garantem postos de trabalho diversificados, é elevada e complexa a presença de trabalhadores informais, o mesmo ocorrendo nos municípios de Duque de Caxias, São Gonçalo e Nova Iguaçu, municípios populosos, com importante participação no PIB fluminense e economias diversificadas.

Dentre os trabalhadores informais, destacam-se os ambulantes, os catadores de materiais recicláveis, os pescadores artesanais, as costureiras, os trabalhadores em transportes alternativos. Por falta de uma pesquisa mais aprofundada para a compreensão da estrutura e da dinâmica desse mercado, torna-se difícil uma análise em profundidade desta informação. No entanto, é impossível desconhecer a importância de uma análise deste tipo para a compreensão dos desafios enfrentados por projetos orientados pela economia solidária e pela tecnologia social.

MAPA 1

Número de trabalhadores com registro no Ministério do Trabalho e trabalho informal, na metrópole do Rio de Janeiro



Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS (on-line) e IBGE – Censo Demográfico 2000.

O Programa Nacional de Economia Solidária, instituído em 2003 no bojo do Sistema Nacional de Emprego, Trabalho e Renda, promove políticas integradas dirigidas à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário. O Programa tem por objetivo elaborar e propor medidas para a articulação de políticas de finanças solidárias, em suas múltiplas modalidades, ampliando a escala de suas operações e os serviços financeiros prestados e, ainda, legitimando novas institucionalidades econômicas; intervir na reformulação do arcabouço legal que regula as cooperativas e propor a adoção de um Estatuto do Empreendimento Autogestionário, que permita consolidar sua identidade, implementar um sistema de proteção dos trabalhadores e orientar a fiscalização; difundir e fortalecer os empreendimentos autogestionários, com a promoção do

desenvolvimento de tecnologia adequada; apoiar materialmente as agências de fomento da economia solidária; articular cadeias produtivas, ampliando a produção, distribuição e consumo dos produtos da economia solidária e apoiando o consumo ético e o comércio mais generoso, que tenha como referência o valor de uso (Ministério do Trabalho, 2008).

No cerne de sua estrutura, o Programa de Economia Solidária demonstra a importância atribuída à tecnologia social, ou seja, a técnicas que expressam e resultam da alteração em mentalidades, comportamentos e ações dos (e para os) trabalhadores informais. No princípio, esta alteração pode ser compreendida, ao nosso ver, como uma verdadeira prótese, cujos impactos só podem ser apreendidos através da observação do cotidiano e de mudanças na cultura. Trata-se, realmente, de aprendizados que dependem de contextos de sociabilidade e da relação entre saberes.

Frente a aceleração contemporânea, acreditamos que a difusão da tecnologia social dependerá de um profundo trabalho de base que dialogue com as realidades locais (os sítios, no sentido proposto por Zauoal, *op cit*) e que reconheça: influências ideológicas; escassez de auto-estima; dificuldades de compreensão tanto daquele que aprende a nova técnica como daquele que a ensina; obstáculos com origem na falta de infraestrutura e na distância entre local de trabalho e local de moradia; bloqueios no uso efetivo de novas orientações técnicas por ausência de articulação com cadeias produtivas e formas de acesso ao mercado.

Vejamos mais um mapa.

O Mapa 2 permite reconhecer a concentração dos empreendimentos que participam do Programa Nacional de Economia Solidária na cidade do Rio de Janeiro, com um total de 201 empreendimentos cadastrados. A seguir, encontram-se Nova Iguaçu, com 154 empreendimentos, e Duque de Caxias, com 88 empreendimentos. Os demais municípios têm um número muito pequeno deste tipo de empreendimento frente à dimensão alcançada pelo mercado informal de trabalho, conforme antes apresentado no Mapa 1. Este fato demonstra a necessidade de que seja ampliado o acesso ao Programa para os trabalhadores informais, tais como os pescadores artesanais, os catadores de materiais recicláveis e os ambulantes, de modo a permitir que apreendam e divulguem o sentido e a prática dos empreendimentos solidários.

MAPA 2**Total de Empreendimentos Econômicos Solidários por município da metrópole do Rio de Janeiro**

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/SIES: Relatórios Regionais, Estaduais e Municipais – Mapeamento 2005/2007, acessado em 2008

Chamamos a atenção para um outro fato relevante. Em pesquisas monográficas realizadas por alunos da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, foi identificada, por exemplo, a existência, entre os catadores de materiais recicláveis do município de São Gonçalo, das denominadas “coopergatos”. O termo se refere a associações, registradas como cooperativas, onde são divididas as despesas e, não, as receitas. A relação de trabalho estabelecida é a relação patrão-empregado, mas este não tem nenhum direito trabalhista reconhecido (Batista Junior, 2005).

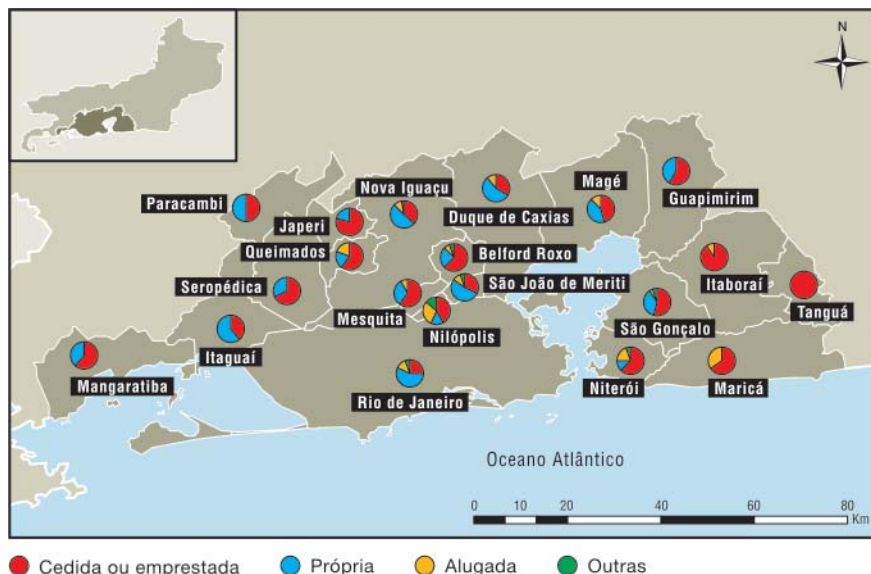
Na metrópole, a tecnologia social, a depender do lugar e dos rumos assumidos por sua efetiva realização, pode ser nova ou antiga, pois estamos falando de histórias, experiências e práticas culturais diferenciadas. Neste espaço, experiências sociais válidas e profundamente enraizadas são, por vezes, confundidas com inovações descoladas dos fundamentos éticos da economia solidária, que transformam trabalhadores informais em reféns

de lógicas anti-solidárias, como exemplificam as “coopergatos”. Trata-se, neste caso, do aprofundamento de formas de exploração capitalistas, ocultas sob uma institucionalidade autogestionária. O acompanhamento cuidadoso de novas cooperativas constitui-se, portanto, numa meta necessária para os que realmente se preocupam com a preservação dos valores éticos que sustentam (e legitimam) os empreendimentos solidários.

Observando aspectos desses empreendimentos registrados no Mapa 3, verificamos que a grande maioria dos empreendimentos localizados nos municípios do Rio de Janeiro, de Nova Iguaçu e de Duque de Caxias possui sede própria. Verificamos, ainda, que os imóveis cedidos ou emprestados são numerosos nos demais municípios metropolitanos, destacando-se Tanguá, Itaboraí, Maricá, São Gonçalo, Mesquita e Seropédica. Por fim, cabe registrar que o número de imóveis alugados é realmente insignificante.

MAPA 3

Situação da sede ou local de funcionamento dos Empreendimentos Econômicos Solidários na metrópole do Rio de Janeiro

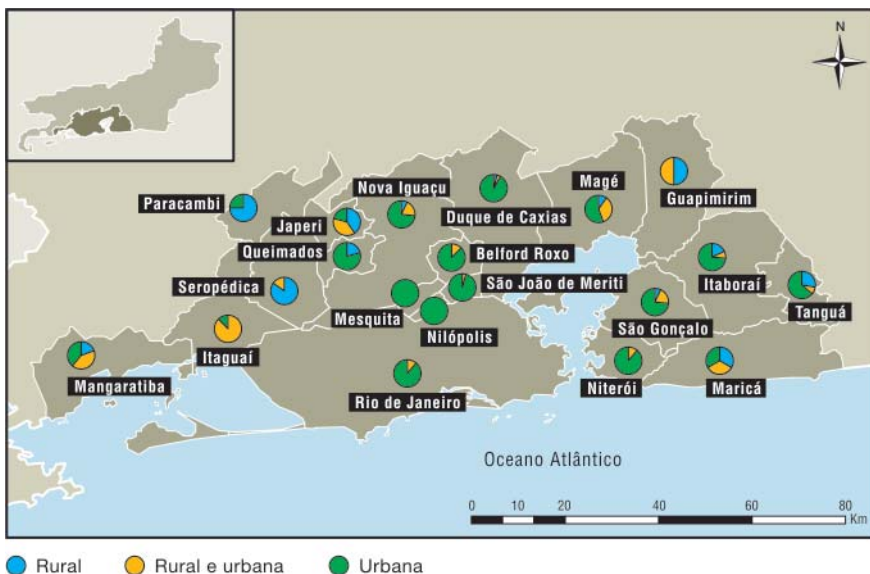


Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/SIES: Relatórios Regionais, Estaduais e Municipais – Mapeamento 2005/2007, acessado em 2008

Outro aspecto interessante desses empreendimentos, a ser destacado, refere-se à sua concentração em atividades urbanas tendencialmente tradicionais, tais como: comercialização de bens, prestação de serviços, pequena oficina de consertos, produção de roupas, artesanato, bijuteria, produção de alimentos, catação de resíduos sólidos recicláveis. (Mapa 4)

MAPA 4

Área de atuação dos Empreendimentos Econômicos Solidários na metrópole do Rio de Janeiro



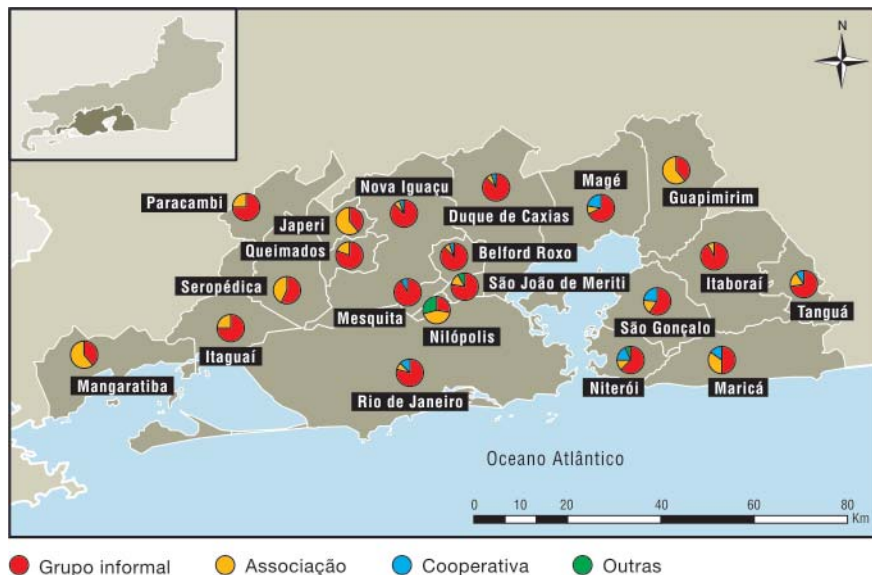
Os empreendimentos envolvidos em atividades urbanas destacam-se, como esperado pela intensidade de sua urbanização, na cidade do Rio de Janeiro e nos municípios de Nilópolis, São João de Meriti, Mesquita, Duque de Caxias, Niterói e Queimados. Em contrapartida, chamamos a atenção para o fato de que nos municípios de Seropédica, Guapimirim, Paracambi e Japeri, que têm franjas rurais, encontram-se empreendimentos dedicados à agricultura e à pecuária (plantio de verduras e frutas, criação de pequenos animais e venda de carne etc.). Também existem empreendimentos posicionados

no limite entre o urbano e o rural, como em Itaguaí, Maricá e Mangaratiba, que se dedicam, principalmente, a atividades de criação e comercialização.

Para terminar, observamos as formas de organização dos empreendimentos que recebem apoio do Programa Nacional de Economia Solidária. Como pode ser visto no Mapa 5, estas formas são basicamente frágeis e espontâneas. O grupo informal predomina na maioria dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Mesquita, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Duque de Caxias, São João de Meriti, Itaguaí, dentre outros). Destacam-se, ainda, as associações, como nos municípios de Guapimirim, Maricá e Mangaratiba.

MAPA 5

Formas de organização dos Empreendimentos Econômicos Solidários na metrópole do Rio de Janeiro



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/SIES: Relatórios Regionais, Estaduais e Municipais – Mapeamento 2005/2007, acessado em 2008

O pequeno número de cooperativas e a grande incidência de grupos informais demonstram os obstáculos enfrentados na organização do trabalhador ocupado em condições muito precárias. Estas informações evidenciam,

sem dúvida, o grande esforço de engajamento exigido deste trabalhador para o alcance de uma forma de organização que efetivamente melhore as suas condições de vida e a necessidade de apoio de entidades especializadas na criação e na gestão de empreendimentos solidários.

Considerações finais

Nos limites dessas linhas, este texto teve a intenção de trazer alguns elementos para a reflexão de relações entre economia solidária e estruturação da vida metropolitana. Nesta direção, procuramos indicar que a tecnologia social inscreve-se no âmago de fenômenos mais largos expressivos de transformações na tecnociência e da desigual instauração do meio técnico-científico informacional. Uma instauração que encontra o seu impulso expansivo na metrópole, em decorrência da histórica superposição de processos de modernização. Entretanto, compreendemos que a tecnologia social também precisa ser pensada a partir do sítio – conhecimentos populares enraizados e saberes construídos na (e pela) prática cotidiana e “em contexto”.

Na metrópole, onde se multiplicam as atividades, os agentes e os projetos em disputa, a transmissão da inovação – da tecnologia social – não pode ser considerada uma tarefa simples. Esta inovação enfrenta a concorrência de outras inovações e, também, a resistência de técnicas, valores, bases culturais e princípios que conformam sistemas de crenças pré-existentes. Deste modo, tal transmissão dependerá da permanente identificação de possibilidades de ruptura com formas de conhecimento que não apresentam o seu sentido e o seu propósito e que trazem outras significações para a mesma técnica, transformando em mecanismo de opressão social as metodologias que norteiam, explicitamente, a concepção da tecnologia social.

Recordamos, por fim, que a compreensão da metrópole como território e, assim, como relações de poder inscritas na produção do espaço, possibilita o reconhecimento de sistemas de objetos e de sistemas de ações que interferem no desenho e nos propósitos das políticas públicas dirigidas ao trabalho. Desta maneira, a identificação de tendências gerais e de características únicas dos lugares – uma identificação que também reconheça

os lugares como sítios, permite aproximar a formulação de projetos dos desafios da existência, apoiando a percepção de possibilidades de afirmação de novas utopias.

Neste sentido, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, por suas profundas desigualdades internas, é exemplar para a investigação de inovações tecnológicas. A difusão de inovações econômicas condizentes com a última modernidade concentra-se no município-núcleo, o que não impede que este município também apresente grande dinamismo no que se refere à proposição dos empreendimentos solidários. Entretanto, é necessário reconhecer outras tendências. Os municípios da Baixada Fluminense têm uma longa história de luta política pelo reconhecimento da identidade e dos direitos das classes populares, como demonstram as lutas travadas, desde os anos 1970, pelo direito à cidade e pela garantia dos direitos humanos (dignidade, contra a violência, pelo acesso ao trabalho, à habitação, à educação, à saúde). Nos municípios do Leste Metropolitano, a intensificação destas lutas é mais recente, mas adquire grande força a partir dos anos 1990. Existem, assim, novos elos práticos e aprendizados latentes entre segmentos das classes populares na escala metropolitana, o que pode permitir o desdobramento de iniciativas políticas favoráveis à expansão dos empreendimentos solidários e à consolidação da tecnologia social.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- BATISTA JUNIOR, G. *Cooperativas: uma das alternativas para a geração de ocupação e de renda para os gonçalenses na década de 1990*. Monografia de final de curso. São Gonçalo: (Geografia) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.
- GIANNOTTI, J. A. *Trabalho e reflexão, ensaios para uma dialética da sociabilidade*. 2a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- HARVEY, D. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HOBSBAWN, E. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- LIPIETZ, A. New tendencies in the international division of labour: regimes of accumulation and modes of regulation. In: SCOTT, A. e STORPER, M. (eds.). *Production, work, territory; the geographical anatomy of industrial capitalism*. Londres: HarperCollins Publishers Ltd. 1986.
- LIPIETZ, A. e LEBORGNE, D. O pós-fordismo e seu espaço. *Espaço e Debates*. São Paulo. V. 8, n.25, 1988.

- MACHADO, L. R. de S. Qualificação do trabalho e relações sociais. In: FIDALGO, Fernando Selmar (org.). *Gestão do trabalho e formação do trabalhador. Movimento de Cultura Marxista*. Belo Horizonte, 1996.
- MARX, K. Idéia geral das infra-estruturas: a natureza e o trabalho, a natureza e a técnica, o trabalho humano, importância da tecnologia. *Textos Filosóficos*. Lisboa, São Paulo: Mandacaru, 1975, p. 69-81.
- MARCUSE, H. Sobre os fundamentos filosóficos do conceito de trabalho na ciência econômica. In: *Cultura e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 5-50.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO. *Políticas de emprego de trabalho, emprego e renda* estão disponíveis no site: <http://www.mte.gov.br/imo/default.asp>
- RIBEIRO, A. C. T. *Relações sociedade-Estado: elementos do paradigma administrativo*, in Cadernos IPPUR. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ ano XII, N.2 ago-dez, 1998. P. 107-125.
- _____. *Metrópoles e presentificação: imaginário necessário*. In: SILVA, C. A. da, FREIRE, D. G. & OLIVEIRA, F. J. G. de. *Metrópole: governo, sociedade e território*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 469-483.
- RIBEIRO, A. C. T., SILVA, C. A. da e SILVA, R. C. *Mutações no trabalho na periferia capitalista*. Texto apresentado por ocasião do VI Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa na Mesa Temática: Ciência, Tecnologia como determinantes dos processos de desenvolvimento (mimeo). Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- SANTOS, M. *Urbanização Brasileira*. S. Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SILVA, C. A. da. *Qualificação profissional na construção do Brasil urbano moderno: secularização e sociedade, modernização e espaço*. Orientadora: Júlia Adão Bernardes, Coorientadora: Ana Clara Torres Ribeiro. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 2002. Tese (Doutorado).
- _____. Espaço, técnica e saber: labirintos da qualificação do trabalho. In CASTRO, Iná et al. (orgs.). *Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- _____. *Metrópole, trabalho e humanismo: lutas do Movimento Nacional de Catadores de materiais recicláveis*. In: SILVA, C. A. da e CAMPOS, A. (orgs.). *Metrópoles em mutação: dinâmicas territoriais, relações de poder e vida coletiva*. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2008, p. 105-127.
- SILVA, C. A. da; RIBEIRO, Ana. C. T. *Impulsos Globais na Periferia Capitalista*. In *Territorios en Redefinición, lugar y Mundo en America Latina*, 60. ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA. Anais... Buenos Aires: Instituto de Geografía: Universidad de Buenos Aires. 1997.
- SILVA, C. A. da, RIBEIRO, A. C. T., BERNARDES, J. A. & ARRUIZZO, R. C. *Formas em crises: Utopias necessárias*. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2005.
- SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, G. (org.). *O fenômeno urbano*. 4a ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.
- WACQUANT, L. *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro: Revan/Observatório das Metrópoles, 2001.
- ZAOUAL, H. *Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global*. Rio de Janeiro: DP&A/COPPE, 2006.

2 Processo de trabalho, territórios e sustentabilidade dos empreendimentos da economia solidária

Gabriel Kraychete*

Este texto tem por objetivo destacar e examinar algumas condições essenciais à sustentabilidade dos empreendimentos da economia solidária. Parte do pressuposto que as iniciativas direcionadas para a busca da sustentabilidade descoladas dos processos de trabalho concretos, peculiares a cada empreendimento, e dos espaços nos quais os mesmos se situam, constituem-se numa abstração.

O texto está organizado em torno de três questões. Qual a relação entre processo de trabalho, viabilidade econômica e a forma de gestão dos empreendimentos associativos denominados de economia solidária? Quais as condições de sustentabilidade destes empreendimentos conforme os diferentes espaços nos quais os mesmos se situam? Como equacionar a relação entre sustentabilidade da economia solidária e desenvolvimento local? O ponto de partida para o exame destas questões consiste numa caracterização dos empreendimentos da economia solidária, tal como eles existem hoje.

1. Um perfil dos empreendimentos da economia solidária

Uma primeira informação mais abrangente sobre o “estado da arte” dos empreendimentos da economia solidária foi proporcionada pela pesquisa realizada pela Secretária Nacional de Economia Solidária do Ministério do

* Professor Titular da Universidade Católica do Salvador – UCSAL. Colaborador da Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa – CAPINA.

Trabalho e Emprego – SENAES, com a participação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.¹ Conforme indica o Termo de Referência do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (MTE-SENAES, 2004), são considerados como empreendimentos da economia solidária as organizações que possuam as seguintes características:

- a) organizações coletivas (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), suprafamiliares, cujos sócios são trabalhadores urbanos e rurais. Os que trabalham no empreendimento devem ser, na sua quase totalidade, proprietários ou co-proprietários, exercendo a gestão coletiva das atividades e da alocação dos seus resultados;
- b) as atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a “razão de ser” da organização;
- c) organizações que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização.

As primeiras tabulações desta pesquisa permitem delinear o seguinte perfil dos empreendimentos associativos:

- Foram identificados cerca de 15.000 empreendimentos em 2.274 municípios, envolvendo mais de 1,2 milhão de pessoas (possivelmente estes números são maiores, pois o mapeamento não alcançou todos os municípios em vários estados do país);
- A maior parte dos empreendimentos está organizada sob a forma de associação (54%), seguida dos grupos informais (33%) e cooperativas (11%). A recuperação por trabalhadores de empresa privada que faliu foi citada por apenas 1% dos empreendimentos;
- A maior parte dos grupos se estruturou tendo por principal motivação a busca de uma alternativa de trabalho face ao desemprego, seguida

1 No final de 2003, a SENAES constituiu o Grupo de Trabalho de Estudos e Banco de Dados (ou GT do Mapeamento) que estabeleceu um consenso em torno das concepções básicas sobre a economia solidária. O trabalho de campo foi realizado durante o ano de 2005, e os seus resultados foram divulgados no primeiro semestre de 2006 e encontram-se disponíveis no site www.mte.gov.br

pela busca de uma fonte complementar de renda, pela possibilidade de obter maiores ganhos através de um empreendimento associativo e pelo desejo de desenvolver uma atividade em que todos são donos;

- O trabalho associativo tem sido majoritariamente decorrente do esforço e dos recursos exclusivos dos próprios trabalhadores. Esta dependência de recursos próprios ou de doações limita o surgimento e o desenvolvimento dos empreendimentos. Diante da ausência de um sistema de financiamento adequado, vários grupos se organizam, mas não conseguem os recursos necessários para o início da atividade. Ou, então, conseguem recursos para os equipamentos, mas não dispõem de capital giro. A longa demora na obtenção dos recursos necessários ao início da atividade dilui a capacidade do grupo se manter coeso. A distância e os percalços entre os passos iniciais para a organização da atividade e a sua entrada em operação constitui-se numa *travessia no deserto*, e muitas iniciativas sucumbem durante o percurso;
- Predominam os empreendimentos que atuam exclusivamente na área rural. Os empreendimentos que atuam exclusivamente na área urbana correspondem a 33% do total. Os empreendimentos associativos no meio rural possuem características peculiares em relação aos tipicamente urbanos, como veremos em seguida;
- Predominam as atividades de produção e comercialização de produtos da agropecuária, extrativismo e pesca (mais de 40%), seguidas pela produção e serviços de alimentos e bebidas e produção de artesanatos;
- Apenas 6% dos empreendimentos produzem exclusivamente para o auto-consumo dos sócios. Ou seja, os empreendimentos associativos estão inseridos em pleno mundo do mercado e do cálculo econômico, por mais simples e modestos que sejam estes cálculos;
- Os produtos e serviços dos empreendimentos destinam-se, predominantemente, aos espaços locais (venda direta para o consumidor no comércio local e municipal). Apenas 7% dos empreendimentos destinam seus produtos para o mercado nacional e 2% realizam transações com outros países;

- Em 64% dos empreendimentos, a matéria-prima provém de empresas privadas e, em 30%, é adquirida dos próprios associados (trata-se, certamente, do beneficiamento de produtos agrícolas). Apenas 6% adquirem de outros empreendimentos solidários. Estamos, portanto, muito longe da construção de redes;
- Apenas 38% dos empreendimentos conseguem pagar as despesas e ter alguma sobra. Entre os empreendimentos que declararam o ganho dos associados, mais de 50% recebem o equivalente a até meio salário e 26% entre meio e um salário mínimo. Embora a obtenção de uma fonte complementar de renda apareça como um dos principais motivos para a organização dos empreendimentos, é plausível supor que esta renda seja a complementação de outra igualmente precária;
- 60% dos empreendimentos têm alguma relação ou participam de movimentos populares, destacando-se os movimentos comunitários, sindical, de luta pela terra e de agricultores familiares.

Estes dados revelam que, apesar dos avanços e da maior visibilidade adquirida pelos empreendimentos da economia solidária, os mesmos apresentam grandes dificuldades e fragilidades, ainda pouco analisadas.

2. Processo de trabalho, viabilidade econômica e gestão democrática

Qualquer processo de trabalho – seja numa empresa privada, na agricultura familiar ou num empreendimento da economia solidária – possui os mesmos elementos constitutivos, ou seja: i) a força de trabalho; ii) o objeto de trabalho (matérias-primas) sobre o qual o trabalho atua; e iii) os meios de trabalho (instrumentos de trabalho) através dos quais o trabalho atua. Na realidade, o que existe são formas concretas de produção que supõem uma determinada combinação de relações técnicas e relações sociais de produção. Concretamente, um mesmo conteúdo técnico assume diferentes formas sociais de produção, que expressam diferentes relações de propriedade dos meios de produção e de apropriação do resultado do trabalho. As relações técnicas descrevem o processo de produção em seu sentido formal,

como inter-relações entre o ser humano e a natureza, para mudar a forma desta. As relações sociais de produção dão conta da trama que se estabelece entre seres humanos no processo produtivo, como resultado da maneira como estão distribuídos os meios de produção (Foladori, 2001).

Na empresa capitalista, o processo de trabalho manifesta-se como um meio do processo de valorização do capital. É o lugar no qual o capital produz e é produzido e, por isso mesmo, requer o controle imposto, abusivo ou refinado, sobre os trabalhadores. O processo de trabalho ocorre entre coisas que pertencem ao capitalista. Ele compra os meios de produção (matérias-primas, máquinas, equipamentos) e contrata os trabalhadores. A força de trabalho é uma mercadoria, cujo uso o empresário compra em troca de um salário. O empresário decide sobre as técnicas de produção, os mecanismos de controle e de gestão que vai utilizar. As decisões são tomadas visando o maior lucro. As grandes empresas possuem departamentos e gerentes que decidem e prestam contas aos acionistas.

Para os empreendimentos associativos, conceitos típicos da economia capitalista, como salário e lucro, tornam-se inapropriados e perdem o seu significado, pois não expressam as relações sociais de produção que caracterizam aqueles empreendimentos. A racionalidade da *economia dos setores populares*² está ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida e na utilização dos recursos humanos próprios, englobando unidades de trabalho e não de inversão de capital.³

Em um empreendimento associativo, instalações, máquinas e equipamentos pertencem ao conjunto dos associados, bem como os resultados do trabalho. Os ganhos econômicos são distribuídos ou utilizados conforme as regras definidas pelos seus participantes. As relações que os trabalhadores estabelecem entre si são diferentes daquelas existentes numa

2 No âmbito dessa economia dos setores populares convivem tanto as atividades realizadas de forma individual ou familiar como as diferentes modalidades de trabalho associativo. Essa designação pretende expressar um conjunto heterogêneo de atividades, tal como elas existem, sem idealizar os diferentes valores e práticas que lhe são concernentes. Não se trata, portanto, de adjetivar esta economia, mas de reconhecer que os atores que a compõem e que a movem são essencialmente populares. Sobre o conceito de economia dos setores populares, ver Kraychete (2000)

3 O capital aqui entendido não como a existência de máquina e equipamentos, mas como uma relação social, caracterizada pelas relações de trabalho assalariado.

empresa. Para que a atividade funcione, é preciso que cada um dos trabalhadores assuma, de comum acordo, compromissos e responsabilidades. São estas regras de convivência estabelecidas pelos próprios associados que determinam a forma e a qualidade da gestão do empreendimento.

As condições de viabilidade de um empreendimento associativo, portanto, têm por substrato a reprodução de uma determinada relação social de produção, marcada pela condição de não mercadoria da força de trabalho e pela apropriação do resultado do trabalho pelos trabalhadores associados, conforme as regras por eles definidas. Esta forma social de produção suscita e requer mecanismos democráticos de controle e de gestão.

Disso resulta que um grande desafio enfrentado pelos empreendimentos da economia popular solidária é o desenvolvimento de relações de trabalho que sejam *economicamente viáveis e emancipadoras*. Em termos práticos, isto requer políticas e estratégias de formação que promovam, simultaneamente, a viabilidade econômica e a gestão democrática do empreendimento. A eficiência econômica e o modo de gestão não podem ser pensados separadamente, como se existisse uma formação para o associativismo e outra para a eficiência econômica. Se isto é verdade, seriam pouco eficazes as estratégias de formação que realizam os cursos de associativismo e, em seguida, tratam as questões econômicas seguindo o modelo de um “plano de negócios”, como se o empreendimento associativo fosse uma pequena ou média empresa.

As organizações econômicas populares possuem uma lógica peculiar. Não podem ser avaliadas ou projetadas tomando-se por referência os critérios de eficiência e planejamento típicos à empresa capitalista. Tradicionalmente, os instrumentos de gestão, planos de negócio, análise de mercado e estudos de viabilidade reportam-se às características das empresas de médio ou grande porte, distanciando-se das realidades encontradas nos empreendimentos associativos.⁴

Em geral, as atividades de formação para o associativismo atêm-se aos princípios do cooperativismo e do trabalho associativo. Estes princípios são

4 Sobre as estratégias de formação direcionadas para os empreendimentos da economia dos setores populares, ver Kraychete (2007).

uma declaração do *dever ser*. Expressam uma meta, um ponto de chegada, um enunciado com o qual todos concordam, mas que vale tanto para as primeiras cooperativas na Europa do século XIX, para um empreendimento associativo de grande porte, como para um pequeno grupo de mulheres que se organiza numa associação de costureiras. As condições concretas do processo de trabalho e das circunstâncias em que ele ocorre são muito diferentes em cada um destes empreendimentos, com evidentes implicações para a gestão cotidiana dos mesmos.

As atividades de formação descoladas da organização e dos processos de trabalho concretos peculiares a cada empreendimento constituem-se numa abstração. Se nos atemos apenas aos princípios e não nos deixamos *interpelar pela realidade*, podemos enfrentar problemas incontornáveis. Por exemplo: o primeiro princípio do cooperativismo é a associação livre e voluntária. Mas sabemos que, numa realidade como a brasileira, a busca de uma alternativa de trabalho face ao desemprego se constitui na principal motivação para a organização dos empreendimentos associativos.

Deve-se considerar também que, geralmente, os empreendimentos são formados por pessoas que já se conhecem. Em princípio, ninguém manda em ninguém – todos são iguais. Produzir quase todos sabem, mas é comum uns saberem mais do que outros. Se há diferença de saberes, há diferença de poderes. Mas se todos são iguais, como lidar com isso?

É insuficiente, portanto, afirmar que a gestão democrática se caracteriza pela ausência de separação entre os que decidem e os que executam. Há decisões que podem resultar de uma discussão coletiva. Mas existem outras que precisam ser tomadas na hora, sob o risco de um prejuízo maior. Um exemplo ilustra o que quero dizer: um empreendimento associativo do setor mecânico produzia peças que, antes de serem entregues ao cliente, necessitavam passar por um controle de qualidade para ter a garantia de que não estavam com defeito. Como fazer este controle de qualidade? Todos são responsáveis? Haverá uma pessoa responsável? Uma equipe? Este grupo decidiu que haveria uma pessoa responsável. Ora, a função desta pessoa no processo de trabalho expressa um ato de poder sobre os demais associados encarregados da produção. E, ao vetar uma peça, poderia gerar tensões ou conflitos com os outros trabalhadores. A decisão

do grupo foi que o encarregado de controle teria o poder de vetar ou liberar a peça, mas a sua decisão estaria sujeita a avaliação nas reuniões semanais do conjunto dos trabalhadores.

Esta foi a “regra do jogo” do trabalho associativo estabelecida por aquele grupo. O que quero acentuar é exatamente o fato de que não existem receitas e de que *é inócua uma declaração de princípios descolada do processo de trabalho peculiar a cada grupo*.

No caso dos empreendimentos associativos, portanto, a organização e o processo de trabalho específico de cada empreendimento, a eficiência econômica e a forma de gestão (democrática) não podem ser pensadas separadamente.

Os empreendimentos, entretanto, não levitam num espaço imaginário, mas localizam-se em determinados territórios. Em que medida estes territórios, como palcos de determinadas relações sociais, restringem ou potencializam as condições necessárias à sustentabilidade dos empreendimentos que neles se situam?

3. Os empreendimentos solidários em seus espaços

Ainda está por ser feita uma análise dos empreendimentos econômicos solidários conforme os espaços nos quais se situam. O mapeamento em economia solidária revela que a maior parte dos empreendimentos envolve atividades localizadas no meio rural. Em todo o Brasil, o número de trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários corresponde a cerca de 1,2 milhão de pessoas. Deve-se observar, entretanto, que este total é inferior ao número de desempregados apenas da Região Metropolitana de São Paulo.

Na Região Metropolitana de Salvador – RMS, por exemplo, a População Economicamente Ativa – PEA corresponde a cerca de 1,6 milhão de pessoas. Deste total, 330 mil estão desempregadas. Considerando como trabalho precário os trabalhadores por conta própria que não recolhem para a Previdência Social, os assalariados sem carteira e os empregados não remunerados, tem-se um contingente de aproximadamente 1 milhão de pessoas. Conforme os dados do mapeamento, a RMS possui 82 empreendimentos

econômicos solidários (7% do total da BA), reunindo cerca de 3.000 pessoas. Isto corresponde a menos de 1% apenas dos desempregados na RMS e a 0,003% do conjunto dos trabalhadores com trabalho precário.

Mesmo admitindo-se que o número de empreendimentos solidários seja maior do que os identificados no mapeamento, as características destes empreendimentos, tal como eles existem hoje, sugerem conclusões cautelosas sobre as expectativas de representarem uma alternativa em larga escala para o desemprego e para o trabalho precário. Sobretudo quando se considera a dimensão e o perfil da PEA localizada nos espaços urbanos.

Num país como o Brasil, é preciso indagar sobre a situação de milhões de pessoas que vivem de ocupações precárias e, sobretudo, do trabalho realizado de forma individual ou familiar. Aqui, o emprego regular assalariado nunca foi uma perspectiva realista para um grande número de trabalhadores. Em 1980, após cinquenta anos de industrialização e urbanização aceleradas, o emprego regular assalariado, somado aos autônomos contribuintes para Previdência Social, aos funcionários públicos e aos empregadores não atingia 56% da PEA (Delgado, 2004).

Até os anos 1970, predominava a visão que explicava a pobreza, sobretudo a pobreza urbana, como algo residual ou transitório a ser superado pelo desenvolvimento da economia capitalista. Desse ponto de vista, não haveria razão para se perder tempo discutindo-se a situação das pessoas não-integradas ao mercado capitalista de trabalho. Três décadas depois, cresceu o número de trabalhadores imersos num “circuito inferior” da economia do qual já nos falava Milton Santos (2004), abrangendo modalidades de trabalho que tendem a se reproduzir com a própria expansão dos setores modernos⁵. Por sua magnitude e caráter estrutural, a reprodução dessas formas de trabalho já não pode ser explicada como um fenômeno residual, transitório ou conjuntural. A sua continuidade expressaria uma matriz de desigualdade e pobreza que se mantém ao longo da história⁶. Em outras palavras, parece que não se trata de um contingente que, algum dia, será

5 Este circuito inferior da economia possui raízes históricas e foi amplificado, como um fenômeno urbano massivo, pelas políticas econômicas implementadas a partir da década de 90.

6 Ver a respeito, a instigante análise de Delgado (2004) sobre a reprodução e configuração contemporânea do setor de subsistência na economia brasileira.

engatado ao processo de crescimento proporcionado pelos investimentos no “circuito superior” da economia, mas da presença de um futuro a ser recriado em escala ampliada.

Neste ponto, entretanto, cabe uma indagação: se o emprego regular apresenta-se como uma possibilidade remota, o que levaria, sobretudo nos espaços urbanos, à opção pelo trabalho associativo, em vez da atividade individual ou familiar, que já é mais extensivamente utilizada como alternativa de trabalho? Ainda mais considerando que o trabalho associativo pressupõe um aprendizado e relações mais complexas do que aquelas requeridas pela atividade por conta própria. Certamente é possível encontrar várias respostas. Embora a busca de trabalho face ao desemprego se constitua numa forte motivação para a organização dos empreendimentos associativos, existem outras motivações. É possível identificar a busca de alternativas que permitam ganhos econômicos através de práticas e relações sociais que viabilizem uma reapropriação pelos trabalhadores das condições de existência do seu trabalho. Até agora, entretanto, esta busca acontece em condições extremamente adversas aos objetivos que pretende alcançar.

As condições de sustentabilidade dos empreendimentos associativos nos espaços urbano e rural são bem diferentes. A diferença espacial é a mais imediatamente visível, mas esconde uma diferença maior e mais fundamental, ou seja, a relação entre o trabalho e os meios de produção. Os mecanismos de gestão e as condições de sustentabilidade dos empreendimentos são determinados pela relação de propriedade pré-existente dos trabalhadores com os meios de produção.

Os agricultores familiares, antes de iniciarem uma atividade associativa, já exercem um trabalho na condição de *proprietários dos meios de produção*. Eles já possuem a terra e os instrumentos de trabalho. Ou seja, não existe uma separação prévia entre força de trabalho e meios de produção. Os objetos de trabalho (matéria-prima) e os meios de trabalho (ferramentas, equipamentos) pertencem ao agricultor familiar. Nesta situação não se encontram apenas os agricultores familiares, mas também algumas modalidades de produção de artesanato.

Quando os agricultores familiares organizam um empreendimento para a venda coletiva ou para beneficiamento da sua produção, estas novas

atividades diferem daquelas que já realizavam com os seus meios de produção individuais. A atividade coletiva constitui-se numa via natural para obterem um ganho maior. A venda para um mercado mais amplo (e não para o atravessador) pressupõe a prática associativa como um meio para viabilizar tanto um maior volume como a regularidade do fornecimento. O mesmo ocorre com o beneficiamento da sua produção. Sozinho, o agricultor familiar não teria nem os recursos nem o volume de produção que justificassem este investimento. A compra de uma máquina só se viabiliza se for através de uma atividade associativa. E mais: às vezes, tanto a venda coletiva como o beneficiamento precisam da participação de outros trabalhadores, mesmo que não sejam associados.

Nestas circunstâncias, o empreendimento associativo constitui-se numa possibilidade real de melhoria do nível de renda dos agricultores familiares. Ou seja, eles encontram motivos para a cooperação mesmo quando buscam o autointeresse.⁷ Se nada mais funcionar, eles têm a opção de retomarem a forma tradicional em que se inseriam no mercado, nem que seja vendendo para o atravessador local.

Esta situação é bem diferente daquela que caracteriza a organização de empreendimentos associativos nos *espaços urbanos*. Neste caso, a obtenção de resultados positivos adquire uma urgência bem mais intensa para os associados, sobretudo quando os mesmos não possuem outra fonte de renda.

Diferentemente dos agricultores familiares, os trabalhadores urbanos, quando se propõem a organizar um empreendimento associativo, não possuem nenhum meio de produção anterior. Contam apenas com a sua força de trabalho. E, normalmente, a referência de trabalho que possuem

7 Com o risco de reafirmar o óbvio, convém insistir que não se trata de idealizar os empreendimentos da economia popular solidária como se fossem regidos por valores e práticas assentados exclusivamente em relações de solidariedade, e que estas se constituíam na motivação determinante dos seus integrantes para a organização e gestão destes empreendimentos. Os seres humanos não são movidos apenas por necessidades, mas também por desejos. E podem encontrar motivos para a cooperação, mesmo quando buscam o auto-interesse. A suposição restrita e simplificadora de que os empreendimentos da economia popular solidária assentam-se num único princípio motivador e organizador gera a ilusão sedutora de aparentes soluções perfeitas, mas frustrantes, transformando paisagens socialmente vivas e factíveis em miragens. Além disso, como observam ASSMANN e SUNG (2000, p.158) “Quando se busca a ‘solidariedade perfeita’, ou ‘soluções definitivas’, impõe-se sobre as pessoas e grupos sociais um fardo pesado demais para se carregar”.

não é a de uma atividade associativa, mas a do emprego assalariado ou do trabalho por conta própria.

Em geral, para os empreendimentos associativos de agricultores familiares (e modalidades de artesanato), o aumento do número de sócios é uma condição para a sustentabilidade da atividade. No caso dos empreendimentos urbanos, é mais fácil ocorrer o inverso, ou seja, eles tendem a se viabilizar apenas com um número reduzido de sócios.

Vamos considerar, por exemplo, uma cooperativa de produção de alimentos, com 20 associadas, localizada na cidade. Para cada associada receber R\$400,00/mês, a atividade teria que gerar um valor de R\$ 8.000,00/mês, apenas para remunerar as associadas. Se produzir salgados vendidos a um R\$1,00, e supondo uma margem (otimista) de R\$ 0,50 por unidade vendida, a cooperativa terá que produzir e vender 16.000 salgados/mês apenas para remunerar as 20 associadas. Isto, entre outros fatores, explica a razão pela qual muitos empreendimentos urbanos, em seus momentos iniciais, começam um treinamento com um grande número de pessoas e, quando entram em operação, contam, efetivamente, com um reduzido número de participantes.

4. Desenvolvimento local e economia solidária: problematizando a relação

Aos empreendimentos da economia solidária faltam condições mínimas das quais usufruem as grandes empresas capitalistas: condições apropriadas de financiamento, tecnologia adequada, pesquisa, formação e qualificação dos trabalhadores, infra-estrutura (saneamento, urbanização, segurança, vias de acesso etc.). Uma empresa só se instala numa região se existem determinadas condições prévias. É comum a construção de infra-estruturas com o objetivo deliberado de atrair investimentos de grandes empresas.

Como indica Braudel (1996), o entendimento entre capital e Estado atravessa os séculos da modernidade. O capital vive sem constrangimentos da complacência, isenções, auxílios e liberalidades proporcionadas pelo Estado. Para o capital, o Estado é uma fonte ressurgente de recursos da qual nunca se mantém muito longe. Mas, no “andar inferior da economia”,

os empreendimentos populares, em sua maior parte, estão reduzidos aos seus próprios recursos, à exceção do apoio pontual e localizado das instituições de assessoria e fomento, com alcance reconhecidamente limitado.

Neste passo, podemos formular a seguinte questão: como equacionar a relação entre desenvolvimento local e economia solidária? Em geral, esta relação é colocada nos seguintes termos: *como os empreendimentos da economia solidária podem promover o desenvolvimento local?*

Os empreendimentos da economia solidária apresentam uma escala de produção reduzida e concentrada em poucas atividades (agropecuária, extrativismo, pesca, alimentos e bebidas e produção de artesanato). As condições de investimento e produção são bastante adversas. Os empreendimentos não dispõem de crédito, os recursos para iniciar a atividade provêm, sobretudo, dos próprios associados e de doações. Boa parte dos empreendimentos funciona em locais emprestados. São problemas que não se resolvem apenas a partir do desejo dos trabalhadores em produzirem de forma associada. O nível de remuneração é muito baixo e muitos trabalhadores não ingressam no empreendimento por opção, mas constrangidos pelo desemprego. Nestas circunstâncias, *quais as condições destes empreendimentos promoverem um processo de desenvolvimento local?*

Nas condições atuais, parece que seria mais apropriado *inverter os termos da relação entre desenvolvimento local e empreendimentos econômicos solidários*, ou seja: não são os empreendimentos econômicos solidários que promovem o desenvolvimento local, mas o crescimento da economia solidária pressupõe uma ambiência e um processo de desenvolvimento que promova este tipo de economia.

A sustentabilidade dos empreendimentos da economia popular solidária envolve tanto questões internas como externas aos grupos. Certamente, nada substitui a necessidade de os trabalhadores associados saberem tocar e gerir os seus empreendimentos. Mas a sustentabilidade dos mesmos, entendida como a capacidade de ampliarem continuamente o alcance de suas práticas⁸, depende de condições culturais, econômicas, tecnológicas, sociais

8 Ver, a respeito, a análise de Coraggio (2006) sobre a sustentabilidade dos empreendimentos da economia social e solidária. Mestre em Planejamento Urbano e Regional, pesquisadora da FASE e do LASTRO/IPPUR-UFRJ.

etc, impossíveis de serem alcançadas apenas através do empenho dos trabalhadores associados e de suas articulações em redes e fóruns. A emergência destas condições requer ações convergentes e complementares de múltiplas instituições, a exemplo das organizações não-governamentais, sindicatos, igrejas, instituições de ensino e pesquisa, órgãos governamentais etc.

Entendida desta forma, a sustentabilidade dos empreendimentos associativos não é uma questão técnica ou estritamente econômica, mas essencialmente política. O que está em jogo não são iniciativas pontuais, localizadas, compensatórias, dependentes de recursos residuais ou da benevolência empresarial tida como socialmente responsável, mas *ações políticas comprometidas com um processo de transformação social*.

Referências bibliográficas

- ASSMANN, H. e SUNG, J.M. *Competência e sensibilidade solidária. Educar para a esperança*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- BRAUDEL, F. *O tempo do mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- CORAGGIO, J. Sobre la sostenibilidad de los emprendimientos mercantiles de la economía social y solidaria. Disponível no site <<http://www.coraggioeconomia.org>> Acesso em 20/05/2006.
- DELGADO, G. O setor de subsistência na economia e na sociedade brasileira: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea. In: RAMALHO, J e ARROCHELLAS, M. *Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2004.
- FOLADORI, G. *Limites do desenvolvimento sustentável*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.
- IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 2004*. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>.
- KRAYCHETE, G., COSTA, B., LARA, F. (orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.
- KRAYCHETE, G., AGUIAR, K. (orgs.). *Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação*. São Leopoldo: Oikos; Rio de Janeiro: Capina, 2007.
- MTE-SENAES. *Sistema nacional de informações em economia solidária. Termo de referência*. 2004. Disponível no site <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em 20/07/2006.
- MTE-SENAES. *Sistema nacional de informações em economia solidária. Relatório nacional 2005*. Disponível no site <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em 20/07/2006.
- SANTOS, M. *O Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

3

Espaço e trabalho autogestionário nas periferias das grandes cidades

Ana Paula de Moura Varanda*

“As intervenções não deveriam ocorrer sem considerar o valor que os lugares têm como referenciais para as pessoas, que lhes dá um sentido de território, com base em sua cultura e em sua história – esses referenciais vinculam o cidadão ao lugar e criam identidades variadas (não necessariamente uma identidade nacional)...”

(Lia Motta, 2000)

Introdução

O artigo busca contrapor concepções teóricas e estratégias, orientadoras de intervenções racionalizadoras sobre o espaço urbano, ao resgate da noção de espaço enquanto categoria que emerge da própria configuração social e, portanto, como expressão da estrutura social, em seus vínculos com a centralidade do trabalho e da ação social. Apresentamos as contribuições de alguns autores críticos aos discursos técnicos, totalizadores sobre o espaço urbano e a perspectiva de projetos transformadores a partir da cidade vivida.

As análises também enfocam a contraposição entre a visão disciplinar sobre o espaço que emerge da divisão do conhecimento em disciplinas, como herança do projeto moderno, e a possibilidade da construção da área de planejamento urbano, como campo temático que permita o exercício de uma abordagem interdisciplinar, não só no sentido de articular disciplinas, mas saberes e questões éticas e culturais.

* Mestre em Planejamento Urbano e Regional, pesquisadora da FASE e do LASTRO/IPPUR-UFRJ.

Refletindo sobre a dinâmica da *vida cotidiana* em áreas da periferia urbana do Rio de Janeiro, o estudo aborda a perspectiva de atuação de organizações sociais locais, que pensam e implementam ações articulando diversas áreas (inserção econômica, educativa, cultural) tendo como referencial o território vivido e a sinalização de parâmetros para a construção e execução de políticas públicas.

Da observação dos processos em análise, também emerge uma noção de favela diferenciada da visão tradicional de espaço de moradia para uma população que, sobretudo, se insere produtivamente fora destes espaços, para uma abordagem da favela enquanto espaço produtivo, que dentre outros aspectos marcam uma dada presença social.

As concepções de *Espaço* e *Trabalho* como dimensões da organização social tornam-se fundamentais, sobretudo através do olhar sobre a expansão do trabalho informal e autônomo nas periferias urbanas das grandes cidades. Ao final são analisadas as possibilidades e limites de incorporação destas dinâmicas sociais e produtivas aos referenciais da autogestão e do cooperativismo popular.

1. Concepções de espaço e planejamento urbano

A racionalidade e a técnica, que aparecem de forma incisiva nos estudos sobre o espaço, articulam-se ao projeto moderno, ao crescente papel desempenhado pela ciência na sociedade desde o século XVII. A partir deste momento, a evolução do conhecimento científico articula-se fortemente ao desenvolvimento das técnicas.

Na perspectiva de Milton Santos (1999), o espaço pode ser caracterizado como um *conjunto indissociável de objetos e de ações*, do qual se extraem categorias analíticas tais como: lugar, paisagem, território. No estudo destas categorias, torna-se relevante refletir sobre o papel desempenhado pela técnica na produção e na apropriação racional do espaço. A racionalidade é compreendida, neste trabalho, tal como proposto pelo conceito weberiano, isto é, para caracterizar “*a forma capitalista da atividade econômica, a forma burguesa das trocas ao nível do direito privado e à forma burocrática de*

dominação” (Habermas, 1968, p. 3 apud Santos, 1999, p. 230). O termo racionalização é utilizado para designar a extensão dos domínios da vida que se encontram submetidos aos critérios de decisão racional, ou seja, à imposição de ação racionalmente dirigida a fins.

Para Milton Santos (1999), a construção de um *espaço racional* ocorre a partir da constatação de métodos de planejamento e manipulação do espaço geográfico que expressam dimensões de ação racional, isto é, quando o espaço geográfico encontra-se submetido a concepções e ações que devem atender a objetivos previamente designados e antecipadamente calculados.

O predomínio deste tipo de ação (intervenção) encontra apoio no desenvolvimento da ciência a partir da modernidade, com a quebra dos vínculos entre saber científico e questões éticas e morais, seguindo o pensamento de Morin (1999). A partir deste momento, observamos a evolução de um conhecimento que avança a partir dos métodos de manipulação. Neste sentido, a grande contribuição do autor consiste em, a partir da valorização reflexiva de contextos sociais, trazer a ética e a moral intrinsecamente articuladas à busca do conhecimento no período pré-moderno. A concepção de ciência para o autor é complexa, isto porque não pode ser compreendida sem a análise de contextos históricos e sociais. A ciência moderna, que emerge a partir do século XVII, possui uma relação direta com a evolução da técnica, transformando-se no que Morin denomina *tecnociência*⁹. A *tecnociência* influencia várias esferas, como as universidades, as empresas, os Estados, assim como decorre da interferência destas instituições e de contextos sociais específicos.

No momento atual, Morin (1999) identifica mudanças na estruturação do saber, especialmente devido às velozes e amplas transformações pelas quais passa a sociedade contemporânea, gerando a necessidade de um saber mais amplo, que possa dizer da complexidade do mundo. Estas transformações revelam a carência de um pensamento que reconheça a

9 Assim como afirma Edgar Morin: a “técnica produzida pelas ciências transforma a sociedade, mas também retroativamente, a sociedade tecnologizada transforma a própria ciência” (Morin, 1999, p. 24).

complexidade¹⁰, sobretudo porque estas mudanças ocorrem num cenário de crise das grandes instituições reguladoras do corpo social da modernidade. O progresso de um conhecimento fragmentado, que ignora questões éticas e morais, pode conduzir a uma situação de indiferença social. Sobre este aspecto, Morin (1999) propõe uma distinção entre conhecimento e saber, fundamental à sua proposta de reforma no ato de pensar: *a ciência com consciência*. O conhecimento na sua concepção é unidimensional e progride isoladamente, enquanto o saber comporta também o ambiente, a cultura e a sociedade onde se desenvolve este conhecimento. Na sua concepção, a noção de ciência é sempre complexa, isto porque é inseparável de seu contexto histórico e social.

Os princípios que orientam o pensamento científico a partir da modernidade estão presentes nas iniciativas de planejamento urbano, em diferentes estágios de desenvolvimento do capitalismo. A partir desse momento, a evolução do conhecimento científico tem por suporte, sobretudo, a indução, a experimentação e a manipulação de elementos, articulando-se à crescente afirmação da técnica. Este processo leva à especialização e à fragmentação excessivas do conhecimento. Ao nível da análise, observa-se, sobretudo, a construção de discursos que visam apoiar e legitimar ações hegemônicas.

A constituição do meio técnico-científico e informacional no período contemporâneo surge como questão central em diversas obras de Santos (1988, 1994, 1999). Nestas obras, é demonstrada a crescente interlocução entre ciência e técnica na configuração dos espaços sociais. Também para

10 Edgar Morin (1999) esclarece alguns mal entendidos, observados com frequência no pensamento acadêmico, associados à noção de complexidade. O primeiro seria a compreensão da complexidade como receita e resposta, e não como desafio e motivação para o conhecimento científico. Nesta direção, é comum a associação entre complexidade e desordem e falta de clareza. O segundo mal entendido formulado pelo autor consiste na confusão entre complexidade e completude. Morin (Op. cit.) assinala que o problema da complexidade não é o da completude, mas o da incompletude do conhecimento. Sendo assim, o pensamento complexo procura abranger aquilo que os outros tipos de conhecimento, denominados mutilantes pelo autor, ignoram. O esforço do pensamento complexo não consiste em uma luta contra a incompletude, e sim contra a visão redutora. A complexidade consiste em um esforço para articular as divisões entre disciplinas, considerando as diversas dimensões que compõem um determinado fenômeno (Morin, 1999, p. 176).

Morin (1999), a *tecnociência* produz um novo meio organizado a partir de redes de informação, com grande interferência da técnica. Este meio convive com espaços sociais constituídos por relações de proximidade, interações baseadas em valores simbólicos comuns, onde a ação e a comunicação são determinantes para o estabelecimento de laços de sociabilidade. Nas palavras de Milton Santos:

“Na cidade, hoje, a ‘naturalidade’ do objeto técnico (...) crava no organismo urbano áreas ‘luminosas’, constituídas ao sabor da modernidade e que se justapõem, superpõem e contrapõem ao resto da cidade onde vivem os pobres, nas zonas ‘opacas’. Estes são os espaços do aproximativo e não (como as zonas luminosas) espaços da exatidão, são espaços inorgânicos, abertos e não espaços racionalizados e racionalizadores, são espaços da lentidão e não da vertigem” (Santos, 1994, p.83).

A ciência que avança por meio da técnica é responsável pela visão altamente racionalizadora do espaço, orientadora, em geral, das intervenções urbanas. E é partindo desta premissa que Certeau (2000) demonstra como o domínio da cidade panorama como simulacro teórico pode levar ao desconhecimento e ao esquecimento das práticas sócio-espaciais. Constrói-se assim uma dupla cegueira, aquela dos governos e a dos praticantes que são afastados do acesso à compreensão da cidade em que vivem.

“Os praticantes da cidade escrevem o texto urbano sem poder lê-lo... Numa cegueira que caracteriza as práticas organizadoras da cidade habitada” (Certeau, Op. cit., p.171).

A cidade transumante e vivida é escondida por uma cidade planejada e visível. O autor supracitado nos mostra como a valorização das práticas permite apreender o momento da transformação – que é aquele da hegemonia da ação racional – do fato urbano em conceito de cidade, que orienta a busca da superação e da articulação das contradições nascidas da aglomeração urbana em projetos normatizadores do espaço. A cidade, como unidade analítica, é tributária da racionalidade urbanística, e é esta que cria um sujeito universal e anônimo adequado ao discurso técnico:

a cidade. Desta perspectiva, a construção e a concepção do espaço rejeitam tudo aquilo que não é imediatamente tratável por meio de uma concepção científica e, sobretudo, modelar.

Foucault (1997) destaca como, ao final do século XVIII, a perspectiva totalizadora e disciplinadora surge como um instrumento de exercício do poder, normatizando a disposição dos indivíduos no espaço. A disciplina atende à necessidade de regular a distribuição dos indivíduos, especialmente com o propósito de aumentar a produtividade nas atividades econômicas. Neste momento, também se assiste ao surgimento de diversas técnicas de esquadramento do espaço.

O espaço urbano, em especial, condensava órgãos e cargos da administração pública, responsáveis pela aplicação de uma legislação que possuía como principal objetivo o controle e a disciplina. Este objetivo orientou, sem dúvida, o amadurecimento técnico do planejamento urbano.

De acordo com Certeau (2000), atualmente, nos discursos hegemônicos, a cidade é concebida como marco totalizador e quase mítico para as estratégias socioeconômicas e políticas. No entanto, na prática, a vida urbana revela-se muito mais complexa do que a cidade que emerge dos projetos urbanísticos. A vida urbana cada vez mais se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam, apesar das estratégias de poder que decorrem das perspectivas totalizadoras do espaço.

É por este caminho que o autor questiona o caráter redutor e abstrato da operacionalização do conceito de cidade, concebida pelo planejamento. *“Planejar a cidade é ao mesmo tempo pensar a própria pluralidade do real e dar efetividade a este pensamento do real: é saber e poder articular”* (Certeau, Op. cit., p. 172).

A noção de espaço que orienta e decorre das iniciativas de planejamento dos usos das áreas favelizadas na cidade do Rio de Janeiro¹¹, por

11 Podemos citar as experiências do Projeto Rio (1979) e do Projeto Favela Bairro (1994), onde a ênfase dada à melhoria física das favelas deixou em segundo plano outras necessidades sociais, como a geração de renda, por exemplo, que permitem compreender a pobreza em sua dimensão mais ampla.

exemplo, enquadra-se na concepção de espaço absoluto analisada por Santos (1988, p. 26), que obedece a uma lógica geométrica, expressiva de um quadro de referências, que tem por objetivo otimizar ações, que muitas vezes, desconhecem práticas orientadas por normas de convivência entre grupos sociais.

Por outro lado, autores como Habermas (1987) entendem que o equilíbrio entre sistema capitalista e Estado democrático pode ser restabelecido a partir do embate entre a esfera pública e a sociedade auto-organizada no campo do que o autor considera como *mundo da vida* dos cidadãos. A partir da crise do Estado intervencionista, a extrema burocratização do *mundo da vida* – experimentada no passado – passa a dar lugar a organizações estruturadas a partir da comunicação. Esta se configura como elemento fundamental na abordagem de Habermas (Op. cit.), sobretudo, por permitir a constituição de mecanismos de solidariedade, substituindo o papel regulador do trabalho. A partir destes elementos (comunicação e solidariedade) deveria brotar uma cultura política dirigida para a demarcação de espaços de embate entre as áreas da vida comunicativamente estruturadas, de um lado, e o Estado e a Economia, de outro.

2. Espaço e trabalho: dimensões da organização social

Com o objetivo de reconhecer elementos universais responsáveis pela estruturação de diferentes sociedades, Durkheim (1983[1912]) elabora um conjunto de categorias que orientam a reflexão em ciências sociais. Na sua concepção, espaço e tempo são categorias fundantes do social e emergem da própria forma de organização da vida social, configurados em valores e representações sociais. A categoria espaço é socialmente instaurada, assim como projeta o social. Na sua análise, uma determinada estrutura social pode ser compreendida a partir de uma dada morfologia espacial que por sua vez re-atualiza esta mesma estrutura social. Há, portanto, em sua contribuição teórico-conceitual, a possibilidade de diálogo entre forma espacial e forma social.

Entendendo o espaço enquanto uma dimensão da organização social, Gottdiner (1998) retoma a perspectiva da produção do espaço formulada por Lefèbvre, assinalando que um dos aspectos fundamentais de sua teoria é a concepção da natureza multifacetada do espaço, isto é, o espaço não poderia ser reduzido a uma localização ou às relações sociais de propriedade. O espaço representaria, além de localização física, condição existencial e expressão simbólica, na medida em que influencia a construção de imagens e representações. O espaço possui, assim, uma posição ambígua, já que significa o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na própria ação.

Seguindo a perspectiva de Durkheim e Lefèbvre, quanto ao conteúdo simbólico da categoria espaço, Bourdieu (1996) desenvolve o conceito de *espaço social*, apresentando-o como um campo de força, onde a própria configuração do espaço está em disputa. O autor propõe uma análise relacional do espaço social, na qual cada situação específica enuncia um conjunto de *posições sociais*. O conceito de *posições sociais* é tomado em sentido relacional e vinculado à relação de homologia entre conjuntos de práticas, inclusive de consumo.

Para uma interpretação correta do espaço social, o autor citado propõe uma leitura relacional entre *posições sociais* (por si um conceito já relacional), de *disposições (habitus)* e de *tomadas de posição*. Seguindo esta leitura, as comparações e o estabelecimento de diferenças na composição do espaço social devem ser analisados tendo por referência os *sistemas* formados a partir da relação entre *posições, disposições e tomadas de posição* (Bourdieu, 1996).

Cabe destacar, ainda, que espaço social, segundo Bourdieu (Op. cit.), possui uma dimensão física – da localização – e mental, das representações sociais. O espaço físico é reflexo de sua apropriação pelas estruturas sociais, as quais se transformam, progressivamente, em estruturas mentais e em *sistemas* de preferências.

A construção do espaço social pode ser analisada por meio de dois princípios de diferenciação: o *capital econômico* e o *capital cultural*. Neste espaço, os agentes são distribuídos, inicialmente, de acordo com o volume total de capital que possuem e, num segundo momento, de acordo com o

peso relativo de cada tipo de capital no volume total. Tais diferenciações estão no fundamento das *disposições* e das *tomadas de posição* nas interações sociais, o que envolve a desigual distribuição social do poder.

Através deste caminho teórico analítico, podemos compreender que o espaço de *posições sociais* se retraduz em um espaço de *tomadas de posição*, por meio do espaço de *disposições* (ou do *habitus*). Ao estabelecermos diferenciações na composição da natureza e do volume dos capitais envolvidos nas relações e práticas sociais, observamos, também, diferenças nos bens que os agentes, ou classes, possuem. A cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus* (ou de gostos) produzidos por condicionamentos sociais relacionados com a posição social correspondente e pela própria intermediação do *habitus* em sua capacidade geradora de práticas, entendidas como capazes de retratar as características intrínsecas e relacionais de um estilo de vida, ou seja, de um conjunto de escolhas pessoais, de bens e de práticas.

Os *habitus* são interpretados como diferenciados e como diferenciadores, na medida em que também são capazes de operar lógicas de distinções, organizados por princípios de classificação, de visão e de divisão e gostos diferentes.

Bourdieu (1996) destaca a importância da construção das categorias sociais que ordenam a percepção (princípios de visão e de divisão) na assimilação das diferenças constituídas no âmbito das práticas, dos bens possuídos ou desejados, das opiniões expressas, tornando-as diferenças simbólicas, o que conforma uma verdadeira *linguagem* das práticas sociais.

A construção do espaço social proposta por Bourdieu (Op. cit.) assume grande relevância como referencial analítico para a compreensão das relações evidenciadas na configuração do trabalho informal neste estudo.

Neste sentido, é possível identificar nas formas de organização dos trabalhadores da economia popular e informal elementos da inserção destes grupos no espaço urbano, a partir de normas baseadas na informalidade, que constitui uma condição essencial à inscrição e permanência de determinadas presenças sociais. A percepção do trabalho por parte desses segmentos nos mostra trajetórias que escapam à lógica racionalizante e planejada do espaço que orienta o planejamento urbano. Para os processos

em análise, aspectos relacionados à cultura¹², aos sistemas de apropriação simbólica do lugar, assumem grande importância. As representações sociais manifestam-se em sua existência material, traduzindo-se em atos e práticas, como, por exemplo, na delimitação e defesa de territórios.

No espaço urbano, podemos identificar áreas onde predominam interações mediadas pelas técnicas, e pela racionalidade de que é portadora, e espaços onde as interações são mediadas por símbolos e pela ação comunicacional, como concebidas por Habermas (1987). É neste sentido que Milton Santos (1999) distingue, no espaço urbano, áreas constituídas segundo a lógica da modernidade – como espaços da exatidão, racionalizados e racionalizadores – e espaços que escapam a esta lógica. Estes são os espaços onde vivem e sobrevivem os pobres.

Os pobres, com pouca mobilidade espacial e enormes carências, atuam no sentido de driblar os desígnios da ação hegemônica e de encontrar formas criativas e alternativas à organização e à delimitação dominante dos usos do espaço. Milton Santos (1999) também acredita ser possível, a partir dos espaços marcados por relações de proximidade e constituídos ativamente pela esfera comunicacional, se chegar à concepção de transformações sociais mais amplas.

“Diante das redes técnicas e informacionais, pobres e migrantes são passivos... É na esfera comunicacional que eles, diferentemente das classes ditas superiores, são fortemente ativos” (Santos, 1999, p. 261).

O excesso de informação no mundo atual contribui para o risco de alienação, tal como proposto por Morin (1999). Isto porque a sobrecarga informacional pode conduzir ao desconhecimento e à reificação da vida social, na medida em que falta ao indivíduo capacidade reflexiva para assimilar e posicionar-se frente ao elevado número de informações que recebe.

12 Para a reflexão desejada dos processos considerados nesse estudo, podemos seguir uma das vertentes do conceito de cultura proposta por Bourdieu (1999a), na qual esta pode ser compreendida em sua qualidade de instrumento de comunicação e conhecimento responsável pela forma modal de consenso, qual seja o acordo quanto ao significado dos signos e quanto ao significado do mundo.

É por este caminho que Milton Santos (1999) reconhece grande potencial de transformação em indivíduos e grupos sociais colocados à margem da esfera da informação, entretanto, profundamente envolvidos na esfera comunicacional, já que dela dependentes para a preservação de suas táticas de sobrevivência.

Ao analisar a sociedade moderna, Lefèbvre (1991) investiga as formas de opressão, que se manifestam nas instituições que atuam no sentido da burocratização da vida, mas que convivem com práticas sociais que escapam a este sentido, alimentador da ação hegemônica. A grande função da burocracia, para este autor, pode ser reconhecida na demarcação de espaços disciplinados por uma relação de poder, cujo resultado é a extração de uma ordem moral.

Cabe destacar que o espaço urbano não se submete à existência, desejada pela ação hegemônica, de unidade disciplinarizada. Existem os espaços aliados da ação tática e resistente, que contraria os interesses hegemônicos preocupados com a instituição de uma racionalidade invasora de todas as esferas da vida. De fato, a burocratização da *vida cotidiana* pode levar ao domínio da *forma* sobre os processos, que, para Lefèbvre (1991), acontece quando a regra assumida sem a reflexão crítica de seu conteúdo se impõe ao movimento da vida quando alienação. Lefèbvre (Op. cit.) sustenta que, apesar da força da burocratização, a verdadeira potência de transformação social pode estar na esfera da *vida cotidiana*.

Lefèbvre (1967) desenvolve uma extensa reflexão crítica à visão tecnocrática e redutora comumente empregada nas estratégias urbanísticas e de planejamento urbano e observa uma crise na operacionalização do conceito de cidade. Esta crise abre a possibilidade de emergência da *cotidianeidade* e da passagem de um “*sistema ordenado para uma explosão*” (Op cit, p. 175), possibilitando a criação de novas instituições e relações de mediação.

O lugar possui fundamental importância na configuração deste processo. Ao mesmo tempo em que acolhe os vetores do modelo hegemônico de planejamento urbano, que lhe impõe uma nova ordem, o lugar é palco para a produção de resistências de grupos marginalizados que buscam sua sobrevivência no cotidiano.

3. A espacialidade do trabalho informal urbano

De uma maneira geral, o trabalho popular e informal tem sido abordado como exemplo de subemprego urbano e as suas formas de organização espacial vinculadas à desordem dentro da ordem capitalista. O contingente de trabalhadores da economia informal aproxima-se do conceito de superpopulação relativa proposto por Marx (1998, p. 732 [1867]), isto é, de uma população trabalhadora supérflua relativamente à dinâmica da economia política e que, portanto, ultrapassa as necessidades médias de expansão do capital, transformando-se, desse modo, em excedente. Assumindo a forma de exército industrial de reserva, esta camada cumpria, no período do capitalismo concorrencial, uma importante função, a de reduzir o valor da força de trabalho. Portanto, é possível compreender esta população como parte de uma ordem socialmente estabelecida, que é incapaz de realizar a incorporação produtiva da totalidade da força de trabalho disponível.

O desemprego, em razão de aspectos descritos anteriormente, tem um papel fundamental na lógica da sociedade capitalista e de suas formas de expansão, e é indicativo do avanço das forças produtivas.

Este avanço reflete-se na afirmação do meio técnico-científico e informacional a partir da década de 1970, resultante da extrema interação entre ciência e técnica sob as diretrizes do mercado global. Conformam-se processos de reestruturação econômica que influenciam a reorganização de relações de trabalho e de estruturas espaciais e urbanas.

Como consequência, observamos um aprofundamento do caráter concentrador e excludente do desenvolvimento brasileiro, decorrente de dinâmicas de deslocamento territorial de atividades produtivas, processos de desindustrialização e “involução metropolitana”¹³, desemprego e aumento do trabalho informal.

A economia informal apresenta-se como um campo de discussão bastante polêmico, onde encontramos, com frequência, abordagens baseadas em pelo menos uma das três noções apresentadas abaixo:

13 O termo involução metropolitana é utilizado por Milton Santos (1993) para caracterizar uma deterioração geral das condições de vida e habitabilidade das duas metrópoles nacionais (Rio de Janeiro e São Paulo) e não a uma redução do tamanho destas.

“A idéia de descontinuidade/sazonalidade das iniciativas; a idéia da ida para a informalidade como resultado da impossibilidade de permanecer no mercado formal; a idéia de que os que estão na economia informal estão fora do mundo do trabalho ou são facilmente confundíveis com os que desenvolvem práticas ilícitas ou ainda que as fronteiras entre ambos são tênues.” (Informalidade e Cidadania, 1997).

Apesar da frequência com que estas noções são utilizadas, não encontramos na literatura socioeconômica consenso com relação à definição, significado, natureza e composição do setor informal.

Afinal, a informalidade não está presente somente no nível das atividades econômicas, mas permeia vários aspectos da vida social, especialmente entre os que moram em áreas de favela. Neste caso, a informalidade também existe no uso do solo urbano e no acesso aos equipamentos e serviços urbanos.

Diante da dificuldade conceitual e operacional de trabalhar o instável e múltiplo universo da informalidade, Ribeiro (2000) constrói a noção de *processos de informalização*, demonstrando ser impossível separar a realidade do trabalho em setores rigidamente distintos em relação à norma e à lei. Os limites entre os setores formal e informal são, de fato, eminentemente práticos, dinâmicos e complexos.

Ao se referir a *processos de informalização do trabalho*, a autora supracitada considera dois aspectos fundamentais: a regulamentação do Estado sobre o trabalho e as mudanças que têm ocorrido nas relações de assalariamento. Trata-se de fenômenos que assinalam o rompimento do compromisso social e das relações entre instituições econômicas, sociais e políticas que se configuram no momento da constituição e expansão do modelo industrial do pós-guerra. Este rompimento, que corresponde ao esgarçamento do tecido social, vem ocorrendo a partir da década de 1980 nas sociedades capitalistas avançadas. Sob o conceito de *modernização conservadora*, tal rompimento indica um processo de transformação responsável por maior fragmentação e desestruturação no mundo do trabalho.

No caso da América Latina marginalizada e urbana, esta problemática pode ser evidenciada em momentos anteriores. Na realidade, ao rompimento

das relações apontadas acima se somam os segmentos urbanos que jamais haviam se inserido de forma regulamentada pelo Estado no circuito econômico. Os processos de informalização no Brasil não são um fenômeno recente, as relações de trabalho não-assalariadas e não-regulamentadas formam parte da história do mercado de trabalho brasileiro, assim como da relação entre Estado, economia e sociedade.

Na perspectiva de diversos autores, o trabalho regulamentado é compreendido como critério de exclusão/inclusão social. Esta concepção tem raízes em antecedentes teóricos como a *Teoria da marginalidade* e a *Teoria da modernização*, ambas fundamentando-se, implícita ou explicitamente, em uma noção dualista de sociedade. Ribeiro (2000) recupera a noção, em vários autores, da marginalidade enquanto não participação em uma ou mais ordens institucionais da sociedade. Neste caminho, é possível compreender o trabalho não regulamentado afirmando-se como condição e indicador de marginalidade social a partir do processo de industrialização. No caso em análise, este recorte temporal apresenta limitações, pois, a ampla existência de trabalhadores dedicados a atividades econômicas informais é anterior.

Cabe recordar que, até a primeira metade do século XIX, praticamente não havia proletariado na cidade do Rio de Janeiro e o trabalho ambulante configurava-se, já naquela época, como alternativa para a sobrevivência da população pobre e livre na cidade. O estabelecimento das primeiras indústrias ocorre a partir da segunda metade do século XIX, o que possibilitou a uma minoria um contrato regular de trabalho.

“O Rio não-industrializado foi o espaço dos ambulantes, dos empalhadores, dos lustradores, dos reparadores de eletrodomésticos, dos trapeiros e de tudo aquilo que João do Rio chama de ‘profissões ignoradas da história’. As ruas foram oficinas. A pobreza dividiu a rua em lotes exploráveis... Hoje há a ‘compra e venda’ de ponto por flanelinhas e vendedores ambulantes” (Lessa, 2000, p. 161).

O processo de industrialização e de institucionalização de benefícios sociais por parte do Estado garantiu a uma parcela da população certo grau de segurança social. Nesta nova conjuntura, leituras acerca do trabalho informal dirigiam-se às possibilidades (ou não) de inclusão, deste segmento,

ao trabalho regulamentado. Neste cenário, se inscreve a *Teoria da Marginalidade* em seus vínculos com a *Teoria da Dependência*¹⁴.

A partir das mudanças atuais na organização industrial e nas relações de trabalho, as leituras sobre o setor informal passaram a focar, principalmente, os processos de desregulamentação do trabalho pelo Estado. Robert Castel (1998) utiliza o termo desfiliaados para se referir aos trabalhadores sem direitos reconhecidos e garantias previdenciárias do mundo atual.

Podemos considerar o trabalho informal como aquele que não é regulamentado pelo Estado no presente estudo, lembrando que, considerando a realidade brasileira, existem limites para a compreensão do informal somente sob este ponto de vista. Afinal, existem especificidades de configuração do *mundo do trabalho* no país.

O não enfrentamento de questões sociais fez com que, na cidade do Rio de Janeiro, as camadas mais pobres, que não se inseriram de forma regulamentada no sistema econômico, estabelecessem formas de uso específicas de espaço urbano, que perpassam diferentes estágios de desenvolvimento do capitalismo. Neste sentido, não podemos ignorar a percepção do trabalhador informal sobre o trabalho regulamentado. Historicamente, o trabalhador informal também surge como uma forma de resistência ao trabalho assalariado, com relação ao qual é impossível esquecer a opressão representada pelos baixos salários. Além disso, há que se valorizar as relações estabelecidas entre segmentos da população que atuam na permanência deste tipo de ocupação. O denominado trabalho informal, atualmente amplificado em função dos impactos da reestruturação produtiva, tem raízes profundas na cidade do Rio de Janeiro.

14 De acordo com Mello (1986), a Teoria da Dependência é elaborada por Fernando H. Cardoso e Enzo Falleto após o golpe de 64, com o propósito de substituir a abordagem centro e periferia, formulada pela Cepal (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) nos anos 40. Com o objetivo de explicar as desigualdades entre países ricos e pobres, a perspectiva da Cepal desconsiderava a presença de centros internos de decisão nos países pobres, além de sustentar suas análises somente na esfera econômica. No entanto, ao realizarem a crítica à Cepal, os autores reproduzem o mesmo critério de periodização histórica cepalino (economia colonial/economia nacional, crescimento para fora, industrialização por substituição de importações e industrialização extensiva/industrialização intensiva). Neste critério de periodização podemos observar a idéia de que existem dicotomias, além da implícita noção de passagem de uma configuração social menos avançada para uma mais avançada, uma espécie de evolucionismo. Neste contexto, a Teoria da Marginalidade parte da prerrogativa de que o setor informal está estreitamente vinculado à discussão sobre o assalariamento como mecanismo de integração social.

A partir da década de 1980, as relações entre transformações econômicas e dinâmicas socioespaciais na cidade e região metropolitana do Rio de Janeiro trazem a marca do processo de *involução metropolitana*, formulada por Milton Santos. Observa-se a deterioração do quadro sócio-econômico do município do Rio de Janeiro, com a fuga de indústrias, o aumento da pobreza absoluta e da indigência (Sônia Rocha, 1996), o aumento da violência e o crescimento das áreas favelizadas.

Neste cenário, informações sobre a dinâmica sócio-produtiva nas áreas favelizadas da cidade do Rio de Janeiro indicam uma tendência crescente de esses locais acumularem funções de moradia e de geração de trabalho e renda, através de atividades autônomas e informais. Tradicionalmente ocupadas como opção de moradia para uma população inserida produtivamente fora desses espaços, as favelas reúnem, atualmente, uma infinidade de atividades econômicas caracterizadas por relações de proximidade e informalidade.

Como exemplo dessa dinâmica, podemos mencionar alguns dados relativos a comunidades que integram o Complexo da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, tendo por base um Censo realizado em 2000 pelo CEASM (Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré). De acordo com o levantamento, cerca de 30% das residências na Vila do João¹⁵, comunidade que integra o Complexo, apresentavam funções múltiplas de moradia e espaço produtivo. São pequenas confecções, grupos de reciclagem, prestadores de serviços variados, onde o modo de organização do trabalho em cooperativas populares pode representar uma alternativa ao encaminhamento de demandas para acesso aos meios de produção e ampliação do potencial produtivo.

Em muitos casos, podemos associar as práticas de montagem de pequenos negócios junto aos locais de moradia em regiões favelizadas a uma estratégia de resistência à rotatividade entre os postos de trabalho, somada aos baixos salários e às péssimas condições de exercício profissional, que caracterizam o mercado formal.

15 O CEASM (Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré) é uma ONG fundada e dirigida por moradores e ex-moradoras, que atua no Complexo da Maré no Rio de Janeiro e que, em 2000, realizou um censo, permitindo a organização de uma ampla base de dados sobre o perfil dos moradores e das dinâmicas sociais e produtivas da região.

Nos estudos sobre o trabalho informal urbano, o conceito de redes sociais também adquire extrema relevância, especialmente por demonstrar de que forma o comportamento individual é influenciado pelos contextos de relações sociais. Desta perspectiva, torna-se indispensável à análise do modo como as relações criam solidariedade e alianças, expressando e configurando, por fim, os grupos sociais. Neste sentido, nos processos de formação das dinâmicas socioprodutivas das favelas, há que se considerar as relações sociais projetadas e envolvidas na sua configuração e apropriação.

No processo de apropriação do espaço, Bourdieu (1999b) reconhece a existência de ganhos de localização e ganhos de posição ou de classe. Na sua concepção, conforme referência anterior, a capacidade de dominar o espaço depende do capital, de diferentes naturezas, que se possui. *O capital permite manter à distância as pessoas e as coisas indesejáveis ao mesmo tempo em que se aproximar de pessoas e coisas desejáveis...* (Bourdieu, Op. cit., p. 167). Assim, aqueles que não possuem capital ou não são desejados por quem o possui são mantidos à distância, do ponto de vista físico e simbólico, dos bens mais intensamente valorizados. *A falta de capital intensifica a experiência da finitude: ela prende a um lugar*¹⁶ (Bourdieu, Op cit., p. 167).

A experiência da imobilidade destes indivíduos é compreendida por Bourdieu (1999b), de um ponto de vista negativo, de reprodução da desigualdade e da miséria. Milton Santos (1999), no entanto, identifica virtudes na fixidez dos pobres e na organicidade de cidade que produzem. Na sua concepção, os setores sociais mais fragilizados são responsáveis por divisões de trabalho típicas, baseadas na informalidade e dotadas de grande poder de adaptação a conjunturas específicas. A regulação destas formas social e espacial de cooperação é fundamentada, sobretudo, por relações de proximidade que permitem a formação de redes sociais baseadas na comunicação entre os seus integrantes. Tais redes também atuam no sentido de garantir certa coesão destes grupos, especialmente por meio

16 Cabe destacar que lugar, para Bourdieu (1999), pode representar uma localização física ou uma posição estabelecida na gradação que configura uma determinada ordem social.

de um conjunto de normas configuradas no convívio entre seus membros. Neste sentido, estes setores são capazes de formular estratégias de sobrevivência que escapam aos mecanismos de controle que Milton Santos (1999) reúne no conceito de *totalitarismo da racionalidade*¹⁷.

4. Autogestão e organização do trabalho informal urbano

O crescimento do trabalho informal e autônomo, sobretudo nas periferias das regiões metropolitanas do país, vem suscitando uma série de estudos acerca da nova centralidade assumida pela categoria trabalho e sobre abordagens que sinalizam para o potencial de construção de formações sociais, tendo como referência estratégias de cooperação produtiva, via desenvolvimento do cooperativismo popular.

Estas estratégias são percebidas como indutoras de mudanças qualitativas nas relações sociais, onde a autogestão surge como um requisito fundamental. O conceito de autogestão é comumente associado ao pensamento dos chamados socialistas utópicos (Owen, Fourier e Proudhon) para caracterizar um princípio organizativo referente às cooperativas constituídas pela classe trabalhadora, tendo por base a propriedade coletiva dos meios de produção e a gestão democrática e participativa das unidades produtivas.

Nesse estudo, refletimos sobre a autogestão tendo por base autores como Nascimento (2007), que a compreendem como uma categoria socialista capaz de abarcar as dimensões política, econômica e social. Desta forma, a perspectiva autogestionária é tomada não só nos aspectos que se referem à gestão democrática do empreendimento cooperativo, mas na ampliação de relações de produção que democratizam a relação com o Estado. Desta forma, tem-se como perspectiva a criação e garantia ao acesso em esferas de representação, inclusive em estruturas voltadas para

17 “*É assim que eles [os pobres] escapam ao totalitarismo da racionalidade, aventura vedada aos ricos e às classes médias. Desse modo, acusados por uma literatura sociológica repetitiva, de orientação ao presente e de incapacidade de prospectiva, são os pobres que, na cidade, mais fixamente olham para o futuro*” (Santos, 1999, p.261).

a inovação, para a produção de ciência e tecnologia, para o acesso aos meios de produção e de ensino. A autogestão surge como uma resposta socialista e popular, ao considerar o conjunto das relações de produção e de reprodução sociais.

As reflexões e as experiências em curso no país trazem contribuições importantes no que se refere às iniciativas de autogestão em fábricas recuperadas pelos trabalhadores e em cooperativas nas áreas rurais, especialmente decorrentes de assentamentos da reforma agrária. Nesses casos, o acesso aos meios de produção aparece como um fator decisivo para o desenvolvimento de estratégias coletivas de produção.

Ao pensarmos nos trabalhadores da economia informal e popular no contexto das periferias das grandes cidades, os desafios se complexificam. As iniciativas de apoio à criação de empreendimentos autogestionários, nessas situações, têm como base as condições reais de sobrevivência da classe trabalhadora. Parte-se do conjunto da formação social brasileira, onde a maioria dos trabalhadores está fora do ambiente das fábricas e do trabalho formal e, nem mesmo, vivenciou os ambientes de alienação clássicos da grande indústria, expressos pela divisão do trabalho intelectual e manual e pelas formas de subordinação.

No enfrentamento destas questões, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares vêm desenvolvendo iniciativas relevantes enfatizando a necessidade de se abordar o conjunto de características relativas a um dado território nas estratégias de organização dos trabalhadores. A dimensão espacial surge como um elemento fundamental na busca de alternativas de inserção produtiva, aliada a um conjunto mais amplo de direitos relativos à moradia, cultura e educação.

O processo de avaliação do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc) realizado pela FASE entre 2005 e 2007¹⁸ sistematizou algumas experiências em curso desenvolvidas por universidades,

18 No período de março de 2005 a setembro de 2007, a FASE Nacional desenvolveu o Projeto de Acompanhamento de Proninc. O projeto foi concebido a partir de uma demanda do Comitê Gestor do Proninc para executar procedimentos de acompanhamento e sistematização das experiências de incubação de empreendimentos solidários a serem apoiadas mediante a reativação do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares. Maiores informações podem ser obtidas em www.acompanhamentoproninc.org.br.

que sinalizam para o potencial de transformações sociais mais amplas, a partir da dinâmica social prática de espaços, como loteamentos e favelas.

Nessas experiências, é possível identificar uma articulação importante realizada pelas Incubadoras com associações de moradores e organizações locais, que até a década de 1990, atuavam, sobretudo, tendo como objetivo ampliar a participação popular nas políticas públicas destinadas, principalmente, à melhoria da infraestrutura nas favelas e bairros periféricos. O potencial associativo desenvolvido por essas instituições tem sido crescentemente mobilizado para a incorporação de estratégias de geração de trabalho e renda, através da criação de grupos produtivos.

Em geral, a organização produtiva é acompanhada da atuação em fóruns e redes, onde a percepção de uma “espacialidade autogestionária” assume importância na criação de canais de participação popular. O reconhecimento destas esferas de representação torna-se fundamental no contexto atual das grandes regiões metropolitanas do país, ao possibilitar a introdução de elementos de democracia direta no interior da democracia representativa. O fortalecimento desses canais, levando a processos indutores do desenvolvimento endógeno, tal como proposto por Kropotkin (apud Sousa, 2006) baseado em organizações territoriais locais, pode de fato favorecer a participação popular na gestão da cidade.

5. O predomínio da ação sobre a técnica: resistências sociais

O (...) discurso da globalização, que fala da ética, esconde, porém, que a sua é a ética do mercado e não a ética universal do ser humano, pela qual devemos lutar bravamente se optarmos, na verdade, por um mundo de gente. (Gilberto Freire, 1997, p. 248 apud Arantes, 2000).

A sociedade contemporânea apresenta como um de seus principais traços o grau com que as práticas sociais vêm sendo permeadas por informações, princípios éticos e argumentos constituídos em espaços sociais mundializados. Estes processos levam à valorização de espaços que ocupam um lugar de destaque na vida cotidiana e na economia, na qualidade de pontos nodais de um sistema mundial de circulação de pessoas, signos

e capitais. No âmago deste processo de valorização desigual de lugares, ampliam-se o volume e a mobilidade de pessoas, em busca de trabalho, de melhores condições de vida, de oportunidades e da realização de seus sonhos e anseios. Ao se inserirem nos espaços *luminosos*, constituem modos de vida em que as táticas tendem a prevalecer sobre as bem planejadas estratégias de normatização da vida social.

As táticas de inserção no mundo do trabalho acionadas por trabalhadores informais nas periferias urbanas – muitas vezes para-legais – refletem as transformações na economia evidenciadas a partir dos anos 80 e suas repercussões negativas nas oportunidades de emprego, mas, também, são fruto de relações sociais historicamente constituídas.

As potencialidades do micro, daquilo que Lefèbvre (1991) denominou de vida cotidiana, na qual os fenômenos se materializam e são constituídos por práticas e modos de vida, necessitam a nosso ver, ser plenamente considerados. Isto implica em investimentos em teoria e método, com o objetivo de que seja atribuída devida atenção à formação socioespacial das cidades, assim como, à forma pela qual vêm ocorrendo os impactos da transformação, pela ação hegemônica. Tais impactos ampliam a segregação, desorganizam redes sociais, atingem e esgarçam o tecido social e criam novas seletividades.

A obra de Certeau (2000) propõe a distinção entre estratégias e táticas espaciais. Na concepção do autor, a estratégia é compreendida como ações que, orientadas pelo exercício do poder, elaboram discursos e representações teóricas (sistemas e discursos totalizantes), nos quais as relações espaciais ocupam uma posição fundamental. Neste sentido, é possível admitir nessas “*estratégias um tipo específico de saber, aquele que sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio*” (Certeau, 2000). A estratégia consiste no cálculo e/ou na manipulação de forças articuladas pelo isolamento de um espaço tomado como sujeito. Este lugar, construído pelo agir dominante, é abordado como algo próprio e serve como base para gerir relações através de determinantes externos à situação vivida. Este *próprio* na compreensão do autor marca a vitória do espaço, tornado absoluto, sobre o tempo, sendo ignoradas as relações temporalmente conduzidas.

A tática é definida, por Certeau (Op. cit.), como uma ação calculada, que é determinada pela ausência de *um próprio*. “A tática não tem por lugar senão o do outro... Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário” (Certeau, Op. cit.). Nas táticas, o fator tempo é de grande importância, especialmente para uma hábil utilização de frágeis e instáveis ocasiões favoráveis, “à rapidez de movimentos que mudam a organização do espaço...” (Certeau, Op. cit., p. 102).

No campo da estratégia, existe a possibilidade de circunscrever um lugar como *próprio*, que serve como base a uma gestão de relações que lhe são externas. No entanto, existe tensão entre as estratégias desenvolvidas pelas instituições e seus agentes – que visam impor uma paisagem – e as criações estabelecidas no âmbito das relações sociais vividas por aqueles que não detêm tal poder e que configuram as táticas de inserção no espaço/construção alternativa do lugar.

As características de organização, coesão e reprodução de certas configurações socioespaciais assumem grande importância enquanto elementos norteadores da inserção de grupos sociais no espaço urbano, bem como na construção de propostas alternativas ao modelo de desenvolvimento econômico imposto à cidade. A própria definição de espaço também surge como uma questão fundamental para a compreensão da dinâmica urbana. Outro ponto, que emerge das questões tratadas neste estudo, consiste em compreender até que ponto é possível obter um conhecimento integral da cidade. A adoção de paradigmas globais com imagens que constituem verdadeiras metáforas da vida urbana, muitas vezes se fundamenta numa abordagem do espaço apenas do ponto de vista de um sistema de coordenadas e como mera localização, ignorando as práticas organizadoras do cotidiano.

Neste sentido, a sociabilidade urbana revela as táticas de sobrevivência dos pobres, negociadas no cotidiano, assumido como uma teia de relações flexíveis, adaptáveis a novas circunstâncias e sempre em movimento. É assim que estes segmentos criam uma economia e uma cultura territorializadas. Estas são expressões da escassez, mas também de formas específicas de criação e inovação, que constituem uma força – a riqueza e o movimento dos homens lentos, na percepção de Milton Santos (2000) – que constituem a organicidade dos seus territórios.

Referências bibliográficas

- ARANTES, Antônio A. (org). *Produzindo o passado*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. (org). *O espaço da diferença*. São Paulo: Papirus, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas. Sobre a teoria da ação*. São Paulo: Editora Papirus, 1996.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999a.
- _____. (org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999b.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. In: *Durkheim (seleção de José Arthur Gianotti)*. São Paulo: Abril Cultural (Os pensadores), 1983 [1912].
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.
- _____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- GOTTDINER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Unesp, 1998.
- HABERMAS, Juergen. A nova Intransparência. A crise do Estado de Bem-Estar Social e o esgotamento das energias utópicas. *Novos Estudos Cebrap*, nº 18, setembro, 1987.
- INFORMALIDADE e cidadania. *Empreendimentos informais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBASE, 1997.
- LEFÈBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis*. São Paulo: Editora Record, 2000.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Livro 1, V. 2, 1998 [1867].
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual e global. In: ARANTES, Antônio (org). *O espaço da diferença*. São Paulo: Papirus, 2000.
- NASCIMENTO, Cláudio. Socialismo autogestionário. In: CATTANI, Antônio David (org). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- PINHEIRO, Diógenes et all. *Segundo Relatório parcial da análise da segunda fase do Censo Maré 2000*. Ceasm (mimeo).
- RIBEIRO, Ana Clara T. Mutações no tecido urbano: ângulos da ação social. In: Revista Sociedade e Estado, V. XIII, nº 1, Jan/Jul., 1998.
- _____. A cidade do Rio de Janeiro: lembrando “A jangada de pedra”, de Saramago. In: *Rio de Janeiro: perfis de uma metrópole em mutação*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2000.
- ROCHA, Sônia. *Pobreza no Brasil: afinal do se trata?* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 1996.

- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. *Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. Salvador: centro e centralidade na cidade contemporânea. In: GOMES, M. *Pelo Pelô: História, Cultura e Cidade*. Salvador: UFBA, 1995.
- _____. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SOUZA, Marcelo José Lopes. *A prisão e ágora. Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- VARANDA, Ana Paula de M. *Planejamento e comércio informal: práticas de apropriação do espaço*. Orientadora: Ana Clara Torres Ribeiro. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2002. Dissertação (Mestrado).
- VELHO, Gilberto. *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.
- WEBER, Max. *Ciência e Cultura: duas vocações*. São Paulo: Editora Cultrix, 1970.

PARTE III

Incubadoras e estruturação de redes e segmentos produtivos

1 Reorientar os valores econômicos para construir uma nova sociedade, mais justa e solidária

Cláudio Elias Marques e Geraldo Pereira Teixeira*
Copatiorô**

O presente texto pretende apresentar algumas concepções da Copatiorô sobre a economia popular e solidária (EPS), bem como refletir a luta dos modelos econômicos pela hegemonia no cenário contemporâneo. Pretende também situar historicamente a economia popular e solidária no contexto da região Sul do Pará e explicitar os importantes passos viabilizados pelo Projeto IEPSULPA.

Iniciamos com algumas considerações teórico-metodológicas sobre a EPS¹, lembrando que a globalização do capital, sustentada pela monopolização dos negócios e dos lucros, nas mãos de uma minoria poderosa global se afirma como um sistema insuficiente, no que tange à capacidade da economia capitalista em absorver parcelas crescentes da população como mão-de-obra assalariada². Esta situação gera a crise do trabalho e a consequente exclusão de parcelas da sociedade que se refugiam nos

* Pedagogos, Educadores Populares, membros da Copatiorô. Atuaram como técnicos executores do Projeto IEPSULPA.

** Cooperativa de Serviço e Apoio ao Desenvolvimento e Humano e Sustentável Atiorô – Copatiorô. Executou o Projeto IEPSULPA nos anos de 2005 a 2007, apoiado pela Chamada Pública 2005 da RTS/MCT/FINEP/MDS/CAIXA.

1 Trata-se de uma reflexão iniciada na Copatiorô em 2002, quando seus agentes técnicos estudavam a busca de inovação estratégica e metodológica, a partir dos fundamentos teóricos sobre Economia Solidária.

2 Gabriel Kraychete. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.

“interstícios” da economia de mercado, exercendo a troca de bens e serviços, a partir da lógica da necessidade e da luta pela vida.

Mesmo submetida às regras do sistema globalizado, considera-se a economia de mercado como condição à existência dos empreendimentos informais, sustentados principalmente pelas unidades familiares, assegurando postos de trabalho e gerando alguma renda para um grande número de pessoas. Mas o resultado final desta informalidade tem sido o baixo nível da renda média, que se torna inferior aos trabalhadores assalariados, e as precárias condições de trabalho, além do desamparo social pela ausência das políticas de proteção do Estado, como o fim do acesso à previdência pública. Mas é o meio de sobrevivência à crise do trabalho, e são os potenciais para a construção e vivências de novos princípios de expansão da solidariedade, cooperação e justiça, para uma Economia Popular em favor da reprodução da vida – individual, familiar ou associativa.

São experiências ainda dispersas e fragmentadas. A superação disso está relacionada à reprodução de novos aportes econômicos e sociais que não estão presentes hoje. Nesse caso, o econômico não deve ser o fator preponderante, mas a convergência deste com o político, social e tecnológico, entre diversos atores da sociedade e governamentais. É condição de resistência e proposições, a partir de dentro da economia de mercado, a favor de uma ordem econômica de inclusão de todos. Não serão caracterizadas como alternativas compensatórias à lógica da exclusão, mas de intervenções públicas de fortalecimento da cidadania, devendo ser reguladas prioritariamente pelos direitos sociais.

As perspectivas são as de que sejam trabalhadas nas contradições da globalização capitalista, a partir das diferenças que aumentam entre os ricos e pobres, ao mesmo tempo em que se desenvolve uma ideologia enganadora. Além disso, considera que, a médio e longo prazo, não se vislumbram condições de ruptura desse modelo.

As proposições existentes no sentido de apontar mudanças no plano econômico, são ainda de fundamentos capitalistas. Mas a aplicabilidade das mesmas é uma questão de poder, não de idéias. Também tendo a clareza que a questão de poder é hoje uma questão popular, na redefinição radical dos objetivos estratégicos de uma nova lógica de desenvolvimento.

A desapareição do trabalho pelo próprio capital é a condição de fim do sujeito classe organizada, portanto, lançando o desafio de pensar a utopia por outras alternativas.³

São crescentes as formas de trabalho informal, no contexto atual de desemprego. Ocorre um processo perverso às pessoas, cujo mercado informal exige do ser humano polivalência, flexibilização, autonomia, que tolhem a liberdade das mesmas, assim como destroem as próprias instituições de seguridade. Tampouco a capacidade de crescimento da economia consegue atacar o desemprego.

Está em jogo a capacidade política demonstrada pela sociedade organizada, que até o presente momento histórico se funda na condição dos trabalhadores assalariados, em tempos de trabalho formal. Uma alternativa popular requer uma amplidão da proposta para além do econômico, alcançando principalmente o campo dos direitos.

O setor informal predominante no Brasil, também não é alternativa, pois é uma luta pela sobrevivência desesperada, competitiva e violenta, tendo muito pouco de solidariedade, consequência da profunda desigualdade brasileira, vinda de cima para baixo.

As reações de sobrevivência por parte das famílias empobrecidas são as mais diversas possíveis, diante da escassez do mercado de trabalho e da falta de expectativa de mudanças, procuram fazer qualquer coisa, obter uma renda qualquer. Não há preocupação com a questão legal/ilegal, mas, em primeiro lugar, com a sobrevivência. Por parte do Estado, às vezes, sobram os pacotes assistencialistas e/ou de renda mínima.

As unidades econômicas⁴ consideradas para a análise do mundo da economia popular são as unidades domésticas compostas pela família, que unem seus recursos a fim de “satisfazer coletiva e solidariamente as necessidades de todo o conjunto”. Assim, são descartados os indivíduos que trabalham por conta própria e os microempresários. O objetivo destas uni-

3 Francisco de Oliveira. A crise e as utopias do trabalho. In: KRAYCHETE, G., COSTA, B., LARA, F. (org.). Economia dos Setores Populares: Entre a realidade e a utopia. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.

4 José Luis Coraggio. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, G., COSTA, B., LARA, F. (org.). Economia dos Setores Populares: Entre a realidade e a utopia. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.

dades não é o de acumulação, mas de manter e melhorar a qualidade de vida dos membros dessa unidade. Nesse caso, o microempreendimento não se separa da finalidade da unidade doméstica.

Há, na economia dos setores populares, toda a sua forma de agrupamentos, agregação, organizações e rede de relações. Faz-se presente a feroz concorrência, a violência. Relações de exploração dentro das famílias – da mulher pelos homens, das crianças pelos adultos. Mas há também as relações de cooperação, solidariedade. O mundo da economia dos setores populares se subordina culturalmente no interior do sistema capitalista. A tarefa da economia solidária é transformá-lo.

A economia dos setores populares é um conjunto que inclui as diversas unidades domésticas, o informal e o formal. Deve ser fortalecida e desenvolvida enquanto sistema de economia do trabalho a ponto de confrontar-se e manter-se diante da economia do capital e da economia pública. Não é possível esperar que a economia do capital entre em crise, como condição de fortalecimento da economia do trabalho. Não deixar esse processo ser paralisado pelas interpretações catastrofistas, mas reagir de forma a “poder imaginar outra realidade, outras possibilidades... conjecturar outros desenvolvimentos possíveis”.

A principal lógica da economia do trabalho deve ser o capital humano, pela reprodução ampliada da vida dos trabalhadores. Partindo de possibilidades reais, que permitam avaliações dos resultados, aprendendo com as experiências, com as situações concretas. Também, que as ações no nível micro sejam articuladas ao nível macro, numa ação coletiva mais ampla, voltada para a transformação das macroestruturas.

Para começar, é suficiente que se viabilizem e se apliquem os recursos existentes, redirecionando recursos públicos. Além de desenvolver uma revolução moral, incentivar toda a sociedade a investir na economia popular; articular a diversidade de organizações não capitalistas, através de redes, mercados com concorrências cooperativas ou solidárias; construir um novo conceito de mercado, com justiça social e democracia participativa. A atuação deve se dar nos níveis local e global, superando os limites, as hostilidades do local, disputando as idéias, o Estado, a sociedade, a economia, o poder democrático.

Nesse sentido, a economia solidária⁵ é um processo de luta contínua, da mesma forma que a luta pela democracia. Se não houver um trabalho de regeneração periódica desses princípios e valores, as pessoas os vão esquecendo, uma vez que não estão profundamente enraizados nas consciências.

Deve ser superado o conceito de que a economia solidária é uma atividade de pobre, de microempresa, de pequenas cooperativas, do “pequeno”. Quem é pobre já pratica a solidariedade; se não é solidário, não sobrevive. As dificuldades são muitas, faltam fontes de crédito, capacidade empresarial e a maioria não consegue “dar certo” do ponto de vista econômico.

A crise do desemprego não é crise para o capitalismo. É crise para os trabalhadores. E a economia solidária é considerada uma solução efetiva para os trabalhadores, mesmo sem qualquer apoio governamental.

No contexto regional sul-paraense, o modelo de desenvolvimento hegemônico implantado não permitiu, e continua não permitindo, que a abundância dos recursos naturais seja distribuída de forma justa, racional e sustentável para todos que aqui já viviam e para os que vieram. Foi e continua sendo um desenvolvimento concentrador de riquezas e depredador do meio ambiente e dos recursos naturais.

Os estímulos para a geração de emprego têm se resumido à instalação de agroindústrias, como frigoríficos, laticínios e curtumes, em função do ciclo econômico atual da pecuária bovina. Estas atividades não têm sido suficientes para atender toda a mão de obra disponível na região. Os dados do IBGE mostram que, em média, apenas 10% da população economicamente ativa do Sul do Pará conseguem ingressar no mercado de trabalho formal com carteira assinada.

A maioria da população trabalhadora sobrevive por meio da economia popular (economia informal). Este segmento econômico e social, portanto, torna-se um potencial para efetivar-se a construção de um novo modelo de desenvolvimento, de forma racional e com sustentabilidade, onde o ser humano seja considerado o centro das ações de desenvolvimento, num processo de construção de uma nova economia, popular e solidária.

5 Paul Singer. Economia dos Setores Populares: propostas e desafios. In: KRAYCHETE, G., COSTA, B., LARA, F. (org.). Economia dos Setores Populares: Entre a realidade e a utopia. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE/UCSAL, 2000.

A partir deste contexto, são construídas as bases do movimento popular para a promoção da geração de trabalho, renda e qualidade de vida para as famílias em situação de baixa renda nos municípios no sul do Pará, referenciadas pelas estratégias da economia popular e solidária.

Compreende-se, portanto, que a economia popular, dita “economia informal”, não trata da escala pequena, pobre, periférica, mas sim da parte majoritária da riqueza do país, pois é constituída e desenvolvida pela maioria da população trabalhadora. A economia popular é diretamente vinculada à qualidade de vida da população trabalhadora, no atendimento de suas necessidades básicas e vitais, se diferenciando da lógica capitalista de acumulação do grande capital. Porém, é de se considerar que historicamente a economia popular tem raízes e fundamentos nos princípios capitalistas que sufocam os princípios e vivências de autogestão cooperativas, coletivas e solidárias.

Outra situação é o próprio estágio de desarticulação e de pouca vivência por parte dos/as trabalhadores/as desses empreendimentos populares e solidários, em relação aos processos mais sistemáticos de planejamento e gestão. E por isto, requerem uma temporalidade pré-definida de acompanhamentos mais próximos e sistemáticos, para que, de fato, as ações planejadas e necessárias para a execução do processo de incubação possam se efetivar em sua quase totalidade.

O processo que envolve esse tema no Sul do Pará, como se vê a seguir em um breve histórico, demonstra que o mesmo se faz com avanços e recuos, e que o mais importante é manter com firmeza o horizonte de uma realidade melhor.

As ações com vistas à construção da economia popular e solidária no Sul do Pará se iniciaram ainda na década de 1990, a partir de experiências estimuladas pela Igreja Católica. Esse trabalho era desenvolvido principalmente pelo Movimento de Educação de Base – MEB e pelo Projeto de Desenvolvimento Humano – PDH, ambos inseridos na Diocese de Conceição do Araguaia, que abrange os municípios de Conceição do Araguaia, Redenção, Rio Maria, Xinguara, Pau D’arco, Floresta do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, Cumaru do Norte, Piçarra e São Geraldo do Araguaia.

Nestes anos iniciais, os trabalhos ainda eram pouco sistematizados. Tinha-se um diagnóstico de aumento populacional nas cidades, inclusive

com migração de populações do campo para as cidades, de esgotamento de recursos naturais como ouro e madeira e, conseqüentemente, a escassez de postos de trabalho para suprir a demanda de trabalhadores/as desocupados/as.

Assim é que o MEB e o PDH iniciam um programa de geração de renda, estimulando grupos de empreendedores/as a implantarem alternativas geradoras de postos de trabalho. Exemplos dessas experiências ainda existem, como a Piscicultura Comunitária de Associação de Agricultores Força da União em Piçarra e a Cerâmica Comunitária de Rio Maria. Além das experiências urbanas, o PDH também estimulava iniciativas solidárias por parte de agricultores familiares, como a Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Xinguara e Região – COOPAX, com sede em Xinguara.

A primeira dificuldade para desenvolver essas experiências era a falta de recursos financeiros para iniciá-las, bem como a falta de opções de crédito através dos bancos locais. Com isso, se fez necessário buscar parcerias alternativas para apoiar financeiramente a implantação dos empreendimentos. Esse apoio veio de entidades como a Cáritas, FASE, CESE e de entidades da cooperação internacional, como *Misereor* e Pão Para o Mundo – PPM.

Com o apoio da Diocese, das entidades acima citadas e com o empenho dos técnicos do MEB e do PDH, tornou-se possível concretizar a implantação dos primeiros empreendimentos, e, a partir dos mesmos, diagnosticar com maior concretude os pontos fortes, pontos fracos e, sobretudo, as dificuldades dos empreendimentos populares no Sul do Pará. Dentre essas dificuldades, já citamos a falta de recursos financeiros para iniciar os empreendimentos, mas também outras se faziam notáveis, como as diferenças culturais das famílias migrantes, o que dificultava ações coletivas; também as grandes limitações dos empreendedores no aspecto da gestão dos empreendimentos; e se fazia clara a falta de apoio do poder público local, que sempre apoiou financeira e politicamente atividades de grandes projetos, mas não simpatizava com iniciativas populares.

Diante desses limites, muitos empreendimentos sucumbiram, como a beneficiadora de arroz da União de Movimentos Populares de Conceição do Araguaia, a COOPAX em Xinguara e a Cantina Popular de Consumo em Rio Maria.

Com isso, os técnicos do MEB e do PDH passam a trabalhar junto aos empreendedores a superação dessas dificuldades, com capacitação gerencial, atividades coletivas de formação e diálogo com o poder público na busca de apoio. Todavia, logo ocorre outros fatores limitantes e de retração da economia solidária na região: em 1998, o MEB deixa de existir na Diocese de Conceição do Araguaia, o mesmo acontecendo com o PDH no ano 2000.

Entretanto, anteendo a possibilidade de extinção dessa assessoria para os/as trabalhadores/as da região, em 1997, técnicos que atuavam no MEB, no PDH, na Comissão Pastoral da Terra – CPT e outras pessoas criaram a Cooperativa de Serviço e Apoio ao Desenvolvimento Humano e Sustentável Atiorô – Copatiorô, com o objetivo de dar continuidade aos trabalhos já iniciados.

A Copatiorô é uma cooperativa de prestação de serviços, que centra sua atuação nos seguintes programas: gestão institucional (visando organizar e fortalecer a própria entidade); formação política (para contribuir no fortalecimento das organizações populares); produção agroecológica (que estimula a prática da agroecologia junto aos agricultores familiares); beneficiamento e comercialização (visando agregar valor aos produtos dos agricultores familiares); gênero (tendo em vista construir justas relações de gênero entre o público acompanhado); e economia popular e solidária (que visa melhorar a qualidade de vida dos/as empreendedores/as populares e construir uma nova economia no Sul do Pará).

O nome Copatiorô deriva da língua *Karajá*, índios que habitavam as margens do rio Araguaia. Atiorô, na língua *Karajá*, significa “novo dia” ou “amanhecer”.

Assim é que, após um período de poucas atividades sistemáticas, em 2001 a Copatiorô retoma os trabalhos anteriormente estimulados pelo MEB e pelo PDH. Nesta nova fase, a Copatiorô tenta reduzir as dificuldades anteriormente identificadas e introduz algumas inovações, como os empreendimentos familiares ou individuais, mais adequados à cultura de muitos grupos de trabalhadores/as do Sul do Pará. Houve ainda outras inovações, como o estímulo à integração entre empreendedores urbanos da economia solidária e agricultores familiares que desenvolviam ações de

agroecologia, o que contribuiu principalmente para fortalecer as noções de sustentabilidade ambiental e agricultura familiar como indispensáveis no processo da economia solidária.

Outra ação estimulada pela Copatiorô foi a integração entre os/as empreendedores/as de vários municípios e sua interlocução com organizações mais amplas, como o Fórum Paraense de Economia Popular e Solidária. Ao mesmo tempo, os técnicos da Copatiorô saíam de uma condição de isolamento e buscavam interagir com outras assessorias do campo da economia solidária, como a ABCRED, a FASE/Amazônia, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e outros. Nesse momento, foi marcante o *I Seminário sobre Economia Popular e Solidária do Sul do Pará*, realizado em Xinguara no ano de 2004, que teve a participação de mais de cem pessoas de dezenas de municípios.

Essa nova fase de estímulo à economia solidária teve resultados imediatos, tanto pela implantação de vários empreendimentos populares como pelo aprimoramento teórico e conceitual, por parte da Copatiorô, acerca do que caracteriza a economia solidária no Sul do Pará e do processo para ampliação e expansão da mesma. Neste sentido, a Copatiorô entende que é direito dos/as empreendedores/as protagonizarem seu desenvolvimento e que é dever do poder público estimular e fomentar esse protagonismo.

Contudo, vivia-se um momento de retração das organizações populares, dispersão da maior parte dos/as empreendedores/as, investida de grandes projetos de criação bovina, mineração e grãos, e ainda os poderes públicos local e estadual contrários às iniciativas da economia solidária. Fazia-se necessário, então, uma ação contundente e sistemática que pudesse, ao mesmo tempo, vivenciar na prática as opções conceituais da economia solidária, causar mudanças no cenário regional e estimular novas ações de economia solidária, principalmente por parte dos empreendedores/as populares do Sul do Pará.

Neste sentido é que foi elaborado, em 2005, o Projeto Incubação de Empreendimentos Populares e Solidários no Sul do Pará – IEPSULPA, com o objetivo de expandir a economia solidária no Sul do Pará e também de exercitar uma experiência de vivenciar, sistematicamente, os vários estágios que a Copatiorô entende como fundamentais no processo de

desenvolvimento desta economia: a) diagnóstico de empreendedores/as populares e implantação dos respectivos empreendimentos; b) “coletivização” dos empreendimentos, através da articulação e união dos/as empreendedores/as populares na fase de constituição de grupos formais (associações, cooperativas) ou mesmo informais; c) fortalecimento organizativo dos/as empreendedores/as, com a constituição de redes e fóruns locais e regionais de economia solidária; d) fortalecimento político dos empreendimentos e da economia solidária, com a formulação de políticas públicas e com intervenção das redes e fóruns junto ao poder público para executar as políticas propostas pelos/as empreendedores/as; e) “solidarização” dos empreendimentos, para que, além dos critérios entendidos como próprios da economia solidária, também adotem medidas concretas com vistas a temas transversais, como igualdade e equidade de gênero e sustentabilidade integral da economia e da região.

Apoiado pela Chamada Pública 2005 da RTS/MCT/FINEP/MDS/CAIXA, o Projeto IEPSULPA trouxe as condições financeiras e materiais necessárias para que fossem construídas no Sul do Pará bases sólidas de desenvolvimento da economia solidária. Esse projeto buscou, em cinco objetivos interligados, realizar integralmente o processo de solidarização e de construção de uma economia diferente.

Assim, conforme segue abaixo, o Projeto IEPSULPA pode ser sintetizado em um resumo de cada um desses objetivos, onde se pode visualizar os resultados alcançados ao longo de dois anos, as dificuldades enfrentadas e as perspectivas para continuidade, mesmo após encerrado este projeto.

O primeiro objetivo voltava-se para a implantação propriamente dita dos empreendimentos populares, e tinha como meta incubar 10 empreendimentos (individuais e/ou coletivos) em cada um dos cinco municípios de abrangência do Projeto IEPSULPA (Conceição do Araguaia, Redenção, Rio Maria, Xinguara e Piçarra). Neste objetivo, se incluíam as ações para acesso ao crédito e as atividades de formação técnica e gerencial dos/as empreendedores/as.

Dentre os principais resultados obtidos nesse objetivo, estão: o acesso ao crédito popular para cerca de 200 empreendedores/as em Rio Maria, Xinguara e Piçarra (mais de 600 mil reais); construção de projetos e/ou

planos de negócios de 55 grupos, em total de 233 famílias empreendedoras; capacitação técnica para grupo de cabeleireiras de Rio Maria; capacitação gerencial e política para cerca de 120 empreendedores/as; implantação de uma padaria comunitária em Conceição do Araguaia; criação de uma cooperativa de catadores em Xinguara; fortalecimento dos empreendimentos coletivos em Piçarra (AMUP e APMFU); aumento da renda familiar e da capacidade de produção dos/as empreendedores/as apoiados/as.

As principais dificuldades identificadas nesse objetivo foram: a existência de poucas alternativas de crédito popular (microcrédito); bancos oficiais dificultam o acesso ao crédito popular; falta de uma política de crédito popular adequada às faixas de empreendedores/as; no Sul do Pará e nas regiões vizinhas ainda existem poucas iniciativas de economia solidária; pouco tempo para concluir o processo de incubação dos empreendimentos (dois anos são insuficientes); falta de política pública de capacitação e acompanhamento técnico aos/às empreendedores/as; pouca experiência dos/as empreendedores/as com atividades econômicas coletivas, o que gera desconfiança de muitos/as empreendedores/as e dificulta a convivência entre os mesmos.

Contudo, nesse objetivo de incubar e implantar empreendimentos populares, após o término do projeto IEPSULPA, ficam boas perspectivas, tais como: expandir o acesso dos/as empreendedores/as ao crédito popular; viabilizar capacitação técnica e gerencial para todos/as os/as empreendedores/as populares; fortalecer os grupos de empreendedores/as já existentes e constituir novos grupos; iniciar a formalização dos empreendimentos (associações e cooperativas), a partir dos grupos de empreendedores/as.

O segundo objetivo referia-se à constituição de redes locais de empreendedores/as populares, em cada um dos cinco municípios onde atuou o Projeto IEPSULPA.

Os resultados visualizados são os seguintes: articulação entre os grupos de empreendedores/as em todos os municípios; participação das organizações populares nas articulações de todos os municípios; participação das Prefeituras Municipais nas articulações de Xinguara e Conceição do Araguaia; constituição de Fóruns locais em todos os municípios, coordenados por empreendedores/as e lideranças populares.

Dentre as dificuldades, podem ser apontadas: relações de solidariedade entre os/as empreendedores/as locais ainda são frágeis; são criadas poucas oportunidades dos/as empreendedores/as se encontrarem em nível municipal; pouco tempo para fortalecer as redes e fóruns municipais de economia solidária.

Já as perspectivas para esse objetivo são as seguintes: fortalecer a articulação local dos grupos de empreendedores/as em cada município; concluir o planejamento dos fóruns locais já constituídos; capacitar as coordenações dos fóruns municipais para desenvolver ações de apoio aos/às empreendedores/as populares; envolver o poder público de cada município nas ações de economia solidária; fortalecer o tema economia solidária na pauta dos movimentos populares de cada município.

Com o terceiro objetivo, a Copatiorô previa a constituição de uma rede e fórum regional de economia solidária no Sul do Pará, com a participação de pelos menos 50 empreendedores/as.

Neste sentido, chegou-se aos seguintes resultados: articulação entre empreendedores/as de todos os municípios em uma rede regional; capacitações para constituição de uma rede regional: oficina com UFPA, oficina com ISSAR, visita ao Banco Palmas; início da construção de um plano de trabalho da rede regional de EPS Sul do Pará; reconhecimento do Fórum Paraense de Economia Popular e Solidária sobre a rede Sul do Pará de EPS; discussão sobre bancos comunitários como alternativa para desenvolver a economia solidária na região.

As dificuldades nesse objetivo foram as seguintes: as redes e fóruns municipais ainda são frágeis, o que enfraquece a rede e o fórum regional; são criadas poucas oportunidades dos/as empreendedores/as se encontrarem em nível regional; alto custo das atividades em nível regional; pouco tempo para fortalecer a rede e o fórum regional de economia solidária.

Dentre as perspectivas desse mesmo objetivo, estão: fortalecer a articulação regional dos fóruns de economia solidária; construir um planejamento para ações do fórum regional de economia solidária; constituir e capacitar uma coordenação do fórum regional de economia solidária para desenvolver ações de apoio aos/às empreendedores/as; envolver o poder público estadual e federal nas ações de economia solidária; fortalecer o

tema economia solidária na pauta dos movimentos populares da região; fortalecer a articulação do Sul do Pará com as organizações de economia solidária no Brasil.

O quarto objetivo, por sua vez, referia-se à proposição de políticas públicas de economia solidária por parte das organizações de empreendedores/as populares do Sul do Pará.

Os resultados obtidos nesse objetivo podem ser assim resumidos: articulação com Banco do Cidadão, Programa de Micro-Crédito do Governo do Pará (hoje CredPará) e acesso a crédito popular para cerca de 200 empreendedores/as; decisão do antigo Banco do Cidadão (CredPará) de implantar agências-pólo em Xinguara e Conceição do Araguaia; convênio (em fase de acertos finais) entre a Prefeitura de Xinguara e Banco do Cidadão para implantação imediata de um posto do Banco do Cidadão; criação do FUNDOSOL em Xinguara (Lei Municipal número 621/2006, que regulamenta a economia solidária e cria um fundo de fomento à mesma); negociações entre a Prefeitura de Xinguara e o Banco do Brasil para firmar convênio que assegure aos pequenos empreendedores o acesso ao crédito popular; inserção do tema economia solidária nos Planos Diretores de Piçarra e Xinguara; ações da Prefeitura de Conceição do Araguaia apoiando a economia solidária; proposições ao governo estadual para inclusão da economia solidária no Planejamento Participativo do governo; destinação de recursos nas leis orçamentárias de vários municípios, contemplando a economia solidária; inclusão de Xinguara no programa “Bolsa Trabalho” do governo do estado, que já beneficiou cerca de 400 pessoas; inclusão de Piçarra no PPDLES; a Prefeitura de Rio Maria implantou programa de Capacitação a artesãos, a partir da experiência dos participantes do Projeto IEPSULPA.

As maiores dificuldades encontradas nesse quarto objetivo foram: as prefeituras do Sul do Pará desenvolvem pouquíssimas ações de apoio aos/às empreendedores/as populares; os fóruns e redes de economia solidária ainda estão frágeis para reivindicar a implantação de políticas pelos governos locais; as organizações populares (como Associações de Moradores) fazem pouco enfrentamento com os governos locais; as ações dos governos Federal e Estadual chegam lentamente, pois, em sua maioria, passam também pelas Prefeituras; existem poucas ações de políticos

paraenses defendendo a economia solidária do Sul do Pará junto aos governos Estadual e Federal.

Assim, uma perspectiva é capacitar os fóruns municipais e regional para formular propostas concretas para desenvolver a economia solidária no Sul do Pará.

No quinto objetivo, a Copatiorô, através do Projeto IEPSULPA, tinha o objetivo de estimular a reflexão e ações concretas nos temas gênero e sustentabilidade, ressaltando o entendimento de sustentabilidade em todos os seus aspectos: ambiental ou ecológica, econômica, política, social ou cultural. Esse objetivo representa o passo principal com vistas a uma economia verdadeiramente solidária, ultrapassando os aspectos econômicos e avançando para o conjunto complexo da vida das pessoas.

Assim, podem-se observar os seguintes resultados: acesso ao crédito popular por parte das mulheres empreendedoras; fortalecimento da Associação das Mulheres Unidas de Piçarra – AMUP como liderança no desenvolvimento da economia solidária em Piçarra; protagonismo das mulheres nas redes municipais e regional de EPS, levando ao empoderamento das empreendedoras, que são a maioria nos empreendimentos apoiados; discussão com a Associação dos Hortifrutigranjeiros e Moradores do Setor Chácaras – APAHMOC sobre produção sem agrotóxicos e convívio saudável com o meio ambiente; protagonismo dos/as empreendedores/as em todo o processo (autonomia); poder público assumindo ações de economia solidária (sustentabilidade política).

Nas dificuldades, se observa o fato de que é difícil mensurar ações concretas de gênero e sustentabilidade, pois os empreendimentos estão apenas iniciados; também que a luta pelo crédito popular (microcrédito) ainda é o principal foco dos/as empreendedores/as; temas como gênero e sustentabilidade estão pouco presentes nas pautas das organizações populares e políticas locais; há pressão da mídia e dos grupos políticos para apoiar os grandes projetos de mineração e agroindústrias de bovinos, como frigoríficos, curtumes e laticínios, em detrimento de ações sustentáveis.

Já em relação às perspectivas quanto a esses temas transversais, podem ser listadas: o ideário de alcançar uma condição em que a luta pelo crédito não demande a maior parte da força articuladora das organizações populares;

e avançar para a sequência com cada grupo: implantação do empreendimento; capacitação técnica e gerencial dos/as empreendedores/as; formalização dos empreendimentos; execução de ações concretas de gênero e sustentabilidade; fortalecer os temas gênero e sustentabilidade nas pautas das organizações populares e incluí-los nas pautas do poder público da região; desenvolver ações concretas com os grupos já estruturados e formalizados, como a APAHMOC, a Cerâmica Comunitária de Rio Maria, a APMFU e a AMUP.

Ao longo dos dois anos de duração do Projeto IEPSULPA, foram desenvolvidas ações além do previsto e conseqüentemente alcançados resultados além do planejado, como por exemplo: a aquisição de um mini-tractor em articulação da APAHMOC; a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Xinguara prepara-se para a construção do plano de desenvolvimento do município, embasado na economia solidária; implantação de um posto do SEBRAE em Xinguara; criação do Espaço do Artesão em Xinguara; revitalização da Feira da Lua em Xinguara, como espaço de expressão cultural e comércio da economia solidária.

Logicamente, também as dificuldades extrapolam o planejado no Projeto IEPSULPA, como os limites financeiro e de pessoal da equipe técnica da Copatiorô para atuar em todo o Sul do Pará, não existindo outras organizações desenvolvendo a economia solidária na região.

Do mesmo modo, algumas perspectivas vão além do inicialmente previsto no projeto, como a busca para conseguir novos projetos alternativos, a exemplo do Projeto IEPSULPA, e dar continuidade aos trabalhos ora desenvolvidos; implantar algumas experiências alternativas de operadoras de crédito popular, como os bancos comunitários, a poupança solidária e os fundos solidários.

Portanto, o Projeto IEPSULPA produziu vários e imediatos resultados, inclusive aumentando consideravelmente a discussão sobre economia popular e solidária no Sul do Pará. Esse processo embasou-se em três pilares fundamentais: 1) ter como base e protagonistas os próprios sujeitos da economia solidária, os/as empreendedores/as populares; 2) aumentar a força política desses sujeitos com o fortalecimento de organizações populares cujos objetivos vão além dos objetivos econômicos, como as associações de moradores e fóruns de movimentos populares, articulando-os com

organizações próprias dos/as empreendedores/as populares, como fóruns e redes; 3) desenvolver ações de assessoria aos/às empreendedores e de intervenção na realidade local, tendo como elemento norteador a reflexão e capacitação constante das equipes técnicas, tendo em vista a realização de um trabalho sistemático, metodológico e replicável.

Partindo desta compreensão, têm-se desenvolvido no Sul do Pará processos estratégicos, metodológicos, tecnológicos, educativos, políticos, organizativos e articulações de construção de uma nova lógica econômica, partindo do grande potencial da economia popular, com bases na distribuição das riquezas e na justiça social e ampliando-se para os campos das relações, propondo vivências solidárias, a partir dos trabalhadores/as autônomos/as (empreendedores e empreendedoras); envolvendo articulação de produtores/as urbanos e agricultores/as familiares, consumidores/as e sociedade em geral, para a construção deste processo de desenvolvimento humano e sustentável, que garanta a relação de equilíbrio do ser humano com o meio ambiente, com a sua cultura e com a vida plena.

A principal estratégia é no sentido de somar esforços para as ações de incubação de empreendimentos populares e solidários, em conjunto com organizações populares e sociais nos municípios do Sul do Pará, proporcionando diagnósticos, planejamentos, articulações e condições de implantação e fortalecimento dos diversos tipos de empreendimentos de economia popular, desde as unidades familiares aos grupos de produção, serviços e comercialização, em condições de constituição em cooperativas e/ou associações, articulações em redes e fóruns municipais e intermunicipais. A outra condição estratégica nesse processo é a permanente mobilização, elaboração e efetivação de políticas públicas de incentivo aos empreendimentos populares e solidários, buscando envolver, sensibilizar e reivindicar dos gestores públicos das prefeituras e governo do estado, as ações e mecanismos necessários nesse sentido.

Qualitativamente, esta ação possibilitará a ampliação das possibilidades e da força política por parte das famílias trabalhadoras e autônomas dos empreendimentos econômicos populares e solidários, para a construção e efetivação da estratégia da Economia Popular e Solidária nesta região sul do Pará, tornando-a visível e como alternativa viável para uma

nova lógica de desenvolvimento com sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política. Articulados entre si, organizados em redes e/ou fóruns locais e regional, divulgando massivamente suas ações e seus resultados, sem dúvida acumularão força política para proposições, efetivações de políticas públicas e demais alternativas e parcerias possíveis para a expansão deste processo no âmbito regional e somar forças com a construção estadual, na Amazônia e Brasil.

Partindo destes conceitos estratégicos, a metodologia proposta pela Copatiorô considera como seu público alvo as famílias empreendedoras de atividades econômicas populares que se encontram em situação de baixa renda, que residam nas periferias urbanas das dezenas de pequenas cidades situadas no sul do Pará. Proporciona, portanto, que estas famílias trabalhadoras possam qualificar, fortalecer e garantir a viabilidade e sustentabilidade dos empreendimentos (familiares e/ou coletivos) geradores de trabalho e renda.

Busca-se, desta forma, garantir os meios necessários para o sucesso deste processo com os empreendimentos populares e solidários geradores de trabalho e renda, tais como a aquisição, domínio e aperfeiçoamento de tecnologias adequadas dos mecanismos produtivos, de serviços e de comercialização. E também do domínio dos diversos instrumentos de planejamento e monitoramento das formas de gestão e administração que envolvem as ações do empreendimento popular e solidário, principalmente em seu aspecto de autogestão, visto que são, em geral, empreendimentos familiares coletivos (com três ou mais empreendedores/as de uma mesma família) e/ou empreendimentos coletivos suprafamiliares (com três ou mais empreendedores/as de diferentes origens familiares).

Outros meios necessários e metodologicamente trabalhados nestes processos com os empreendimentos populares e solidários são em relação à proposição, elaboração e efetivação de políticas públicas, envolvendo os governos nos três entes federativos – municipal, estadual e federal. Políticas públicas que possam compreender e desenvolver um conjunto de ações (financiamento solidário, capacitação, acompanhamento, mobilização, organização, infra-estrutura, articulação e organização de arranjos produtivos locais e comércio justo) capazes de implementar a estratégia

do fortalecimento dos empreendimentos populares e solidários, articulando o desenvolvimento econômico, social, cultural e a sustentabilidade.

Espera-se como um dos principais resultados a maior mobilização dentro dos governos municipais para elaboração e efetivação de políticas públicas que possam apoiar as estratégias de economia popular e solidária, a partir do convencimento, capacitação dos gestores públicos e da organização, articulação, proposição e reivindicação por parte das famílias empreendedoras da economia popular solidária nessa região.

Assim, vê-se que o desenvolvimento de uma nova economia e a construção de uma nova sociedade é um processo gradual, que exige persistência e trabalho planejado. Neste sentido, a ação das incubadoras tecnológicas de empreendimentos populares é fator primordial, visto que asseguram aos/às empreendedores/as populares a capacitação para protagonizarem sua história e darem os passos exigidos pela sequência do processo. Além disso, o trabalho das incubadoras, embora não seja uniforme, busca a unidade entre os sujeitos da economia solidária, e isso é essencial para que a mesma não “desvie” sua trajetória e siga para moldes da economia capitalista.

Todavia, é preciso ter claro que as incubadoras devem ter caráter temporário, buscando sempre a autonomia dos/as empreendedores/as populares e das suas organizações. E também que as próprias incubadoras precisam evoluir em concepção e métodos, na medida em que evoluam os empreendimentos por elas acompanhados, para que haja permanentemente uma relação dialógica e de mútua aprendizagem.

Referências bibliográficas

- CORAGGIO, José Luis. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, Gabriel, COSTA, B., LARA, F. (org.). *Economia dos Setores Populares: Entre a realidade e a utopia*. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.
- KRAYCHETE, Gabriel. *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.
- OLIVEIRA, Francisco de. A crise e as utopias do trabalho. In: KRAYCHETE, G., COSTA, B., LARA, F. (org.). *Economia dos Setores Populares: Entre a realidade e a utopia*. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.

2

RICS/Emrede – A construção de uma rede de economia solidária

Milton José Pantaleão Junior, Sergio Roberto Kapron,
Ilma Gladis Souza Borges, Vana Denise da Silvausc*

1. A RICS/Emrede e as atuais mudanças no capitalismo

O projeto de incubação da Rede Industrial de Confecção Solidária – RICS – segmento da EMREDE, compõe o conjunto de experiências da Economia Popular e Solidária, fenômeno social e econômico que, embora tenha raízes históricas, apresenta características novas de acordo com as mudanças por que passa a sociedade.

A Economia Popular e Solidária (EPS) está inserida nas significativas mudanças ocorridas na sociedade capitalista contemporânea (Harvey, 1994), em particular no mundo do trabalho (Antunes, 2005), nas últimas décadas. Em meio à precarização do trabalho e ao desemprego estrutural, a EPS tem se expandido em nível nacional e internacional e, cada vez mais, ocupado espaço. Apresenta-se como um dos tipos de estratégia dos trabalhadores, que tem sua origem e contingenciamento na reestruturação produtiva e no novo ambiente neoliberal.

A história capitalista pode ser analisada por períodos (Lipietz, 1996), considerando as mudanças que ocorrem na organização do trabalho e na relação entre salários e preços. Desse modo, de meados do século XIX até 1914 – Primeira Guerra Mundial –, está configurado um período de regime extensivo de acumulação, em que o crescimento da produção é lento, com regulação competitiva. O período entre as guerras é considerado uma

* Membros da OSCIP Guayí.

fase de transição, na qual é implantada uma organização do trabalho conhecida como administração científica ou taylorismo (Holzmann e Cattani, 2006), que se generaliza nos Estados Unidos e é parcialmente adotada na Europa. Ocorre, também, a generalização do sistema automático de produção conhecido como fordismo (Antunes, 2005; Harvey, 1994; Lipietz, 1988; Guimarães, 2006). As rápidas taxas de crescimento da produtividade alcançadas desta forma não foram estendidas ao poder de compra do salário, cujo crescimento era relativamente modesto. As crises econômicas que caracterizaram o capitalismo mundial depois de 1929 não podem ser vistas como resultantes do convencional ciclo de negócios, mas antes como um colapso estrutural: o desenvolvimento do regime intensivo de acumulação não pôde estabelecer-se apropriadamente na base da regulação competitiva, mas exigiu uma política de regulação ativa da própria relação salarial. Isso foi realizado após a Segunda Guerra Mundial, no período de reconstrução e pelo prolongado *boom* econômico subsequente. Os métodos fordistas de produção em massa puderam estabelecer-se como organização de trabalho preponderante em um ambiente de expansão do consumo em massa.

Esse período de 30 anos *dourados* do capitalismo, de elevadas taxas de lucro e consumo, gerou expansão do emprego e segurança social com o Estado de bem-estar. A classe trabalhadora obteve conquistas salariais e sociais, e organização sindical. Porém, o modelo fordista entrou em crise, na década de 1970, enfrentando um período recessivo da economia e, como consequência, de forte queda das taxas de lucro. O pleno emprego, a seguridade social, as políticas públicas do Estado e a forte organização sindical passaram a ser um pesado fardo para a retomada das taxas de lucro e do processo de acumulação.

A reestruturação econômica e a reorganização do Estado – neoliberalismo (Anderson, 1995; Pochmann, 1999) – expande-se dos países centrais para os periféricos, a partir de inovações tecnológicas e mudanças organizacionais (Braverman, 1981; Castells, 1999; Marques, 1998). As experiências que possuíam determinadas características, como o toyotismo (Antunes, 2005; Coriat, 1992b; Gounet, 1999), têm servido como modelo para novos padrões produtivos.

O novo estágio do capitalismo, fruto das mudanças atuais, tem características de uma *acumulação flexível* (Harvey, 1994), marcado por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ele se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de novos setores de produção, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas. Apresenta um crescimento significativo do emprego no chamado setor de serviços, bem como a formação de empresas industriais novas em regiões periféricas. A luta pelo controle da força de trabalho leva ao nascimento de novas estratégias industriais ou à integração do fordismo a toda uma rede de subcontratações e de deslocamento. Ocorre a busca por maior flexibilidade diante do aumento da competição e dos riscos (Antunes, 2005; Harvey, 1994; Castells, 1999; Kumar, 1998).

As mudanças atingem o mundo do trabalho, resultando em uma multiplicidade de processos. Entre eles, ocorre a desproletarização do trabalho industrial, nos países de capitalismo avançado, com repercussão nas áreas industrializadas dos países periféricos, e diminuição da classe operária industrial tradicional. Combinado com esse movimento, ocorre uma expansão do trabalho assalariado, a partir da ampliação do setor de serviços. Verifica-se uma efetiva *heterogeneização do trabalho*, identificada pela expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado e com o crescente ingresso de mão-de-obra feminina no mercado de trabalho. Tem-se, como consequência, uma precarização intensificada, que marca o mundo do trabalho dual no capitalismo contemporâneo, caracterizado por trabalhadores com proteções sociais e trabalhadores excluídos dessas proteções. O resultado mais significativo dessas transformações sentidas em todo o mundo é a expansão, sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural em escala global (Antunes, 2005; Clarke, 1991; Oliveira, 1996; Sabel e Piore, 1984).

Nesse cenário, a adoção de novas estratégias de gestão, acompanhadas do incremento de novas tecnologias, tende a tornar o nível de emprego

cada vez mais sintonizado com o ritmo de uma produção flexível. Isto gera um reduzido núcleo de empregados estáveis em função das constantes variações da produção. Essa situação estimula as políticas de desregulamentação do mercado de trabalho e de flexibilização dos contratos. O aumento da desregulamentação do trabalho (Silva, 2003) e da participação de atividades alternativas ao trabalho assalariado regulamentado no total da ocupação revela, em certa medida, o retorno às antigas formas de uso da força de trabalho. O desempregado – excluído – e o precariamente incluído tendem a ficar à margem dos sindicatos, dos sistemas públicos de proteção social e de garantia de renda, instrumentos e instituições caracterizados pelas políticas neoliberais como elementos do atraso que impedem ou dificultam o livre jogo das forças do mercado. As alterações no mercado de trabalho contribuem para, além de fragilizar a organização tradicional dos trabalhadores (sindicatos), favorecer mudanças na legislação trabalhista e social. Elas ampliam a competição com a redução dos postos de trabalho, com o conseqüente enfraquecimento da solidariedade entre os trabalhadores e a percepção da empresa como uma corporação capaz de atender plenamente os anseios de inserção social. Se estiver dentro da empresa, está incluído (Pochmann, 1999, 2001; Cardoso, 2003).

As mudanças atingem, também, as condições de organização e desenvolvimento de políticas públicas por parte do Estado, evidenciando um relativo enfraquecimento do seu papel de centralizador das ações organizadoras da sociedade. Assim como a fábrica deixa de concentrar todas as atividades produtivas após a reestruturação, também as estruturas e instituições estatais passam a compartilhar com as corporações empresariais e instituições da sociedade civil a implantação de políticas públicas. Isso devido à nova condição de agente de políticas e ideologia neoliberal, com a redução relativa de seu peso institucional e de seus recursos. Com a redução de recursos próprios e de capacidade organizacional, os atores estatais e públicos passam a ser incapazes de garantir sozinhos os recursos necessários para a produção de políticas públicas. Sendo assim, são cada vez mais dependentes da cooperação e da mobilização coletiva de recursos de atores não-estatais e privados, submetidos a processos negociais com grupos sociais de poder (Matoso, 1995; Matoso e Pochmann, 1998; Schneider, 2005).

Este ambiente de mudanças no capitalismo abre um novo estágio de acumulação flexível, onde a acumulação do capital ocorre a partir de intensa flexibilidade, tendo como alicerce as transformações no mundo do trabalho, nas estruturas do Estado, no ideário político, e nas inovações tecnológicas e organizacionais. Neste novo ambiente, a ação estatal, em conjunto com a ação de ONGs (Sobottka, 2002) vinculadas a movimentos sociais, estabelece condições para o crescimento e fortalecimento que vem apresentando a EPS.

2. A RICS/Emrede e a economia popular e solidária – EPS

As origens cooperativistas estão associadas à intensa exploração do trabalho originadas na revolução industrial do início do capitalismo do séc. XIX (Singer, 2002; Souza et al, 2003). O cooperativismo, em sua expressão inicial, assumiu uma conotação crítica vinculada à organização do movimento operário anticapitalista. Já no período da estruturação fordista da produção, com crescimento econômico e construção de um Estado de bem-estar social, o cooperativismo reduziu sua penetração entre os trabalhadores. Recentemente, nos últimos trinta anos, a precarização do trabalho, o desemprego estrutural e o crescimento da pobreza resultante das mudanças ocorridas constituíram-se na base social de um novo tipo de cooperativismo, a economia popular e solidária (EPS), com um perfil urbano e rural e de contestação social (Pinho, 2004). A EPS é um acontecimento de escala mundial, com incidência tanto nos países centrais da Europa e da América, como na América Latina, na África e na Ásia (Santos, 2002; Singer, 2002).

No Brasil, o novo cooperativismo, que rompe com a tradição do cooperativismo rural associado a uma gestão capitalista, abriga-se sob o conceito de economia popular e solidária. Configura-se na articulação de trabalhadores urbanos e rurais de cooperativas, associações de trabalho, microempresas solidárias, grupos informais e artesãos *com* ONGs, entidades de apoio, sindicatos, universidades e políticas de governos. Tomam a forma de empreendimentos solidários, redes de cooperação solidária e políticas públicas. Segundo o Sistema Nacional de Informações em Economia

Solidária (SIES, 2006), foram identificados 21.857 empreendimentos solidários, no Brasil, perfazendo um total de mais de 1 milhão e 751 mil trabalhadores associados. No Rio Grande do Sul, o mapeamento da EPS apontou a existência de 364.748 trabalhadores sócios (21,6% do país) em 2.085 empreendimentos solidários (9,5% do país), sendo o estado com a maior participação de trabalhadores e empreendimentos, embora tenham sido mapeados apenas 58% dos municípios. Ainda no mapeamento foram identificadas 5.097 ONGs no Brasil, e 625 no Rio Grande do Sul, caracterizadas como entidades de apoio e fomento à economia solidária.

O encontro dos trabalhadores precarizados e em situação de desemprego, resultado da reestruturação produtiva, com os movimentos sociais, através de ONGs e entidades de apoio, articulados em redes de políticas públicas com governos de oposição à hegemonia neoliberal, foi o que possibilitou o despontar de um novo cooperativismo de cunho não-capitalista expresso no surgimento da EPS. Os movimentos sociais, as ONGs, os sindicatos e as entidades civis que originalmente reivindicavam, frente ao Estado, demandas sociais do tipo saúde, educação e moradia, passaram também a enfrentar as demandas econômicas de trabalho e renda.

Diferentes visões têm apresentado uma opinião aproximada quanto à natureza não-capitalista da economia popular e solidária e sua perspectiva em construir uma sociedade alternativa (Singer, 1997, 1998, 2002; Singer e Souza, 2000; Souza et al, 2003; Gaiger, 2004; Leboutte, 2003; Kapron e Fialho, 2002; Cattani, 2003; Santos, 2002; Coraggio, 1997; Arruda, 1998; Mance, 1999, 2002). A produção de desigualdades e pobreza, resultando em uma significativa exclusão social globalizada, é responsabilidade do sistema capitalista e não pode ser resolvida por ele. Assim, a EPS, em articulação com políticas públicas e sociais e esferas de direitos e ação de cidadania, compõe a busca de uma nova mundialização (Gaiger, 2004), uma alterglobalização (Arruda, 1998), uma outra economia (Cattani, 2003) ou um novo modo de produção (Singer, 2002). Uma visão distinta, que compreende a economia solidária incorporada funcionalmente à dinâmica capitalista, como instrumento de inclusão social de segmentos marginalizados dos setores econômicos de ponta, é apresentada por Laville (França Filho e Laville, 2004).

A economia popular e solidária diferencia-se do capitalismo enquanto modo de produção (Singer, 2002). O modo de produção capitalista tem como princípios o direito à propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. Já a economia solidária tem, entre seus princípios, a propriedade coletiva ou associada do capital e a liberdade individual. De acordo com estes princípios, as pessoas que produzem formam uma única classe de trabalhadores que são proprietários de meios de produção. O sistema de uma classe produtora proprietária de meios de produção organizada em sociedades econômicas necessita de mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda.

Na organização e decisão da empresa sobre salários e lucros, existem novas distinções entre o modo capitalista e a economia solidária (Singer, 2004). Na empresa capitalista, os empregados ganham salários desiguais de acordo com o valor de mercado – determinado pela oferta e demanda – de cada tipo de trabalho. O contrato de trabalho é livre tanto para o trabalhador pedir demissão e procurar um emprego melhor, quanto para o empregador demitir, dependendo das condições das empresas e do mercado de trabalho. O lucro – excedente anual – é distribuído de acordo com a assembléia dos acionistas, dominada pelo grupo controlador, que direciona parte para os acionistas, parte para os fundos de investimentos. Na empresa solidária, no lugar de salários, os sócios devem fazer retiradas ou partilhas que variam de acordo com a receita obtida. A decisão sobre o valor das retiradas e seu grau de diferenciação deve ser construída de forma coletiva em assembléia. Assim deve ocorrer, também, com as sobras – excedente anual. Uma parte é posta em fundo de educação, outra parte em fundo de investimentos produtivos na empresa e uma terceira parte é distribuída como resultado do trabalho do ano entre os sócios.

O terceiro elemento de diferenciação que caracteriza a economia solidária é a autogestão (Singer, 2004). Na economia capitalista, as empresas são administradas pelo método da heterogestão, no qual se destaca a administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade, em que as informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo. Os trabalhadores dos níveis mais baixos sabem muito pouco além do necessário para cumprir suas tarefas,

repetitivas e rotineiras. Os níveis mais altos têm a responsabilidade de administrar os conflitos entre competição e cooperação dos distintos setores para extrair os melhores resultados para a empresa. Já na empresa solidária que pratica a autogestão, a principal característica é a democracia. Em empresas de pequeno porte, todas as decisões podem ser tomadas em assembléias, que ocorrem seguidamente. Em empresas solidárias de grande porte, estruturas de coordenadores, encarregados ou gestores são eleitas diretamente pelos trabalhadores, sendo que as ordens e instruções fluem de baixo para cima e as demandas e informações de cima para baixo.

Nos empreendimentos solidários, a autogestão se expressa por um conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um coletivo abrangendo toda a empresa. A essência desta prática social está fundada na repartição do poder, na repartição do ganho, na união dos esforços e no estabelecimento de um novo tipo de agir coletivo, que tem na cooperação qualificada a implantação de uma nova ação social. A prática desse tipo de autogestão tende a levar seus participantes a um ambiente social de *crítica radical* (Albuquerque, 2003).

A partir da caracterização como modo de produção alternativo ao capitalismo, a possibilidade de consolidação da economia popular e solidária pode ocorrer a partir da construção de um meio social de cooperação e solidariedade que seja resultado de comportamentos racionais (Singer, 2002). Esses comportamentos devem se basear em regras de convívio que produzam e reproduzem a igualdade de direitos e de poder de decisão e a partilha geral de perdas e ganhos da comunidade entre todos os seus membros. Atualmente, a economia solidária é um *modo de produção intersticial*, que está inserido no capitalismo através de vácuos criados com as crises e as decorrências da reestruturação econômica. Assim, os empreendimentos solidários tendem a estar dispersos territorial e setorialmente, participando da competição do mercado de compra e venda de forma isolada, sem cooperação, estratégias e coordenação comuns. O problema é a passagem de ruptura do modo intersticial para um modo de produção dominante.

3. A EPS e as redes de economia solidária

Um ponto de vista difundido amplamente na concepção de redes de colaboração solidária é que a sua base de construção está no consumo solidário (Mance, 1999, 2002; Arruda, 1998). As bases do consumo solidário estão em consumir um produto que possui as mesmas qualidades, mesmo sendo um pouco mais caro, ou um produto que tenha uma qualidade inferior, sendo, também, um pouco mais barato em relação aos similares, com a finalidade indireta de promover o bem-viver da coletividade; manter empregos, reduzir jornada de trabalho, preservar o ambiente, garantir serviços públicos não-estatais. Assim, possibilita a perspectiva da constituição de uma sociedade pós-capitalista. Isoladamente, os excluídos não têm como competir com o capital. Porém, um movimento de redes que integre essas novas unidades produtivas, precárias e de pequenas proporções que agenciam o consumo solidário, tende a gerar uma produção de riqueza progressiva, em razão da incorporação ao processo produtivo dos trabalhadores excluídos. Essas redes conectam-se em cadeias produtivas, consumindo e produzindo prioritariamente para ampliar a própria rede, que se expande multiplicando-se em novas células. Uma nova sociedade estará surgindo, centrada no consumo solidário, em razão do bem-viver.

Essa concepção de rede fechada, autoconsumidora e autoprodutora é baseada em um sistema aberto que se autorreproduz, como um sistema autopoietico (Mance, 1999, 2002). Essas redes orientam-se pelos princípios da intensividade, ou seja, cada unidade da rede deve envolver um maior número de pessoas no local onde atua, e o da extensividade, isto é, expandir a rede para outros territórios colaborando no surgimento de novas unidades, ampliando sua abrangência e fortalecendo seu conjunto. As características que fundamentam esse tipo de rede são a diversidade, incorporando ONGs, organizações populares, associações e movimentos; a integralidade, significando que todos os objetivos da colaboração solidária, defendidos nos diversos nódulos da rede, sejam assumidos pelo conjunto; e a realimentação, incentivando que as ações desenvolvidas pela rede agenciem novas ações da própria rede, ampliando-a em um círculo virtuoso com mais pessoas, em espaços e objetos mais diversificados.

Por desenvolver-se em interstícios do sistema capitalista, a EPS sofre permanente pressão hegemônica para adaptação às relações capitalistas de produção, como pode ser averiguado em várias experiências. As redes de economia solidária, pela sua constituição, papel e ação, potencializam seus atributos como enclaves de autogestão, cooperação e solidariedade nos interstícios capitalistas. Nelas observa-se a articulação dos trabalhadores precarizados e desempregados com ONGs e entidades de apoio cuja ação como trabalhadores (intelectuais) orgânicos, em espaços de incubação de projetos estratégicos de EPS, objetiva trabalho e renda na perspectiva de mudança social.

4. Mudança social, hegemonia e trabalhadores (intelectuais) orgânicos

No contexto das mudanças sociais da reestruturação econômica e das políticas neoliberais, a ação das ONGs e entidades de apoio constitui-se em elemento fundamental. Elas são participantes da economia solidária e podem ser compreendidas a partir da visão de luta social. Nessa concepção, apresentam novos elementos que estruturaram um conceito central: hegemonia. (Gramsci, 1981, 1996).

A EPS reúne um conjunto de ONGs ligadas a uma visão de mundo, principal elemento responsável pela emergência de uma nova hegemonia, além da direção política, a direção cultural, abrangendo as instituições da sociedade civil que se relacionam com o processo de elaboração e de difusão da cultura. A nova hegemonia implica tanto a formação de uma nova vontade coletiva como a formação e a difusão de uma nova visão de mundo, tendo como base os princípios da autogestão, da cooperação e da solidariedade.

O papel dos intelectuais é central na concepção de hegemonia. Citando Gramsci, "*todos os homens são intelectuais..., mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectual*" (1979). Um tipo de formação de intelectuais origina-se de funções essenciais no mundo da produção econômica, cria para si, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da

própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político (Gramsci, 1979).

O trabalhador (intelectual) orgânico da economia popular e solidária está inserido em uma forma de agir e pensar, buscando a formação contínua e coletiva de lideranças, para inaugurar uma hegemonia que assuma a gestão radicalmente democrática, popular, coletiva do poder. Assim, busca uma sociedade autogestionária. No contexto da hegemonia capitalista, ocorre o processo de constituição dos trabalhadores (intelectuais) orgânicos de um movimento de contra-hegemonia da EPS frente às desigualdades da sociedade capitalista. Aqui se inserem a atuação das ONGs e entidades de apoio como espaços de organização do trabalho orgânico da EPS. Sua ação na interação com trabalhadores precarizados e desempregados está voltada para uma luta de contra-hegemonia orientada para a mudança social. Esta relação – trabalhadores empreendimentos / trabalhadores ONGs – constitui a economia popular e solidária.

5. Conceito: teoria e prática na RICS/Emrede

Para a construção da Rede Industrial de Confecção Solidária, segmento da Associação de Empreendimentos Solidários Emrede do RS, assumiu-se como orientação básica o conceito e os critérios de economia popular e solidária, identificada como uma prática econômica e social diferenciada do modo de produção capitalista, cujas principais distinções são a propriedade ou posse dos meios de produção pelos trabalhadores; o controle destes, por meio da autogestão, dos processos produtivos e financeiros dos empreendimentos; e a partilha democrática dos resultados da produção, podendo vir a constituir relações não-capitalistas de produção. A efetividade da autogestão, demonstrada pelo controle ativo dos trabalhadores sobre o processo produtivo e administrativo-financeiro dos empreendimentos, é mobilizador do sujeito da EPS e propicia um ambiente de crítica radical.

O projeto da RICS origina-se da crítica à estratégia de inserção econômica de redes fechadas na construção da economia popular e solidária. Em primeiro lugar, a prática do consumo solidário de preços é impraticável entre trabalhadores excluídos e precarizados, em função do seu baixo

poder de compra, não sendo capazes de optar pela solidariedade no consumo. O que implica a necessidade de os empreendimentos solidários realizarem vendas prioritariamente na concorrência direta com as empresas capitalistas, em termos de preços e qualidade (Singer, 2004). O segundo elemento da crítica refere-se à estratégia de proteção das pequenas unidades produtivas solidárias frente às experiências de mercado, “poupando-as” de se atualizarem tecnicamente e levando-as a uma situação de acomodação e crescimento vegetativo. Essa situação pode inviabilizar a possibilidade de transformar os empreendimentos solidários em unidades produtivas competitivas, capazes de alcançar níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista e de outros modos de produção, mediante o apoio de serviços financeiros e tecnológicos solidários. As redes de economia solidária devem disputar os mercados de consumo de massas, pelas estratégias de mercados socialmente orientados e mercados abertos.

6. De projeto de incubação a empreendimento sustentável: garantir a comercialização

Após o início de um projeto de produção da economia popular solidária, o desafio posto é sua consolidação enquanto empreendimento. No ano de 2003, a iniciativa de formação da ONG Guayú contava com pessoas com experiências em políticas públicas de apoio à economia solidária, tanto em âmbito municipal quanto estadual. Também traziam o conhecimento da realidade da população desempregada ou subempregada da periferia da grande Porto Alegre. A proposta de constituir um trabalho de apoio à formação de empreendimentos de produção e geração de renda autogestionários foi animada pelo público a ser apoiado e por alguns pressupostos sobre bases técnicas que deveriam orientar sua sustentabilidade econômica.

O primeiro pressuposto foi de garantir uma continuidade no fluxo produção-renda-produção, seja para garantir a estruturação da produção, seja para garantir renda contínua aos trabalhadores como forma de estímulo à permanência e, conseqüente, ampliação e consolidação do empreendimento. Seu embasamento deu-se sobre diversas experiências de

empreendimentos que consumiam esforços e expectativas em torno da organização da produção, acumulando frustrações pela não realização da produção e não obtenção da renda. A dificuldade da comercialização, via de regra, esporádica na dinâmica de feiras, acabava por limitar qualquer perspectiva de consolidar o empreendimento. Ato contínuo, a garantia de comercialização é condição para a acumulação e expansão do empreendimento (o clássico modelo de reprodução ampliada: D-M-D’).

O segundo pressuposto estava em superar a dificuldade intrínseca de iniciativas não-governamentais. Estas não contam com fundos públicos para garantir o custeio da estruturação de um projeto; da mesma forma os grupos de trabalhadores, que não possuem acumulação prévia. Tal indisponibilidade de um fundo inicial (acumulação primitiva) se constituía em limitação para iniciar uma produção que exigisse significativos investimentos ou acesso a tecnologias de difusão restrita. De sorte que o projeto deveria se autofinanciar desde o princípio.

Quanto ao público, o acúmulo de relações apontava para diversos grupos de mulheres, desempregadas ou subempregadas, sem formação técnica, incluindo jovens, mães de família e mulheres com mais de 40 anos, que já vinham de algum processo organizativo e disposição para o trabalho coletivo. Outra característica em comum era de residirem em diferentes comunidades da periferia urbana.

A estes pressupostos e público com quem trabalhar, soma-se o perfil das pessoas envolvidas em torno da Guayí. Formação de nível superior ou em curso e experiências na elaboração e execução de políticas públicas. A disposição foi de constituir uma relação orgânica com os trabalhadores, que rompesse com a tradicional dicotomia entre assessores e público-alvo. Um empreendimento requer diversas capacidades e aptidões, da produção à gestão e planejamento, sendo todas funções indissociáveis. Ao mesmo tempo, trabalhadores menos qualificados têm grande dificuldade de estruturar um empreendimento pela falta de determinadas competências, ou então, acabam por subordinar-se a quem detém tais competências. Deste cenário, orientou-se estruturar um empreendimento com todas as competências necessárias. O que compreendia uma aliança de riscos e resultados entre trabalhadores tradicionalmente tratados como

beneficiários (menos capacitados) e trabalhadores categorizados como assessores (qualificados).

A primeira tarefa foi identificar potenciais mercados para os quais poderia se estruturar o futuro empreendimento. Dadas as poucas aptidões técnicas de produção, limitou-se em prospectar atividades que permitiam uma rápida e acessível capacitação técnica. No contexto de então, 2003, percebeu-se a abertura de organismos governamentais de nível federal para apoiar e fomentar iniciativas de estímulo à geração de trabalho e renda.

As prospecções identificaram uma demanda potencial de confecção de roupas hospitalares por parte de um grande grupo hospitalar. A atividade de confecção exigiria conhecimentos específicos, de corte e costura industrial, mas que não estava muito distante dos conhecimentos das mulheres da periferia, com quem a Guayí pretendia organizar empreendimentos. Ao mesmo tempo, o grupo hospitalar mostrou-se disposto a construir um projeto de capacitar futuros grupos, que lhe produzissem as peças necessárias. Como se tratava de uma demanda contínua, abria a perspectiva de produção continuada, que poderia ser adquirida mensalmente pelo grupo hospitalar. A restrição de realizar investimentos de pré-produção, como a aquisição de matéria-prima, poderia ser contornada pela disposição do grupo hospitalar de fornecer as matérias-primas (tecidos e linhas).

Assim, passou-se ao processo de elaboração do projeto técnico, que demonstrasse a viabilidade de organização da produção, da logística necessária e dos impactos sócio-econômicos resultantes. Este processo, juntamente com o arranjo institucional de contratualização, durou cerca de dois anos. A condição de OSCIP (Organização Social de Interesse Público) por parte da Guayí foi definidora para o contrato de produção que resultaria na formação da RICS – Rede Industrial de Confecção Solidária, envolvendo trabalhadores da Guayí e as trabalhadoras (na sua maioria) dos grupos de produção.

A perspectiva de um contrato de produção, com remuneração mensal por peça produzida, permitiu organizar o processo produtivo com perspectiva de remuneração ininterrupta para todos os trabalhadores. Com a realização da produção garantida, o projeto propiciava, inicialmente, a consolidação da capacitação técnica de produção, logística e gestão.

E, na sequência, garantiria uma base para a prospecção de novos mercados, desenvolvimento de novos produtos e formação de capacitações produtivas específicas. Esta perspectiva garantiria a transição do, inicialmente, projeto RICS para um empreendimento autossustentado.

A RICS integra a Associação de Empreendimentos Solidários em Rede do RS – a EMREDE. A Associação é formada por empreendimentos solidários e ONGs, configurada como uma rede para melhor obter resultados econômicos. A Rede organiza-se através de um Conselho de Administração e por Núcleos Setoriais, entre eles o de Confeção coordenado pela RICS.

7. A formação da Rede

A Rede Industrial de Confeção Solidária – RICS surgiu em 2005, a partir da assinatura de um Termo de Parceria entre a Guayí e o Grupo Hospitalar Conceição – GHC – formado por três hospitais públicos, Conceição, Cristo Redentor e Fêmeina, para a confecção de roupas hospitalares. A Rede é constituída por empreendimentos solidários formados por trabalhadores excluídos do mercado formal ou em situação de trabalho precário e por apenas do Presídio Feminino Madre Pelletier, de Porto Alegre. O Termo de Parceria é fruto de uma negociação, em longo prazo, entre a Guayí e o GHC, possível devido ao compromisso do Governo Federal com as políticas públicas de apoio para Economia Solidária, que priorizou o atendimento da demanda de roupa hospitalar ser realizado por empreendimentos solidários em substituição às empresas tradicionais.

Atualmente, a RICS conta com quatro empreendimentos solidários, a Oscip Guayí e o apoio técnico da Escola Calábria. São, ao todo, 40 trabalhadores diretos.

A estratégia de construção da RICS foi a identificação de grupos pré-existent de ação comunitária em vilas populares vinculadas a associações comunitárias e políticas públicas. A dimensão dos grupos estava associada à demanda hospitalar e à capacidade e racionalidade logística, em um padrão de sustentabilidade.

A implantação da rede inicia-se com um empreendimento de corte e três de costura. Hoje, contamos com dois empreendimentos de corte e

costura, dois de costura, um novo empreendimento em formação e um empreendimento com mulheres oriundas do regime prisional semiaberto está sendo projetado. Inicialmente, eram grupos informais, hoje são microempresas solidárias formalizadas. Os grupos começaram sem capitais e fundos e hoje são proprietários das máquinas e equipamentos, já constituíram fundos para investimentos e para abono natalino e férias. Após três anos de rede, já é prática os empreendimentos financiarem reformas e investimentos para melhorar as moradias de seus sócios proprietários. A rede possui um fundo coletivo que, segundo decisão coletiva no comitê gestor, já financiou capital de giro para novos negócios, máquina de costura para o grupo Liberdade, compensação de remunerações e compra de microcomputadores para todos os empreendimentos.

No primeiro ano de funcionamento da RICS, durante o processo de sua implantação, a rede recebeu apoio financeiro da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – via seleção por edital para “Incubação de Empreendimentos Solidários”. Esta parceria foi estratégica para sua consolidação e fortalecimento. Possibilitou a ampliação da equipe técnica, agregando profissionais das áreas de administração e engenharia, a contratação de consultorias na área de produção e qualidade e maior agilidade nos processos de legalização dos empreendimentos. Por outro lado, esta parceria também possibilitou a informatização do Centro Gestor com a aquisição de três computadores e o aprimoramento da gestão da rede e das informações com o uso do Software Livre, bem como qualificação em informática para as trabalhadoras dos empreendimentos. Durante este período, a rede foi ampliada com a inclusão do empreendimento “Shaloom Costura em Rede” localizado na cidade de Cachoeirinha, região metropolitana de Porto Alegre.

Os empreendimentos integrantes da RICS estão a seguir descritos:

Costura Solidária da Tuca Ltda – formalizada como microempresa solidária, sistema societário similar à cooperativa, mas com o formato de microempresa. Formada por dois segmentos, um de corte e outro de costura que funcionam junto à Associação Comunitária Campo da Tuca. São seis trabalhadoras dedicadas à costura e três, ao corte; constituem uma Coordenação Geral de duas pessoas, responsável pela administração e comercialização, e uma Coordenadora de Produção. O empreendimento

possui, atualmente, 11 máquinas, sendo duas Overlock 5 fios, uma Overlock 3 fios, quatro Retas Industriais, uma Galoneira 5 fios, uma Galoneira 3 fios, uma Máquina Corte Grande, uma Máquina Corte Pequena.

Costurando e Inovando Ações Solidárias Ltda – formalizada como microempresa solidária formada por nove trabalhadoras da comunidade do Loteamento Cavahada de Porto Alegre, trabalham com corte e costura funcionando junto à Associação Comunitária Loteamento Cavahada. São duas trabalhadoras na Coordenação Geral, responsáveis pela administração e comercialização e uma Coordenadora de Produção. O empreendimento possui, atualmente, 11 máquinas, sendo 2 Overlock 5 fios, 6 Retas Industriais, 1 Galoneira 5 fios, 1 Máquina Corte Grande, 1 Máquina Corte Pequena.

Costura em Rede Ltda – formalizada como microempresa solidária, formada por quatro trabalhadoras da cidade de Cachoeirinha – RS, que trabalham exclusivamente com costura. Uma trabalhadora coordena a produção e outra trabalhadora coordena a comercialização e administração. O empreendimento possui, atualmente, seis máquinas, sendo uma Overlock 5 fios, três Retas Industriais, uma Galoneira 5 fios, uma Máquina Corte Pequena.

Grupo Liberdade – empreendimento solidário informal (por força de lei) formado por apenas em regime fechado do Presídio Feminino Madre Pelletier, que trabalham exclusivamente com costura. Neste grupo, atuam cinco apenas internas e uma coordenadora integrante da equipe da Oscip Guayí. O empreendimento possui, atualmente, oito máquinas, sendo duas Overlock 5 fios, cinco Retas Industriais, uma Máquina Zig-Zag.

Guayí – A Guayí é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, que possui o título de OSCIP – *organização da sociedade civil de interesse público* – que tem por objetivos o apoio ao desenvolvimento da EPS via autogestão e geração de trabalho e renda, e trata de temas relacionados à questão de gênero, agroecologia, violência e segurança, cooperativismo habitacional, meio ambiente, cultura e inclusão digital. Na RICS, a Guayí é a entidade de fomento, formação, acompanhamento e assessoria que é responsável pelo apoio técnico das instâncias de execução da gestão, operação, logística e o planejamento da RICS. A equipe da Guayí envolvida diretamente no projeto conta com 12 pessoas. O perfil técnico

da equipe conta com quatro economistas, dois sociólogos, um técnico industrial, três agentes comunitários e dois agentes administrativos.

Centro de Educação Profissional São João Calábria – Escola técnica que estabeleceu parceria com a Guayí na constituição de um centro de excelência para modelagem e acabamento final em peças de confecção. O Centro conta, atualmente, com um parque de 30 máquinas que compõem uma linha industrial que vai do planejamento da modelagem informatizado, passando pelo corte, costura e acabamento. O Centro deve capacitar os trabalhadores(as) tecnicamente e na autogestão do processo produtivo, além de possibilitar o acabamento de peças de alta qualidade. O Centro também é sede do quinto empreendimento solidário, em processo inicial de incubação: o Grupo Aracaju, que ingressou recentemente na RICS.

Esses parceiros, empreendimentos solidários e entidades de apoio, através de suas coordenações gerais, formam o Comitê Gestor da RICS, órgão responsável pelo planejamento, gestão, operação, logística e resultados. O Comitê Gestor é o espaço em que são tomadas as decisões da rede, constituindo uma escola de autogestão para além dos empreendimentos solidários. As questões tratadas são de natureza produtiva, logística, financeira, comunitária e de organização. As tensões geradas no processo da rede tendem a fluir para uma construção coletiva qualificada no Comitê Gestor como espaço apropriado coletivamente. A formação propiciada pela experiência vivida e sistematizada nesse espaço tem a qualidade de superar a experiência local da comunidade, gerando a dinâmica de rede de economia solidária. Este Comitê discute, planeja e decide todas as questões importantes e estratégicas para a rede, bem como as trabalhadoras dos empreendimentos solidários participam de atividades operacionais da gestão da rede, como organização e alimentação de planilhas de produção e financeiras, relação com os clientes e outras atividades.

O Comitê Gestor possui instâncias e tarefas executivas, entre elas estão a Comissão de Produção e a Comissão de Comercialização. A Comissão de Produção origina-se da necessidade da profissionalização da supervisão da produção construída em bases autogestionárias. Dois elementos essenciais concorreram para essa necessidade. Por um lado, uma visão coletivamente construída na busca pela diversificação da produção e de novos

clientes e parcerias, o que implicava em mudanças importantes no processo produtivo e na aquisição de novos conhecimentos e competências. Por outro lado, a necessidade de implantação de um sistema de controle de qualidade apropriado à EPS, que fosse autogestionário e, ao mesmo tempo, garantisse erro zero e alta qualidade. Portanto, não se trata de importar modelos, mas de formular um novo modelo, adequado aos princípios e objetivos do projeto. A Comissão de Produção é composta pela Coordenadora de Produção de cada empreendimento solidário, a Técnica Industrial e as Agentes Comunitárias. As Coordenadoras de Produção em cada empreendimento solidário foram eleitas de acordo com o critério de experiência, qualidade e capacidade de relacionamento no processo produtivo. Cada empreendimento elege sua coordenadora. A RICS debate atualmente a necessidade de constituir uma coordenação geral de produção, aproveitando as trabalhadoras mais capacitadas para a supervisão de toda a rede.

A Comissão de Comercialização forma-se para atender à diretriz de diversificação de mercado e clientes. Desde o final do primeiro ano de existência, já ficou nítido para os(as) trabalhadores(as) que a demanda dos três hospitais deveria servir para alavancar a RICS em outras parcerias e mercados. A realização dessa tarefa mostrou-se bem mais complexa que seu enunciado, tanto do ponto de vista da diversificação da produção (novos produtos), como da conquista de novos compradores. Cada mudança produtiva ou comercial implica não só em alterações técnicas, mas principalmente em mudanças organizacionais, tecnologias e culturais. A Comissão de Comercialização definiu três campos de atuação para o desenvolvimento e diversificação da RICS. O primeiro campo é o que conceituamos de *mercados socialmente orientados (MSO)*. O MSO é formado por instituições que possuem demandas de confecção sistemáticas ou periódicas e que estão sensibilizadas para projetos de EPS. Este é o caso dos hospitais do GHC, como também podem ser as demandas de sindicatos, escolas, universidades, instituições públicas e empresas com demandas sociais. O segundo campo de atuação é o mercado de consumo aberto, composto por peças de roupa pronta para venda em lojas e feiras. Assim, a RICS lançou, no segundo semestre de 2008, a sua primeira coleção de roupas para venda direta nas lojas da EPS e para encomenda nas lojas de varejo.

O terceiro campo de atuação é o da captação de projetos sociais e de qualificação para a atividade econômica, junto a órgãos públicos e privados, com o objetivo de qualificação da rede.

O primeiro mês da RICS (junho/2005) atingiu a produção de 6 mil peças para os hospitais do GHC. Em dois meses, a produção atingiu 12 mil peças/mês. A partir do segundo ano, a demanda dos hospitais passou para 17 mil peças/mês, chegando a 20 mil em determinados. No terceiro ano, houve oscilações entre 8 mil e 22 mil peças/mês, estabilizando atualmente em 18 mil peças/mês.

Para a realização do objetivo de diversificação da produção e comercialização, foram implantadas ações com resultados considerados acumulativos e experimentais para a organização e funcionamento da RICS. Além dos três hospitais do Grupo Hospitalar Conceição, foram produzidas roupas hospitalares para o Hospital Porto Alegre, o Hospital Divina Providência, a lavanderia Ecoclean e para a clínica DayClinic. Foram produzidos uniformes da Guarda Municipal da Prefeitura de Porto Alegre e toalhas de mesa para o restaurante Riversides. Também foram produzidas bolsas para a cooperativa Girassol e para o sindicato dos trabalhadores na Justiça Federal – Sintrajufe. Além disso, foram confeccionadas camisetas para a Marcha Mundial de Mulheres e sacolas para CDs para a videolocadora Vídeo Haus. Esses novos clientes propiciaram uma comercialização experimental em torno de 4 mil peças, com preços variados.

A receita da RICS financia a renda dos trabalhadores dos empreendimentos solidários e dos trabalhadores técnicos do suporte à gestão operacional da rede, o custeio, o investimento e os fundos dos empreendimentos e da rede, a capacitação e qualificação dos trabalhadores e as atividades de formação. Não existe separação entre incubador e incubado, pois as assessorias, a formação e a qualificação acontecem na prática da produção e são internas ao processo produtivo, bem como a gestão da rede é coletiva, realizada por técnicos da Guayí e por trabalhadores, via o Comitê Gestor. Portanto, a incubação da RICS se orienta pela inserção produtiva através da autogestão e formação de rede, qualificação profissional e de gestão, aprimoramento e ampliação da produção visando a aumentar o número de trabalhadores e empreendimentos beneficiados e a sustentabilidade da rede.

Parte do princípio de que a produção em si não é suficiente para garantir a viabilidade econômica e social, sendo a realização (venda) da produção condição necessária aliada às capacitações técnicas e permanente formação.

A RICS, além do funcionamento regular dos empreendimentos solidários e da equipe técnica da Guayí, do Comitê Gestor, das Comissões de Produção e de Comercialização e das oficinas de formação, também realiza anualmente os Seminários de Estruturação da RICS, atividade com a participação de todas as trabalhadoras da rede. No seminário, momento importante de formação, precedido de reuniões preparatórias em cada unidade da rede, é realizado um processo de avaliação, debate e sistematização de diretrizes para a construção da RICS no próximo período. O último Seminário de Estruturação, de julho de 2008, apontou com nitidez a diretriz de garantir a qualidade para diversificar os mercados e, com isso, viabilizar a autonomia e a sustentabilidade. As trabalhadoras já perceberam com clareza a necessidade de qualificação na produção e na autogestão, inclusive com investimentos tecnológicos. Porém, o caminho é árduo e tortuoso para que a autogestão e a EPS possam superar a cultura do assalariamento e do autoritarismo paternalista, característicos da experiência de trabalho anterior. É o caminho a ser desbravado na prática, com todos os apoios possíveis na construção de uma nova economia solidária e incluyente.

Considerações finais

A construção da Rede Industrial de Confeção Solidária, segmento da Associação de Empreendimentos Solidários Emrede do RS, é identificada como uma prática econômica e social diferenciada do modo de produção capitalista, tanto pela propriedade ou posse dos meios de produção pelas trabalhadoras, como pelo controle destes, por meio da autogestão, dos processos produtivos e financeiros dos empreendimentos e a partilha democrática dos resultados da produção, podendo vir a constituir relações não-capitalistas de produção. A efetividade da autogestão, demonstrada pelo controle ativo dos trabalhadores sobre os processos produtivo e administrativo-financeiro dos empreendimentos, é mobilizadora do sujeito da EPS e propicia um ambiente de crítica radical.

As redes de economia solidária, pela sua constituição, papel e ação, potencializam seus atributos como *enclaves de autogestão, cooperação e solidariedade* nos interstícios capitalistas. A experiência tem demonstrado que a rede tem sido um instrumento de organização importante frente ao ambiente externo e interno. No ambiente externo, para enfrentar a pressão permanente realizada pelas empresas tradicionais e pelos mecanismos centralizadores de mercado para uma adaptação ao sistema capitalista hegemônico e, assim, perder as características de EPS. No ambiente interno, para superar a tendência cultural à verticalização e à identidade como empregado, na busca processual e permanente pela horizontalização e construção de uma cultura autogestionária. Este duplo desafio pode definir o resultado da experiência. Na RICS, observamos a articulação das trabalhadoras precarizadas e desempregadas com a Guayí e entidades de apoio cuja ação como trabalhadores(as) (intelectuais) orgânicos, em espaços de incubação de projetos estratégicos de economia popular e solidária, objetiva trabalho e renda na perspectiva de mudança social.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Paulo P. Autogestão. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. Pág. 9-23.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- ARRUDA, Marcos. *O "Feminino Criador": socioeconomia solidária e educação*. Rio de Janeiro: Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul, 1998.
- BRAVEMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- CARDOSO, Adalberto M. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CATTANI, Antonio D. A outra economia: os conceitos essenciais. In: CATTANI, Antonio D. (Org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- CLARKE, Simon. *Crise do fordismo ou crise da social-democracia?* São Paulo: Lua Nova, nº 24, Cedec, 1991.

- CORAGGIO, José Luis. Alternativas para o desenvolvimento humano em um mundo globalizado. In: *Revista Proposta*, no 72, pp. 30-38, 1997.
- CORIAT, Benjamin. *Pensar el reves: trabajo e organización en la empresa japonesa*. México/Espanha: Siglo XXI, 1992b.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho e LAVILLE, Jean Louis. *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.
- GAIGER, Luiz I. A Economia Solidária e o Projeto de Outra Mundialização. In: *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 47, n. 4, Pp. 799 a 834, 2004.
- GOUNET, Thomas. *Fordismo e Toyotismo na Civilização do Automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- _____. *Lettere dal carcere*. Org. A. Santucci. Palermo: Sellerio, 1996.
- GUIMARÃES, Sonia M. Fordismo e pós-fordismo. In: CATTANI, Antônio David e HOLZMANN Lorena (Org.). *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- HARVEY, David. *A Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- HOLZMANN, Lorena e CATTANI, A. D. Taylorismo. In: CATTANI, Antônio David e HOLZMANN Lorena (Org.). *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- KAPRON, Sergio e FIALHO, A. L. Políticas públicas para a economia solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- KUMAR, Krishan. *Da Sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo moderno*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- LEBOUTTE, Paulo. *Economia popular solidária e políticas públicas: a experiência pioneira do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: ITCP / COPPE, 2003.
- LIPIETZ, Alain. Fordismo e pós-fordismo. In: OUTHWAITE, Willian & BOTTOMORE, Tom (Org.). *Dicionário do pensamento social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.
- _____. *Miragens e milagres*. São Paulo: Nobel, 1988.
- MANCE, Euclides André. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- _____. *Redes de colaboração solidária – aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- MARQUES, Ivan da Costa. *O Brasil e a abertura dos mercados: o trabalho em questão*. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET, 1998.
- MATOSO, Jorge. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995.
- _____, POCHMANN, M. Mudanças estruturais e trabalho no Brasil. In: *Economia e sociedade*. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, n.10, junho, 1998.

- PINHO, Diva Benevides. *O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária*. São Paulo: Saraiva, 2004.
- POCHMANN, Marcio. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto, 1999.
- _____. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.
- OLIVEIRA, Manfredo A. A nova problemática do trabalho e a ética. In: TEIXEIRA, Francisco e outros (Org.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva*. São Paulo: Cortez; Fortaleza: UECE, 1996.
- SABEL, C. e PIORE, M. *The second industrial divide*. Nova Iorque: Basic Books, 1984.
- SANTOS, Boaventura de Souza. (Org). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SIES, Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. *Economia Solidária, Mapeamento Rio Grande do Sul*. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária, 2006.
- SCHNEIDER, Volker. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. In: Políticas públicas, Estado e sociedade. *Civitas: Revista de Ciências Sociais / Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais*, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Volume 5, nº 1, jan.-jun. 2005. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.
- SILVA, Luiz A. M. Mercado de trabalho, ontem e hoje: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento. In: SANTANA, Marco A. e RAMALHO, José R. (Org.). *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.
- SINGER, Paul. Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. In: *Revista Proposta*, n. 72, p. 6-13, 1997.
- _____. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.
- _____. e SOUZA, A. *A economia solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.
- _____. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento local e Microcrédito. Tecnologia Social, uma Estratégia para o Desenvolvimento*. Rio de Janeiro. Fundação Banco do Brasil, 2004.
- SOBOTKA, Emil A. Organizações civis. Buscando uma definição para além da ONGs e “terceiro setor”. In: Organizações e Movimentos Sociais. *Civitas: Revista de Ciências Sociais / Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais*, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Ano 2, nº 1, junho 2002. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- SOUZA, André R., CUNHA, G. C. e DAKUZAKU, R.Y. (Org.). *Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária*. São Paulo: Contexto, 2003.

3

Construindo rede de comercialização com os catadores de materiais recicláveis de Manaus

Antonieta do Lago Vieira, Sonia Maria P. Nascimento e Simone Rage Pereira*

Introdução

O projeto Inovar, empreender e reciclar surgiu da chamada da RTS através da FINEP e discute a organização dos catadores no cenário das preocupações ambientais, como um projeto inovador que buscou utilizar os princípios da economia solidaria para organizar e criar empreendimentos que promovam transformação social e inclusão (e melhoria) econômica. O projeto sempre teve como meta criar oportunidades para os catadores se organizarem em rede de comercialização.

A equipe do projeto realizou troca de saberes ao longo de dois anos e meio na territorialidade da cadeia de reciclados em Manaus. Foram pesquisadas as principais fontes geradoras, o perfil dos catadores, os atravessadores e as empresas recicladoras. Conseguimos trabalhar com mais de 200 catadores, sendo que 109 deles participaram de nossas capacitações, 68 realizam comercialização em rede e 58 atualmente se encontram organizados em duas associações – a ARPA e a Aliança.

A sustentabilidade do planeta Terra depende do enfrentamento entre valores antagônicos. De um lado, os critérios ligados à dignidade humana e à preservação ambiental; do outro, o conceito de progresso da sociedade capitalista.

* Membros da equipe da Incubadora de Empreendimentos Solidários/Núcleo Unitrabalho, ligada ao Núcleo de Tecnologias Sociais da Universidade Federal do Amazonas.

A evolução do capitalismo após a primeira revolução industrial gerou uma recorrente assimetria na divisão internacional do trabalho. A capacidade de absorver maior ou menor quantidade de trabalhadores, embora esteja subordinada ao desenvolvimento das atividades produtivas, não depende apenas do grau de expansão da economia de cada país, mas também do modelo de desenvolvimento adotado. Da mesma forma, a qualidade dos postos de trabalho existentes em um país depende tanto do desenvolvimento tecnológico e organização do trabalho quanto das condições impostas pela regulamentação trabalhista. Assim, os países periféricos, no intuito de oferecer condições mais satisfatórias à atração de novos investimentos, aceitam programas de agências multilaterais como FMI e BIRD, que utilizam recursos públicos para qualificar a mão-de-obra, criar contratos de trabalhos especiais, ampliação da jornada de trabalho, entre outros, o que resulta no rebaixamento ainda maior do custo do trabalho com a sua desregulamentação no mercado. Em outras palavras, o dinheiro do povo usado contra o povo.

Esse tipo de comportamento, além de piorar a distribuição da renda, não garante o não deslocamento do processo produtivo para outras localidades. Enquanto os meios de produção ocupam o espaço global, os trabalhadores são confinados em seus espaços geográficos, criando uma lógica perversa. Sob esse paradigma ocupacional, segundo o qual o trabalho se desloca pelo mundo, os países periféricos acabaram se transformando em feiras de concorrência das grandes corporações transnacionais pela captação de mão de obra com custos cada vez menores e preferencialmente desregulamentadas, via terceirização e trabalho subordinado.

A mão de obra desocupada ocupa os espaços da rua, pois, na cultura brasileira, a rua é a terra de ninguém. Por isso, a equipe do presente trabalho foi estudar essa terra de ninguém e encontrou os catadores de materiais recicláveis numa relação delicada entre a imagem do profissional e o objeto trabalhado. Embora a relação do profissional com o objeto lixo tenha evoluído nas últimas décadas, o catador em Manaus ainda convive com o estigma do catador de lixo e, portanto, a exclusão de um convívio harmônico na sociedade. Em outras palavras, as relações sociais que esses

profissionais possuem com o signo do objeto de suas atividades os colocam como elementos marginalizados, o inservível, o lixo.

Quando notamos que a quase totalidade dos catadores de rua que atuam na cidade de Manaus exercia as suas atividades de coleta informalmente, a equipe se dispôs a acompanhá-los, visando conhecer melhor estes trabalhadores e suas atividades. A partir de então, os estudamos como integrantes do tecido social urbano, com modo de vida próprio e marcados por uma característica: a exclusão socioeconômica.

A motivação que levou a equipe a essa realização foi a oportunidade de se consorciar a inclusão social dos catadores com o reaproveitamento dos recursos naturais ora escassos, com o intuito de quebrar o paradigma da humanidade que sempre aliou o progresso à destruição dos recursos naturais e das relações humanas. Entretanto, as críticas contidas na atual agenda da ciência, ao ser apropriada pelo capital privado, e as pesquisas voltadas para as tecnologias sociais nos permitem pressentir outras possibilidades de progresso e desenvolvimento socioeconômico com a premissa de que todas as alternativas futuras devem impor um desenvolvimento sustentável. Em razão disso, faz-se necessário administrar os escassos recursos naturais em um planeta esgotado por sua exploração intensiva desde a primeira revolução industrial.

A reutilização dos recursos ora explorados deve ser ação do coletivo. Desta forma, através da transferência de conhecimento aos catadores, o projeto objetivou modelar os seus comportamentos, através de várias discussões no coletivo, eliminando o trabalho isolado, para libertá-los das mãos dos atravessadores, por meio de estruturas que lhes assegurem a dignidade humana e a sustentabilidade social e econômica.

Os catadores de materiais recicláveis podem ser vistos dentro dessa nova ordem mundial como parte da solução do problema que hoje nos aflige. O caminho escolhido para modelar os seus comportamentos passa pela economia solidária. Nesse modelo de desenvolvimento, os catadores aprendem não só a partilha dos ganhos obtidos pelo trabalho coletivo e a importância da reciclagem no gerenciamento dos recursos da natureza, mas também a cooperar para avançar social e economicamente.

1. Referencial teórico

Os resíduos sólidos urbanos são uma das maiores preocupações da atualidade e um desafio para os gestores públicos. Essa preocupação advém da constante ampliação da geração de resíduos sólidos, consequência do atual modelo capitalista de produção e consumo, que vem se acelerando no decorrer dos anos, tomando dimensões preocupantes com o crescimento demográfico. Existe uma tendência mundial para diminuir o descarte de resíduos sólidos no meio ambiente, decorrente da consciência do esgotamento dos sistemas naturais que sustentam a vida, pois nem todos são renováveis. O crescimento indefinido para o futuro é impossível, porque não é mais sustentável um modelo de crescimento só para poucos. Não se pode mais enfatizar a prática cultural onde nações se sobrepõem às outras em busca dos recursos naturais, sem se preocupar com os danos causados às vidas humanas e das outras espécies (Pereira, 2007).

No entanto, a maneira mais correta e rápida seria conscientizar a humanidade para que pratique os cinco “R” que consistem em: repensar o problema do lixo; redução do lixo; recuperação de materiais; reutilização e reciclagem (Santos et alii, 2002).

Segundo Santos (2002), para compreendermos a reciclagem, é importante “reciclarmos” o conceito que temos de lixo (modernamente chamado de resíduo sólido), deixando de enxergá-lo como coisa suja e inútil em sua totalidade, pois o material descartado por um determinado indivíduo pode, perfeitamente, ter utilidade e valor comercial para outro. Logo, uma nova designação para os resíduos sólidos: “aquilo que foi descartado e que, após o emprego de determinados processos, ou não, pode ser útil e aproveitado pelo homem”. (Santos, 2002, p.19).

Quando reciclamos o conceito de lixo, passamos ao mesmo tempo a reciclar a figura do catador de resíduos sólidos, pois é ele o agente econômico dos insumos para a cadeia produtiva da reciclagem.

Segundo Velloso (2005), a hermenêutica diatópica, visando à escolha da cultura mais adequada, deve adotar dois imperativos interculturais:

- 1) Das diferentes versões de uma dada cultura, deve ser escolhida aquela que representa o círculo mais amplo de reciprocidade dentro dessa cultura, a versão que vai mais longe no reconhecimento do outro.
- 2) Os grupos sociais, ou a pessoa, têm o direito de ser iguais, quando a diferença os inferioriza; e o direito a ser diferentes, quando a igualdade os descaracteriza.

Dessa forma, a equipe sempre rejeitou tratá-los com outros nomes, como agentes ambientais, por exemplo, pois o nosso objetivo sempre foi incluí-los produtivamente em suas atividades, realizando o resgate cultural e histórico de sua profissão. Ao mesmo tempo, valoriza a conquista perante o Ministério do Trabalho e Emprego, pelo reconhecimento da profissão de catador, possibilitando, dessa forma, a criação de sindicatos ou movimento sociais, como o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis.

O trabalho parte da hipótese de que a realidade socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis em Manaus necessita de uma intervenção planejada, na forma de uma política pública de todos os entes da federação, especialmente do município, pois é o órgão institucionalmente responsável pela gestão dos resíduos e capaz de olhar e transformar o que parece ser um problema em oportunidade de inclusão economicamente viável e sustentável de uma grande parcela da população marginalizada, os catadores. A coleta seletiva, uma vez assegurada por lei, além de fomentar a base da economia da cidade através da inclusão produtiva desses catadores, é uma política pública responsável e correta para o século XXI, pois é uma política ambiental, econômica, social e cultural sustentável para um sistema frágil como o amazônico frente à Agenda 21.

Em meio a este quadro, o presente trabalho, para melhor conhecer os sujeitos do projeto, elaborou um questionário para verificar como estão organizados. No estudo dessa organização, realizou-se o levantamento do perfil socioeconômico, buscando captar dados referentes à idade, renda, escolaridade e composição familiar. Também se buscou captar dados

referentes a indicadores, tais como: condições de moradia e origem; condições de trabalho; condições de leitura e escrita.

Dessa forma, foram utilizadas também, como referencial teórico, noções básicas de estatística, por ser esta a ciência que dispõe de processos apropriados para recolher, organizar, classificar, apresentar e interpretar conjuntos de dados, fornecendo as técnicas necessárias para extrair informação dos dados captados, pois a estatística tem como objetivo encontrar leis de comportamento para todo o conjunto por meio da sinterização dos dados numéricos, sob a forma de tabelas, gráficos e medidas (Fonseca et alii, 1996, p.111).

2. Metodologia

As primeiras abordagens sempre foram na rua. A partir da relação de vínculo criada nessas constantes abordagens, recebíamos informações básicas e preenchíamos, se assim consentissem, um questionário para a formação da base de conhecimento sobre essa população. O projeto também propiciou, através dos encontros de integração, a formação cidadã afora um espaço privilegiado para a formação e consolidação de relações mais solidárias e afetivas entre os grupos. Os espaços físicos utilizados foram os públicos: praças, centro sociais da prefeitura, com a qual mantivemos parceria. O público atendido era muito variável, os catadores sempre estão mudando de local. Havia alguns grupos fixos, mas a maioria eram catadores isolados que perambulavam pela cidade, dentre os quais, muitos moradores de rua. Após oito meses de projeto, eram atendidos semanalmente a cerca de 120 catadores, mas conseguimos formar grupos com somente 64, em grupos ainda informais. Nesse período, já possuíamos informações de uma parte da cadeia, ou seja, foram identificados os atravessadores, as fábricas de reciclados e os preços dos materiais coletados.

Identificamos também que vários catadores são atravessadores; compram dos catadores isolados ou eventuais por menores preços. Tentou-se agrupá-los nesse ou em um novo grupo, mas a resistência era grande. Os catadores atravessadores temiam a perda dos ganhos pela venda coletiva às grandes empresas atravessadoras. A maioria das

empresas atravessadoras coleta o resíduo diretamente dos pontos de armazenamento; pesa-se e paga-se ao grupo ou ao catador. Identificamos, também, casos em que existem vários atravessadores antes de chegar ao destino final, ou seja, a compra pelas empresas recicladoras. As condições de armazenamento são péssimas e há muitas perdas com as chuvas, que em Manaus são frequentes.

Através deste projeto, a incubadora desenvolveu um processo de organização do trabalho no mundo dos catadores de material reciclado. Nesse momento, aprendemos que a dinâmica desse processo é constante e que não poderíamos ficar atrelados somente ao planejamento pré-estabelecido. Deveríamos sempre buscar alternativa e viabilidade para cumprir o que foi proposto ao financiador – FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), do Ministério de Ciência e Tecnologia.

Em nossas reuniões com os grupos, inicialmente em logradouro públicos e posteriormente na universidade, os orientamos sobre o manuseio dos resíduos sólidos. Optou-se por repassar essa informação por meio de encontros e oficinas, devido à dificuldade encontrada para realização da capacitação formal em sala de aula. Entretanto, nunca desistimos de realizá-la; esperávamos que, com mais convivência e confiança, um dia conseguiríamos capacitá-los para o mundo do trabalho de uma forma mais sistemática. Chegamos a trabalhar com mais de 200 catadores.

Desenvolvemos conhecimento das rotas de comercialização dos produtos reciclados em Manaus, incluindo a sua cadeia produtiva desde a catação até a reciclagem, assim como os preços praticados e a sua constante variação. Os resíduos sólidos são *commodities*.

Com o aumento dos ganhos obtidos através da negociação coletiva e conseqüentemente, com o aumento dos volumes negociados, conquistamos a sua confiança para a organização formal no mundo do trabalho.

Inicialmente, quatro catadores, depois de muito nos ouvir, decidiram formar uma associação e nos procuraram. A orientação tornou-se mais direta, esse grupo foi aumentando e, quando chegou a nove, foi constituída a ARPA – Associação de Reciclagem e Preservação Ambiental, com a qual finalmente poderíamos realizar a nossa metodologia de incubação.

2.1 Metodologia de incubação

Na incubação da ARPA e dos outros grupos, havia por parte da equipe o entendimento de que essa incubação deveria ser sempre acompanhada de um processo contínuo no crescimento econômico com a finalidade de produção do desenvolvimento local sustentável, aliado a uma melhora sistemática das condições de vida nos grupos onde o projeto foi implantado. Portanto, além do quantitativo, envolveu também aspectos qualitativos, que foram avaliados durante o processo de incubação através de indicadores.

Para dar suporte a esses grupos, a Incubadora de Economia Solidária da Unitrabalho/UFAM realizou técnicas de sistematização e organização do processo de incubação através de três equipes: equipe de mobilização, equipe de capacitação e equipe de tecnologia.

A equipe de mobilização foi responsável pelo cadastramento dos participantes, levantando as necessidades dos grupos para identificação do estágio de desenvolvimento, conhecimento necessário na elaboração do planejamento das ações que atendessem às suas realidades. Durante a mobilização, após as primeiras abordagens, criou-se vínculo de confiança, com a realização de visitas domiciliares. Para um grupo expressivo de catadores, o local onde residem é o mesmo onde armazenam o material coletado. Para outros, a casa do líder, conforme a foto1.

Nessas visitas, realizava-se o levantamento de como o material era armazenado, se havia risco para os familiares, além da identificação dos compradores. Nota-se nas informações coletadas que existem vários atravessadores que compram esse material. Na maioria das vezes, vão até a residência do catador e pagam qualquer preço pelo lote, não fazem pesagem; só os grupos mais organizados vendiam por peso.

A equipe de capacitação da incubadora foi responsável pela realização de palestras e oficinas de formação cidadã e de cursos para os grupos incubados. Muitas vezes, utilizamos eventos para capacitá-los na organização do trabalho em rede.

A economia solidária foi apresentada como tópico transversal de todas as oficinas e cursos. Os cursos ofertados foram: Associativismo e cooperativismo; Contabilidade Básica com ênfase em custos financeiros; Ciências ambientais; e Como elaborar projetos sociais.



Visita de rotina à casa de uma líder de grupo, março de 2007.

Fonte: Projeto Inovar, empreender e reciclar – FINEP/RTS e Unitrabalho/UFAM



Capacitação para organização do trabalho coletivo durante o evento do aniversário da cidade Auditório da Prefeitura, Manaus, outubro de 2007.

Fonte: Projeto Inovar, empreender e reciclar – FINEP/RTS e Unitrabalho/UFAM

Após a capacitação em associativismo e cooperativismo, foi iniciada a legalização do grupo em associação. Essa capacitação foi realizada duas vezes por semana durante uma hora e meia e nos grupos que ficaram com a incubadora se prolonga até os dias atuais. Após um ano, diminuiu-se a frequência, mas é necessário o eterno retorno, pois sempre há catadores entrando ou saindo de um dos grupos.



Catação em conjunto entre vários grupos durante o evento do aniversário da cidade Sambódromo de Manaus, outubro de 2007

Fonte: Projeto Inovar, empreender e reciclar – FINEP/RTS e Unitrabalho/UFAM

A capacitação de como elaborar um projeto iniciou-se depois da formação em associação. Nesse momento, já capacitados em economia solidária, associativismo/cooperativismo e custos, realizou-se a oficina de visão do futuro. Nessa oficina, os catadores foram expondo os seus problemas, pois somente eles conhecem a própria realidade. Uma vez exposta, identificam-se os pontos críticos de seu desenvolvimento. Quando todos da equipe, incubadora e catadores, adquiriram conhecimento da realidade da territorialidade a ser trabalhada e, identificados não somente os problemas, mas as potencialidades, passou-se para a tomada de decisão através da oficina sistemática de formulação de um projeto.



Triagem após o evento, para a venda em conjunto.

Galpão da SEMULSP, Manaus, outubro de 2007

Fonte: Projeto Inovar, empreender e reciclar – FINEP/RTS e Unitrabalho/UFAM

Na oficina de visão de futuro, se manifestaram os três subconjuntos diferenciados nos anseios desses novos empreendedores: o futuro desejado, objetivos e metas. O primeiro apresenta o desejo do grupo no espaço atemporal totalmente livre de restrições, onde simplesmente as coisas boas acontecem. Os acontecimentos são objetivos a serem perseguidos no plano de desenvolvimento construído pelo coletivo: nesse momento aparecem as restrições. Eles descobriram que, para viver no paraíso, é preciso superar muitos entraves. Esses entraves são a falta de investimento governamental em educação, créditos etc. Na continuação das discussões, descobriu-se que a solução também passa por mudanças de comportamentos, por compromisso com o próprio futuro.

Na realidade, o objetivo descreveu qualitativamente o futuro desejado dentro de um tempo pré-estabelecido, em um determinado espaço; foram imagem-objeto do desejo, daquilo que se deseja alcançar. Conseqüentemente, foram formados estereótipos do futuro desejado.

Uma vez conhecidos os desejos, pode-se exprimi-los em objetivos gerais e específicos, a serem perseguidos dentro do plano de metas e que

servirão de base para a futura construção do plano de negócio. As metas quantificaram os objetivos, especificando a quantidade pretendida e tempo em que devem ser alcançadas.

Tanto os objetivos como as metas expressaram o futuro desejado, o objeto do projeto. Os objetivos gerais e seus desdobramentos – os objetivos específicos – traduziram o resultado pretendido de forma concreta e específica. Os catadores, nessas oficinas, a partir de sua própria realidade e dos questionamentos, aprendem a entender um projeto. Quando indagam sobre o futuro desejado e separam os sonhos da fantasia, constroem o objeto do projeto.

Definido o objeto do projeto, passou-se à indagação do que os impede de realizar os sonhos. Nesse momento, realiza-se a discussão sobre os pontos críticos, as mazelas e chagas dos catadores. Definidos os pontos críticos, buscou-se a solução. Nesse momento, foram definidas as metas.

Identificados os objetivos e definidas as metas, ou seja, em quanto tempo e qual o percentual de cada objetivo será concretizado em cada período pré-estabelecido, o projeto está formatado, pois os catadores, ao conhecer o objeto, os objetivos e as metas a partir da realidade vivenciada, constroem seus projetos. Nos cursos e oficinas de contabilidade básica e gestão, eles aprendem a compreender os planos de aplicação.

A equipe de tecnologia foi responsável pela transferência de tecnologia através de: assessoria nas áreas de planejamento, contábil e administrativa, para assegurar a gestão do empreendimento solidário, e desenvolvimento de tecnologias sociais detectadas como necessárias, assim como a sua implantação nos empreendimentos.

É importante que os empreendimentos de economia popular aprendam a elaborar projetos, pois só assim eles poderão se empoderar com o auxílio dos programas de governo. Mesmo que os projetos inicialmente sejam elaborados pela incubadora, faz-se necessário que eles possuam o seu entendimento para alcançar o sucesso nas suas implantações.

Toda incubação é um processo, que tem como finalidade captar e analisar as características dos vários métodos disponíveis, avaliar suas capacidades, potencialidades, limitações ou distorções e criticar os pressupostos ou as implicações de sua utilização. Podemos informar que a incubação

realizada pela Universidade Federal do Amazonas tem como meta principal a transferência de tecnologias (conhecimentos).

Desta forma, quando a equipe orienta o empreendimento em sua organização funcional, seja através de cursos, oficinas, reuniões programadas e acompanhamento sistemático aos livros, controles internos e documentação do empreendimento, realiza a transferência da tecnologia de gestão. Da mesma forma – além dos cursos, oficinas e reuniões programadas – nas visitas aos grupos ou diretamente na unidade produtiva, o técnico responsável os orienta nos problemas específicos de produção. Nas reuniões internas da incubadora, os problemas são discutidos e, se não resolvidos, procuramos outros especialistas dentro da própria universidade. Nesse momento, gera-se a inovação. Não raro, nossos problemas entram na agenda de pesquisa de alguns professores.

O monitoramento e a avaliação aos grupos atendidos ocorrem por meio de observação e do diálogo estabelecido entre a incubadora e os grupos durante o desenvolvimento das atividades nas associações e nas ações desenvolvidas nos grupos. Também, nas associações, são observados os documentos, controles administrativos e financeiros, as atas de reuniões e assembleias da associação e outros registros. Os dados obtidos são sistematizados, apresentados e discutidos no coletivo, com o apoio da equipe da incubadora. A sistematização procura levantar e apresentar pontos que são avaliados relativamente ao desenvolvimento das relações no trabalho, relações sociais e com o meio em que está inserido, ou seja, autogestão, produção, comercialização, distribuição dos ganhos entre os associados, entre outros. A equipe da incubadora reunida aprecia, discute e avalia esse processo, como orientação para o retorno às associações, para continuidade das atividades com os grupos atendidos e, nesse entrelaçamento de informações, vamos construindo o nosso referencial conceitual.

Consequentemente, a importância das incubadoras universitárias está na capacidade de gerar e transferir conhecimentos, principalmente os resultados da pesquisa científica, para utilização nos empreendimentos e aplicação no mercado. Além disto, as incubadoras geralmente transferem credibilidade ao empreendimento incubado, devido à respeitabilidade das universidades e pesquisas nelas desenvolvidas.

Outros aspectos importantes, relacionados à cooperação universidade-empresendimentos, que ocorre através da incubadora, é a inovação, principalmente a de cunho tecnológico, possibilitada pelas condições existentes nas universidades, que surge a partir da interação entre os cooperados, visando o aprendizado organizacional, a geração, transferência e disseminação do conhecimento. Agindo desta forma, a incubadora universitária atua como centro de pesquisa e desenvolvimento para os empreendimentos de economia popular. Esta é a forma deles chegarem ao processo de inovação tecnológica, tão necessária para consolidação da economia solidária como uma economia alternativa ao capitalismo excludente.

Outra função das incubadoras é a formação de recursos humanos para a sustentabilidade da agenda da pesquisa universitária para interesse social. Os acadêmicos, em sua formação complementar ou como bolsistas de extensão, também são acompanhados por técnicos e orientados pelos docentes de diversas áreas de conhecimento.

O processo mais importante talvez seja o da desincubação, que se inicia no momento em que a incubadora capacita os grupos, com formações em fluxo de caixa, legislação, gestão e em matérias específicas de suas atividades. No dia a dia, os associados entram em contato com o mundo dos negócios e da produção; aprendem, em contato com a incubadora, a necessidade de manter sempre atualizados o livro caixa, o inventário dos bens e o registro de produção e, principalmente, a elaborar e gerenciar os projetos.

A incubadora possui o entendimento de que a associação é um estágio intermediário que capacita os empreendimentos para se tornarem cooperativas. A experiência nos indica que a metodologia mais viável é o aprender fazendo. Através das constantes visitas, se transfere a tecnologia de gestão; no início, fazemos para eles e, depois, com eles os livros caixas, registro do volume de produção e, posteriormente, avaliamos o trabalho realizado. A capacitação é uma constante e, nessa troca de conhecimento entre incubadora e os empreendimentos, vão sendo construídos os conhecimentos, criando o referencial conceitual sobre os meios de produção, mercado etc.

Nesse dia a dia, os grupos aprendem a lidar com os custos fixos e variáveis e a buscar sempre novos mercados para o seu produto. Quando

se alcança o equilíbrio das finanças, novos gastos são introduzidos. Ainda no estágio de associação, deverão adquirir registros da seguridade social como autônomos. A associação tem o compromisso de reservar o recurso para o pagamento e realizá-lo. Isso é importante para que o aumento do custo da cooperativa não a inviabilize.

Consolidada a associação como atividade econômica, é hora de legalizá-la em cooperativa e marcar a sua posição no mercado; nesse momento, é confeccionado o plano de negócios.

3. Resultados

Através do levantamento socioeconômico, 21% das pessoas que exercem a profissão de catador declararam que são nativas de Manaus, 50% têm origem no interior do estado do Amazonas e 29% em outros estados, principalmente no Maranhão e interior do Pará. Os que aqui chegaram vieram à procura de trabalho, mas a pouca qualificação profissional os empurrou para as ruas. Muitos passaram por várias ocupações: carregadores nas feiras, lavadores de carro, entre outras, todas elas se desenvolveram no espaço da rua.

Nessa pesquisa, a média de filhos entre os catadores de Manaus é quatro; 69% dos catadores têm entre 1 e 4 filhos e 4% têm acima de nove filhos. Esses dados são preocupantes, pois 70% dos catadores possuem idade até 35 anos, biologicamente a idade fértil.

Em relação à educação, 60% não possuem o primeiro grau completo e 7% nunca foram à escola; dos 26% que chegaram ao ensino médio, 19% o concluíram. Entretanto, quando a pergunta é sobre o grau de escolaridade dos pais, 50% declararam que os pais nunca foram à escola. Em relação aos filhos, 78% os mantêm nas escolas, todos estudam na rede pública; 12% declaram que os filhos já concluíram o segundo grau; para 9%, os filhos ainda não estão na idade escolar e somente 1% declara que os filhos não estudam. O grau de escolaridade vem crescendo substancialmente geração após geração, como resultado direto do investimento público no setor educacional nas periferias das cidades e nas zonas rurais da Amazônia.

Em relação à leitura e cálculos de matemática para o exercício do trabalho, conforme tabela 1, 43% declaram que sentem dificuldade de leitura e 69% possuem dificuldade com a matemática. Esse dado é muito importante, pois a matemática é a base de toda transação comercial. A falta de domínio das operações básicas torna o catador muito dependente do líder, do amigo em quem ele confia, mas isso o impede de crescer e enraíza os vínculos da dependência.

TABELA 1**Capacidade de leitura, escrita e matemática**

Qual é sua capacidade de leitura?	
Incapaz de ler	14%
Lê com dificuldade	24%
Não tem dificuldade	62%

Qual é sua capacidade de escrita?	
Incapaz de escrever	10%
Escreve com dificuldade	33%
Não tem dificuldade	52%
Assina apenas o nome	5%

Qual é sua habilidade com a matemática?	
Incapaz de lidar com números	29%
Lida com dificuldade	38%
Não tem dificuldade	26%
Não opinou	7%

Gosta de ler?	
Gosta muito	29%
Gosta um pouco	55%
Não gosta	17%

Gosta de escrever?	
Gosta muito	24%
Gosta um pouco	45%
Não gosta	31%
Não opinou	

Gosta de fazer contas?

Gosta muito	21%
Gosta um pouco	40%
Não gosta	38%

A habilidade com a matemática ajuda no seu trabalho

Ajuda muito	14%
Ajuda um pouco	67%
Indiferente	19%

A capacidade de leitura ajuda no seu trabalho

Ajuda muito	50%
Ajuda um pouco	33%
Indiferente	17%

A capacidade de escrita ajuda no seu trabalho

Ajuda muito	24%
Ajuda um pouco	50%
Indiferente	26%
Total	100%

Fonte: Projeto Inovar, empreender e reciclar – FINEP/RTS e Unitrabalho/UFAM.
Ano da coleta de dados: 2007

Trabalhou-se, ao longo de dois anos e meio, com mais de 200 catadores, porém somente 58 desses catadores estão formalizados em associações e atuam na economia solidária. Os restantes continuam na informalidade, na mão dos atravessadores e na relação do líder-patrão, a quem eles devem (equivocadamente) eterna gratidão.

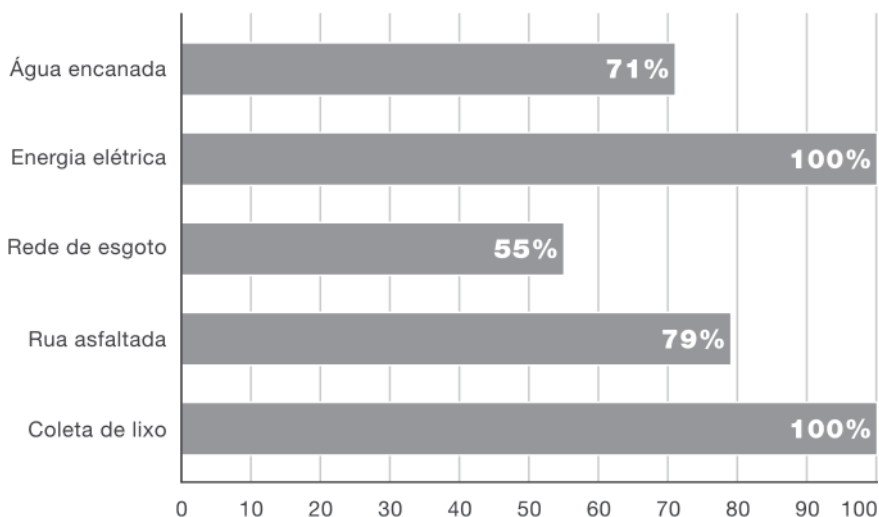
Mesmo realizando pesquisas para o incremento de produtos/processos/serviços como, por exemplo, a retirada das etiquetas e a separação dos plásticos, somente a ARPA e Aliança as executam. A ARPA foi a primeira associação em Manaus a retirar as crianças do espaço de trabalho, embora nunca tenha utilizado trabalho infantil, mas permitia que crianças estivessem nesse espaço. Infelizmente, não conseguimos sensibilizar a totalidade dos catadores sobre a importância da qualidade do produto e

do respeito à infância. A Aliança, bem mais nova, vem se esforçando para conseguir a respeitabilidade da ARPA.

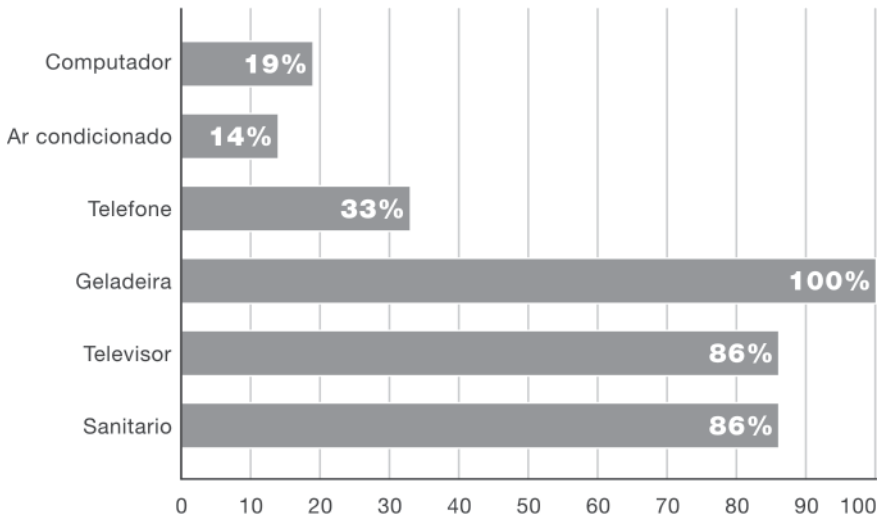
No Gráfico 1, podemos visualizar um dos indicadores de qualidade de vida analisada pela pesquisa. Pode-se observar que 100% dos catadores residem em locais com coleta de lixo e energia elétrica, mas somente 71% possuem em suas casas água tratada e, em percentagem ainda menor, 55% possuem o benefício da rede de esgoto. É a “epidemia surda” da carência de saneamento, que pune e mata, num país sem lutas nem guerras, principalmente as populações de baixa renda, marginalizadas no processo econômico.

Com relação à existência de bens duráveis em seus domicílios, 100% dos catadores pesquisados declararam que possuem geladeira. Mas, o triste quadro cultural do nosso saneamento evidencia-se quando percebemos que somente 86% declararam que possuem sanitários. O interessante é notar a existência dos bens de consumo tais como: televisor 86%, computador 14% e ar condicionado 14%. Ver Gráfico 2.

GRÁFICO 1
Serviços públicos



Fonte: Projeto Inovar, empreender e reciclar – FINEP/RTS e Unitrabalho/UFAM. Ano da coleta de dados: 2007

GRÁFICO 2**Bens duráveis**

Fonte: Projeto Inovar, empreender e reciclar – FINEP/RTS e Unitrabalho/UFAM. Ano da coleta de dados: 2007

Considerações finais

A análise realizada através da leitura dos dados revelou que os catadores, mesmo sem a organização do mundo do trabalho, ou seja, sem o conhecimento básico de gestão e mercado para gerirem os seus empreendimentos, quando trabalham em grupo, conseguem obter lucros acima da média brasileira para público com a mesma escolaridade. Na pesquisa realizada, a renda média obtida foi de R\$ 532,00 por mês. Entretanto, 67% declararam que possuem abaixo de oito anos de escolaridade. Dessa forma, a atividade da catação proporciona uma renda maior que a obtida por um operário de chão de fábrica do pólo industrial de Manaus, que necessitam do segundo grau completo para ingressar nas indústrias. Entretanto, ao analisarmos a distribuição de renda, observou-se que a renda real é muito baixa, os ganhos sempre ficam nas mãos dos líderes.

Essa pesquisa se confunde com a história recente da ARPA. Inicialmente, eram quatro catadores com objetivos bem definidos; quando chegaram a nove, em março de 2007, foram formalizados como associações. Entretanto, após dois meses de legalização, havia 27 catadores associados, e subiu até os 32; e aí vieram os conflitos, pelo sucesso recente. Muitos esperavam que, com o CNPJ, o resultado em ganhos financeiros seria imediato; aos poucos, foram saindo e formando novos grupos informais; na ARPA ficaram somente 15 catadores e o projeto de se transformarem em cooperativa foi adiado.

A ARPA ganhou vários prêmios ao longo de 200. Entre os prêmios, estão uma prensa, uma balança digital e, mais recentemente, um galpão desmontável, pois se encontra em terreno alugado. No começo de 2008, observou-se um processo de volta de alguns catadores, inicialmente para deixar o material coletado com a finalidade de agregar valor pelo volume de venda, depois foram solicitando a volta.

Hoje, a ARPA conta com 43 catadores que discutem em conjunto a formatação de uma cooperativa, com metas futuras de reciclar o plástico em Manaus. A outra associação, ALIANÇA, é mais recente, tem somente 15 catadores que, aos poucos, está conquistado o mercado.

Referências bibliográficas

- PEREIRA, Simone. *Perfil socioeconômico dos catadores de materiais recicláveis organizados em Manaus*. Trabalho de conclusão do curso de Economia, UFAM, 2007.
- SANTOS, Maria; TOPAN, Claudia; LIMA, Ellen. *Lixo: curiosidades e Conceitos*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002.
- VELLOSO, Martha Pimenta. Os catadores de lixo e o processo de emancipação social. *Revista Ciência e saúde coletiva*, vol.10, suppl.0. Rio de Janeiro, Sept./Dec. 2005.
- FONSECA, Jairo Simon; MARTINS, Gilberto de Andrade. *Curso de estatística*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

PARTE IV

Incubadoras de empreendimentos solidários, tecnologia social e reaplicação

1 Estado, comunidade de pesquisa e atores sociais: a construção da agenda de políticas públicas e os modelos cognitivos para a ciência e a tecnologia

Laudemir Luiz Zart*

Introdução

O presente ensaio resulta da nossa experiência de docência, de pesquisa e de extensão no ensino superior na Universidade do Estado de Mato Grosso, enquanto trabalho e reflexão na área da educação e da socioeconomia solidária. Esta formação intelectual está sendo complementada e aprofundada no curso de doutoramento na Universidade Estadual de Campinas no Programa de Pós-graduação em Política Científica e Tecnológica. Seguiremos as reflexões abordadas pelo Prof. Dr. Renato Dagnino, na disciplina de Estudos Sociais em Ciência, Tecnologia e Sociedade e que fundamenta referenciais teóricos e conceituais para a compreensão da ciência e da tecnologia para que um processo, denominado de Adequação Sociotécnica, possa ser desenvolvido. Queremos ressaltar que as interpretações contidas neste texto são de total responsabilidade nossa, embora tenhamos nos orientado e embasado nas reflexões das aulas e dos textos do referido professor.

* Professor de Sociologia da Universidade do Estado de Mato Grosso. Membro do Núcleo UNEMAT – UNITRABALHO e do PIESES – Programa Institucional de Educação e Sócio-economia Solidária, Doutorando na Universidade Estadual de Campinas no Programa de Política Científica e Tecnológica. E-mail: laudemirzart13@yahoo.com.br

O texto está organizado em cinco partes: na primeira trataremos da análise de políticas e o processo de democratização do estado; na segunda refletiremos sobre o modo de atuação da comunidade de pesquisa e as influências na política de ciência e de tecnologia, problematizando a interação entre os atores, as agendas e os modelos cognitivos; na terceira parte teremos como objeto de reflexão o modelo cognitivo alternativo e as mudanças na política científica e tecnológica; na quarta focaremos no modo de atuação do ator comunidade de pesquisa e a presença do ator movimentos sociais na definição do modelo cognitivo; e, por último, trataremos dos desafios para as incubadoras universitárias.

Temos o objetivo de fazer uma reflexão sobre o Estado, as políticas públicas e as ações de atores sociais para elaboração, implantação e avaliação das políticas de ciência e tecnologia. O contexto que problematizamos é relativo à possibilidade de democratização do Estado, aplicando o referencial de Análise de Política para podermos ter um movimento analítico entre o momento da descrição da realidade e o momento prospectivo, ou o normativo, que por reconhecer que a ciência não é neutra e não aceitar o determinismo tecnológico, aplica metodologias explicativas e de ação na direção da compreensão do sentido e das práticas dos atores sociais.

A esta questão está associada a problematização sobre os modelos cognitivos que fundamentam as concepções e as ações dos atores sociais. As atitudes diversas em relação à política de ciência e tecnologia, em relação à economia, à cultura, à educação, etc. têm relação com o modo de conhecimento, os valores, as opções, a visão de mundo que orientam os atores sociais nas suas escolhas, nas estratégias e nos compromissos. O modelo cognitivo é, neste sentido, um conceito pelo qual podemos explicar os fenômenos existentes e, ao mesmo tempo, os processos constituintes. É um conceito que traduz as configurações de saberes e de atitudes dos atores sociais em contextos e projetos societais e epistemológicos diferenciados e, muitas vezes, contraditórios. As diferenciações e as contradições representam os modelos teóricos distintos que produzem e são produzidos por contextos e projetos sociais diferenciados. Há neste sentido uma correlação entre a ciência, a tecnologia e o projeto de sociedade.

Nestes termos fica a questão da possibilidade de experimentar processos científicos e tecnológicos que estejam em relação com as perspectivas do modelo cognitivo, denominado por Dagnino de Adequação Sociotécnica. Este conceito visualiza as práticas sociais e as formas de conhecimento que são produzidas e socializadas com os atores sociais. O conhecimento está em adequação, ou poderíamos dizer, ligado, grudado, vinculado aos grupos sociais com os quais as ciências e as tecnologias são construídas. Os conhecimentos não são estranhos, não são de fora, mas são resultantes da interação dos atores sociais nos contextos vividos. A ciência e a tecnologia são um des-cobrir e um des-envolver de saberes e de fazeres próprios dos atores sociais. É neste sentido que a atitude do cientista passa a ser engajada e comprometida; e a ciência e a tecnologia tomadas explicitamente de valores e de orientações para a construção de determinados projetos sociais, no caso uma sociedade que esteja fundamentada nos princípios da solidariedade e da cooperação. É neste contexto que as incubadoras universitárias têm um sentido profundo: experimentar e socializar as ciências e as tecnologias novas.

1. A análise de políticas e o processo de democratização do Estado

Nesta primeira parte, abordaremos a questão do Estado brasileiro sob um olhar histórico. Avaliamos que a abordagem histórica nos possibilita a compreensão das configurações que as relações de poder político e econômico vão tomando e como os atores se comportam nestas relações. Para a nossa reflexão, nos embasaremos na teoria da Análise de Políticas (Ham e Hill, 1993) para verificar a relevância desta para a compreensão do processo de democratização do Estado brasileiro. Faremos primeiro uma incursão em conceitos sobre o Estado, para em seguida analisarmos a abordagem da Análise de Políticas e problematizar a possibilidade de democratização do poder político nas relações socioeconômicas brasileiras.

Abordaremos três aspectos que consideramos importantes em relação ao Estado brasileiro: o patrimonialismo, o paternalismo e o autoritarismo. A questão da democracia deixaremos para o final desta primeira parte.

O patrimonialismo, analisado por Raimundo Faoro (1958), a partir da leitura weberiana das estruturas de poder do Estado brasileiro, demonstrou a capacidade de absorção do significado de público para as relações do campo do privado. Neste sentido, o Estado não é um ente que possui governabilidade para o atendimento das demandas sociais. Aliás, estas não estão na agenda dos *policy makers* (dos fazedores de políticas). O Estado é concebido e gerenciado para o atendimento das necessidades privadas dos grupos sociais dominantes, que além de possuírem o domínio sobre os meios de produção, terras, indústrias, bancos, tornam privado o Estado. Podemos dizer que o Estado é um ente privado, daí o comando direto e objetivado sobre o judiciário, o legislativo e o executivo. Os dominantes econômicos associam este domínio ao político e o poder é decidido e executado a partir das relações de classe social somadas aos benefícios de conhecer ao outro nas relações pessoais. É a formação de uma rede de amigos que usam do Estado para o seu próprio bem, atendendo às necessidades econômicas e políticas da elite política. Neste caso o conceito de elite política é mais adequado do que o conceito de classe social, apesar de termos expresso em primeiro lugar o conceito econômico, consideramos que para fazer parte da reunião dos agentes controladores do Estado é necessário possuir riqueza privada, mas não necessariamente capital, no sentido de ser produtivo, mas o *status quo* adequado às relações sociais e culturais que estejam em acordo com as normas dominantes. Desta forma, as relações políticas tornam-se prioritárias e o privilégio de estar neste grupo significa poder usufruir as condições reais e os benefícios do Estado.

Distinta, porém associado ao patrimonialismo, está a concepção do paternalismo. O paternalismo é uma forma política muito presente nas relações de poder que configuram a cultura política da sociedade brasileira. Pela presença da elite política, vinculada aos preceitos da desigualdade social, o paternalismo é uma metodologia de exercício do poder legitimadora das estruturas que reafirmam e reproduzem socialmente as desigualdades sociais. O paternalismo não possui o caráter autoritário no sentido da coerção direta do Estado sobre o indivíduo. Diferentemente, o dominante exerce o papel de “pai”, portanto, de protetor, daquele que é indispensável para que os pobres possam ser protegidos e a vida possa ser reproduzida

socialmente. As relações de autoridade se dão a partir das relações de compadrio, portanto, de pessoalidade. Aqui há uma semelhança com o patrimonialismo. Porém, estes logo se distanciam nas práticas sociais do poder, porque o patrimonialismo atende aos desejos insaciáveis dos ricos, que se mantêm no topo da pirâmide da dominação, enquanto as relações paternalistas se destinam à satisfação precária das necessidades imediatas e urgentes das classes sociais populares. O paternalismo é uma estrutura de poder que torna o pobre devedor político do rico que controla o Estado. Como o Estado não é concebido como ente público, então, a cultura política dominante traduz uma prática social que afirma a dívida pessoal e o compromisso de obediência pessoal pelo benefício recebido e não devido a um direito público afirmado e que deve ser implementado.

O terceiro aspecto a ser colocado é o perfil do Estado autoritário. Aqui queremos destacar alguns aspectos que são especiais nesta configuração do Estado. Acentuam-se as características do Estado usar de instrumentos legais de coerção e de dominação política. Vale destacar, as relações de dominação saem da esfera das redes de relações de pessoalidade para o campo das relações institucionais. Há uma profissionalização e burocratização do Estado. O planejamento e os planos tornam-se os instrumentos de controle do Estado. No Brasil, a passagem para o Estado burocratizado e que incorpora técnicos para o planejamento, portanto uma cientificização da gestão da máquina pública e da articulação das ações do Estado com os interesses econômicos da burguesia, foi analisado por Octavio Ianni (1991). É o período do Estado-militar (Zart, 2005), que reorganiza a gestão do Estado implantando as estratégias de planejamento centradas em processos de elaboração de planos que orientam as ações para a modernização do Brasil. Pela característica do Estado-militar, o planejamento foi centralizado nos órgãos de Estado e nos técnicos considerados como os conhecedores dos procedimentos de planejamento e, portanto, os únicos que possuem a racionalidade adequada para bem julgar e escolher o que deve ser feito nas políticas públicas. O Estado autoritário é um Estado politicamente fechado e que usa da força física coercitiva para promover a repressão, além da coerção psicoafetiva contra seus oponentes. Os oponentes intelectuais são considerados como irracionais ou como

inimigos da nação, portanto, não queridos para viver no mesmo espaço dos gestores do Estado autoritário. Os instrumentos de confecção dos planos de ação dos governos autoritários são peças que determinam as atividades dos planejadores e dos que recebem as políticas, como instrumentos infalíveis, feitas racionalmente para conduzir as atitudes procedimentais para a adequação aos objetivos maiores do Estado. Não há, portanto, a possibilidade de participantes outros, a não ser os técnicos, para poder modificar os rumos e as ações do Estado. Há somente a possibilidade da legitimação dos objetivos, das metas e dos métodos pré-estabelecidos.

O que tentamos demonstrar com estas três características é o não exercício da democracia no Estado brasileiro. Cronologicamente, estamos na década de 1980, quando começa o período de abertura política do Estado-militar. Vale dizer, desde a colonização do Brasil em 1500, estamos construindo relações de poder estruturantes de processos de um Estado autoritário. A primeira etapa da nossa história mostra os portugueses dominando os índios e explorando as riquezas naturais. Soma-se a este período, a escravização dos negros, mais de 300 anos deixados no pau-de-arara. Constrói-se a cultura da relação da *casa grande* e da *senzala*, cada qual no seu devido lugar. A obediência calada como fator essencial das relações de poder. Toda tentativa de libertação, como: a formação dos quilombos, as guerras dos índios são reprimidas com total força militar pelo Estado. Este espírito do Estado colonial não foi modificado pela república. Os antigos chefes de Estado deram continuidade às estruturas e à cultura do poder dominante. Os migrantes europeus são trabalhadores que reforçam a estrutura econômica do Brasil. Estes se inserem nas relações de propriedade e na concepção de Estado. São substitutos da força de trabalho dos escravos e dos índios que já não serviam mais aos interesses econômicos e políticos da classe social dominante, dentre estes os senhores das terras, mas também da indústria nascente. Esta digressão tem como objetivo ilustrar as dificuldades no Brasil de democratizar o Estado e as relações sociais e econômicas. Haveremos de nos questionar sobre as possibilidades e os limites de institucionalizar processos de democratização do Estado, que fora historicamente dominado por métodos centralizados e autoritários. É possível gerar uma cultura de participação propositiva no Brasil?

Para refletir sobre esta questão, vamos fazer uma incursão na teoria da Análise de Política. A pergunta que irá nos guiar é sobre a possibilidade de ações para a democratização da cultura política brasileira e, dentro dessa problemática, quais as orientações teóricas que conseguimos apreender como importantes para a superação das características das políticas públicas centralizadas nos técnicos e nos grupos sociais hegemônicos. Associadas a estas questões, necessitamos pensar a responsabilidade dos pesquisadores e, por conseguinte, da universidade, para a democratização das políticas públicas.

Para pensar estas questões e problematizar o próprio sentido das incubadoras nas universidades, destacamos, no primeiro momento, a relevância teórica que indica que a ciência não é neutra. Este fenômeno interpretativo é fundamental para discorrer sobre a responsabilidade de inserção do cientista no processo de elaboração de um projeto social que possa superar as contradições sociais de exclusão social ou, mais efetivamente, de transformação da cultura formadora das relações sociais capitalistas e do Estado autoritário. Neste sentido, podemos aferir que o cientista, na condição de analista, não permanece distante da realidade vivida; a fotografa com olhar curioso e a retrata sem percebê-la na sua rudeza existencial. No dizer de Ham e Hill (1993, p. 18), a Análise de Política é, ao mesmo tempo descritiva, explicativa e prescritiva, trabalhando com a perspectiva da resolução de problemas sociais. Ao negar a neutralidade, a teoria da Análise de Políticas nos traz um desafio intelectual bastante significativo em termos metodológicos, vale dizer, passaremos das análises descritivas para as análises normativas, portanto, de aceitação de que as relações humanas (por conseguinte as ciências) são guiadas por valores. Se nos processos de planejamento e de análise das políticas públicas, relativas ao modelo de Estado que acima descrevemos, podemos aceitar o técnico planejador distante de outros atores sociais, o planejador e o analista do campo da Análise de Políticas torna-se um ator ativo nas relações de poder e participante dos processos públicos de discussão, elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas. Neste sentido, a teoria nos mostra a viabilidade de análise comprometida com processos societais e cognitivos que são provocadores de conflitos ideológicos e científicos, que poderão em tese levar a um processo de democratização da Sociedade e do Estado brasileiro.

Isto implica na compreensão do sentido da política. Nestes termos, encontramos, tanto na língua portuguesa quanto na espanhola, uma dificuldade de distinção dos sentidos semânticos da palavra política, devido em primeiro plano, à mesma escrita ortográfica, o que não ocorre na língua inglesa. Vamos abordar esta diferença utilizando a ortografia inglesa. Mas queremos fazer a observação, antecipada, que os mesmos significados estão presentes na língua portuguesa, mas que temos entre nós – e consideramos este fator uma situação política, ideológica e um processo sociológico de desmerecimento dos debates públicos sobre a política – a não clareza entre diferentes conotações do conceito. O sentido da palavra política está desvirtuado no imaginário do grande público, o que gera uma disposição negativa para o debate, avaliação e elaboração de políticas, ficando estas, se não para um grupo reduzido de participantes, efetivamente para uma elite elaboradora das políticas.

Apresentamos os três sentidos de política e a sua relevância elaborados por Roth-Deubel (2006, p. 25–26). A primeira é o sentido de luta e de atividade organizativa ligada ao controle de poder, então a escrita é *politics*. O segundo significado está ligado aos propósitos e programas públicos, *policy*. Por fim, a *polity* concebida como a ação de governo e das sociedades humanas. Esta distinção é relevante para a clareza dos sentidos das políticas públicas em dois aspectos: primeiro, para pensar a organização do Estado, a necessidade de participação e as disputas que ocorrem na definição dos objetivos, das metas, da alocação de recursos, nas decisões a serem tomadas. É geradora da clareza que a ciência, assim como o Estado, portanto a política, não são neutras, mas resultantes de inter-relações que ocorrem entre os atores e da sua capacidade propositiva. A segunda nos guia, na nossa aprendizagem, para o cenário que as *policy* são resultantes da *politics*, das relações e dos conflitos entre os atores sociais na construção das políticas públicas. Por isso mesmo, a *polity* é configurada como consequência da participação ou da abstenção de determinados atores sociais. Podemos acrescentar que a participação ou abstenção dos atores é favorecedor da tomada de decisões numa determinada direção política, o que significa a não tomada de decisão na direção oposta; portanto é favorecedora de determinados grupos sociais em detrimento de outros.

Bem, numa sociedade de classes sociais, portanto de desigualdade social, o cenário de elaboração das *policy* é um processo de reafirmação e reprodução social das estruturas sociais excludentes ou um processo de *politics* para induzir a *polity* para as ações de governo que possam induzir as transformações sociais.

Para uma compreensão mais ampla da questão das políticas, seguiremos os escritos de Dagnino (2002, p. 10-11), explicitando as diversas visões sobre o processo de Análise de Políticas: a pluralista, a elitista, a marxista e a corporativista. Acreditamos que a visão elitista caracteriza melhor todos os tempos e os quinhentos anos da construção do Estado brasileiro. É resultante do exercício do poder “por um pequeno número de bem organizados interesses societais e a habilidade dos mesmos para alcançar seus objetivos”. As formas de Estado apresentadas no começo do texto são a expressão clássica do elitismo reinante no Brasil.

A visão pluralista que afirma a existência de “um grande espectro de grupos de pressão dotados de poder diferenciado nas diversas áreas onde se conformam as políticas públicas (embora nenhum possa ser considerado dominante) sendo estas um resultado das preferências destes grupos sociais”. Avaliamos que podemos inferir que o Estado brasileiro, a partir da constituição de 1988, está sendo gerido pela concepção de política pública presente na concepção pluralista. Encontramos espaços no Estado, nas metodologias adotadas que tentam demonstrar a possibilidade de participação e de inserção dos cidadãos nas resoluções decisórias que induzem às ações de governo. Os espaços criados nos últimos anos representam um processo cognitivo e político importante para a democratização do Estado e da sociedade. Esta conclusão, quando defrontada com uma visão de sociedade amplamente democrática, terá limites importantes de ser considerada tão relevante. Ela ganha um grau maior de relevância quando comparada aos processos políticos institucionais e sociais elitistas que configuram a história da sociedade brasileira.

Dito desta forma, a interpretação marxista do Estado ganha relevância para podermos compreender os limites do pluralismo, ao verificarmos as estruturas de poder político fortemente vinculadas aos processos de constituição das relações econômicas da sociedade. A “visão marxista aponta a

influência dos interesses econômicos na ação política e vê o Estado como importante meio para a manutenção do predomínio de uma classe social particular”. Esta definição poderá fazer com que tenhamos a necessidade de compreendermos as influências que os grupos econômicos, fortemente organizados, exercem sobre o poder de Estado. Esta organização está presente não somente nas decisões do executivo, na tomada de decisões em diversos ministérios, mas igualmente no legislativo e pouco discutido, pela sua atmosfera aparente neutralidade, no judiciário, que compreendemos, é o local público de maior resistência dos grupos sociais dominantes e de menor visibilidade para a resistência e proposição democratizante da Sociedade e do Estado brasileiros. A visão marxista então nos chama para a percepção das contradições dos processos de elaboração da Análise das Políticas.

Ainda temos a visão corporativista. Esta nos propõe que os interesses de diversos grupos de pressão (organizações de trabalhadores e patrões) possam ser integrados no Estado. É a afirmação da relevância do Estado como mediador dos conflitos entre interesses sociais distintos. Dirimindo os conflitos, o Estado é capaz de preservar os objetivos universais e alongá-los no tempo, não permitindo a destruição das instituições e das relações sociais consideradas como legítimas para a reprodução social das relações sociais.

A distinção destas visões nos proporciona a compreensão do sentido do Brasil. Em certa medida, todas elas sobrevivem, não somente em termos analíticos, mas em termos de formulação das políticas públicas. Avaliamos que o Brasil vive um momento especial para a democratização. A passagem de posições tecnocráticas de análise e de gestão para processos políticos participativos, no sentido da subversão do *status quo*, é um desafio que permanece ativo e dependerá das ações dos atores sociais na construção das políticas.

Então passamos para a questão inicial: da possibilidade de democratização do Estado e da Sociedade brasileiras. Para problematizar mais esta questão, podemos aferir que os atores sociais, que expressam o objetivo de transformação do *status quo*, terão como desafio a inserção ativa na construção de referenciais que consolidam a pluralidade política, a democratização da economia, a participação propositiva, a geração de conhecimentos comprometidos com a igualdade e a diversidade social, a conservação e o

equilíbrio da ecologia. Esta lista poderia continuar, mas é destacável que, no Brasil nos últimos anos, o Estado está sendo democratizado. Programas de políticas públicas como o Pró-ambiente, resultante das lutas ecológicas de movimentos populares do Estado do Pará, a SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária, resultante das proposições do movimento da economia solidária, o PRONERA – Programa de Educação do Campo para as áreas de reforma agrária, resultante das lutas dos movimentos sociais do campo, são proposições e ações da sociedade e do Estado que poderão ser exemplares para a Análise de Políticas que tem como finalidade a democratização das relações socioeconômicas e políticas no Brasil.

2. Modo de atuação da comunidade de pesquisa e as influências na PCT: a interação entre os atores, as agendas e os modelos cognitivos

Para a compreensão dos contextos que envolvem as relações de poder, implicadas na elaboração e implementação da PCT – Política Científica e Tecnológica, vamos nos questionar sobre o modo de atuação da comunidade de pesquisa. Acreditamos que esta problematização é relevante porque a comunidade de pesquisa é definidora, em grande medida, dos rumos das políticas de ciência e tecnologia. Evidenciar as marcas produzidas pela organização e a ação dos cientistas no campo da política significa a possibilidade de avançar ou a compreensão dos limites para a ampliação e o aprofundamento das práticas e das teorizações nas e das incubadoras populares nas universidades. Para esta questão indicamos que no texto *“Perspectivas da Política de C&T”* (Dagnino, 2007) há o reconhecimento da existência de quatro atores formadores das agendas de ciência e tecnologia no Brasil: a comunidade de pesquisa, o governo, os empresários e os movimentos sociais. Queremos registrar que são poucos os autores universitários que escrevem e reconhecem os movimentos sociais como ator social importante para a discussão e elaboração de políticas públicas para a ciência e a tecnologia. No contexto da política, é necessário ter a clareza metodológica que a interação entre estes e a participação está em correspondência com o grau de poder que cada qual tem e/ou adquire para influenciar a construção da

agenda. A não separação entre a *politics* e a *policy*, como já demonstramos acima, leva a um quadro interpretativo que avalia que a ciência e a tecnologia não são neutras. Há, portanto, a ação de atores que estão em disputa pelas políticas públicas e que marcam as agendas de pesquisa. Estas são elaboradas em conformidade com os interesses dos atores sociais envolvidos e que optam por determinadas estratégias, em conformidade com os modelos cognitivos que orientam as suas definições.

Neste sentido, temos na história da política científica brasileira um ator que é hegemônico na definição da agenda. Este ator é a comunidade científica. O predomínio deste ator está fortemente assentado na perspectiva da ciência neutra e no modelo linear e ofertista da ciência, isto é, avalia-se que, sendo a ciência neutra e universal, ela influenciará, como uma consequência automática, na geração e no desenvolvimento de tecnologia que irá proporcionar maior desenvolvimento econômico que, por sua vez, terá como consequência o bem estar social. Este formato político está orientado por um modelo cognitivo que dá à comunidade de pesquisa o poder de decisão no sentido da *policy* e da *politics*. Constitui-se no paradigma hegemônico e que liga a comunidade de pesquisa a agendas que, supostamente neutras, são formadoras de determinadas estruturas e relações sociais.

Neste sentido, tendo o Brasil um modelo econômico e político periférico e dependente, conforme evidencia Marini (2000), e um processo de reprodução social da dependência e da condição periférica, a agenda de pesquisa liga-se a atores dominantes orientados por interesses e necessidades vinculados às organizações multinacionais e ao capital nacional que se subordina às orientações normativas do capitalismo globalizado. Podemos aferir que, neste sentido, há um desligamento da agenda de pesquisa e do desenvolvimento, isto se levado em consideração a agenda de grupos sociais não hegemônicos, representados neste contexto reflexivo pelos movimentos sociais. Se acompanharmos ainda as proposições teóricas de Marini, perceberemos que o Brasil, assim como a América Latina, não alcançará um estágio pleno de desenvolvimento, porque o subdesenvolvimento dos países latino-americanos não é para este autor um estágio do desenvolvimento, mas uma condição necessária para a reprodução das estruturas econômicas e políticas do sistema capitalista globalizado. Compreendendo a

questão desta forma, fica um desafio ainda maior para os movimentos sociais e a comunidade de pesquisa engajada para a construção de políticas de ciência e tecnologia alternativas. É neste quadro que compreendemos a importância institucional e social das incubadoras populares nas universidades brasileiras e da relação destas com os grupos sociais: é necessário construir um conhecimento que responda às necessidades e aos desejos dos diversos grupos sociais que formam a sociedade brasileira.

Os movimentos sociais constituem um ator que influencia a agenda de pesquisa, de forma contra-hegemônica e ainda subalterna, na direção de afirmar um modelo cognitivo comprometido com a necessidade de transformação das estruturas sociais excludentes. Aparecem valores ligados ao campo ambiental, como o modelo de desenvolvimento sustentável, da socioeconomia solidária, da agroecologia, das tecnologias sociais, das questões de gênero, da diversidade cultural, étnico-raciais, dos direitos humanos. São agendas que afirmam um desenvolvimento social que corresponde à estruturação de uma sociedade embasada em valores como a solidariedade, a sustentabilidade e a cooperação. Requer esta agenda um novo modelo cognitivo, que não afirme a concorrência, a competitividade e a empresa capitalista como fatores dominantes e exclusivos para a inovação e a incorporação da ciência e da tecnologia nos processos produtivos e a transferência dos resultados da PCT para a sociedade. O modelo hegemônico, defendido hoje em dia pelos teóricos da economia da inovação, também chamados de evolucionários, tem na agenda apresentada pelos movimentos sociais uma inversão da relação de ordem, onde a ciência e a tecnologia passam a ser fatores de construção de uma sociedade justa. Busca-se, desta forma, influenciar na configuração política e econômica de estruturas voltadas afirmativamente aos grupos sociais dominados, objetivando a subversão da ordem estabelecida, que por sua natureza histórica é desigual.

No Brasil, podemos perceber que a agenda dos empresários (introduzida explicitamente na PCT a partir dos anos 90 pelos pesquisadores, mais do que pelos empresários) traduz um cenário que ilustra a pouca presença e demanda por ciência e tecnologia do empresariado brasileiro. A marginalidade do setor de ciência e tecnologia na economia brasileira é consequência

de um modelo de desenvolvimento que, historicamente, foi primário-exportador e depois se embasou na política de industrialização para substituir as importações, mas orientado e realizado pela presença efetiva das multinacionais. O empresariado brasileiro assenta a sua sobrevivência empresarial na capacidade de superexploração do trabalho vivo e na abundância de matérias-primas presentes nos estoques de recursos naturais no território brasileiro que são explorados de forma predatória. Esta tese é demonstrada na obra de Picoli (2006), evidenciando os processos de extração dos recursos naturais, bem como a submissão dos povos autóctones, aos interesses dos grupos capitalistas estrangeiros.

Com a globalização, e ainda a definição que “empresa brasileira” é toda aquela que está localizada em território nacional, a agenda da empresa começa a tomar corpo a partir dos anos 90 e há a mobilização de parte da comunidade de pesquisa para a construção da agenda de pesquisa que incorpora diretamente os interesses da empresa. Este ator social torna-se hegemônico nas elaborações discursivas que são influentes na definição da política de ciência.

Além destas agendas, permanecem presentes as demandas de governo. Para a definição de ações governamentais e a decisão por políticas públicas, o governo demanda por pesquisas e tecnologias que devem corresponder às necessidades das suas ações. É importante salientar que a agenda de pesquisa do governo é definida em correspondência com as forças políticas ideológicas, portanto do modelo cognitivo, que forma o *staff* governista. Desta forma, ela tende em conformidade com a capacidade de influência dos atores que configuram o cenário político institucional e social e que revelam ou não os seus interesses.

Na correlação de forças para constituir a agenda pública de ciência e tecnologia e, por haver interesses diferenciados, há a geração de um cenário político em que os atores vão propor as agendas particulares e, da mesma forma, tentar fazer predominar o seu modelo cognitivo. Se um determinado ator impuser a sua agenda e o seu modelo cognitivo, então a margem de negociação para o diálogo de agendas e modelos cognitivos é muito reduzida ou inexistente. Aqui é interessante destacar o estudo sobre as dimensões do poder de S. Lukes, citado por Dagnino (2002), quando envolvem

diversos atores: os conflitos abertos, encobertos e latentes. Os *conflitos abertos* são constituintes de um cenário em que os atores têm poder semelhante, possibilitam a elaboração de política de ciência e tecnologia que engloba os interesses dos diversos atores. Desta forma, se a comunidade de pesquisa tem uma agenda que está próxima à agenda dos empresários, apesar das diferenças momentâneas, as negociações gerarão a ambiência da aproximação e a incorporação dos interesses na agenda de pesquisa. Este cenário traduz a possibilidade dos conflitos abertos serem negociados e aproximados. Os *conflitos encobertos* não estão presentes de forma explícita na constituição da PCT. Eles são de grupos sociais com menor poder de influência. Os problemas são percebidos pelos atores, há um querer propor, mas a não evidenciação dos interesses dos atores faz com que permaneçam ocultos na definição das prioridades das políticas. A agenda dos atores com menos força não será incorporada. A ausência é, neste caso, fator de decisão política. Se a comunidade de pesquisa não evidencia, junto com os atores mais fracos a sua agenda, então a comunidade de pesquisa influencia a construção da PCT de forma a favorecer a agenda de pesquisa dos empresários, do governo e a sua própria. Os *conflitos latentes*, aqueles que não são revelados, portanto com maior dificuldade de serem identificados, são exigentes de pesquisas mais detalhadas. Os *conflitos latentes* são a expressão do silêncio, ou da ausência dos atores para a construção da agenda da política científica e tecnológica. Neste sentido, podemos aferir que a comunidade de pesquisa, ao assumir um compromisso com os atores mais fracos, tem a demanda de evidenciar, com suas pesquisas, a demanda dos atores sociais subsumidos no caleidoscópio ideológico da sociedade moderna. Esta proposição demanda que os atores descubram a existência de direitos e, portanto, da possibilidade de estabelecer uma agenda de pesquisa e de tecnologias que possam corresponder às suas necessidades e ao modelo cognitivo que a forma.

Compreendemos que quando a comunidade de pesquisa opta por uma teoria, como a evolucionária, ela tem como perspectiva a consolidação da PCT que esteja voltada para os empresários, com o objetivo de incorporação da ciência e tecnologia no desenvolvimento de uma economia reconhecidamente competitiva e concorrencial. A tese desta teoria é a de que a

pesquisa, voltada para o desenvolvimento, torna o empresário inovador e capaz de gerar novos empregos, processos e produtos para melhorar as condições de vida em geral. Quando a comunidade de pesquisa se volta para a agenda dos movimentos sociais, há uma perspectiva de construção de um modelo cognitivo que efetiva um processo de desenvolvimento social embasado em valores como a solidariedade, a cooperação e a sustentabilidade. Neste sentido, a comunidade de pesquisa influencia a PCT estabelecendo regras e conteúdos que correspondam ao processo de transformação das estruturas socioeconômicas e educacionais excludentes. Ao atender às demandas do governo ou da própria comunidade de pesquisa, a agenda se centra na busca de condições materiais, financeiros e procedimentais que ilustram os interesses das ações de governos e/ou restritamente os problemas inerentes à comunidade de pesquisa, construindo uma PCT autocentrada.

3. Modelo cognitivo alternativo e mudanças na política científica e tecnológica

Para a compreensão da necessidade de mudanças na PCT – Política Científica e Tecnológica, com a mudança do modelo cognitivo, vamos apresentar e acompanhar a exposição presente na obra “*Neutralidade da Ciência e Determinismo Tecnológico*” (Dagnino, 2008) que apresenta dois grandes focos para a discussão da C&T – da Ciência e da Tecnologia. A primeira está centrada na estrutura e na funcionalidade interna da ciência e da tecnologia e a segunda está focada na sociedade. Estas formas de compreender têm implicações não só explicativas do fenômeno, mas também consequências para o campo das políticas públicas e das ações dos diversos atores sociais que participam da construção dos referenciais e das configurações da C&T.

Na centralidade do *foco na C&T*, há duas vertentes interpretativas que caracterizam esta abordagem. A primeira é a da *neutralidade da ciência*. Esta afirma a universalidade da ciência, a neutralidade axiológica e a objetividade do conhecimento científico como premissas básicas para tornar o conhecimento válido, legítimo e verdadeiro. Podemos deduzir destas premissas que a ciência é a-histórica, livre das impurezas dos contextos culturais,

das relações de poder político, dos construtos econômicos e das subjetividades dos cientistas. A ciência ganha uma configuração esotérica, está acima das contingências humanas. Os cientistas que se identificam com esta abordagem consideram que tanto a ciência quanto a tecnologia são transferíveis do local onde foram descobertas e elaboradas para outras localidades distantes e distintas em termos culturais, econômicos e sociais, porque se acredita nas possibilidades de aprendê-las e aplicá-las. A ciência geraria respostas para os problemas da humanidade, e estas respostas viriam quando da transmutação do conhecimento científico em conhecimento tecnológico. A aplicação da ciência, neste caso, não é um problema para o cientista, mas um problema para a política, ou para aqueles que decidem os rumos que o conhecimento toma. O sujeito dominante na proposição e na tomada de decisão, em conformidade com esta racionalidade, é a comunidade de pesquisa, porque ao considerar que são os cientistas os conhecedores da ciência, tornam-se eles, da mesma forma, os tomadores de decisão para a definição da PCT.

A segunda vertente de interpretação é definida como *determinismo tecnológico*. Esta tem como fundamento a matriz teórica que se origina do marxismo ortodoxo. Avalia que os avanços da C&T irão promover o progresso das forças produtivas e estas gerarão as condições necessárias para a implantação do socialismo. A ciência e a tecnologia produzidas no capitalismo poderão ser transpostas para o modo de produção socialista e passarão de força motriz dominadora dos trabalhadores para uma força capaz de libertar os trabalhadores de relações de trabalho de exploração. Há uma demonstração linear de eficiência da tecnologia que se transpõe do “reino da necessidade” para o “reino da liberdade”¹. Os atores dominantes neste modelo cognitivo continuam sendo os cientistas, porque a capacidade intelectual inerente ao sistema organizado da C&T os levará à produção da tecnologia necessária para a superação do capitalismo. A C&T vincula-se, desta forma, à premissa de que quanto mais as forças produtivas se desenvolverem, mais rapidamente o socialismo será implantado.

1 Estas duas expressões são de Marx, a forma de raciocínio não. Consideramos que Marx não é um marxista ortodoxo.

O segundo grupo interpretativo é representado pelo *foco na sociedade*. Este tem como centralidade interpretativa a conexão do processo de construção da ciência com os contextos socioculturais. Estão apresentadas duas correntes interpretativas. A primeira é denominada de *tese fraca da não-neutralidade*. Está identificada nesta corrente a escola denominada de *constitutivismo*, ou ainda, da construção sociotécnica. Esta considera que os atores participam dos processos de construção da ciência e da tecnologia. A C&T é percebida como um processo que vai ser banhado pelos contextos culturais, ela se localiza, é influenciada pela linguagem, pelos gestos dos atores que configuram determinados conhecimentos e artefatos que se formam nas relações. Esta abordagem tem forte influência dos estudos antropológicos e da etnologia, e visa compreender o sentido que os indivíduos atribuem às ações.

A *tese forte da não-neutralidade* é a segunda corrente do foco na sociedade. Esta interpreta criticamente o desenvolvimento da C&T e demonstra a vinculação desta com o modo de produção capitalista. Isto é, as ciências e as tecnologias modernas são frutos do capitalismo, que capturou o sistema de conhecimento e de artefatos para aplicar na produção e empoderar os proprietários dos meios de produção, criando um sistema social de domínio do capitalista sobre os trabalhadores.

Como uma referência da tese forte da não-neutralidade, a teoria da economia da inovação traz como referencial não o sentido crítico da C&T, mas a apologia da aplicabilidade dos conhecimentos científicos e tecnológicos nos sistemas de produção controlados pelas empresas capitalistas. O sistema de C&T associado à inovação é necessário para a potencialização da produção e a efetividade de relações econômicas que se assentam na concorrência entre os empresários para elevar a produtividade do trabalho, o aumento da qualidade e um processo contínuo de redução dos preços dos produtos. Entra nesta perspectiva um ator importante na definição da PCT, que é o setor empresarial. A C&T se volta para a empresa porque este é o ator privilegiado da inovação e para este ator estão orientadas as políticas públicas que desenham e desenvolvem a ciência e a tecnologia.

Distintamente da economia da inovação e na perspectiva crítica, temos a abordagem denominada de *substantivismo*, ligada aos referenciais da

Escola de Frankfurt que elaboraram uma crítica contundente à ciência e à tecnologia modernas e às consequências sociais causadas pela perspectiva da ciência neutra. Consideram os autores desta abordagem que a C&T é influenciada pelos valores sociais e que expressam os interesses dos grupos sociais dominantes. Associam a compreensão da ciência e da tecnologia aos valores sociais, portanto a ciência não é meramente instrumental. A observação feita por Dagnino é que esta não traduz uma possibilidade da C&T poder ser um projeto social para o desenvolvimento de uma sociedade justa, porque o pensamento crítico frankfurtiano é intrinsecamente pessimista.

Como modelo cognitivo alternativo é apresentada por Dagnino a *teoria da adequação sociotécnica*. Através desta propõe – a partir dos referenciais e como tributária da teoria crítica da C&T e da teoria da construção sociotécnica, embasando-se ainda e compartilhando as proposições da filosofia da tecnologia de Feenberg e da filosofia da ciência de Lacey – a elaboração de um referencial que visualiza a construção da C&T a partir da estrutura da sociedade formada por classes sociais. Há a compreensão que os contextos da C&T expressam interesses diversos e contraditórios. Parte o autor para esta construção da visão não determinista e não neutra da ciência e da tecnologia, da superação do pessimismo da tendência do substancialismo crítico da Escola de Frankfurt, apesar do referencial importante desta enquanto interpretação da C&T conformada e condicionada pelos valores sociais. A teoria da adequação sociotécnica constrói, nestes termos uma forma diferenciada de compreensão da C&T, que tem implicações relevantes para a configuração da PCT.

Primeiro há de se considerar que ela introduz a necessidade de considerar atores sociais que historicamente estavam à margem da agenda da PCT, que são os movimentos sociais. Movimentos sociais definidos como os atores que representam o povo, isto é, aqueles que se tornam atores a partir da inserção nas relações de produção da C&T, do controle dos meios de produção como propriedade coletiva, da construção colaborativa das tecnologias sociais, da formação de redes de cooperação social, de processos políticos participativos. Estas características necessitam de uma C&T que esteja em acordo com as diversidades dos grupos sociais. Neste sentido, não é possível criar e desenvolver a C&T de forma unidirecional. É preciso

um movimento de construção e desconstrução contínua para adequar-se aos contextos nos quais a C&T é recriada e readequada.

Com uma nova caracterização da C&T e a inserção dos movimentos sociais no processo de orientação da *policy* de C&T, configura-se uma relação da *politics* diferenciada, porque a presença de um novo ator simboliza uma pressão adicional na elaboração, implementação e avaliação da agenda pública de pesquisa. Neste sentido, as PCT devem ser ampliadas e redesenhadas, porque a agenda dos movimentos sociais não suporta as perspectivas de ciência universal e neutra ou da tecnologia instrumentalista e determinista. A agenda dos movimentos sociais inclui um processo de construção participativa, de interação dos atores, e da adequação da agenda de C&T para as demandas das diversidades dos grupos sociais (populares) que configuram os cenários da Adequação Sociotécnica.

4. O modo de atuação do ator comunidade de pesquisa e a presença do ator movimentos sociais na definição do modelo cognitivo

Para refletir sobre esta questão, levantamos algumas proposições que consideramos importantes para a reflexão crítica da ciência e da tecnologia e a construção de referenciais alternativos para o desenvolvimento de um modelo cognitivo voltado para a transformação do modelo de economia, dependente em termos globais, desigual em termos sociais e predatório em termos ecológicos. Neste sentido, os desafios que temos para pensar a ciência e a tecnologia no Brasil e na América Latina devem ser provocadores da nossa imaginação criativa e da inserção compromissada com a elaboração de políticas de ciência e tecnologia para a resolução dos problemas configurados nas ambiências institucionais e sociais do Brasil e da América Latina.

Para nos colocar na perspectiva normativa e ampliar os espaços de ação dos movimentos sociais e da comunidade de pesquisa engajada, apresentamos alguns aspectos para a nossa reflexão:

a) *Des-hierarquizar a comunidade de pesquisa*: haveremos de passar da concepção de uma instituição científica que é percebida como uma

“*sociedade ideal*”, ou como uma “*elite profissional*” e ainda separada das “contingências, das pressões e dos compromissos políticos ou econômicos” (2007, p.10)². Esta concepção elitista de ciência, tão presente na comunidade de pesquisa, torna-a uma instituição com um *ethos* que protagoniza os cientistas como os detentores exclusivos do conhecimento verdadeiro e, portanto, como os únicos possíveis definidores das políticas de ciência e tecnologia. A comunidade de pesquisa torna-se arrogante nos procedimentos e nos relacionamentos com outros atores, que são desprezados na possibilidade de interpretação da relevância da ciência e da tecnologia e na definição e avaliação das agendas que os atores apresentam para a definição de políticas públicas. A des-hierarquização é uma necessidade que deve ocorrer para dentro da universidade quanto ao seu relacionamento com os atores externos, incluindo tanto os movimentos sociais quanto os empresários. O desafio para uma ciência alternativa, aliada a um projeto social alternativo, é a sua horizontalização. Nestes termos, o princípio de autoridade se constitui pelo compromisso dos cientistas com o desenvolvimento integral dos diversos grupos sociais.

b) *Abertura da universidade*: participação interativa de grupos sociais na construção da ciência e da tecnologia. Há a necessidade de superação de dois fenômenos identificados pelo PLACTS – Pensamento Latino Americano sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade. O primeiro, que é denominado de “*obstáculos estruturais*”, configura a separação entre a “utilização do conhecimento produzido em ambientes precipuamente dedicados à pesquisa e naqueles orientados à produção de bens e serviços”. (p. 28³). E ainda os “obstáculos institucionais” concebidos como o “modelo institucional ofertista linear” (p. 28). Desta forma, a universidade deixaria de ser uma instituição autocentrada e passaria a ser um espaço aberto, democrático e participativo para a discussão das questões que são relativas aos problemas de uma determinada sociedade. A abertura da universidade, como espaço dialógico, tem o desafio de superar a “escassa aderência da agenda de pesquisa praticada pela comunidade de pesquisa (e também em

2 Palavras de Hebe Vessuri no prefácio ao livro de Dagnino (2007).

3 As indicações desta parte do texto são do livro de Dagnino (2007). As exceções serão apontadas.

alguns casos do conteúdo da docência universitária) ao ambiente social e produtivo de nossas economias...” (p. 29). Mas a universidade só será aberta se a concepção da comunidade de pesquisa estiver em consonância com a concepção de ciência como construção de um processo cognitivo democrático, em que os sistemas, os conteúdos, as metodologias e as ações possam ser elaborados, implementados e avaliados colaborativamente.

c) *Diálogo de saberes*: a ciência adquiriu um *status* de produtora de um conhecimento verdadeiro, que tem uma relação direta entre o enunciado e o objeto. Neste sentido, não há a possibilidade do erro. Esta visão clássica fora questionada já pelos neopositivistas, que colocaram como pressuposto para a ciência a possibilidade de sua falseação, sua capacidade de resistir a provas para poder ser considerada como um conhecimento científico. Esta assertiva ainda tem como fundamento o fato de que a ciência traz uma racionalidade que a torna um conhecimento verdadeiro. Está ligada a esta assertiva a premissa que afirma que a ciência é um conhecimento superior aos demais conhecimentos. Assim, ele está além do conhecimento místico, teológico e filosófico, sem considerar a validade e legitimidade do conhecimento do senso comum, observado e testado no cotidiano das experiências empíricas das pessoas envolvidas em suas atividades. Uma política científica que se proponha a construir um modelo cognitivo alternativo terá que superar a percepção e as práticas da comunidade científica que hierarquiza os conhecimentos e passar para a perspectiva da “democracia cognitiva”, conforme Morin (2001), em que haja o diálogo dos diversos saberes. O conhecimento científico e tecnológico desenvolvido nas universidades precisa ser feito e refeito na interação com o conhecimento dos grupos sociais, ou do senso comum, que se refaz na relação dialógica que estabelece com o conhecimento científico. Nesta relação não há um conhecimento superior, o científico, e outro inferior, o senso comum, mas uma relação horizontal que põe em evidência dois saberes distintos e não desiguais, formando “*policy communities*” (p. 88)

d) *Da cienciométrica à pertinência* – colocamo-nos primeiro em relação ao objeto da ciência que consideramos que não é algo distante, neutro e racional, como definia a ciência clássica, mas um processo de interação de subjetividades, envolto por valores e de conflitos, numa determinada

objetividade, condições materiais e culturais, para a tessitura de conhecimentos. Conhecimentos que, na perspectiva da ciência pertinente, devem se constituir em respostas aos problemas sociais, por via de processos de construção participada, por isso de cultura autêntica da ciência e da tecnologia.

Para a consolidação da pertinência da ciência, há a necessidade de avançar para a configuração de “coletivos híbridos para a co-produção do conhecimento necessário à tomada de decisão acerca de questões relativas ao campo científico e tecnológico” (p. 17). Interpretamos o coletivo híbrido como um desenho institucional que aproxima atores para a elaboração de políticas e de ações que propõe a ciência e a tecnologia feita em processos interacionais de aprendizagens. Nesta direção, a produção e os significados da ciência e da tecnologia são feitos coletivamente.

Propomos, ainda, a necessidade da superação da idéia dominante de avaliação da política de ciência e tecnologia, medida pela quantidade de artigos publicados em revistas internacionais, atitude cientometrista, conforme argumenta Velho no seu artigo publicado na revista *Nueva Sociedad*, sem levar em consideração as implicações da ciência e da tecnologia nos contextos sociais onde ocorre a produção e a socialização do conhecimento. Consideramos que uma mudança neste caso é fundamental. A avaliação quantitativista, no sentido restrito, deve ser substituída por um processo de avaliação que considere a qualidade social do sistema de ciência e tecnologia, ou das respostas que o sistema de ciência e tecnologia consegue gerar para os problemas efetivos dos diferentes e diversos grupos sociais. A pertinência da pesquisa tem correlação com a configuração ecológica dos territórios, com a diversidade cultural, com os hábitos e costumes, com a economia. O desenvolvimento científico e tecnológico, nestes termos, é endógeno, a partir da realidade concretamente vivida pelos grupos sociais. Desta forma, não teríamos uma ciência geral, mas tantas ciências quantas forem as realidades a serem interpretadas. Esta atitude é a relativização da ciência e da tecnologia, de saber que estas têm determinadas características em conformidade com as especificidades sócio-históricas do lugar de onde é feita.

e) *Do mimético ao autêntico*: avaliamos que esta é uma das teses centrais do PLACTS. A crítica direcionada às políticas científicas e tecnológicas, que reproduzem o escopo teórico e metodológico da ciência do norte, tem

um sentido de verificar a dependência econômica e tecnocientífica causado pela reprodução a-crítica dos fundamentos da ciência estrangeira. Por outro lado, há a proposição de uma ciência que esteja ligada a um projeto de desenvolvimento que gostamos de chamar de *autêntico*, no sentido que traduz uma radical ligação do pensamento científico e tecnológico com as realidades que formam os diversos cenários dos contextos latino-americanos. Isto significa deixarmos de ser copiadores para aprender ciência fazendo, e sermos inventores, mergulhando na nossa realidade para apreender a natureza e a sociedade que configuram as estruturas e as relações sociais e culturais no Brasil e na América Latina. Uma política científica e tecnológica que promova um projeto de sociedade alternativo haverá de ter uma agenda de investigação e de desenvolvimento de temas relacionados à emergência dos grupos sociais subalternos.

5. Desafios para as Incubadoras Universitárias

Partiremos do pressuposto que as incubadoras universitárias são espaços para a experimentação da ciência e da tecnologia compromissadas com a transformação das condições socioeconômicas e políticas da exclusão, dominação e exploração do povo brasileiro. São necessariamente formas de conhecimento e de ação que são construídas com os grupos sociais, com a participação efetiva dos atores sociais. Há uma implicação e um processo de interação da universidade, portanto, da comunidade de pesquisa, com a sociedade, com os atores sociais que estão envolvidos na crítica e na proposição de estruturas e de relações sociais alternativas.

Por que definimos as incubadoras universitárias como espaços de experimentação? Ao considerarmos que não há neutralidade e sequer determinismo na ciência e na tecnologia, nos colocamos no campo de compreensão que tem como tese a afirmação de que a ciência e a tecnologia são construídas, são, portanto, resultantes de processos de inserção social que envolve atores sociais de interesses e de formas de pensar distintas e, por vivermos numa sociedade constituída por classes sociais, por proposições e concepções contraditórias. O processo de fazer, socializar e avaliar a ciência e a tecnologia ocorre no campo social, simbólico e ideológico que é

a expressão das diversidades e das desigualdades das formações sociais que constituem a sociedade brasileira e latino-americana.

Uma questão que permanece, e que é intrigante para as universidades, é a necessidade e a possibilidade de desconstrução do paradigma da ciência moderna, que orientada pelos princípios do racionalismo e do positivismo, é, além de dominante no meio acadêmico como modelo a ser replicado, uma forma de fazer ciência e tecnologia distante das condições socioeconômicas e culturais do povo. Compreendemos o conceito de povo na perspectiva de Darcy Ribeiro (1995), que associa a ele à diversidade cultural do *povo brasileiro*, considerando e reconhecendo a cultura indígena, a negra, dos migrantes e as diversidades entre estes e dentro destes, dos encontros e desencontros, das guerras e das assimilações. Além da diversidade cultural, haveremos de reconhecer as posições sociais dos atores sociais ligadas ao conceito de classe social. Os atores efetivamente participantes da economia solidária são os/as trabalhadores/as e, dentro dela, as diferentes categorias profissionais: agricultores familiares camponeses, pescadores, catadores, extrativistas, operários, estudantes, professores, gestores públicos, etc. Haveremos ainda de lembrar da diversidade ligada à sexualidade, às diferenças geracionais e outras.

A indicação destas diferenças entre os seres humanos, que não é exaustiva, tem o objetivo de evidenciar que a ciência e a tecnologia, que estamos propondo a desenvolver nos espaços das incubadoras universitárias, voltam-se para os atores sociais que historicamente foram marginalizados e excluídos nos espaços acadêmicos. Não são atores definidores das políticas públicas, não têm a cultura da reivindicação da ciência como algo que lhes é própria, que deve e pode lhes pertencer. Aliás, ao olharmos para a história do Brasil, iremos reconhecer dinâmicas de poder, proposições e políticas públicas que optaram oficialmente pela exclusão do povo da ciência e da tecnologia. Estas são formas de dominação e não de emancipação.

Eis que o desafio se agiganta. Nas universidades estamos agora propondo que a ciência e a tecnologia devem ser do povo. Não poderá ser para o povo, mas com o povo. Como vamos realizar isto? Quem tem respostas? Quem tem experiências? Podemos perceber que, ao mesmo tempo em que ações de processos científicos e tecnológicos vão se aproximando do campo

popular, faz-se mister questionar as estruturas institucionais, os critérios de avaliação dos pesquisadores e as formas consideradas acadêmicas para a aprovação de programas e projetos de pesquisa e de pós-graduação. Passa por esta ambiência o questionamento das concepções e das práticas relativas às ciências para podermos perceber os estilos diferentes de fazê-la e defini-la. Esta questão ainda merece a reflexão para a compreensão das interações e das interdependências entre a maneira de fazer ciência e tecnologia, as estruturas e as relações sociais. Afirmamos que a ciência e a tecnologia estão implicadas com determinados projetos sociais.

Ao ser aceito este pressuposto, decorre a necessidade de questionar o projeto social e a ciência e tecnologia que temos e propomos desenvolver nas incubadoras universitárias? Qual relação é estabelecida entre a comunidade de pesquisa engajada e os grupos sociais? Como as universidades percebem esta forma de fazer e conceber a ciência e a tecnologia? Ou mais, como os movimentos sociais e a comunidade de pesquisa engajada necessitam se articular para gerar uma ambiência de legitimidade institucional e poder influir nas formas de organização e nas maneiras de conhecer? Ao mesmo tempo, como as ciências e as tecnologias influenciam na forma de organização e na maneira de conhecer dos grupos sociais?

Estas questões devem ser para a comunidade de pesquisa engajada, para os movimentos sociais e os diversos grupos sociais populares uma atitude de não perceber a ciência e a tecnologia como conhecimentos e práticas prontas, que carregam respostas acabadas que possam ser replicadas de forma automática e a-crítica, mas como processos gnosiológicos que podem e devem ser testados em ambientes ecológicos e culturais distintos, que requerem a capacidade inovadora e criativa dos atores sociais e acadêmicos que se implicam na construção da ciência e da tecnologia, que tem aderência com as situações e as condições vivenciadas concretamente pelos grupos sociais. Ao se implicar os processos de construção da ciência e da tecnologia, urge a necessidade de participar e de aprofundar a capacidade de mobilização e de interação nas redes de atores que se comunicam para o intercâmbio dos conhecimentos produzidos. Neste sentido, a experiência da Rede de Tecnologia Social deverá ser ampliada e aprofundada por ser uma experiência de testagem de conhecimentos comprometidos com o povo brasileiro.

Referências bibliográficas

- DAGNINO, Renato. A Relação Pesquisa-Produção: em busca de um enfoque alternativo. In.: SANTOS, Lucy e outros: *Ciência, Tecnologia e Sociedade: o desafio da interação*. Londrina/PR: IAPAR, 2004.
- _____. *Ciência e Tecnologia no Brasil: o processo decisório e a comunidade de pesquisa*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007.
- _____. e outros. *Gestão Estratégica da Inovação: metodologias para a análise e implementação*. Taubaté/SP: Editora Cabral Universitária, 2002.
- _____. *Neutralidade da Ciência e Determinismo Tecnológico: um debate sobre a tecnociência*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2008.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre: Globo, 1958.
- HAM, Christopher e HILL, Michael. *O Processo de Elaboração de Políticas no Estado Capitalista Moderno*. Trad. Renato Dagnino. Título do Original: *The Policy in The Modern Capitalist State*. Londres: Harvester Wheatsheaf, 1993.
- IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência: uma antologia da obra de Ruy Marini*. Organização e apresentação de Emir Sader. Petrópolis/RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- MORIN, Edgar. *A Cabeça Bem-Feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.
- PICOLI, Fiorelo. *O Capital e a Devastação da Amazônia*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ROTH-DEUBEL, André-Noël. *Políticas Públicas: formulación, implementación y evaluación*. Bogotá: Ediciones Aurora, 2006.
- VELHO, Léia. *Indicadores Científicos: aspectos teóricos y metodológicos*. In Eduardo Martinez (org.). *Interrelaciones entre la Ciencia, la Tecnología e El Desarrollo*. Caracas, Venezuela: Nueva sociedad, pp. 307 – 348.
- ZART, Laudemir Luiz. *Encantos, Caminhos e Desencontros: migração-colonização na Amazônia matogrossense*. Cáceres/MT: Editora Unemat, 2005.

2

Incubadoras universitárias: inovação social e desenvolvimento

Armando Lirio de Souza*, Maria José de Souza Barbosa**
e Adebaro Alves dos Reis***

É necessário que a revolução democrática se aprofunde para estabelecer condições de criar uma universidade capaz de servir aos trabalhadores, sem submetê-los a condições de escravo; onde possam receber uma educação instrumental, útil para sua auto-emancipação e, sobretudo, para que não se desvencilhem, em sua identidade, e em seus papéis sociais, dos objetivos que definem a relação da classe trabalhadora com a transformação da sociedade capitalista.
(Florestan Fernandes)

Introdução

A incubadora universitária da Universidade Federal do Pará (UFPA) se apresenta como uma ação experimental na perspectiva de institucionalizar as inovações sociais da pesquisa, do ensino e da extensão universitária na

* Economista, Professor Adjunto I da Faculdade de Economia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará (FE-ICSA/UFPA), Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES-NAEA-UFPA), Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS-FE-PGDR), vice-líder do Diretório de Pesquisa do CNPq Trabalho e Desenvolvimento na Amazônia (GPTDA) e membro do Programa: Incubadora de Empreendimentos Solidários e Cooperativas Populares (PITCPES/UFPA/PROEX/ICSA/UNITRABALHO).

** Assistente Social, Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará (FE-ICSA/UFPA), Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, líder do Diretório de Pesquisa do CNPq Trabalho e Desenvolvimento na Amazônia (GPTDA) e membro do PITCPES/UFPA/PROEX/ICSA/UNITRABALHO.

*** Economista, mestrando do Programa em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES-NAEA-UFPA) e Coordenador Técnico do PITCPES/UFPA/PROEX/ICSA/UNITRABALHO.

relação direta com a organização da unidade doméstica⁴ (UD), inserida no contexto da economia solidária, e inova ainda na relação entre os próprios empreendimentos econômicos solidários (Gaiger, 2003). Pode-se afirmar que a incubação como alternativa de geração de trabalho e renda em âmbito urbano e rural, contribui ainda para a recuperação de empresas (massas) falidas, além de potencializar atividades socioproductivo-culturais de grupos oriundos do trabalho informal/economia popular, na relação com programas de renda mínima criados por esferas governamentais e organismos não governamentais, dentre outros.

A diversidade dos empreendimentos econômicos solidários exige a renovação constante da incubação, a fim de dar conta não somente de aspectos relacionados às dinâmicas econômicas locais e territoriais, dos aspectos sociais e culturais presentes em cada região, microrregião, municipalidade e comunidade, mas também da transversalidade imanente à própria economia solidária, entendida aqui enquanto um movimento de mobilização produtiva na constituição de cidadania, à medida que articula um conjunto de políticas públicas. A economia solidária torna-se essencial por articular diferentes atores sociais em busca da reunificação entre economia, política e sociedade. Neste sentido, congrega ações de trabalho, mas também de políticas públicas formulando ações para uma agenda governamental, mas também para a sociedade civil, daí o sentido público ampliado.

As universidades públicas brasileiras, nos últimos 13 anos, têm assumido um papel importante na incubação de empreendimentos solidários. Destacam-se por atuar de modo a unificar ações junto à pesquisa e extensão universitária, cujo enfoque centra-se na economia solidária e na economia popular. Atualmente, existem no interior das Instituições de

4 Utiliza-se o conceito de unidade doméstica (UD), proposto por Coraggio (2003), como forma de fortalecer o sentido da economia do trabalho e o aplicado ao sentido da economia solidária “... o conjunto da economia é visto a partir da lógica do trabalho e de sua reprodução ampliada, confrontando essa hegemonia e afirmando a primazia dos interesses do conjunto dos trabalhadores e de suas múltiplas identidades e agrupamentos” (CORAGGIO, 2003, p. 88). Assim, “a unidade doméstica (UD) – formada por uma ou mais pessoas ou grupos, ligados por relações de parentesco ou de diversos tipos de afinidade (ética, de vizinhança, ideológica, etc.) – tem como objetivo a reprodução ampliada da vida de seus membros” (CORAGGIO, 2003, p. 91).

Ensino Superior pelo menos 100 Incubadoras Tecnológicas que atuam com empreendimentos de economia solidária. Trata-se de uma inovação institucional iniciada em 1995 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (Sachs, 2003).

No primeiro momento, a ação das incubadoras universitárias partia da necessidade de inclusão social e aprimoramento de uma inovação social, denominada metodologia de incubação, que normalmente tinha como fundamento a gestão e organização social dos empreendimentos de economia solidária, em geral em comunidades pobres. Dessa forma, estruturou-se uma ampla rede universitária que se aproximou, de maneira efetiva, da dinâmica da economia solidária no Brasil. Essa mobilização e o fortalecimento do movimento da economia solidária, com a inserção das universidades brasileiras, proporcionaram um impacto significativo na qualificação da extensão universitária, permitindo definir a economia solidária como campo de pesquisa de instituições nacionais de fomento.

O segundo momento observado pela experiência das incubadoras universitárias é que elas ampliaram seu raio de ação. Hoje, desenvolvem projetos voltados a uma diversidade de cadeias produtivas ou atividades econômicas dos empreendimentos solidários e projetos sociais. Um exemplo disso é a atuação no campo da reciclagem de resíduos sólidos, fruticultura, piscicultura, construção civil, têxteis etc. Nesse contexto, as incubadoras universitárias se fortalecem e incorporam equipes multidisciplinares para atender novas demandas da organização econômica e social dos empreendimentos de economia solidária.

As incubadoras universitárias se estruturam na relação direta com o movimento social da economia solidária que vem ganhando novas dimensões por meio dos fóruns de economia solidária municipal, estadual e nacional. As reivindicações ou direitos sociais deste movimento, sem dúvida nenhuma, têm contribuído para a renovação constante das ações de incubação, ao mesmo tempo em que promovem maior interação entre as universidades e a sociedade civil organizada. Os movimentos de economia solidária e de economia popular reivindicam das universidades não somente a tecnologia social, normalmente compreendida como algo simplificado, mas também a pesquisa e desenvolvimento (P&D), pois as cadeias

produtivas nas quais eles se inserem estão exigindo incorporação tecnológica, inclusive desafiando a universidade a propor tecnologias apropriadas, pois não se pode considerar a implantação de uma matriz tecnológica poupadora de mão-de-obra, no sentido do desemprego estrutural, ou ecologicamente incorreto em empreendimentos solidários que têm como objetivo central a geração de trabalho e renda e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

A universidade brasileira possui um papel muito importante, na medida em que possui pessoal de elevada qualificação profissional e acadêmica (professores/pesquisadores, alunos de graduação e pós-graduação), os quais precisam ser disponibilizados nas mais diversas áreas de conhecimento para fazer valer a integração ensino, pesquisa e extensão como condição de aprendizagem. Neste sentido, as incubadoras universitárias têm mostrado o caminho, afirmando um novo paradigma da universidade pública. Isso seria um diferencial em relação às demais entidades e organismos governamentais e não governamentais. Contudo, o conhecimento científico não pode se constituir em objeto de poder, mas algo público, de acesso a todos, se constituído a partir das demandas ou direitos sociais. Neste campo, a articulação entre o conhecimento popular com as interpretações técnico-científicas é imprescindível. Isso proporciona uma via de mão dupla, que garante a formação continuada tanto dos professores, pesquisadores, técnicos e bolsistas como dos trabalhadores e trabalhadoras. Esse é o contexto de *uma outra economia*, que provoca alterações nas bases de mobilização social, retirando a economia solidária de uma condição subterrânea, tematizada muitas vezes como economia informal, como é o caso da agricultura familiar e da economia popular. A incubação propõe, portanto, elementos fundamentais para uma reflexão teórica sobre alternativas concretas de inserção produtiva, social e cultural dos trabalhadores.

1. Extensão universitária e inovação social

Em outubro de 2000, iniciou-se a participação da Universidade Federal do Pará (UFPA) no Programa de Economia Solidária da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisa sobre o Mundo do Trabalho (REDE

UNITRABALHO).⁵ É importante ressaltar que a UFPA é uma das universidades fundadoras da Rede Unitrabalho em 1996, por meio da atuação de seu Reitor Marcos Ximenes Pontes. Assim, constitui-se o núcleo local da UFPA que passou a centralizar suas ações nos estudos sobre qualificação profissional e reestruturação produtiva. Em 1998, a Rede Unitrabalho criou um grupo de discussão em economia solidária que resultou na pesquisa nacional sobre a economia solidária no ano de 1999 (Gaiger, 2004). Em 2001, essa mobilização para a articulação entre pesquisa e extensão universitária despertou interesse de professores da UFPA na elaboração de um projeto integrado de ensino, pesquisa e extensão denominado naquele momento: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP).⁶ Logo depois, submeteu-se o projeto ao edital-2001 do Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (PROINT-UFPA), cuja aprovação favoreceu a estruturação

-
- 5 O evento de lançamento da Incubadora Universitária da UFPA ocorreu em outubro de 2000, no auditório do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), e contou com a presença do Diretor Executivo da Unitrabalho, professor Sidney Lianza, e do representante da coordenação do Programa Economia Solidária da Unitrabalho, Gonçalo Guimarães, também Coordenador da ITCP da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ-COPPE). Naquele momento, o Núcleo Local da Unitrabalho na UFPA estava sob a Coordenação do professor José Roberto Marques Rodrigues, do Departamento de Economia do Centro Sócio-Econômico (CSE).
- 6 Uma síntese do processo de experimentação e depois institucionalização da incubadora universitária da UFPA poderia ser descrita a seguir: a primeira denominação do projeto foi Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), acompanhando a nomenclatura clássica, advinda do conhecimento e contatos com a ITCP, criada em 1995, pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e a inserção no Programa Economia Solidária da Rede Unitrabalho, além de acompanhar as primeiras publicações sobre o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), criado em 1997. Em 2002, a coordenação do projeto de extensão promoveu uma atividade interna de planejamento estratégico; na oportunidade, abriu-se uma discussão sobre a denominação do projeto, em face das novas articulações e compreensão sobre a abrangência da economia solidária. Optou-se por estruturar o título do projeto e submetê-lo à apreciação da Câmara de Extensão da UFPA. Assim, surge uma nova nomenclatura, Projeto de Extensão Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários e Cooperativas Populares (ITCPES). Essa nova roupagem recebeu influência da participação no Programa de Economia Solidária da Rede Unitrabalho que propunha a definição de empreendimentos solidários. Em 2003, a Câmara de Extensão aprovou o projeto de extensão universitária ITCPES por meio da Portaria 3070/03 (Souza et alii, 2004). Em 2005, inaugura-se um novo momento da incubadora universitária da UFPA. O envolvimento de novos professores e a ampliação do número de convênios e contratos projetou a ITCPES a um patamar mais complexo, tanto do ponto de vista acadêmico como de gestão. Isso possibilitou a transformação do projeto de extensão em Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários (PITCPES) vinculado ao Departamento de Ciências Econômicas e Departamento de Políticas e Trabalhos Sociais do Centro Sócio-Econômico e ao Núcleo Local da Rede Unitrabalho, assim como, consolidou-se a articulação à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da UFPA e à Rede de Incubadoras da UNITRABALHO.

da primeira equipe da incubadora universitária da UFPA, com a participação de quatro professores e quatro bolsistas de graduação.⁷

No âmbito nacional e internacional, a UFPA integrou-se, mediante convênios de cooperação técnica, ao Projeto Incubadores 2001⁸ (Acordo ICCO BR 158011) e do Programa de Economia Solidária da Rede Unitrabalho

-
- 7 A composição da equipe original correspondeu a quatro docentes pertencentes ao Centro Sócio-econômico da UFPA, sendo um de Ciências Econômicas, um de Serviço Social, um de Administração e um de Ciências Contábeis. Os bolsistas, também em número de quatro, pertenciam, respectivamente, às mesmas áreas de conhecimento dos docentes. Houve o compromisso de formar um grupo no campo da gestão econômico-financeira e social que paulatinamente se especializaria na gestão cooperativista, mas construindo um marco teórico que evidenciasse a controvérsia entre o cooperativismo tradicional e a emergência da economia solidária. Portanto, a ênfase da pesquisa e extensão era a compreensão da dinâmica da organização do trabalho, da organização social e dos processos de gestão compartilhados pelas experiências de economia solidária identificadas na Região Metropolitana de Belém (RMB) e, logo depois, na região do Baixo Tocantins no nordeste paraense.
- 8 O projeto Incubadores 2001 resultou no relatório “Metodologia de incubagem – uma tentativa de problematização” (Sanchez & Kruppa, 2002). Trata-se de uma sistematização da metodologia de incubação realizada por 21 incubadoras universitárias brasileiras. Em termos gerais, o relatório constatou a diversidade dos processos metodológicos aplicados, assim como diferenciações no campo teórico e político nas interpretações sobre a ação das incubadoras universitárias, portanto, caminhos diferenciados, contudo, voltados para alcançar objetivos comuns. Na verdade, essa conclusão já se constitui em uma problematização, pela possibilidade de validade dessa assertiva, na medida em que as experiências das universidades eram, na grande maioria, iniciativas recentes. Observam-se nessas premissas os elementos embrionários de um novo paradigma da extensão universitária, cuja disputa política em torno da coordenação unificada de uma rede nacional de incubadoras universitárias torna-se central enquanto constituição de uma relação de hegemonia entre os representantes das Instituições de Ensino Superior atuantes no campo da economia solidária. Isso somente iria assumir uma configuração mais definida com a mudança no panorama macropolítico, com a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, algo até então fora dos prognósticos dos atores políticos ligados ao campo progressista, e com a criação, em 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES no interior do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Saía-se dos limites do espaço local, exemplificado pelas experiências de governos do Partido dos Trabalhadores e de algumas outras poucas siglas partidárias que assumiram a economia solidária e as políticas de geração de trabalho e renda como uma das suas principais políticas governamentais (Kapron & Fialho, 2003). Agora, abria-se espaço para uma ação integrada nacional capitaneada pelo governo federal. Percebe-se que as incubadoras universitárias já possuíam know how, porque em 1997 o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), criado na parceria entre a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP), o Banco do Brasil (BB) e a Fundação Banco do Brasil (FBB), alimentou o embrião desse novo paradigma da extensão universitária ao dar apoio a seis incubadoras universitárias – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Ceará (UFCE), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Universidade Estadual da Bahia (UNEB). Em 2004-2005, retoma-se o PRONINC como uma nova configuração e articula-se o apoio a 33 incubadoras universitárias. O novo comitê gestor do PRONINC contará com a participação dos tradicionais estimuladores FINEP, FBB, COEP e BB, contudo, será inserida, em um primeiro momento, a participação da SENAES, da Rede Unitrabalho e da Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCP), e, logo depois, amplia-se o Comitê Gestor com a participação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério da Educação e Cultura (MEC) e Ministério da Saúde (MS). Atualmente, esse esforço institucional apóia mais de 60 incubadoras universitárias.

com o apoio financeiro da ICCO⁹ (2002-2003 e 2003-2006). Isso possibilitou recursos financeiros para custeio das atividades de incubação e permitiu o intercâmbio com diversas incubadoras universitárias. Nesta primeira etapa, houve, portanto, a efetivação de um grupo de professores e técnicos da UFPA, que passaram a acompanhar as discussões relacionadas à organização da economia solidária no Brasil, mas também o acesso às referências internacionais. Inicia-se a formação de uma massa crítica sobre a temática da economia solidária. Isto culminou em estudos sobre: mercado informal de trabalho e desigualdade de renda na Região Metropolitana de Belém; organização social das cooperativas populares em Belém; gestão e desenvolvimento do cooperativismo no Estado do Pará.

No período 2001/2003, vários eventos contribuíram para a divulgação e ampliação das atividades da incubadora universitária da UFPA. Primeiramente, percebeu-se que a mobilização em torno da temática economia solidária estava presente nas ações do governo municipal de Belém na Gestão Frente Popular¹⁰ (1997-2004), na organização de um movimento social da economia solidária por meio do Fórum de Empreendedores de Economia Popular e Solidária de Belém e das atividades desenvolvidas por várias Organizações Não Governamentais, como a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE Amazônia), a Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes (APACC) e outras entidades que introduziam a economia solidária como temática de formação profissional

9 A Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO) é uma instituição holandesa que financia projetos sociais no Brasil e em outras partes do mundo. Nos últimos anos, passou a financiar projetos relacionados à geração de trabalho e renda e economia solidária.

10 O governo municipal da cidade de Belém, na gestão do Prefeito Edmilson Rodrigues, criou o Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol, por meio da Lei Complementar nº 1 de 20 de outubro de 1997. Este dispositivo fundamentou a organização do Banco do Povo. Definiu-se uma transferência mensal de 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e 0,64% do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço (ICMS). O objetivo era atender pequenos empreendimentos populares formais e informais, por meio de uma política de microcrédito que utilizava taxas de juros que não excediam 3% ao mês. Entre 1998 e 2004, o Banco do Povo realizou cerca de 20.000 operações, representando um valor de R\$ 24.881.889,19. Segundo, Arroyo (2004), são nítidos os efeitos dessa política ativa na geração de trabalho e renda em Belém, porque foram criadas 13.703 ocupações diretas e 76.912 ocupações indiretas, além de garantir a manutenção nos empreendimentos populares de 23.742 ocupações.

e estratégia de desenvolvimento local. Paralelamente, iniciaram-se as primeiras inserções do projeto, por meio de visitas técnicas, estudos e diagnósticos, em outros municípios, particularmente na região nordeste do Pará, como por exemplo: a participação em reuniões promovidas pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB-Pará) na região do Baixo Tocantins; em 2002, quando se elaborou um *survey* para a Central de Cooperativas Nova Amafrutas, a fim de verificar as condições de gestão e organização social de empreendimentos comunitários no nordeste paraense, cujo resultado se tornou uma referência sobre as cooperativas de produção fomentadas por programas de combate à pobreza rural no Estado do Pará, na década de 90. Isso resultou nos primeiros contatos com a Associação de Desenvolvimento dos Mini e Pequenos Agricultores Rurais de Abaetetuba (ADEMPA) e a Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba (COFRUTA)¹¹ (Souza et alli, 2004).

Assim, os estudos preliminares da incubadora universitária da UFPA passaram a abranger a noção de articulação e integração entre urbano e rural como suporte para a compreensão da caracterização dos empreendimentos de economia solidária existentes tanto na RMB como no interior do Estado do Pará. Aproximar-se dessas experiências de gestão pública e do movimento da economia solidária foi fundamental para fortalecer a compreensão sobre uma nova dinâmica da organização do trabalho.

Sabe-se que as organizações associativistas e cooperativistas no Estado do Pará são bem anteriores à década de 90, particularmente quando se trata de empreendimentos rurais. Por exemplo, as ações desenvolvidas na região do Baixo Tocantins tiveram, normalmente, interlocução com a

11 Trata-se de duas organizações produtivas articuladas com a rede do movimento social da Região do Baixo Tocantins. A ADEMPA foi criada em 1996 e tem no seu quadro de associados mais de 1.500 pessoas. A COFRUTA, criada em 2002, com financiamento do Banco da Amazônia por meio do Fundo do Norte (FNO), é uma cooperativa de produção no formato de uma agroindústria familiar que possui 131 cooperados e atua no processamento de polpa de frutas. Possui uma capacidade instalada para o processamento de 800 kg/dia de polpa. A origem da COFRUTA era produzir xaropes e geléia de frutas para merenda escolar do município de Abaetetuba e municípios circunvizinhos. No entanto, não conseguiu êxito e passou a atuar no mercado de polpas congeladas. Atualmente, possui sua produção centrada no processamento de polpa do fruto do açaí (Andrade, et alli, 2008).

FASE-Amazônia ou com outras organizações sindicais e organizações não governamentais que realizavam, há bastante tempo, a estruturação de unidades produtivas fundamentadas no trabalho coletivo e autogestionário. Trata-se de uma transição entre as lutas sindicais da década de 80, fortemente marcadas pelo conteúdo político e contestador, para uma nova fase nos anos 90 que implicará na constituição de agroindústrias familiares. Este processo não foi tranquilo, pois as lideranças sindicais fortaleceram sua formação e estratégias organizativas na constituição de uma identidade política para os trabalhadores e trabalhadoras rurais. No entanto, a luta política envereda pela reivindicação por crédito, assistência técnica e melhorias de condições de vida no campo. Isso exigiria a introdução de processos produtivos, muito além da unidade produtiva familiar rural.

Nesse ínterim, a Incubadora, munida de um diagnóstico básico sobre a evolução do cooperativismo no Estado do Pará e sua configuração contemporânea, passou a desenvolver a extensão universitária de incubação de empreendimentos solidários no campo e na cidade. Um fator preponderante foi a constituição do governo da Frente Popular que favoreceu a articulação institucional da Universidade Federal do Pará com a Prefeitura Municipal de Belém. Isto porque nas diversas atividades de formação profissional oferecida pela Secretaria Municipal de Economia (SECON) e pelo Banco do Povo aos participantes de cooperativas populares, surgiam reivindicações por assessoria no âmbito da gestão e organização social¹², o que proporcionou várias situações importantes: abriu espaço para a estruturação de um campo de estágio acadêmico; possibilitou aos empreendimentos o acesso ao conhecimento sistematizado sobre economia solidária e cooperativismo; criou um campo de formação técnica para os servidores da prefeitura de Belém que atuavam na política de geração de trabalho e

12 Em 2002, segundo informações obtidas na SECON, a ação de qualificação profissional por meio da utilização da metodologia massiva do Laboratório Organizacional de Terreno (LOTE) atendeu mais de 2.500 pessoas, principalmente membros das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Escola Municipal. Houve atuação na maioria dos distritos administrativos de Belém, prioritariamente nos bairros de maior vulnerabilidade social, como Terra-Firme, Sacramento, Paracuri e também conseguiu atender as famílias residentes na área do aterro sanitário de Santana do Aurá (Santos & Souza, 2006)

renda; e permitiu aos docentes, técnicos e discentes da incubadora universitária da UFPA a oportunidade de um novo momento de aprendizagem, pois as demandas dos empreendimentos tornavam-se desafios para a construção de novos conhecimentos técnico-organizacionais articulados a novas práticas sociais.

Portanto, no período de 2001-2003, o processo de incubação de empreendimentos solidários, realizado pela incubadora universitária da UFPA no município de Belém, envolveu duas parcerias de grande relevância: primeiro, a partir do segundo semestre de 2001, com a SECON e Banco do Povo, visando ao acompanhamento de dois empreendimentos: a Cooperativa de Serviços Gerais Esperança (COOSEGE) e a Cooperativa de Serviços Gerais (COOPSEG); segundo, em 2002, com a Secretaria Municipal de Saneamento (SESAN), por meio de convênio envolvendo a Caixa Econômica Federal (CEF) e a Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Aurá (COOTPA). É importante ressaltar que os dois primeiros empreendimentos envolviam aproximadamente 40 cooperados cada um; a COOTPA possuía mais de 200 cooperados que atuavam no aterro sanitário de Santana do Aurá, mas que compreendia mais de 1.000 famílias articuladas com o projeto social, para a estruturação de um centro de reciclagem de resíduos sólidos e coleta seletiva no município de Belém (Santos & Souza, 2006).

Em 2002, um outro evento importante implicou na ampliação das dimensões do processo de incubação de empreendimentos solidários, com a participação na elaboração e execução de Projeto de alfabetização e escolarização de jovens e adultos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Coordenação Pedagógica Nacional do PRONERA, as Superintendências do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de Belém e de Santarém, a Fundação de Amparo a Pesquisa (FADESP) e a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da UFPA.¹³ A atuação da

13 Em 2003, após seleção interna da PROEX, a incubadora universitária da UFPA conseguiu obter apoio financeiro do Ministério da Educação pelo Edital do Programa de Extensão (PROEXT-2003). Os recursos foram direcionados para o fortalecimento da ação de extensão universitária do Projeto Alfabetização Cidadã na Transamazônica do PRONERA.

incubadora universitária da UFPA na coordenação do Programa Educação Cidadã ampliou consideravelmente a articulação com outras áreas do conhecimento, neste caso, as áreas de educação e ciências agrárias¹⁴, inclusive permitiu uma elaboração conceitual e teórica sobre a relação trabalho e educação. Neste caso, com ênfase na educação do campo, desenvolvimento rural e economia solidária. As temáticas do cooperativismo e do desenvolvimento passaram a compor o conteúdo curricular das formações de formadores e da formação dos educandos dos projetos de alfabetização, de escolarização de 1ª a 4ª séries e do nível médio (Magistério da Terra, Técnico em Saúde e Técnico em Ciências Agrárias).

A partir de 2004-2005, o governo federal iniciou uma política de financiamento, por meio de editais do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), MDA, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério do Meio Ambiente (MMA), voltada para ações de extensão rural e economia solidária.¹⁵ Essa política colocou em evidência a economia solidária e a incubação de empreendimentos solidários, permitindo que várias incubadoras universitárias e

14 Entre 2002-2005, a coordenação do Programa Educação Cidadã foi compartilhada pela incubadora universitária da UFPA com professores do Centro de Educação, do Campus Universitário de Altamira e do Centro Universitário da UFPA em Itaituba. Houve a participação de mais de 100 bolsistas de graduação, mais de 100 coordenadores locais oriundos do movimento social do campo, cerca de 600 educadores e mais de 13.000 educandos (trabalhadores e trabalhadoras assentados da reforma agrária) e aproximadamente 100 técnicos de nível superior de diversas áreas de conhecimento, como pedagogos, administradores, economistas, cientistas agrários, licenciados em letras e outras. Os projetos de alfabetização, escolarização e nível médio do PRONERA foram executados na Região da Transamazônica e na Região do Tapajós no Oeste do Pará em treze municípios (Altamira, Anapu, Aveiro, Brasil Novo, Itaituba, Medicilândia, Pacajá, Placas, Rurópolis, Senador José Porfírio, Trairão, Uruará e Vitória do Xingu). Atualmente, a incubadora universitária da UFPA coordena um projeto do PRONERA de escolarização de 1ª a 4ª série na Região do Tapajós que atende cerca de 2.200 assentados da reforma agrária.

15 Pode-se verificar a seguir o conjunto de editais lançados pelos órgãos federais, que ampliou consideravelmente os recursos destinados à economia solidária no Brasil: Edital – 2004 Extensão MDA/MCT/CNPq – Tecnologia Adequada Agricultura Familiar (CT – AGRO); Edital – 2005 Incubação de Empreendimentos Solidários e Incubação de Incubadoras – Finep – CNPq; Edital – 2005 Incubação de Empreendimentos de Economia Solidária Agroalimentar – Finep, MDS; Fome Zero; Edital – 2004 – 2005 – 2006 MEC Proext; Edital – 2005 MDS-PNUD – Seleção de Entidades; Edital – 2005 MCT/MMA/SEAP/SEPPIR/CNPq – Seleção para Projetos de Tecnologia Social para comunidades Tradicionais e Povos Indígenas.

organizações não governamentais, que atuavam no campo da formação profissional e incubação de empreendimentos solidários, se envolvessem em novos projetos. Nesse período, a incubadora universitária da UFPA obteve a aprovação de três projetos importantes: o primeiro foi o projeto de pesquisa, aprovado em 2003, financiado a partir de 2004 pelo CNPq, intitulado “Desenvolvimento Local e Empreendimentos Comunitários: Análise de Experiências na Região Metropolitana de Belém e Mesorregião do Nordeste do Pará”; o segundo foi o projeto de extensão universitária denominado “Incubação de Empreendimentos Solidários na Região do Baixo Tocantins” que obteve aprovação no Edital – 2004 Extensão MDA/MCT/CNPq – Tecnologia Apropriada Agricultura Familiar (CT-AGRO); o terceiro projeto, com o apoio do CNPq, denominado “Transferência de Tecnologia Social e Capacitação para Gestão Solidária e Participativa de Empreendimentos Solidários na Amazônia”.

A partir desse momento, pode-se afirmar que a incubadora universitária da UFPA inaugurou, de forma mais efetiva, a articulação entre pesquisa e extensão. O projeto de pesquisa aprovado junto ao CNPq criou condições para a instalação do diretório de pesquisa e do grupo de pesquisa Trabalho e Desenvolvimento na Amazônia (GTDA) e o projeto de extensão do CT-AGRO possibilitou maior capilaridade junto aos empreendimentos solidários, aos sindicatos de trabalhadores rurais, aos governos municipais e ong's. Definia-se com maior segurança o *locus* de pesquisa e extensão na Região do Baixo Tocantins. Assim, todos os esforços acadêmicos e de recursos materiais e humanos seriam direcionados para a compreensão da dinâmica do mundo rural e suas relações com o desenvolvimento regional e a urbanização.

Grosso modo, ao longo de 2004-2005, o processo de incubação de empreendimentos solidários foi mantido por meio do convênio de cooperação técnica da UFPA e o Programa de Economia Solidária (Projeto ICCO) da Rede Unitrabalho, o projeto com o MTC/CNPq/MDA do edital CT-AGRO, a aprovação de um novo PROINT-UFPA/2004 e de um PROINT-UFPA 2005/2006, além de alguns recursos financeiros do convênio com a SESAN e CEF. Isso permitiu a consolidação do trabalho da incubadora universitária da UFPA no município de Belém, a ampliação da atuação no Baixo

Tocantins com a possibilidade de abranger pelo menos cinco municípios (Abaetetuba, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri e Moju) e a extensão para o município de Terra Alta.¹⁶

Entretanto, esse quadro não era suficientemente satisfatório para manter uma tendência de expansão e credibilidade na incubadora universitária. Em 2003, iniciou-se na cidade do Rio de Janeiro a mobilização capitaneada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Fundação Banco do Brasil (FBB), Banco do Brasil (BB), Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP), Rede Unitrabalho e Rede de ITCP's para a reedição do PRONINC. A partir de 2004-2005, o novo PRONINC financiou 33 incubadoras universitárias, dentre elas a incubadora de economia solidária da UFPA. Partiu-se para uma maior visibilidade nacional, agora articulada com instituições federais e organizações não governamentais de porte nacional como a FASE-Nacional e o COEP.

16 É importante registrar com destaque a atuação da incubadora universitária da UFPA no município de Terra Alta, na região do Salgado do Estado do Pará. Trata-se da primeira experiência de incubação de empreendimento solidário coordenado pela equipe da incubadora em que houve as etapas normalmente previstas nas metodologias de incubação, ou seja, identificar o grupo, realizar a formação cooperativista e em economia solidária, até o passo final de legalização e estruturação da unidade produtiva da cooperativa. O significado dessa experiência para a formação e aprendizagem da equipe da incubadora universitária da UFPA diz respeito à oportunidade de vivenciar os conflitos, dificuldades e a realidade de construção de uma nova prática social no interior do grupo em processo de incubação e na própria formação político-social dos docentes, discentes e técnicos envolvidos com a elaboração e estruturação dessa organização social e produtiva, algo seminal até então para os docentes, técnicos e discentes. Os demais processos de incubação em andamento eram resultantes da indução pela política pública municipal ou por atuação de organizações não governamentais. Compreendiam-se as experiências induzidas como algo em que não havia um total conhecimento, ou mesmo parcial, sobre a história do trabalho e da organização social e política construída pelos sujeitos sociais envolvidos no empreendimento solidário, inclusive nem sempre se contava com aqueles sujeitos originários do processo. Assim, a participação da incubadora universitária não correspondia ao papel de protagonistas dessa construção social originária, mas sim sua inserção, em um determinado momento, na trajetória desse empreendimento, muitas vezes com dificuldade de compreender sua dinâmica produtiva e a organização político-social. Não se pode negar que também se tratava de uma aprendizagem, claro que sim, mas de outra natureza. No caso específico da Cooperativa dos Agricultores Familiares de Terra Alta (COAFTA), a equipe da UFPA foi convidada pela coordenação de uma seção da Empresa de Extensão Rural (EMATER) de Terra Alta e contou, por um momento na fase inicial, com a parceria da Prefeitura Municipal de Terra Alta. Assim, deu-se início à discussão com os membros da comunidade rural a possibilidade de constituir uma cooperativa de produção, nos moldes da economia solidária. Obteve-se êxito. Isso criou as condições para participação ativa dos membros da cooperativa nas atividades de comercialização e nas atividades políticas do movimento da economia solidária, tanto locais como nacionais.

Ao longo desse período, manteve-se a autonomia na elaboração de projetos para editais de instituições federais. Em 2005, houve a aprovação de um projeto PRONAF-Capacitação do MDA/Secretária de Agricultura Familiar (SAF) e CEF, contudo, os recursos somente seriam liberados no ano de 2006. Ainda em 2005, elaborou-se um projeto para o Edital Incubação de Empreendimentos Solidários e Incubação de Incubadoras da FINEP e CNPq com o objetivo de incubar incubadoras universitárias na Região Norte. O projeto previa estimular a articulação de nove Instituições de Ensino Superior da Amazônia brasileira. Infelizmente, o projeto não foi aprovado. No entanto, isso motivou a equipe da incubadora da UFPA a manter a mobilização com as demais Universidades para a criação de novas incubadoras universitárias. Sabia-se que investir nessa iniciativa representaria ganhar projeção regional e nacional, pois a incubadora da UFPA passaria a incubar incubadoras universitárias e não somente empreendimentos solidários.

Contudo, havia prós e contras. Isto se revelou um grande desafio institucional e a possibilidade de amadurecimento acadêmico. Portanto, uma inovação institucional, mesmo restrita a um determinado campo da extensão e da pesquisa universitária. Na verdade, tratava-se de um desafio de duas ordens: primeiro, vencer as distâncias e diversidade cultural e socioespacial na Amazônia, obstáculos seculares à integração regional; segundo, fortalecer, em pouco tempo e no interior do próprio programa, o conteúdo técnico-científico, além de estimular a autonomia, o que implicaria mudança de postura, para uma equipe jovem e em processo de formação intelectual. Isso resultou em um novo patamar profissional e acadêmico na construção social de grande impacto para a sociedade regional. Havia a compreensão do grupo de que, para enfrentar esse desafio, seria exigido um nível de dedicação sem precedentes, pois todos os docentes, técnicos e discentes se encontravam bastante comprometidos com as atividades de incubação da RMB, do Baixo Tocantins, do PRONERA na região do Tapajós e dos intercâmbios nacionais, além das atividades cotidianas de ensino e pesquisa.

No segundo semestre de 2005, apresentou-se para a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) o projeto Incubação de Incubadoras

Universitárias na Amazônia Legal, o que possibilitou a abertura de um canal de articulação regional, a partir de dois fatores: primeiro, a experiência da incubadora universitária da UFPA no processo de incubação de empreendimentos solidários e na execução de projetos sociais; o segundo fator se refere à responsabilidade de coordenação da Regional Norte da Rede UNITRABALHO no âmbito da UFPA, sediada no Centro Sócio-Econômico, mais precisamente na coordenação da incubadora. Portanto, isso facilitou a cooperação técnica e institucional entre as universidades da Região Norte, incluindo-se a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a Universidade Estadual do Amazonas (UEA), a Universidade Federal de Rondônia (UNIR), a Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA).

Em 2006, o projeto Incubação de Incubadoras na Amazônia Legal foi aprovado e financiado pela ADA. No entanto, com os recursos financeiros restritos a três Universidades da Região Norte (UFPA, UFAC e UFRR), não foi contemplada a idéia original de projeto regional de incubadoras. Em termos de resultados favoráveis, auxiliou na criação da incubadora universitária da UFRR e no fortalecimento das Incubadoras da UFAC. Além disso, havia no corpo do projeto um recurso destinado ao subprojeto de pesquisa Desenvolvimento Regional e Arranjos Produtivos de Economia Solidária na Amazônia: mobilização, formação e inovação de empreendimentos solidários. Havia nessa proposta a integração de ensino, pesquisa e extensão traduzida no acompanhamento de empreendimentos solidários¹⁷, incubação de incubadoras e na pesquisa sobre redes de economia solidária.

Soma-se a isso tudo a participação de pelo menos 15 docentes, seis discentes de graduação e 10 técnicos das três universidades federais. Sabe-se que o arranjo institucional para gerenciar essa proposta não foi dos mais tranquilos; contudo, ampliou-se consideravelmente o significado da incubadora universitária para o movimento social da economia solidária na Amazônia e foi criada uma rede de incubação que extrapolou o formato da incubadora universitária. A capilaridade assumida pelas incubadoras universitárias nos seus Estados e municípios viabilizou o interesse de outras organizações, governos estaduais e municipais na construção de

uma política pública de economia solidária integrada. As universidades da Região Norte se tornaram o *locus* por excelência da sistematização do processo de incubação e das reflexões sobre possíveis caminhos da economia solidária e do cooperativismo na Amazônia. Houve outras repercussões, como a criação da incubadora universitária da UFRA (Universidade Federal Rural da Amazônia) por meio de recursos do PRONINC 2006.¹⁸

Ainda em 2006, a incubadora universitária da UFPA conseguiu a transferência dos recursos financeiros do projeto intitulado Incubação de

-
- 17 O subprojeto de incubação da UFPA atendeu (seleção edital 01/2006 UFPA/FADESP/ADA) 10 empreendimentos solidários na Região Metropolitana de Belém. O processo seletivo ocorreu por meio de visitas e apresentação do edital para diversas entidades, como prefeituras, ongs, fórum de economia solidária e empreendimentos. Houve a inscrição de 24 empreendimentos. Foram selecionados, após visita de campo e entrevistas, os seguintes empreendimentos: Cooperativa de Prestação de Serviços Gerais (COOPSEG); Cooperativa do Ver-o-Rio (COOPVE); Cooperativa de Empreendedores Solidários Produtores de Moda do Estado do Pará (ASCOOP); PARAMAZONCOOP; Associação de Apoio aos Portadores de Transtorno Mentais e seus Familiares Brilho e Luz; Cooperativa de Marceneiros e Moveleiros de Águas Lindas (COOPERMARLINDA); Associação Cerâmica Chicano; Grupo de Bombons Maguary; Grupo de Artesanato Revelação; Cooperativa de Profissionais Autônomos e Confecções e Artesanato de Marituba (COPROACAM). No Acre, a UFAC atendeu cinco empreendimentos (Associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis de Rio Branco – CATAR; Grupo Belo Jardim I – Fábrica de mandioca; Grupo Belo Jardim – Fábrica de Urucum; Cooperativa de mulheres Mocinha Magalhães – COOMAN; Associação de serviços e produtos Estrela da Terra – ASPET) e a UFRR incubou cinco empreendimentos (Grupo Feras da Amazônia; Grupo de Mulheres do Bairro Cauamé; Grupo Aliança; Grupo de Mulheres São João Batista; Centro de Produção Comunitária Costureiras do Bairro Santa Tereza). Os 20 empreendimentos solidários que participaram do processo de incubação abrangiam aproximadamente 500 pessoas. Houve uma preocupação da coordenação do projeto em promover eventos locais, como curso e seminários, assim como encontros regionais em que participavam representantes dos empreendimentos e das incubadoras universitárias da região Norte (PROGRAMA..., 2006c).
- 18 Na UFPA, houve uma mobilização conjunta da coordenação da incubadora universitária e da Pró-Reitoria de Extensão com o objetivo de criar incubadoras de empreendimentos solidários nos campi do interior. Realizaram-se reuniões nos campi de Abaetetuba, Cametá, Soure, Bragança e Altamira para estimular docentes, discentes e técnicos no interesse pela temática da economia solidária. A maior dificuldade residia principalmente no acesso a recursos financeiros e disponibilidade de um grupo de pessoas para elaborar e coordenar os projetos. Observou-se que o quadro docente e técnico é bastante reduzido nos campi da UFPA, mas havia grande interesse do movimento social rural e de algumas prefeituras e organizações não governamentais em apoiar as propostas. Na verdade, não foi possível criar nenhuma incubadora nova na UFPA, pois não havia recursos da própria universidade para tal finalidade e a tentativa no PRONINC-2006 não foi coroada com êxito, pois o edital, segundo informações obtidas junto à FINEP, permitia a apresentação de somente um projeto por universidade. Há indícios, no curto prazo, de que poderão surgir pelo menos duas propostas, uma no campus de Altamira e outra no campus de Bragança.

Empreendimentos Solidários Agroalimentares na Amazônia¹⁹, apoiado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), FINEP e MDS, que havia sido aprovado na segunda metade de 2005. O objetivo principal era atender as associações de produtores e cooperativas da região do Baixo Tocantins. Pautou-se em uma centralidade metodológica voltada para identificação, análise e apoio para a construção de modelos autogestionários que tivessem a propriedade coletiva como âmago da forma de organização do trabalho. Por isso, defende-se como inegável a importância de ações direcionadas ao estímulo à formação e consolidação de empreendimentos de economia solidária, tendo em vista a realidade do trabalho no cenário local e regional, o qual nos impõe uma maneira diferenciada de perceber a viabilidade socioeconômica pautada nas relações de trabalho associativista em que a propriedade coletiva dá-se de modo consuetudinário, podendo ser potencializado para a geração de trabalho e renda na Amazônia, sob o regime de organização autogestionário.

19 O projeto Incubação de Empreendimentos Solidários Agroalimentares na Amazônia abrangeu os cinco municípios da Região Nordeste do Pará (Abaetetuba, Barcarena, Cametá, Igarapé Miri e Terra Alta). Participaram como co-executores e do processo de incubação 11 empreendimentos solidários, listados a seguir: Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba (COFRUTA); Associação de Desenvolvimento dos Produtores de Abaetetuba (ADEMPA); Cooperativa Agrícola Resistência do Tocantins (CART de Cametá); Cooperativa dos Agricultores Familiares de Terra Alta (COAFTA); Associação Mutirão de Igarapé Miri; Associação de Mulheres de Igarapé Miri; Cooperativa de Desenvolvimento do Município de Igarapé Miri (CODEMI); Cooperativa de Produtores Rurais da Agricultura Familiar de Barcarena (COPEBAB); Associação Natureza e Arte de Cafezal; Associação dos Produtores Rurais de Barcarena (ASPRUB); Associação de Mulheres do Campo e da Cidade de Barcarena. As metas do projeto eram bastante audaciosas, pois combinavam: por um lado, o direcionamento de recursos financeiros para melhoria da unidade produtiva da COOFRUTA, por meio da compra de equipamento, orientação para atender às exigências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), reforma e adequação do espaço físico, curso de Boas Práticas de Fabricação (BPF), elaboração de manual técnico para os manipuladores dos alimentos, orientação dos manipuladores de alimentos no cumprimento das normas de higiene alimentar vigente no país; por outro lado, havia um conjunto de atividades de formação profissional que envolvia os cooperados dos empreendimentos mediante a realização de cursos, oficinas, seminários e palestras. Além disso, programou-se a realização de oficinas de metodologia de incubação para a equipe da Incubadora, portanto, mantendo de forma continuada, com novas temáticas e a constante avaliação do processo de incubação, a formação da equipe responsável pela incubação. O universo de pessoas filiadas às associações de produtores e cooperativas de produção era de aproximadamente 3.800 pessoas. Pode-se afirmar com bastante segurança que as atividades de formação, visita de acompanhamento, pesquisa de campo e outras mais abrangeram pelo menos 30% desse universo. Trata-se de uma estimativa de grande relevância, pois a totalidade desses cooperados e associados reside em ilhas ou mesmo em áreas de terra-firme, muito distante dos núcleos urbanos dos municípios anteriormente listados (PROGRAMA..., 2006b).

A execução do projeto possibilitou o crescimento do número de técnicos e bolsistas do PITCPES-UFGA, assim como nos colocou de maneira efetiva na incubação de empreendimentos solidários na área rural, constituindo campo de extensão e pesquisa prioritários no meio rural da região do Baixo Tocantins. Um outro aspecto de destaque é, mais uma vez, um movimento de ampliação das áreas de conhecimento no processo de incubação. As características dos projetos aprovados, com o objetivo de atender sistemas agroalimentares, nos proporcionaram a participação de professores e técnicos da área de engenharia de alimentos e nutrição da UFGA. Assim, atende-se o campo da gestão e organização social, mas paulatinamente é introduzida uma formação no campo das ciências tecnológicas. Isso, certamente, completa um circuito organizacional que envolve os processos de organização social, organização do trabalho e organização da produção, com vista ao processo de comercialização.

Cada vez mais, observa-se na ação da incubadora universitária o potencial articulador institucional nas microrregiões em que atua no Estado do Pará em prol da economia solidária. Um exemplo cabal dessa capacidade de mobilização e animação como agente de desenvolvimento ocorreu ao longo da execução do projeto Capacitação de Agricultores Familiares e Assistência Técnica para Gestão de Empreendimentos Comunitários na Região do Baixo Tocantins, PRONAF – Capacitação, apoiado pelo MDA e pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF). O sentido da inovação social pode ser visualizado em alguns resultados dessa experiência no Baixo Tocantins. Primeiramente, é importante registrar que se trata de um projeto aprovado no ano de 2005, conforme já se fez referência anteriormente. Os obstáculos burocráticos para executar o projeto expressaram o grau de imobilidade do Estado brasileiro na condição de fomentador de projetos sociais. Após várias dificuldades e indefinições, conseguiu-se garantir a transferência financeira da CEF, por meio de contrato que envolveu a Fundação Unitrabalho. A gestão financeira do projeto teria que seguir os modelos propostos pela CEF. Um material altamente complexo e que não permitia agilidade na execução das metas físicas e financeiras, um padrão fortemente engessado.

Havia constantemente um hiato entre a transferência financeira e a realização das metas físicas, pois o processo de liberação das parcelas era tão demorado que comprometia a execução das ações. Muitas vezes, não se conseguia elaborar os relatórios físico-financeiros com a necessária agilidade, pois eram materiais bastante complexos. Era um martírio compatibilizar informações. Assim, investiu-se na formação da equipe para compreender os processos burocráticos impostos pelas instituições responsáveis pela transferência dos recursos financeiros.²⁰ Após meses de dúvidas e aprendizagem, conseguiu-se dominar o aparato burocrático físico e financeiro. No entanto, isso não possibilitou agilidade na avaliação dos relatórios pela CEF. Percebeu-se que a própria CEF não estava preparada para administrar um recurso para projetos sociais que implicam em atender populações de baixa renda²¹, produtores rurais localizados em áreas de difícil acesso, como na região Amazônica. A incubadora universitária da UFPA já havia vivenciado uma outra situação semelhante com a CEF no convênio com a SESAN, que atendia aos trabalhadores do aterro sanitário do Aurá, na RMB.

Vencidos os obstáculos, mesmo que parcialmente, o projeto PRONAF-Capacitação no Baixo Tocantins nos permite demonstrar um exemplo de replicação do processo de incubação. Um primeiro aspecto importante é que esse projeto garantiu a continuidade e o fortalecimento do processo de incubação que vinha sendo realizado no projeto Incubação de Empreendimentos Solidários Agroalimentares na Amazônia, apoiado pela FINEP, MCT

20 O convênio envolvia a UFPA, a Rede Unitrabalho, a Caixa Econômica Federal, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Secretaria de Agricultura Familiar. Um conjunto de instituições com perspectivas bastante diferenciadas. Isso prejudicou bastante o diálogo para a formatação de um padrão de gestão financeira e física do projeto, pois cada instituição possuía procedimentos próprios. Inicialmente, foi bastante complicado vencer os obstáculos burocráticos.

21 Traçar um perfil dos participantes dos cursos do PRONAF-Capacitação é importante para se ter noção da realidade das comunidades. O grau de escolaridade dos participantes do curso realizado no primeiro semestre de 2006: 31% com ensino fundamental incompleto, 31% com ensino médio completo, 29% com ensino médio incompleto, 3% eram somente alfabetizados, 3% possuíam ensino fundamental completo e 3% ensino superior incompleto. Em termos de renda monetária, a média era de um salário mínimo por mês (PROGRAMA..., 2006a).

e MDS. Ampliou-se consideravelmente o público beneficiário²² das ações de economia solidária e houve a possibilidade de se exercitar e aprimorar a estrutura metodológica do processo de incubação, pois o PRONAF-Capacitação exigia novas modalidades, agora muito mais voltadas para uma formação profissionalizante, cuja carga horária era dividida entre a atividade de formação e a assistência técnica/acompanhamento. Isso exigia dos formadores que atuavam nas atividades de formação que organizasse, juntamente com a equipe de incubação, atividades de acompanhamento às comunidades ou aos empreendimentos para avaliar o processo de ensino-aprendizagem.

O segundo aspecto relevante foram os resultados obtidos com o curso de elaboração de projetos sociais no município de Igarapé Miri. Houve a constituição de um comitê técnico composto por representantes do movimento social, dos empreendimentos solidários, da prefeitura, dos órgãos estaduais que atuam no município como a EMATER, representante da incubadora universitária da UFPA e outras representações que configuraram um arranjo institucional voltado à formatação de um embrião de política pública

22 A dimensão de capilaridade desse projeto pode ser observada na ampliação de empreendimentos solidários (associações de produtores, cooperativas e grupos solidários) que passaram a compor o processo de incubação. São pelo menos 23 grupos das mais diversas condições socioculturais, inclusive, destaca-se a presença de comunidades quilombolas. Mais uma vez, isso exigiria redimensionar a formação político-social dos profissionais responsáveis pelo acompanhamento e formadores. Tratava-se de repensar o próprio projeto pedagógico que nortearia as ações de incubação. A seguir, há um demonstrativo dos beneficiários do projeto por município: no município de Abaetetuba, abrangia a Cooperativa de Fruticultores de Abaetetuba (COFRUTA), Associação de Desenvolvimento Agrícola de Mini e Pequenos Agricultores (ADEMPA), Consórcio da Juventude, Associação de Remanescentes Quilombolas de Abaetetuba (ARQUIA), Grupo de Mulheres de Bijuteria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; no município de Igarapé Miri, abrangeu Cooperativa de Desenvolvimento do Município de Igarapé-Miri (CODEMI), Associação dos Minis e Pequenos Produtores Rurais de Igarapé-Miri (Mutirão), Associação Progresso da Esperança, Associação de Mulheres de Igarapé-Miri, Associação Boa Esperança do Município de Igarapé-Miri, Associação dos Moradores e Produtores Rurais do Igarapé Santana e seus Arredores, Associação dos Produtores Geradores de Alimentos e Artesãos do Rio Igarapé-Miri e suas Abrangências; município de Barcarena, abrangeu Associação dos Produtores Rurais de Barcarena (ASPRUB), Cooperativa de Produtores Rurais da Agricultura Familiar de Barcarena (COOPBAB), Associação de Mulheres da Cidade e do Campo de Barcarena (AMCCB), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barcarena, Associação Natureza e Arte do Cafezal (Natur'Art); no município de Moju, abrangeu Calmaria 2, Consórcio da Juventude, Quilombolas, Assentamento Olho D'água 1 e 2, Comunidade do Arauai, Comunidade Água Preta e Associação do Vale do Piriá (PROGRAMA..., 2006a).

de economia solidária municipal. Dessa mobilização resultou a elaboração do projeto Fortalecimento de Empreendimentos Produtivos Familiares Integrantes do Arranjo Produtivo Local da Fruticultura no Município de Igarapé Miri. Novamente, recorreu-se à ADA para mediar a elaboração e análise da proposta que envolvia também o Fundo das Nações Unidas para a Fome (FAO). Identificou-se no Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda – PRONAGER-Amazônia a condição para financiá-lo.

Essa iniciativa convergia com os interesses da incubadora universitária em viabilizar mecanismos de acesso ao fundo público para financiar as atividades produtivas e de organização social dos grupos de economia solidária. Tinha-se conhecimento, por meio de alguns estudos sobre a trajetória dos arranjos produtivos da fruticultura na região do Baixo Tocantins, particularmente no município de Igarapé Miri, do reduzido grau de especialização, da baixa diversificação e produtividade e da deficiência na infraestrutura econômica e social. O anseio de inovar e criar novos caminhos foi coroado com êxito, no momento em que a cooperação técnica entre incubadora universitária e o comitê técnico do arranjo institucional do município de Igarapé Miri recebeu parecer favorável para a execução do projeto resultante do curso de elaboração de projetos sociais do PRONAF-Capacitação. Observa-se, no processo de incubação, a tendência de fortalecer o empreendimento solidário, algo que já vinha sendo realizado na cooperação técnica com MCT, FINEP e MDA no projeto Incubação de Empreendimentos Solidários Agroalimentares na Amazônia.

Ao longo de 2007, manteve-se a elaboração de novos projetos, agora com ênfase em fomento para os empreendimentos, mas também em garantir a sustentação financeira da incubadora universitária. Normalmente, a finalização dos projetos significa paralisação das atividades de formação e acompanhamento aos empreendimentos solidários. Entre 2001 e 2006, houve uma busca constante pela continuidade e consolidação do processo de incubação; no entanto, nem sempre era possível manter uma expectativa favorável, pois a incerteza sobre novos recursos financeiros e sobre a possibilidade de manter a formação continuada da equipe técnica e de bolsistas de graduação era algo bastante indefinido. É comum na estrutura da equipe das incubadoras universitárias a manutenção de um corpo técnico

contratado temporariamente, pois as universidades brasileiras não dispõem de um quadro técnico administrativo capaz de suprir as demandas da incubação ou de quaisquer outras atividades de pesquisa e extensão. Manter-se por meio de convênio, contrato e cooperação técnica tem sido a saída. No entanto, isso expressaria um dos limites do processo de incubação.

Normalmente, buscam-se em fatores externos as causas de dificuldades e limites. Contudo, no caso da incubadora universitária, o crédito maior está expresso em condições internas aos projetos de extensão universitária. Haveria um limite natural no que diz respeito à própria natureza da universidade brasileira. Qual o seu papel? Somos capazes de atender demandas tão ampliadas, que parecem não ter fim, pois há uma lacuna no atendimento aos direitos sociais no país? Quais os limites da extensão universitária, quando se percebe que a finalidade da Universidade prioritariamente é o ensino e a pesquisa, uma vez que a universidade se configura como uma política pública de educação e ciência e tecnologia? Será que a extensão universitária cumpriria meramente o papel de um campo experimental e, portanto, teria prazo de validade? Quais as respostas da universidade às expectativas criadas pela sociedade, à medida que um programa de extensão se consolida, portanto se fortalece institucionalmente e passa para o campo de proposições? Como manter minimamente, do ponto de vista financeiro, físico e com pessoal, os projetos de extensão com recursos próprios das universidades, pois isso significaria compreender a extensão universitária com algo de grande importância acadêmica?

Esse conjunto de questões poderá servir como orientador para uma reflexão de qualidade sobre o papel e limites da incubadora universitária no Brasil. No caso da incubadora da UFPA, há a consolidação de papéis cada vez mais ampliados que justificariam a preocupação com o processo constante de inovação e autoavaliação das suas práticas sociais. Ao longo de 2008-2009-2010, assume-se compromisso com projetos de alta relevância como: o Centro de Formação em Economia Solidária da Amazônia, em parceria com o MTE e SENAES; o Centro de Agricultura Urbana e Periurbana (CAAUP), com o apoio do MDS; a incubação de empreendimentos solidários da cadeia produtiva do turismo no Tapajós – FINEP/2007-2008; o PRONINC-2007-2008 que consolida a participação no cenário nacional das

incubadoras universitárias. Tornar-se referência na construção de uma política pública de economia solidária implica em redimensionar sua capacidade de gestão acadêmica e organizacional, portanto, este parece ser o principal desafio da incubadora universitária no Brasil.

2. Rumo à inovação social e inclusão socioproductivo-cultural dos trabalhadores

O termo inclusão socioproductivo-cultural utilizado neste trabalho possui o caráter de iniciar uma reflexão mais aprofundada sobre o significado da economia solidária. A experiência da UFPA, nesses últimos oito anos, revela-se primorosa, pois deu a oportunidade para mais de 150 pessoas vinculadas à universidade de experimentar e desenvolver novas práticas e aprendizagens, sistematizando o conhecimento gerado em trabalho de conclusão de curso de graduação, relatórios de iniciação científica, monografia de especialização e dissertações de mestrado, nas diferentes áreas de conhecimento, que hoje constituem a Incubadora, seja na atuação como técnicos e pesquisadores, seja ao se aproximar e contribuir para estruturar uma sistematização sobre o movimento da economia solidária no Estado do Pará e na Amazônia, articulado com o cenário nacional e internacional.

Chega-se a uma conclusão, mesmo que preliminar, de que o papel da universidade na extensão universitária é construir, sistematizar e difundir um conhecimento construído na relação entre teoria e prática, a partir do envolvimento com a sociedade. Esse conhecimento mostra-se enquanto inovação social sob o caráter de pesquisa e desenvolvimento. Normalmente, as primeiras ações das incubadoras universitárias de economia solidária estavam centradas na gestão e organização social dos grupos solidários. Por isso, as ações das incubadoras universitárias se voltam necessariamente para grupos residentes em áreas com alto grau de pobreza (favelas e outras áreas urbanas de ocupações com população de baixa renda, áreas de assentamento da reforma agrária, área de populações ribeirinhas e agroextrativistas, populações quilombolas, grupos indígenas, pessoas portadoras de HIV etc.) possibilitando-lhes o acesso a condições de seu próprio desenvolvimento.

Houve uma diversidade de grupos e sujeitos que demandaram o apoio da extensão universitária. Contudo, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários da UFPA buscou desenvolver uma extensão universitária estreitamente vinculada às lutas sociais, valorizando a educação popular, a pesquisa-ação, priorizando ainda a relação entre saber popular e saber científico de uma maneira equânime.

Isso exigiu repensar e qualificar a extensão universitária; por isso, as incubadoras universitárias de economia solidária podem ser consideradas uma inovação institucional. Ao privilegiar o trabalho coletivo e os grupos sociais de baixa renda e escolaridade, torna-se a ação de incubação um instrumento pedagógico do acesso à Pesquisa e Desenvolvimento (P & D). Insere-se a universidade no interior de bairros e comunidades, ou seja, estimulam-se práticas de campo com vistas à democratização do conhecimento, ao mesmo tempo em que é fortalecida a formação profissional dos discentes de graduação e pós-graduação. Proporciona-se aos docentes e técnicos das universidades a releitura e reflexão das suas próprias concepções teóricas. Isso aproxima o conhecimento técnico-científico da realidade social brasileira.

No entanto, isso ainda é bastante embrionário no interior da universidade brasileira, conforme se observa com clareza no mapeamento da economia solidária da SENAES (Atlas, 2006). Segundo os dados disponíveis sobre as entidades de apoio à formação social (EAFS) no âmbito da economia solidária, inclusive as universidades, identifica-se que a maioria das EAFS concentra suas ações em formação e articulação/mobilização. Apenas 8,30% representam P&D. Vários fatores poderiam explicar essa participação reduzida da contribuição das universidades e institutos de pesquisa com P&D para a economia solidária. Dentre os fatores poderia se destacar a quase inexistência de financiamento para P&D neste campo, além de um quadro reduzido de pesquisadores e técnicos habilitados e envolvidos com o movimento de economia solidária. Nesse sentido, reivindicar o caráter de P&D para a inovação social de incubação é imprescindível. Isso ampliará a própria participação da temática economia solidária nas universidades, tendo em vista que passa a envolver, de maneira mais efetiva, os órgãos de fomento à pesquisa no Brasil, algo que já vem

ocorrendo de modo restrito à extensão universitária. Portanto, isso requer compreender a P&D não somente como a criação de inovação para o setor produtivo capitalista, centrado nas chamadas áreas tecnológicas ou *hard's*, ou seja, a economia do capital, mas pensar na economia do trabalho voltada para a lógica do trabalho (Coraggio, 2003).

Há uma questão paradoxal no contexto desse movimento no interior das universidades brasileiras. Diz respeito à política acadêmica fomentada com o auxílio de órgãos nacionais, visando à estruturação de incubadoras de base tecnológicas as famosas incubadoras de empresas. Um modelo voltado para pequenos empreendimentos individuais em que as universidades e outras instituições concentram conhecimento técnico-científico, para fortalecer projetos de baixa capilaridade social. Portanto, é necessário compreender a inovação institucional representada pelas incubadoras universitárias de empreendimentos econômicos solidários como uma inovação de P&D. Afirma-se categoricamente o impacto direto no processo produtivo, com forte caráter de desenvolvimento local e desenvolvimento socioeconômico, baseado na inserção socioprodutivo-cultural de sujeitos que até então não possuíam nenhum tipo de renda mais permanente, eram desempregados (as), viviam em lixões, eram considerados um “problema social” para suas comunidade e localidades.

Há um debate no sentido de caracterizar a incubação de empreendimentos solidários como uma tecnologia social. Contudo, algumas referências ao conceito de tecnologia social a colocam no campo de baixa intensidade, simplicidade, voltada para os pobres, algo que pode ser reaplicado com baixo custo. Bem, essa concepção pode ser utilizada, mas não de maneira totalizante nem permanente. Nesse sentido, o exemplo das incubadoras universitárias de economia solidária é bastante enriquecedor e emblemático. No primeiro momento, elas representaram um acesso e inclusão social para populações pobres. Mas, atualmente, elas se articulam com movimentos organizados da economia solidária do porte da ANTEAG, Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Fórum de Empreendedores Populares, entidades sindicais e outras entidades representativas que buscam das universidades repostas para a questão tecnológica que envolve desde uma cooperativa de produção de alta escala, oriunda de massas falidas,

até grupos de artesanato e confecções que estão inseridos em cadeias produtivas (Tauille, 2005).

A busca por tecnologias apropriadas, que permitam valorizar a tecnologia tradicional, também diz respeito à proposição de uma política científica e tecnológica de melhoramento das técnicas, adaptação e aprimoramento das tecnologias modernas ao meio ambiente e a humanização dessa tecnologia (Dagnino, 2004). Essa proposição requer entender a tecnologia apropriada no interior de um ambiente de mobilização social constituída de participação comunitária, baixo custo dos produtos e serviços finais e do investimento. Portanto, tem um significado para as pessoas e comunidades, fortalecer a relação de pertencimento. Fundamentalmente, a construção dessa tecnologia apropriada tem que levar em consideração o conhecimento popular e interagir com a realidade distinta de cada grupo social (Dagnino, 2004).

Assim, percebe-se claramente que a própria tecnologia convencional é uma construção social pensada no seio das relações de poder da sociedade capitalista. Utiliza-se dela para expressar graus de desenvolvimento social, com o objetivo de demonstrar os desníveis de desenvolvimento entre países e comunidades. Entretanto, nunca se revela o porquê dessas desigualdades de desenvolvimento, que sempre está centrado no processo histórico e no padrão de desenvolvimento da reprodução material de cada sociedade.

A tecnologia convencional na sociedade contemporânea acelerou o processo de produção em massa e o consumo em massa, baseando-se no uso intensivo dos recursos naturais. Contudo, hoje ela se faz poupadora de mão-de-obra e especializa sua oferta somente para aqueles que têm poder de compra de produtos sofisticados. Isso tem sido uma das principais causas do desemprego estrutural. Pensar a construção de um conceito de inovação social capaz de questionar a matriz tecnológica hegemônica e propor algo que consiga atender aos interesses, não somente dos grupos dominantes, mas dos setores populares. Trata-se de uma tarefa essencial das universidades públicas. Assim, identifica-se nas incubadoras universitárias a possibilidade de um exercício ou experimentação capaz de atender aos anseios da economia solidária. Trata-se de uma ação ainda tímida, mas ganhando a devida proporção e valor que lhe devem ser destinados.

No entanto, desenvolver inovação social para os empreendimentos de economia solidária não pode ser visto como uma função *strito sensu* da universidade. A dimensão dessa tarefa é muito maior do que a própria instituição universitária, pois é preciso considerar a dívida social existente há vários séculos neste país. Isso tudo requer o acesso aos direitos de universalização da escolarização, saúde, cultura, trabalho, renda etc. Saber que os grupos sociais envolvem mulheres chefes de família, jovens, homens negros, mulheres negras, pessoas com deficiência, pessoas com doenças mentais, pessoas que vivem em lixões, famílias com altas taxas de desnutrição infantil e mortalidade infantil, populações desprovidas de infraestrutura econômica e de infraestrutura social, ou seja, o povo brasileiro.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Lucia Gama et alli. Adoção de Novos Paradigmas na Organização e Gestão de Empreendimentos Solidários: um estudo sobre o processo produtivo do açaí através das associações e cooperativas no Território Rural do Baixo Tocantins – Pará – Brasil. Anais do XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Rio Branco, 2008.
- ARROYO, João Cláudio (Org.). *Solidariedade e sucesso: a experiência do Banco do Povo de Belém*. Belém: Prefeitura de Belém, 2004.
- CORAGGIO, José Luis. Economia do Trabalho. In: CATANI, David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 88-97.
- DAGNINO, Renato. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: LASSANCE Jr. Antonio *et alli* (artic.). *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004, p. 15-64.
- GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimentos econômicos solidários. In CATANI, David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 135-142.
- _____. Sentidos e experiência da economia solidária no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- KAPRON, Sérgio; FIALHO, Ana Lucia. Políticas públicas para a economia solidária. In: CATANI, David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 215-219.
- LAVILLE, Juan Louis et all. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- PROGRAMA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DA UFPA. Relatório executivo do Projeto Capacitação de Agricultores Familiares e Assistência Técnica para Gestão de Empreendimentos Comunitários na Região do Baixo Tocantins – PRONAF-Capacitação (Ministério do Desenvolvimento Agrário e Secretaria da Agricultura Familiar), 2006a. Digitalizado, 20 p.

- PROGRAMA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DA UFPA. Relatório técnico parcial do Projeto Empreendimentos Solidários Agroalimentares (Ministério da Ciência e Tecnologia, FINEP e Ministério do Desenvolvimento Social), 2006b. Digitalizado, 24 p.
- PROGRAMA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DA UFPA. Relatório parcial do projeto Desenvolvimento Regional e Arranjos Produtivos de Economia Solidária na Amazônia: mobilização, formação e inovação de empreendimentos solidários (Agência de Desenvolvimento da Amazônia), 2006c, 215 p.
- SACHS, Ignacy. *Inclusão Social pelo Trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- SANCHEZ, Fábio José Bechara; KRUPPA, Sonia M. Portela. Metodologias de Incubagem – uma tentativa de problematização. Relatório Projeto Incubadoras-2001, 2002, digitalizado.
- SANTOS, Ricardo Bruno; SOUZA, Armando Lírio de. Políticas Públicas de Emprego Urbano em Belém: A Inserção de Trabalhadores em Cooperativas Populares. Anais do XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economias e Sociologia Rural, Fortaleza, 2006.
- SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Atlas da Economia Solidária, 2006.
- SOUZA, Armando Lírio de; REIS, Adebardo Alves dos; FERRÃO, Euzalina; CHELALA, Fauze; BARBOSA, Maria José de Souza. A Incubação de Empreendimentos Comunitários de Agricultores Familiares na Região do Baixo Tocantins do Estado do Pará. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2004, 7 p. (meio eletrônico).
- TAUILLE, José Ricardo. Empreendimentos Autogestionários provenientes de massas falidas: relatório final, MTE, IPEA, ANPEC, SENAES, 2005.

3 Incubação de empreendimentos solidários: elementos para uma abordagem teórico-metodológica da tecnologia de organização do trabalho associado, na perspectiva da construção de políticas públicas para a economia solidária

Pedro Cláudio Cunca Bocayuva*

Introdução

No período de março de 2005 a setembro de 2007, a FASE realizou um amplo trabalho de investigação acerca da metodologia de incubação de empreendimentos solidários, tendo como objeto as incubadoras apoiadas através do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc)²³. Os resultados dessa pesquisa evidenciam as formas técnicas e organizacionais do processo de produção como objetos de construção interativa entre sujeitos sociais nos ambientes de formação, capacitação e aprendizagem criados pelas incubadoras. O contexto tecnológico da incubação resulta em uma construção social, com base em saberes, condições

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da PUC-RJ. Assessor Nacional do Núcleo de Direitos da FASE, onde é Coordenador do Projeto de Acompanhamento da Rede de Tecnologia Social. Pesquisador do LASTRO/IPPUR-UFRJ.

23 Os materiais relativos a esta pesquisa encontram-se disponíveis em <http://www.acompanhamentoproninc.org.br>.

instrumentais e institucionais transformadas continuamente, a partir de uma nova forma de organização do trabalho. Nesse artigo, procuramos situar a metodologia de incubação – com destaque para a questão organizativa do trabalho associado, entendido como parte da tecnologia de processo – indicando a amplitude do tema para a definição institucional emergente da política de economia solidária. A disputa sobre o futuro do trabalho implica pensar as tecnologias de organização social do trabalho como um campo específico dos processos de transformação tecnológica da transição produtiva.²⁴

A análise da atuação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) tem o foco no duplo aspecto instrumental e organizacional dos procedimentos de incubação, fundamental à construção de um novo paradigma para o trabalho. Essa perspectiva informa o potencial de desenho e implementação das tecnologias em seu caráter de construção social. O vetor de organização das instituições (do Estado, do direito, dos fundos públicos, das políticas públicas, dos aparelhos privados de hegemonia) e das formas da atividade produtiva interage na abordagem crítica da análise sobre o futuro das relações de trabalho, do ponto de vista da totalidade do caráter social da tecnologia.²⁵

Quando refletimos sobre tecnologia social, tomamos como objeto a relação entre as instituições e as organizações na sua ligação ativa, operacional, funcional e instrumental, na conexão circular com os aspectos concretos dos produtos, processos, meios e artefatos. A ação humana técnica na transformação da natureza, a práxis humana no mundo do trabalho e no espaço das organizações – dentro de um contexto social e histórico determinado – deve ser observada no interior de uma formação econômico-social. É esse o ponto de vista teórico-conceitual, ligado ao processo histórico, a partir do qual é possível um posicionamento crítico para a superação

24 A reflexão sobre o tema da organização e processo do trabalho na crise e reestruturação do trabalho foi trabalhada por TAUILLÉ, José Ricardo. *Para (re)construir o Brasil contemporâneo: trabalho, tecnologia e acumulação*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

25 Para a relação entre os três termos: organização, atividade e instituição ligada a noção de contra-sistema, vide LEFEBVRE, Henri. *Position: contre les technocrates en finir avec l'humanité-fiction*. Paris: Éditions Gonthier, 1967.

das estruturas da desigualdade. Os elementos tecnológicos e organizacionais das empresas e das instituições podem ser considerados enquanto formas sociais constitutivas do modo de produção e reprodução da formação econômico-social historicamente determinada.

A tecnologia social só pode ser posta como questão dentro de uma abordagem do caráter social histórico e transitório das estruturas sociais, das relações de produção e das forças produtivas. O caráter imediatamente social das novas tecnologias de informação e comunicação só reforça essa perspectiva, que se materializa nos ambientes de trabalho e fomento, nos movimentos sociais e nas políticas públicas voltadas para a construção de empreendimentos coletivos e solidários.

A luta pela emancipação do trabalho, nos momentos de crise, pode se traduzir em vontade e em consciência política. A reunião de um conjunto de iniciativas sob a concepção de economia solidária tem como perspectiva a construção de uma determinada formação econômico-social. Na atualidade, representa uma plataforma de mobilização democrática e produtiva, para atuar nas redes e nos territórios, pela via da organização autônoma das produtoras e produtores associados, através da cooperação, da associação e da autogestão.

1. Tecnologia e modo de produção

Temos duas chaves para abrir o debate acerca da relação entre o conceito de tecnologia social e a dinâmica do trabalho associado. A primeira chave é histórico-antropológica, que identifica na fundação, formação e organização de instituições a principal tecnologia humana. Essa é a primeira capacidade criativa que impulsiona as formas históricas de organização humana: o impulso de constituição de estruturas de mediação social, através da ação individual e coletiva por meio de instituições. Desta forma, a tecnologia pode ser percebida como modo de construir relações sociais regulares, reguladas, repetitivas ou institucionalizadas. Ou seja, como modo de reprodução social e construção de estruturas de mediação e objetivação temporal, sendo atravessada pela segunda dimensão chave: a do modo técnico-produtivo.

O modo de produção como categoria de análise social e histórica define a segunda chave, com o primado ontológico para formular uma visão sobre o caráter social da tecnologia. Esta perspectiva justifica a construção de uma abordagem, ou definição da tecnologia social, como instrumento necessário para o projeto da luta pela economia solidária.²⁶ A tecnologia social se articula com a formulação estratégica da transição para um novo modo de produção, ligado ao contexto de emancipação do trabalho e redução de desigualdades.²⁷ Para a superação do modo de produção capitalista, de suas bases e condicionamentos técnicos (de apropriação dos meios de produção e dos produtos do trabalho), se torna estratégico o resgate da percepção do lugar da noção de força social produtiva. Esta se configura como um conceito que articula simultaneamente a dimensão material dos meios, comando e controle da atividade social no ambiente organizacional de apropriação, funcionamento e uso das capacidades do trabalho vivo, em meio a uma divisão de trabalho, dos saberes e da informação.

As formas de propriedade e a interação das relações técnicas de produção com a sua condicionante de relações jurídicas, políticas e ideológicas ampliam a complexidade social dos fatores e mediações que articulam o caráter sociotécnico dos conceitos que definem o modo de produção: o de forças produtivas e o de relações de produção. Ambas apresentam composição social e técnica retroativa e inseparável, estabelecidas no marco geral das formações de classe e dos seus modos históricos de estruturação.²⁸ O sistema tecnológico se relaciona com a atividade direta do trabalho e com o regime de acumulação capitalista (formas primitiva,

26 A relação entre divisão do trabalho, modo de produção, forma de propriedade, força produtiva, associativismo, comunidade e revolução aparece com força nas páginas de MARX, K e ENGELS, F. A Ideologia Alemã: Crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1845-1846. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

27 Ao tratar da formulação de uma teoria sobre a construção social da tecnologia, devemos buscar sua flexão com as estratégias de superação das desigualdades, a democratização social e mesmo a transição para um outro modo de produção, para o que cabe a lúcida reflexão de FEENBERG, Andrew. Transforming technology: a critical theory revisited. New York: Oxford University Press, 2002.

28 Para os conceitos de forças produtivas e relações de produção, recomendamos a leitura de LABICA e BENSUSSAN. Dictionnaire critique du marxisme. Paris: Quadrige/Presses Universitaires de France, 1992.

extensiva, intensiva e flexível de apropriação da mais-valia). Estas relações manifestam-se como transformação da natureza e construção de produtos, como geração de valor e de excedente através das distintas formas históricas de fabricação de bens e serviços, através de um modo operacional-funcional-instrumental específico. Este é definido e condicionado pelo modo de produção dominante numa dada formação social.

Por isso, a esfera produtiva é onde o conflito de classe define o campo prático – operacional de atuação, dimensão da ação humana que interage com os processos de reprodução social e as mediações culturais e políticas. No âmbito da vida cotidiana, relaciona-se com os modos de organização social e a maneira de construir instituições.

O que é próprio da dinâmica de produção tecnológica é sua implementação e inovação voltada para atender, principalmente, o regime de acumulação/productividade/competição e extração de mais-valia, que articula as exigências de comando e controle do regime de produção e reprodução ampliada do capital (na interação social e histórica específica entre forças produtivas e relações de produção mediadas pela divisão social do trabalho).

O sistema produtivo e sua base técnica material e imaterial, de produção e de controle, acabam tendo um impacto decisivo nas relações de poder e na apropriação do excedente, na constituição da posição e situação dos sujeitos sociais. Desvendar as interações entre controle e materialidade na ossatura técnica-material e no sistema de atribuições profissionais e de saber que definem posições, colocando em questão a divisão social e técnica do trabalho, é uma preocupação das formulações estratégicas da economia solidária.

A economia solidária apoiada na noção de tecnologia social coloca em pauta uma perspectiva de transição e transformação no paradigma produtivo, com destaque para uma agenda que tem por base as formas de organização do trabalho adequadas a um modo de produção associado, que articule a autogestão e a cooperação como fundamento de um novo metabolismo social e produtivo.²⁹

29 Para a referência ao modo de produção dos produtores associados, que utilizamos aqui como modo de produção do trabalho associado, sugerimos a leitura do verbete sobre associação cooperativa em *BOTTOMORE*, Tom. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

Na implementação de uma estratégia da economia solidária apoiada na crítica ao padrão tecnológico dominante, o conceito de tecnologia social se desdobra nos debates: sobre o caráter das instituições, ambiente e políticas; sobre as tecnologias e formas de organização e gestão das atividades produtivas; no tipo de conhecimento necessário para as atividades produtivas diretas; no conhecimento adequado ao manejo da posse e propriedade dos meios de produção; no domínio das relações de circulação e circuitos de interação entre produção e consumo. As formas técnicas e os meios técnicos fazem parte da configuração tecnológica que deve ser readequada, inovada e transformada dentro de configurações de alianças, compromissos e lutas com base num novo bloco social e técnico que aposte no modo de produção associado.³⁰

2. Capitalismo e mudança de paradigma

O regime capitalista incorporou os processos de gestão e controle com base nos padrões tecnocientíficos que funcionam como sistemas abertos, cibernéticos e adaptativos. As mudanças paradigmáticas já estão em curso no modo capitalista de lidar com a crise do mundo do trabalho, como parte de uma crise mais geral no sistema mundo moderno, ligada a um novo estágio da mundialização integrada pelas redes de produção, informação, comunicação, transportes e finanças.³¹ A estrutura de distribuição e comando

30 Para uma reflexão que resgata criticamente os temas aqui abordados, combinando reflexão teórica e pesquisa em empresas sob controle dos trabalhadores (fábricas recuperadas e ou sob controle, no Brasil, Argentina e Uruguai), vide NOVAES, Henrique. O fetiche da tecnologia: a experiência das fábricas recuperadas. São Paulo: Expressão Popular, 2007. O trabalho de Henrique Novaes dentro do campo de estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) consegue dar consistência para a abordagem da adequação sociotécnica (AST), tanto no plano da qualificação das ações no domínio dos processos e circuitos produtivos e de circulação, quanto para a formulação de um eixo orientador de políticas públicas na interação entre economia solidária e ações tecnológicas aplicadas. Ou seja, na ligação entre os produtores associados e suas organizações apoiadas por diretrizes de C&T que adotem uma virada no paradigma cognitivo. Envolvendo nesse recorte de tecnologia social, a comunidade científica e os agentes públicos de fomento (tanto produtivo quanto tecnológico).

31 Em RIBEIRO, Ana Clara Torres. Natureza do poder: técnica e ação social, disponível em <http://www.interface.org.br/revista7/ensaio1.pdf>, temos uma abordagem onde são sugeridas as condições para a apropriação das técnicas pelas redes sociais, numa perspectiva original de relação entre cotidiano, território e classes populares. O objeto técnico como dispositivo e relação política se coloca no horizonte estratégico das formas de resistência dos movimentos sociais; essa orientação da pesquisa pode ser observada pela metodologia de cartografias da ação utilizada pelo LASTRO IPPUR-UFRJ.

dos fluxos globais se dá através de uma nova base técnica sistêmico-cibernética, sobre a qual se sustentam as práticas transnacionalizadas da política, da cultura e da economia. As redes verticais corporativas, as instituições estatais e os atores sociais dividem o espaço das práticas tecnificadas do capitalismo global que interage na ação territorial direta e na produção imagética. As novas subjetividades se constituem em interação social com a produção e reprodução social impactada pelo meio ambiente tecnificado, onde o comando da comunicação e a mercadoria informação rearticulam o material e o imaterial no modo de produção capitalista agenciado pelas políticas neoliberais em crise.

No coração das transformações contemporâneas, o proletariado é objeto de recomposição. As relações sociais do capitalismo tardio redefinem as condições de existência global dos que vivem das novas formas de exploração. A compra e venda da força de trabalho se ampliam em função dos cenários de informalidade, subcontratação e desencaixe. O capitalismo global vem fragmentando a identidade do trabalho, reforçando as clivagens e desqualificações das classes trabalhadoras. Nesse contexto, de mudança paradigmática, fica evidente a nova dependência do capital em relação ao trabalho comunicativo e a sua cooperação flexível em rede. O social e o técnico são postos em tensão nos diferentes processos de reestruturação empresarial e produtiva, onde a desqualificação e a desregulamentação se fazem acompanhar da crise das formas de acumulação política e dos regimes capitalistas programados, ao lado do colapso do socialismo real e dos capitalismo autoritários dos Estados periféricos. Nesse quadro, emerge um conjunto de novos conflitos e faces do proletariado, como precariado (proletariado precarizado) e como cognariado (trabalhador conectado em rede de informação e comunicação).³²

Essa nova questão – da recomposição social e da nova divisão do trabalho em escala mundial – abre para a retomada do debate sociológico clássico acerca da centralidade do trabalho. É preciso refletir sobre qual é

32 A abordagem do trabalho imaterial em rede se encontra em PATEZ, Alexander Galvão, SILVA, Gerardo, COCCO, Giuseppe. *Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

o peso da capacidade produtiva transformadora como práxis humana que define a constituição do ser social e histórico com suas divisões e diferenças. Face ao processo globalizado de transformação do período tecnológico e, dentro da práxis humana entendida como atividade transformadora do trabalho, podemos identificar a nova centralidade do trabalho vivo para a criação da riqueza nos processos práticos e linguísticos próprios do capitalismo contemporâneo.³³

A partir da centralidade do trabalho na práxis humana, podemos situar a reflexão sobre a conceituação e construção da categoria tecnologia social, em tempos de conexão e desenvolvimento desigual em rede. A transição no paradigma técnico e organizacional do ponto de vista da classe trabalhadora considera sua manifestação como sujeito social potencialmente ligado aos processos de luta contra a reestruturação capitalista neoliberal na chave da autogestão e do cooperativismo, na direção da construção de um modo de produção com base no trabalho associado.

3. A problemática das redes

A noção de rede que acompanha os processos de transformação tecnológica, para além da sua acepção técnica, material, funcional, operacional e sistêmica, deve ser problematizada sob o ângulo da cooperação produtiva do trabalho e da inteligência coletiva. A cooperação como produto do poder do trabalho socializado sempre está presente no interior do processo de produção alienado sob o comando do capital, o que faz com que seu produto pareça um resultado imanente das relações de produção baseadas na forma capitalista de trabalho.

O poder da cooperação e da autonomia do trabalho no modo capitalista de produção é subsumido técnica e socialmente ao comando do capital. O trabalho social se converte em componente da força social produtiva, como força de trabalho que se objetiva enquanto atividade subordinada,

33 Para uma visão de conjunto da questão da economia solidária, sugerimos a leitura de BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunca. *As metamorfoses do trabalho e da cooperação produtiva: a economia popular e solidária na perspectiva da nova centralidade do trabalho*. Rio de Janeiro: FASE, 2007.

alienada e reificada. A produção do valor (de troca e da mais-valia) no capitalismo é resultado dessa utilização da força de trabalho. Nesse processo, o resultado da expropriação do trabalho vivo pelo capital – pelo regime de propriedade e apropriação privada – é resultado do comando e controle sobre o potencial criativo da riqueza social gerada pelo trabalho vivo.

A alienação que resulta da dominação e da hegemonia das grandes empresas transnacionais sobre as redes de produção e consumo garante a reificação dos resultados e das formas de implementação do trabalho material no processo de valorização. As novas tecnologias permitem elevar o desenvolvimento da acumulação capitalista ao reestruturar o processo de produção. Os mecanismos de subordinação da força produtiva social do trabalho no plano da criação imaterial, subjetiva e linguística têm consequências graves no plano biológico da reprodução do corpo e da vida.

As populações sofrem a desqualificação, o desencaixe e a desterritorialização como corrosão e liquefação dos modos de vida e trabalho tradicionais, com degradação no plano ético. Os efeitos estéticos e comportamentais interagem com a nova base tecnológica do sistema de comando imaterial, informacional e comunicacional, que dá suporte para o novo quadro de guerra e competição de todos contra todos. No mundo dos simulacros e das virtualidades, se amontoam as multidões de mulheres, homens e crianças, refugiados e prisioneiros da miséria.

A teoria social crítica da tecnologia, a partir da economia política e dos estudos do trabalho, destaca as dimensões das transformações de processo e produto na contemporaneidade que permitem desvendar os mecanismos da reestruturação do capitalismo. As transformações no regime de acumulação, na sua relação com a crise e transição da divisão social e técnica, se dá sob o impulso das novas tecnologias de informação e comunicação. Esse enfoque remete às possibilidades de recomposição das lutas em lugares de trabalho e a partir das posições diante das práticas produtivas de resistência do trabalhado precário difuso no território.

O tema da economia solidária se dá de maneira imediata na relação com os elementos de crise que colocam a necessidade de emancipação do trabalho e que se inscrevem nas potencialidades das novas tecnologias de organização social da produção. Esse aspecto é fundamental, mesmo em

se tratando do mundo em que a fábrica não tem a mesma centralidade na dinâmica produtiva, onde as cidades são como que territórios produtivos articuladores do trabalho informal difuso e do trabalho conectado por rede.

No novo regime de acumulação capitalista flexível, a lógica da divisão do trabalho agencia subcontratações em redes verticais de comando. A produção se difunde e se realocaliza nos diferentes pontos do globo. O comando capitalista toma a iniciativa de direção comunicacional, de atividade de direção política, onde se misturam as várias faces da superestrutura das corporações em interação com os Estados, como agentes internacionais com poder de decisão. Os núcleos de poder de decisão vão conectando, encaixando e especializando populações e lugares, ao mesmo tempo em que desencaixam, excluem e descartam lugares e populações.

A desterritorialização das redes produtivas não se concentra num mesmo modelo de comando espacial vertical (mesmo nos processos industriais), embora ainda tenhamos grande parte da indústria organizada em modelos contemporâneos com dimensão e peso de super-organizações. No novo regime de acumulação flexível e ilimitada de capital, as redes empresariais e o comando vertical de decisão do capital afetam até mesmo as mega-organizações. As redes verticais e os seus cruzamentos entre o comando político, econômico e comunicacional podem produzir efeitos espaciais distintos de divisão produtiva e distributiva.

Os modos de luta e resistência do trabalho se inscrevem nos diferentes planos dessa duplicidade do capital que se apresenta como rede imaterial e como controle territorial, redistribuindo funções e consolidando os mecanismos de decisão e comando nos espaços de direção corporativa e política.

A escrita técnica da organização e da gestão e a articulação permanente das estratégias de inovação em processo e produto nas empresas fazem parte do mesmo constructo sociopolítico que orienta os padrões das políticas de desenvolvimento e das políticas científicas e tecnológicas. Os sistemas de propriedade são redefinidos com uma nova hierarquia entre os valores, com destaque para os aspectos envolvidos nos serviços e na propriedade intelectual.

A produção do capital como reprodução da exploração do chamado *capital humano* (habilitações, qualificações e conhecimento formal dos

trabalhadores, de modo a ser mais bem utilizado pela empresa ou pela relação capital/trabalho), a produção imaterial, como exploração do patrimônio das pessoas e lugares, se articulam na forma de comando informacional em rede. Estes processos atingem até mesmo a gramática da guerra e dos modos de gestão dos conflitos. Todas essas transformações acentuam o potencial da rearticulação e recomposição das condições das lutas e da afirmação do potencial emancipatório do trabalho.

O destaque, nesse novo contexto da economia política, vai para os fatores culturais e intangíveis do conhecimento, da organização e da comunicação, sem desprezo dos embates pelo reconhecimento e acesso a direitos. O capital simbólico é parte da relação com o capital material, definindo o *status* e as relações de saber-poder entre classes e grupos. O chamado *capital humano* traduz as necessidades de reprodução da ponta do sistema, onde o valor é definido pelas interações de informação, conhecimento e comunicação, com peso destacado na reprodução social na era da modernidade reflexiva e na subjetividade. A condição pós-moderna é o efeito ideológico, a expressão manifesta da cultura como mercadoria e da organização como tecnologia na era do capitalismo tardio globalizado.³⁴

O corpo produtivo das populações nas bacias difusas de trabalho no arquipélago global apresenta um conflito direto entre a conexão e a interação da cooperação produtiva do trabalho, e as formas de controle e comando. Como ultrapassar as dificuldades de organizar esse trabalho disperso e difuso no território e nas redes comunicacionais, que se vê despojado de sua potência social de emancipação por não se inscrever mais no espaço formal da fábrica ou do vínculo empregatício? Como fazer frente ao fato de que, em função das condições culturais e dos modos de consumo, os segmentos populares têm um comportamento contraditório na definição da sua luta pelo direito ao trabalho?

O modo como se desenvolve a tecnologia dominante ultrapassa no plano prático o paradigma mecânico e a base produtiva e reprodutiva real na direção do novo modo de comando e valorização do capital. A acumulação

34 KUMAR, Krishan. Da sociedade pós-industrial à pós-moderna. Novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

flexível e as novas tecnociências atuam em interação dentro da reestruturação capitalista, combinando estratégias de guerra e de novas negociações e cooptação, que se articulam com sistemas complexos.³⁵ Isto coloca para os novos sujeitos produtivos e do trabalho a necessidade de que os atores sociais sejam cooperativos, capazes de colocar as necessidades materiais ao lado do projeto de construir relações sociais no plano da inteligência coletiva em rede, na formação de novas dinâmicas produtivas com base na horizontalidade. A partir das condições de desigualdade e dos circuitos populares da economia, esse processo só pode ser realizado na forma de intensificação de políticas públicas e de sistemas de apoio, com ambientes de formação, difusão técnica e financiamento.

4. Incubadoras e políticas públicas

As políticas públicas de economia solidária têm um braço experimental, tecnológico e organizacional nas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. As incubadoras lançam os dispositivos iniciais de adequação organizacional, inovação jurídica e conexão institucional para futuros avanços na adequação e na transformação sociotécnica.

O movimento social se recompõe na luta por uma nova economia do trabalho, com destaque para a organização dos produtores associados e os programas de renda básica de cidadania, como resposta ao capitalismo que se reestrutura. O ponto de vista do capital e do trabalho coincide em assumir que vivemos em um sistema de desequilíbrios, para o qual as chamadas novas ciências desenvolvem técnicas que lidam com os sistemas de linguagem, com sistemas caóticos, auto-poiéticos e dissipativos que permitem atuar com a turbulência e a incerteza do período de crise e ruptura. Mas como disputar a transição produtiva e redesenhar as trajetórias tecnológicas frente aos seus efeitos sobre a produção de necessidades e modalidades fictícias, objetos e relações reificadas?

35 O livro de CASANOVA, Pablo González. *As novas ciências e as humanidades: da academia à política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006 aborda de maneira brilhante a articulação entre novas ciências, novos sistemas técnicos e a capacidade estratégica do capitalismo, dos capitalistas e do poder hegemônico norte-americano, indicando inúmeras sugestões políticas que podem resultar dessa análise em se tratando de políticas populares contra-hegemônicas.

Nesse sentido, está em jogo para a proposição de alternativas por parte das classes trabalhadoras um conjunto de aptidões, como a capacidade de criar relações sociais e de mobilizar a reflexão crítica para o redesenho das trajetórias tecnológicas. Os movimentos sociais e seus intelectuais, que produzem alternativas produtivas, precisam colocar em destaque a capacidade de aprendizagem para compreender e se apropriar das interações entre informação, conhecimento e comunicação. As ITCPs desenvolvem e implementam meios de escuta adequada dos interesses das classes populares e dos produtores diretos de bens e serviços.

Cabe aos sujeitos coletivos que apóiam o projeto da economia solidária desenvolver a capacidade de utilizar os sistemas e dispositivos, as políticas e os instrumentos tecnológicos e organizacionais, assim como a capacidade de pesquisa e desenvolvimento para construção de um novo modo de produção associado.³⁶ O momento atual permite avançar na direção de uma transição tecnológica apoiada em políticas públicas e infraestruturas de apoio ao potencial emancipatório do trabalho, para que o trabalho autogestionário e cooperativo possa avançar no uso dos sistemas abertos e complexos aplicáveis a partir das diferentes modalidades tecnocientíficas.

A democratização do potencial técnico e organizativo do trabalho associado pode derivar de novos usos contra-hegemônicos da cibernética, telemática e da informática; dos mecanismos de virtualização; dos jogos interativos e das estratégias e cálculos probabilísticos. Todas essas experiências com ferramentas técnicas inovadoras podem potencializar a busca da nova centralidade do trabalho vivo.

Nessa luta pelo conhecimento e apropriação de meios técnicos e comunicacionais, é indispensável uma pedagogia política de aprendizagem coletiva com uma apropriação crítica das tecnociências. Não há como separar um modelo que opera dinâmicas produtivas atuais das novas ferramentas, dos novos modos de gestão sistêmica nos marcos da complexidade. O que inclui o diálogo dos saberes, a interação de linguagens e a transversalidade na construção do conhecimento.

36 SINGER, Paul. "Economia Solidária: um modo de produção e distribuição". In: SINGER, P. e SOUZA, A. (Orgs.). *A Economia Solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

As redes de Incubadoras Tecnológicas das Universidades, seus Centros de Pesquisa, Formação e Extensão podem interagir com as agências públicas, ministérios federais e os governos estaduais e municipais. A mediação das demandas precisa ser desenvolvida e fundamentada com a afirmação das potencialidades e virtualidades do cooperativismo. O associativismo deve ser fortalecido ao lado das novas estratégias de trabalho colaborativo em rede, apoiado nas instituições de ensino e pesquisa e na administração pública, colocando em interação os grupos e os empreendimentos solidários e populares.

5. Teoria da ação coletiva, adequação sociotécnica e construção de alternativas³⁷

Na construção de um projeto de economia solidária, voltado para a criação de um setor social da economia e para um novo modo de produção associado, cabe formular uma reflexão sobre a teoria da ação coletiva. A economia solidária implica em sujeitos coletivos politicamente capazes de construir tecnologias de organização produtiva e reprodutiva. Esses aspectos implicam na existência de uma disputa na sociedade para a reorientação das trajetórias de organização de processo e de criação de produtos, visando a uma nova forma social de organização do trabalho e de apropriação dos seus frutos.

37 A adequação sociotécnica (AST) é tributária da teoria crítica e do construtivismo, valorizando a dimensão processual orientada por uma visão ideológica e tendo em conta novos elementos operacionais que superam os limites do movimento e da noção de tecnologia apropriada (TA). Para DAGNINO (2008), o conceito de AST implica na definição da tecnologia como processo social, na criação de um substrato cognitivo-tecnológico que incorpore atividades de fora do circuito formal da economia. O conceito implica na perspectiva de uma estratégia de aprendizado, de tropicalização etc. Na página 257 é sintetizada a definição de AST: “Nesse sentido, a AST pode ser entendida como um processo que busca promover uma adequação do conhecimento científico e tecnológico (esteja ele já incorporado em equipamentos, insumos e formas de organização da produção, ou ainda em forma intangível e mesmo tácita) não apenas aos requisitos e finalidades de caráter técnico-econômico, como até agora tem sido usual, mas ao conjunto de aspectos de natureza socioeconômica e ambiental que constituem a relação ciência, tecnologia e sociedade e que se depreendem da análise nas seções anteriores”.

O tema do desenvolvimento desigual e da acumulação capitalista ilimitada coloca desafios para a emancipação do trabalho vivo. Através da criação de novas trajetórias sociais e técnicas, são formuladas alternativas contra a desigualdade. A economia solidária, via o processo de incubação de empreendimentos solidários, desenvolve a tecnologia social. Aplica um método de superação de contextos de desigualdade, através da interação com base no trabalho associado entre as dimensões produtivas e institucionais, técnicas e organizacionais.

Nos pontos sensíveis da divisão social e técnica do trabalho, nos elos entre atividade material e processos imateriais, entre projeto, decisão e organização, se destaca um aspecto chave da tecnologia social: o da organização direta do trabalho em novas formas sociais e redes produtivas com base no trabalho cooperativo, associativo e autogestionário.

Na linha da construção social e técnica, voltada para empreendimentos solidários, podemos situar a tecnologia social como um conjunto de ações e políticas de adequação sociotécnica para transformar o ambiente produtivo das empresas existentes. Partindo dos contextos restritivos até a formulação de um novo modelo cognitivo, modificando a posição da comunidade científica. As ações de incubação de empreendimentos e de uma política de economia solidária buscam as vias para lidar, no âmbito das políticas de ciência e tecnologia, com os problemas de exclusão social e de desigualdade no trabalho. O enfoque das tecnologias sociais busca superar a crise e o fracasso na promoção do desenvolvimento por parte dos modelos capitalistas tardo-periféricos, com seu determinismo e mimetismo com a ideologia dominante em matéria de tecnologia.

No plano do conjunto da sociedade, o enfoque crítico da tecnologia social busca formar um bloco social e técnico capaz de apoiar uma nova forma de pensar a dinâmica social e produtiva. Portanto, a teoria da ação coletiva com o enfoque da tecnologia social enfrenta os problemas da desigualdade combinando diferentes questões da prática emancipatória alternativa dos sujeitos coletivos. Através da interação, da construção de práticas, saberes e dispositivos voltados para o primado do trabalho associado, desenvolvem metodologias voltadas para a cooperação e a auto-gestão. Desta forma, a teoria da ação coletiva tem que lidar com o pensar,

o criar, o organizar os sujeitos sociais para romper com o desenvolvimento desigual e a lógica de acumulação ilimitada de capital. Essa práxis de construção de projetos exige uma análise e apropriação crítica do saber nos mais variados planos e sua tradução no terreno das resistências, das experiências alternativas e de sua transformação em políticas públicas.

6. Teoria crítica da ciência e da tecnologia³⁸

O debate sobre ciência e tecnologia e mudança no paradigma do trabalho pela ótica da tecnologia social implica na implementação da teoria crítica da tecnologia, entendida como aquela que mostra a desigualdade como resultado de uma fabricação ou construção social interessada. A crítica da neutralidade da tecnologia é desvendada na identificação dos modos de racionalização, na manifestação e identificação dos interesses e posições de classe, como dispositivos da divisão do trabalho.

A teoria crítica da tecnologia remete à análise integrada da apropriação privada dos excedentes sob forma de mais-valia, com base no regime de propriedade privada. O sistema das relações de produção se coloca em tensão com uma base social e técnica, de hierarquia e comando das forças sociais produtivas do capital.

A economia política do capital (propriedade privada dos meios (sociais) de produção, divisão do trabalho, comando e controle do processo de valorização, fetichismo das relações sociais, produção de mais-valia) dispõe sobre a divisão do trabalho. Isto é, sobre para quem vai a abundância e para quem vai a escassez em matéria de riqueza nas sociedades. Na ideologia economicista vulgar, o poder ideológico e a reprodução ampliada do capital se afirmam como processos a-históricos. A crítica da economia política, com a qual se relaciona a crítica da tecnologia, é desmascarada pela desmedida das crises de acumulação.

38 Podemos considerar que a técnica na indústria, no transporte e nas comunicações é um aspecto parcial da tecnologia, entendida como modo de produção no sentido de totalidade dos instrumentos, dispositivos e invenções da era maquinica. Ao mesmo tempo, a tecnologia é uma forma de organizar e perpetuar ou modificar as relações sociais, ou seja, instrumento de controle e dominação. Essa visão seminal está no ensaio de MARCUSE, Herbert. "Algumas implicações sociais da tecnologia moderna" in KELLNER, Douglas (editor). Tecnologia, guerra e fascismo: coletânea de artigos de Herbert Marcuse. São Paulo: UNESP, 1999.

Os limites cíclicos do modo de produção capitalista se manifestam com a contradição entre as relações de produção e as forças sociais produtivas do trabalho. Os momentos de crise abrem para a classe trabalhadora a possibilidade de lutar por uma nova direção e utilização nos meios de produção e reprodução social. A luta pelo redesenho de trajetórias socioprodutivas depende da construção da autonomia do trabalho social e do resgate do seu poder de cooperação.

As políticas públicas de economia solidária são a transição para essa demanda pela transformação no modo de produção. A ponte nas políticas públicas do trabalho para criar o substrato desta transição ou mudança estrutural no regime de acumulação tem como base um novo social-metabolismo, que parte das resistências e movimentos sociais capazes de disputar os fundos públicos, o acesso a direitos e distribuição da riqueza, alargando a função pública da propriedade.

A teoria crítica da ciência e da tecnologia leva em conta a desnaturalização da ideologia da economia política, tomando por objeto os aspectos coisificados da experiência dos sistemas de máquinas e de instrumentalização existentes. Romper com estratégias de subordinação significa romper com a lógica presidida pelo capital; com seus dispositivos tecnoburocráticos que legitimam seu poder ideológico; com a sua retórica do determinismo e o essencialismo que preside os discursos da economia política e de sua racionalidade tecnicista.

A teoria crítica traduz no plano intelectual a necessidade de sustentar as ações coletivas de luta pela autogestão, para fazer frente aos fluxos verticais e aos processos de burocratização. Assim como exerce um papel fundamental no rompimento com a tecnosfera que se apóia na retórica legitimadora do saber técnico e científico dominante.

Nesse sentido, a crítica da tecnologia se liga a uma crítica dos dispositivos e dos modos de organização do poder, do Estado e das empresas. Os pensadores ligados à teoria crítica, nas décadas de 20 e 30 do século passado, identificaram que os mega-complexos que se constituíam no sistema mundo internacional e do capital caracterizam-se como dispositivos de poder. Isto é, as organizações são hierarquizadas enquanto modelos decisórios. Os instrumentos e medidas de cálculo e valor, assim como as

formas verticais definem o fluxo dos processos e dos produtos. Os tipos de instituições construídas no século XX e a definição de paradigmas em C&T foram vistos pela teoria crítica como subsistemas da dominação, formalizados a partir de questões delimitadas. No seu conjunto e diversidade, os dispositivos institucionais de produção econômica se definem na correlação com o recorte da tecnologia como poder do capital.

A tecnologia é percebida, no plano teórico-crítico, como aparato institucional, organizacional, instrumental e produtivo direto, voltado para agenciar o poder da estrutura do capital na apropriação das potencialidades do trabalho vivo. O processo tecnológico no capitalismo também é garantido pelas formas ideológicas e de coerção que complementam a superestrutura institucional. Os modos de subjetivação possuem materialidade. As instituições do Estado e as empresas são o resultado da organização da cultura na direção da obtenção da eficácia, do controle e do comando do bloco social e histórico do capitalismo financeiro. Configuram-se enquanto um tipo de bloco de classe, com suas formas de atuação e manejo do saber-poder, do uso da sua tecnologia em tensão e orientando as escolhas de desenvolvimento das aplicações científicas.

Na reflexão teórica da crítica social, a legitimidade derivada do discurso técnico-científico, com todas as suas formas e especialidades, é vista como interagindo com a base material e a produção cultural. No mundo fetichizado, o cálculo racional e a primazia do mercado se articulam sem abandonar a lógica seletiva e a perspectiva de controle e comando que acompanha o projeto de dominação da era moderna.

7. Circuito popular

Na construção de um enfoque da reorganização do trabalho e das suas políticas – com foco nas formas autogestionárias e associadas –, é preciso levar em conta os processos reprodutivos e os conflitos nos territórios. As formas de saber e fazer existentes delimitam o desafio e o contexto de partida do poder de criação social-histórica levando em conta sua inscrição e materialização no território usado. As novas relações de trabalho e produção devem se dar a partir de quadros sociais de exclusão e escassez ordenados

numa dada estrutura espaço-temporal. É fundamental partir do território usado e habitado, a morada do ser social geograficamente situado, para que se possa construir políticas voltadas para as classes populares.

Para desencadear as políticas públicas do trabalho associado da economia solidária no território usado, cabe fortalecer o potencial emancipatório das dinâmicas comunitárias da chamada “economia popular”. O circuito inferior popular da economia é destacado na genealogia da economia solidária, com suas dezenas e dezenas de estratégias de sobrevivência cotidiana.³⁹ Na articulação com o consumo, as multidões reproduzem suas condições de existência na cidade, onde funcionam formas institucionais, jurídicas e culturais próprias. Muitas redes informais de circulação, localizadas e de vizinhança, atravessam os territórios usados gerando circuitos de produção e consumo onde o próprio capital também exerce sua prática de acumulação primitiva permanente. Nesses territórios, onde os atores se movem no ritmo e nos modos de reprodução social popular, existem compromissos, apropriações do espaço por iniciativas variadas e conflitantes. As formas de solidariedade comunitária se chocam e interagem com desvios e corruptibilidade, com processos de criminalização engendrados pelos agentes do privado. A força dos fluxos verticais das finanças e dos objetos acionados pelo sistema de comando global desarticula ciclicamente os sistemas de proteção e as práticas de resistência criadas pelas classes populares no território.

No cotidiano popular, estão postas potencialidades que permitem certo aprendizado coletivo, que deve ser levado em consideração na construção de novas mediações sócio-metabólicas do trabalho. O circuito popular é levado em consideração pelas novas trajetórias organizacionais e técnicas de rede horizontal sob a égide do projeto da economia solidária.

O conjunto de programas e políticas que traduzem a construção do projeto da economia solidária, como impulso para transitar para um novo modo de produção, parte da base material real e trajetória do poder e da cultura da resistência e mobilização produtiva nos territórios. A ação coletiva horizontal, as solidariedades e as interações de vizinhança se

39 Para a temática dos circuitos na economia urbana, vide: SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.

apóiam no circuito popular e/ou inferior da economia para realizar os saltos na direção das alternativas que fazem uso de todos os recursos das políticas ativas de desenvolvimento.

Quando medimos a escala de intervenção dos empreendimentos de economia solidária, expressos em suas capacidades produtiva e técnica, lidamos com os processos de organização e de aprendizagem das classes populares. Nesse sentido, é necessário pensar no caráter técnico e social das relações de produção. Quando uma cooperativa tem uma demanda produtiva, com requisitos contratuais estabelecidos, é preciso saber mediar os termos do acesso ao mercado nas formas da economia capitalista real. O que deve ser produzido em um ambiente transformado pelo trabalho associado levará em consideração as disputas e mediações do processo econômico e do curso da transformação.

Na ação junto aos circuitos populares, a ativação de meios de produção, as condições técnico-produtivas e os aspectos jurídicos interagem com processos que implicam em requisitos de formação, informação e aprendizagem. Operar no plano das forças produtivas é inseparável de intervir no plano das relações de produção, as escalas de saber e poder se ampliam quando falamos de políticas públicas. Pensar na totalidade dos lugares é pensar nas condições e dimensões da mobilização de saberes e no acesso aos recursos disponíveis para fortalecer, ampliar e transformar a qualidade dos circuitos, complexos e cadeias produtivas.

8. Cultura e revolução técnica

Nenhuma ciência foi constituída fora do universo cultural, dos condicionamentos e das pressões, das alianças e de dinâmicas do ambiente herdado, sobre o qual retroage. A perspectiva da análise cultural é destacada na abordagem da pedagogia crítica implicada na construção de práticas de autonomia pelos sujeitos produtivos. A economia solidária se liga a estratégias e processos de aprendizagem com ênfase em formas democráticas de comunicação, com apoio na pedagogia para a autonomia.

A diversidade de linguagens aplicadas aos produtores associados parte da construção da visão de sistemas democráticos de gestão e de formas

sociais de propriedade. Sempre tendo em vista o avanço no domínio ético-político, dos valores e das práticas adequadas para ações coletivas horizontais e dialogadas.

O trabalho associado leva em conta que, na atualidade, grande parte das separações entre economia, cultura e informação são atravessadas pela exigência de cooperação, próprias das novas forças produtivas do capital. A transversalidade no plano produtivo implica em transversalidade no plano jurídico-político. Para o desenvolvimento de formas de trabalho associado, é preciso levar em conta a perspectiva democrática radical em teoria política, que se projeta no conjunto da sociedade através da construção de esferas de participação, de decisão e de controle popular.

Os produtores associados podem desenvolver ações estratégicas de adequação sociotécnica, de resolução parcial de problemas e de inserção no mercado. Mas quando fazemos isso do ponto de vista do trabalho associado, temos que levar em consideração o conjunto amplo de questões que nos remetem a processos da totalidade social. A questão do Estado e das políticas, os mecanismos que definem as formas institucionais ou o modo de regulação são decisivos para promover qualquer mudança no regime de acumulação.

Quais são os elementos que permitiriam pensar uma tecnologia de organização do trabalho nas condições e exigências de cooperação e autogestão para um novo modo de produção? É preciso responder a essa questão tendo em vista a ambivalência inscrita no próprio código e desenho das tecnologias, dos meios e instrumentos de trabalho. Por exemplo, o *software* proprietário que é usado por milhões de pessoas tem uma conexão de subordinação e aprendizagem, mas também tem de dependência da colaboração e de interfaces abertas. O que não dizer das formas ligadas ao código fonte aberto? Nestes casos, a cooperação está presente na escritura contraditória do próprio processo de trabalho e na formulação do regime de propriedade. O trabalho colaborativo é incorporado na concepção do programa enquanto produto.

As novas tecnologias de processo e produto se relacionam com o entendimento de que as revoluções industriais são revoluções da organização e da informação. A transformação na divisão social e técnica do trabalho por uma revolução industrial é antes de tudo uma revolução social. São as

necessidades sociais que determinam os processos de inovação, de reestruturação e de revolução técnico-organizacional. A componente cultural e comportamental e o capital simbólico se estruturam na relação com as formas de organização da produção, que interagem com o aparato e as opções técnicas. Este fenômeno ocorreu historicamente nas relações que presidiram as interações genéticas entre artesanato, manufatura e sistema fabril ao longo da transição do feudalismo para o capitalismo no esquema clássico britânico.

No processo contemporâneo, o capitalismo consegue recuperar e manejar as formas organizacionais (artesanal, manufatureira e fabril) em interação com a implementação de novas tecnologias de comunicação e informação. Por meio delas o capital vai flexibilizando seu poder para fluidificar e manejar o desenvolvimento desigual social e territorial em proveito da acumulação ilimitada no capitalismo tardo-periférico. Todos os processos em que vivemos continuam sendo determinados, em grande parte através de ambientes institucionais, organizacionais e ou culturais em que os produtores não dão conta do seu produto.

9. Transição sociotécnica

O conteúdo de uma crítica estratégica da tecnologia voltada para fundar uma abordagem de tecnologia social passa por um pensar que leve em conta a relação entre ambiente cultural, conhecimento e ciência. Numa abordagem pela ótica da autogestão, esses elementos não nascem e são compreendidos da noite para o dia. A reflexão precisa estar orientada por valores, onde os processos tópicos interagem nas ações por meio do projeto e da consciência dos sujeitos coletivos, que forjam seu saber, suas organizações e suas políticas, ao mesmo tempo em que formam seu bloco social (alianças) e técnico (mobilização de quadros e saberes).

Na construção de uma força social ativa, cooperativa e cognitiva, será que é possível o precariado se articular com as dinâmicas de nova inteligência coletiva do trabalho e definir um potencial de construção de uma força social? A mobilização democrática pode se articular com a mobilização produtiva nas redes, nos territórios? A autogestão e o cooperativismo supõem uma relação estratégica de tipo novo em termos de políticas e de

mobilização de conhecimentos. Situada historicamente, a criação de associações de produtores surge como alternativa em momentos de crise das relações capitalistas de produção.

O trabalho social, com seu poder de cooperação, é o mecanismo social básico de geração de valor que está contido na forma de uso alienada, que vem sendo subsumido ao comando e controle da burguesia em toda a história do capitalismo. Nós vivemos um momento em que existe a possibilidade de emancipação dos trabalhadores e do seu poder social de cooperação produtiva. A construção de uma via para o modo de produção cooperativo ou associado está posta pelo projeto de economia solidária.

O capitalismo, em seu processo de reestruturação, conseguiu impor uma desqualificação do trabalho, mas, ao mesmo tempo, não conseguiu resolver a questão da crise de valorização e ainda precisa do trabalho vivo, que enfrenta o choque brutal da precarização.⁴⁰ Mas o sistema precisa incluir a dimensão social do trabalho vivo na medida da necessidade de transferir e gerar valor, o que requer uma margem sistêmica de comando sobre o trabalho socializado nos padrões e regimes de difusão em rede ou no território. Os instrumentos comunicativos e conectivos podem ser utilizados para disciplinar e mobilizar o trabalho e a opinião, legitimando o comando do capital, mas, em muitas situações, podem gerar um efeito inverso de atividade de resistência de classe.

A rede de computadores ou a telefonia celular são fatores de mobilização e de luta entre dinâmicas de controle e dominação frente a dinâmicas de emancipação e autonomia. O que está em questão é a possibilidade de pensarmos múltiplos cenários de construção de uma estratégia onde se valorize a autonomia do trabalho. Esta hipótese parte do princípio de que todas as relações do trabalho têm no seu centro uma modalidade de organização social, um modo de gestão e direção para o uso do potencial cooperativo e socializado da força produtiva, de capacidade de criação de riqueza e valor pelo trabalho vivo.

40 A desqualificação do trabalho enquanto uma componente estratégica permanente da luta de classes na sociedade capitalista e suas implicações sobre o processo de produção, a divisão social e as transformações tecnológicas e organizacionais são destacados por BRAVERMAN, Harry. Trabalho social e capital monopolista. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

O trabalho autônomo está em disputa com a idéia do indivíduo autoempregável, competitivo e subordinado que aceita a flexibilidade espúria a serviço do capital frente ao trabalhador associado. As novas tecnologias de informação e comunicação podem ser manejadas pelo avesso. Elas têm elementos imanentes ligados ao potencial de inteligência coletiva, de subjetivação, de comunicação através de máquinas digitais, virtuais e programáveis que operam por meio da linguagem humana e das suas formas de interpretação, variação e poder de simbolização e significação.

O capital como relação social tem um drama e uma limitação na dificuldade de produzir um referencial cooperativo para a produção utilizando trabalho dependente através de tecnologias de subjetivação e comunicação. Temos que inverter e colocar do avesso o debate da tecnologia numa perspectiva de transição e de adequação sociotécnica.

No momento, o que está vencendo na definição das políticas solidárias no Brasil são os recortes parciais das estratégias de sobrevivência, de complementação de renda. Estamos próximos de um enfoque de retomada e defesa do circuito da economia popular. Mas existe um horizonte estratégico mais amplo e de longo prazo para uma superação com conservação dialética desse circuito, de modo a gerar novas formas sociais de produção que combinem uso intensivo de tecnologia e uso intensivo de trabalho, via intensificação da organização de empreendimentos solidários.

Não está dada nenhuma imposição histórica prévia de determinismo do futuro do capitalismo para a humanidade, até porque o capitalismo se define como sendo de risco, de guerra ilimitada e de incerteza. Hoje a maior nação do mundo capitalista global funciona pela gestão da sua dívida, pelo sistema de desequilíbrio dos mercados financeiros autonomizados.

Nós temos que sair da minoridade das pequenas escalas, o que traz um desafio grande para as universidades e as incubadoras, que devem preparar o ambiente sociotécnico para esse processo de transição pelo avesso. Para essa modificação paradigmática do mundo do trabalho, é preciso que a elaboração, que articula tecnologia social e economia solidária, identifique o potencial de modificação dos usos das redes imateriais telemáticas, modificando a direção dos processos que comandam e organizam os fluxos produtivos no século XXI.

Referências bibliográficas

- BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunca. *As metamorfoses do trabalho e da cooperação produtiva: a economia popular e solidária na perspectiva da nova centralidade do trabalho*. Rio de Janeiro: FASE, 2007.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho social e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- CASANOVA, Pablo González. *As novas ciências e as humanidades: da academia à política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006
- DAGNINO, Renato. *Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico*. Campinas: Editora UNICAMP, 2008.
- KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna. Novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- LABICA e BENSUSSAN. *Dictionnaire critique du marxisme*. Paris: Quadrige/Presses Universitaires de France, 1992.
- MARCUSE, Herbert. "Algumas implicações sociais da tecnologia moderna" in KELLNER, Douglas (editor). *Tecnologia, guerra e fascismo: coletânea de artigos de Herbert Marcuse*. São Paulo: UNESP, 1999.
- NOVAES, Henrique. *O fetiche da tecnologia: a experiência das fábricas recuperadas*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- PATEZ, Alexander Galvão, SILVA, Gerardo, COCCO, Giuseppe. *Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Natureza do poder: técnica e ação social*, disponível em <http://www.interface.org.br/revista7/ensaio1.pdf>
- SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.
- SINGER, Paul. "Economia Solidária: um modo de produção e distribuição". In: SINGER, P. e SOUZA, A. (Orgs.). *A Economia Solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.
- TAUILLE, José Ricardo. *Para (re)construir o Brasil contemporâneo: trabalho, tecnologia e acumulação*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

Temos, ao longo desse livro, a possibilidade de indicar uma multiplicidade de aspectos concretos e reflexões que sistematizam experiências em curso no campo da construção da economia popular e solidária, que são reforçadas e/ou desencadeadas pela Chamada Pública MCT/FINEP/MDS/Caixa “Incubação de Empreendimentos Solidários” – 01/2005.

No seu conjunto, este livro também está ancorado no reconhecimento, por parte da RTS (Rede de Tecnologia Social), de que a incubação de cooperativas populares/empreendimentos e redes de economia solidária é uma tecnologia social de mobilização produtiva.

*Pedro Claudio Cunha Bocayuva
e Ana Paula de Moura Varanda*

PUBLICAÇÃO



APOIO



FINANCIADORES



Ministério
da Ciência
e Tecnologia



A organização do livro *Tecnologia Social, Economia Solidária e Políticas Públicas* resulta das atividades realizadas no âmbito do Projeto de Acompanhamento e Avaliação da Rede de Tecnologia Social, executado pela FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) através de um convênio com a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos).

A publicação, estruturada em quatro eixos, reúne artigos de pesquisadores, gestores públicos, membros de Incubadoras de Cooperativas Populares, que refletem sobre questões relativas às transformações no mundo do trabalho e às alternativas de inserção produtiva através do apoio ao cooperativismo popular.

As Incubadoras são estruturas de formação e assessoria constituídas por equipes multidisciplinares, podem estar abrigadas em universidades, organizações não-governamentais e se configurarem como parte de políticas públicas estaduais e municipais de economia solidária.

Os textos reunidos neste livro apresentam reflexões que buscam fundamentar as relações entre Tecnologia Social e Economia Solidária, a partir do lugar estratégico que as práticas de autogestão e organização do trabalho associado devem assumir na construção de um modelo de desenvolvimento que permita radicalizar a democracia e a distribuição da riqueza.